



003.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	07/02/2011-17:24
Publ.: DCD - 08/02/2011 - 4813	LUCIO VIEIRA LIMA-PMDB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Escalada da violência no Estado da Bahia. Conveniência de reexame da decisão do Superior Tribunal de Justiça a favor da aplicação de penas alternativas a enquadrados na Lei Maria da Penha.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Exma. Sra. Presidenta, Deputada Rose de Freitas, Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Deputados presentes, confesso a V.Exas. que gostaria de dedicar o primeiro pronunciamento que faço nesta Casa à apresentação de minha história política e à minha Bahia, falando também da insegurança pública que domina o meu Estado - hoje, inclusive, matéria do jornal *O Globo* traz a notícia de que, enquanto no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Pernambuco os índices de homicídio caem, na Bahia sobem assustadoramente. No entanto, ao ler a edição de hoje do jornal *A Tarde*, resolvi trocar a vaidade da estreia pela responsabilidade de homem público e aqui fazer um protesto.

Esta é a manchete do jornal: *STJ abrandando pena para agressão à mulher*. O que vem a ser isso, nobres colegas? A importante Lei Maria da Penha, aprovada para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelece que não poderá haver substituição - isso está no art. 41 - nem suspensão condicional com pena alternativa. A 6ª Turma do STJ, porém, decidiu que poderá, sim, haver alteração da pena de prisão para pena alternativa. Esse foi justamente o caso de um homem que tentou enforcar sua companheira: depois de condenado a 3 meses de detenção, recebeu uma pena alternativa, prestação de serviços sociais.

Pergunto a V.Exas.: será que esse elemento, depois de ver que não foi punido com detenção, não atentará novamente contra a vida de sua companheira?

É por isso que peço a V.Exa., Sra. Presidenta, Exma. Deputada Rose, que a sua eleição para a Mesa da Casa não seja apenas para dizer que a Mesa da Câmara dos Deputados tem uma mulher presente. Espero que V.Exa. levante a voz e que, todos juntos, Deputadas e Deputados, independentemente de gênero, pressionemos o STJ, com todas as nossas forças, para que essa posição seja revista.

Não foi à toa que, já no primeiro mês deste ano, houve diminuição no número de queixas de mulheres em comparação a janeiro do ano passado.

Peço, portanto, a todos os companheiros que mobilizemos esta Casa e o Congresso Nacional, para fazer valer a Lei Maria da Penha, essa importante lei



contra a qual atentam a toda hora.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Esta Presidência se soma à voz de V.Exa. dizendo que as lutas travadas pelas mulheres em todo o País têm encontrado eco nesta Casa. Sabemos das dificuldades, das oposições e dos empecilhos que culturalmente se colocam contra a Lei Maria da Penha.

O pronunciamento de V.Exa. é uma conclamação, sem sombra de dúvidas, para que todos os Parlamentares se somem no esforço de fazer reconhecida uma lei que por si só se justifica diante da violência crescente no País.

Os dados e as estatísticas, Deputado Lucio, são horríveis. Os índices não diminuíram. Encontramos dificuldades não só na aplicação dos instrumentos que construímos, mas também no reconhecimento de que as punições devem ser ainda mais abrangentes.

V.Exa. nos sensibilizou neste momento. Em vez de fazer na tribuna uma estreia voltada ao povo da Bahia, V.Exa. a fez em defesa das mulheres brasileiras. V.Exa., como não poderia ser diferente, está de parabéns. Estaremos permanentemente juntos nesse debate aqui na Casa.

Muito obrigada.

Documento 2/102

003.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	07/02/2011-17:24
Publ.: DCD	ROSE DE FREITAS (PRESIDENTE)-PMDB -ES	
08/02/2011 - 4813		
CÂMARA	DOS COMUNICAÇÕES	FALA DO PRESIDENTE OU NO
DEPUTADOS	PARLAMENTARES	EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
		FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Associação ao discurso do Deputado Lucio Vieira Lima a respeito da Lei Maria da Penha.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Esta Presidência se soma à voz de V.Exa. dizendo que as lutas travadas pelas mulheres em todo o País têm encontrado eco nesta Casa. Sabemos das dificuldades, das oposições e dos empecilhos que culturalmente se colocam contra a Lei Maria da Penha.

O pronunciamento de V.Exa. é uma conclamação, sem sombra de dúvidas, para que todos os Parlamentares se somem no esforço de fazer reconhecida uma lei



que por si só se justifica diante da violência crescente no País.

Os dados e as estatísticas, Deputado Lucio, são horríveis. Os índices não diminuíram. Encontramos dificuldades não só na aplicação dos instrumentos que construímos, mas também no reconhecimento de que as punições devem ser ainda mais abrangentes.

V.Exa. nos sensibilizou neste momento. Em vez de fazer na tribuna uma estreia voltada ao povo da Bahia, V.Exa. a fez em defesa das mulheres brasileiras. V.Exa., como não poderia ser diferente, está de parabéns. Estaremos permanentemente juntos nesse debate aqui na Casa.

Muito obrigada.

Documento 3/102

004.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	08/02/2011-16:40
Publ.: DCD - 09/02/2011 - 4933	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Saudação às novas integrantes da bancada feminina na Casa. Apelo aos órgãos da magistratura brasileira, especialmente ao Superior Tribunal de Justiça, de maior rigor no cumprimento da chamada Lei Maria da Penha destinada à coibição da violência contra a mulher

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizo os colegas que tiveram renovados seus mandatos e aquelas e aqueles que chegam pela primeira à Câmara dos Deputados.

Nós, da bancada feminina, temos neste momento a felicidade de receber mulheres dos quatro cantos do Brasil, embora ainda em número inferior ao que merecemos no que se refere à representação política. Trata-se, porém, de uma bancada qualificada, renovada e que muito fará pelos direitos da maioria da população brasileira.

Há alguns dias tivemos uma notícia nada alvissareira. A 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça adotou uma decisão que atenua o rigor da Lei Maria da Penha. Ao julgar recurso de um homem condenado à pena de um ano por tentar enforcar a mulher, a 6ª Turma do STJ transformou a condenação numa pena alternativa, a prestação de serviços.

Nesse sentido, apelamos para o Superior Tribunal de Justiça e para demais órgãos da magistratura brasileira no sentido de que cumpram a Lei Maria da



Penha.

Ofende absolutamente fora do senso comum do século XXI vermos meninas, como a Eloá, morta pelo namorado, ou como a cabeleireira mineira Maria Islaine morta diante das câmeras de televisão. É inadmissível tão alto índice de violência. E, quando se consuma uma política pública das mais avançadas do mundo na punição à violência contra a mulher, o Poder Judiciário atenua a pena imposta a um infrator.

Registro o meu apelo em defesa da Lei Maria da Penha. Realizaremos uma audiência comemorativa em 8 de março. E, às vésperas dessa data, não vamos permitir que a lei em defesa dos direitos da mulher seja lamentavelmente atenuada em favor dos agressores.

Muito obrigada.

Documento 4/102

005.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	09/02/2011-16:12
Publ.: DCD - 10/02/2011 - 5457	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Saudação à Deputada Rose de Freitas, em exercício na Presidência dos trabalhos. Retorno da oradora à Câmara dos Deputados. Compromisso de atuação parlamentar em defesa dos interesses do País e do Estado do Rio de Janeiro. Agradecimento aos eleitorado fluminense pelos votos obtidos. Importância da exploração de petróleo na camada pré-sal, da realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 para a promoção da justiça social no Estado do Rio de Janeiro. Redução da concentração de renda e resgate da cidadania no Governo Lula da Silva. Expectativa quanto às realizações do Governo Dilma Rouseff. Defesa da realização das reformas política e tributária. Ações do Governo Federal para a erradicação da pobreza e da miséria no Brasil. Elogio à política externa brasileira. Compromisso de luta pela igualdade de gênero e pela igualdade racial no País. Fortalecimento do sistema nacional de prevenção de tragédias, bem como da Defesa Civil nos Estados e Municípios. Expectativa de solução justa para a questão da distribuição de royalties de petróleo entre Estados e Municípios brasileiros. Importância das ações em defesa do meio ambiente. Sucesso da implantação de Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs no Rio de Janeiro. Avanços das políticas públicas destinadas à juventude. Oportunidade de realização de mais investimentos no País, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, por ocasião da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos



Olímpicos de 2016.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Exma. Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, retorno a esta Casa para fazer uma saudação muito especial no dia de hoje. Primeiro, para parabenizar a Presidenta, que ocupa a Mesa como titular e não como suplente. Trata-se de uma batalha que travamos pela representatividade, pela equidade de gênero nesta Casa, o que muito me honra.

Honra-me mais ainda estar retornando a esta Casa para, juntos, Deputadas e Deputados, realizarmos um trabalho de cooperação com vistas às ações que forem necessárias ao engrandecimento do momento especial da história deste País, ao comando da Nação, que, pela primeira vez, está nas mãos de uma brasileira, uma mulher eleita pelo povo brasileiro, com experiência, que quer ver melhoria das condições sociais e econômicas que nos permitam afirmar que o Brasil está preparado para ampliar ao máximo essas condições para toda a sua população, de Norte a Sul e de Leste a Oeste.

Considerando a história do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, e a história de luta das mulheres brasileiras, esses dois acontecimentos já seriam suficientes para que este meu retorno a esta Casa fosse preenchido com os sentimentos de conquista, de vitória.

Devo, antes, porém, agradecer aos meus 71.036 eleitores e eleitoras fluminenses por terem me dado a graça de receber a sua confiança e poder estar aqui reconhecendo essas conquistas e vitórias que são, na verdade, da população do Rio de Janeiro e do País, por acreditar na democracia e nos valores de igualdade e respeito às instituições e de justiça social.

Quero agradecer a Deus e colocar meu mandato à disposição desses valores, do diálogo e da justiça social, sem os quais nenhum mandato parlamentar pode ser bem sucedido ou se dizer comprometido com o bem-estar da Nação brasileira.

Essa foi a disposição e a energia que conduziram meu mandato como Deputada Federal Constituinte e que se mantém como disposição que orienta o meu mandato na Legislatura atual.

As condições sociais, econômicas, políticas e culturais do meu Estado do Rio de Janeiro são, sem dúvida, inspiradoras para reafirmar os valores do diálogo e da justiça social.

As imensas oportunidades que se abrem com as iniciativas conduzidas pela PETROBRAS na exploração da reserva do pré-sal e com a preparação dos eventos da Copa do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos são exemplos de quanto podemos fazer pela justiça social e pela promoção dos direitos da população daquele Estado e de todo o País. Atuar nessa direção irá requerer de todos e de todas disposição para o diálogo fraterno e comprometimento com o



crescimento da Nação brasileira.

Eu gostaria muito de poder ler todas as páginas que comportam o meu pronunciamento, mas sei que este momento não é apropriado. Mas, tão somente dar este discurso como lido, para mim, é como se deixasse de agradecer não somente a Deus e à população, mas também a esta Casa e ao Senado Federal, em que tive a oportunidade de conviver com vários Parlamentares.

De retorno, coloco-me à disposição para, junto com meus pares, poder, desta tribuna, fazer o debate político saudável, agradável, palatável à democracia brasileira.

Dou como lido o meu pronunciamento para que possa constar nos registros desta Casa.

Eu lhe agradeço, Sra. Presidenta.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, depois de muitos anos volto a essa Casa da qual me afastei para continuar servindo ao povo do meu Estado como Senadora, Vice-Governadora, Governadora, Ministra de Assistência Social e Secretária de Estado de Assistência e Promoção Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. É com muito orgulho que aqui represento o partido e a base de apoio da Presidenta Dilma Rousseff - a primeira mulher eleita para o principal cargo da República. Nessa posição, o meu primeiro compromisso é o de contribuir e dar todo apoio à política de erradicação da miséria extrema - missão básica do Governo Dilma. Faço isso não apenas como imperativo democrático e dever partidário, mas principalmente como compromisso de toda uma vida originada e construída entre os segmentos sociais excluídos e discriminados da sociedade brasileira. O legado social do Governo Lula se expressa principalmente na redução continuada da concentração de renda pela primeira vez em nossa história. Ninguém mais do que aquela mãe de baixa renda, com filhos para sustentar, excluída de tudo e ainda por cima discriminada por ser negra, conhece o valor concreto dos direitos democráticos conquistados pelo Governo Lula. Essa profunda transformação social que ele começou, e que agora é continuada pela Presidenta Dilma em bases mais avançadas, pode ser medida também pela elevada autoestima que o povo passou a ter. Passamos a ter orgulho de sermos brasileiros, de sermos negros e de também termos oportunidades e futuro. Nossos filhos, Sra. Presidenta, passaram a comer três refeições todos os dias, fazem cursos nas Escolas Técnicas, têm bolsa do PROUNI e trabalham com carteira assinada. Ainda falta muito, por isso o nosso povo elegeu a Presidenta Dilma para fazer avançar e consolidar as conquistas democráticas e os



programas de inclusão social. Com absoluta certeza, o Brasil de hoje, depois do Governo Lula, é muito diferente daquele do passado. Por tudo isso, Sra. Presidenta, é muito grande o meu orgulho de servir, como Parlamentar, a esse grandioso projeto de desenvolvimento nacional.

Sra. Presidenta, quero registrar aqui a minha admiração pela grande modernização da estrutura e dos serviços da Câmara e do Senado. Sinto que o Congresso está muito mais preparado para responder às demandas da democracia, em especial no que diz respeito à informatização, comunicação, transparência e interlocução com os cidadãos. Quanto maior for o acompanhamento da atividade legislativa por parte da sociedade, maior também será a responsabilidade do parlamentar de honrar o seu mandato popular.

Nesta Legislatura, o Parlamento brasileiro está totalmente em condições, tanto do ponto de vista político quanto do técnico, para desempenhar - como espera a sociedade brasileira - o grande papel de fazer avançar a democracia no País. Será uma tarefa difícil mas que a faremos com a independência própria do Poder Legislativo e respeitando a harmonia com os demais poderes da República. Os compromissos que assumimos com os eleitores de fazermos as reformas democráticas, em especial as reformas política e tributária, vamos honrar. Não é mais possível que esses temas fundamentais para o desenvolvimento econômico e político do País continuem sendo postergados. O País precisa de uma reforma política para colocar a representação política e partidária em sintonia com o novo e dinâmico Brasil econômico e social, país respeitado e ouvido em todo o mundo. Uma reforma que vise o fortalecimento dos partidos e do debate programático na sociedade e que também adote o financiamento público das campanhas como meio para libertar a representação política do poder econômico. Precisamos da reforma tributária para acabar com as guerras fiscais entre os Estados, para simplificar o sistema e reduzir a carga tributária. Uma reforma que crie um sistema tributário que não seja um freio para o crescimento econômico. Também está na ordem do dia da sociedade a regulamentação da mídia eletrônica - uma necessidade colocada tanto pela evolução tecnológica desses meios quanto pela exigência de sua maior democratização. Não podemos esquecer que a regulamentação dos meios de comunicação é uma pendência colocada desde 1988, conforme está na Constituição.

Sra. Presidenta, o compromisso fundamental não apenas do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, mas igualmente do meu partido e da base governista nesta Casa, é com a erradicação da miséria extrema no País. Nesse sentido, quero destacar o aperfeiçoamento dos programas sociais e a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. A inclusão social, marcas dos Governos de Lula e de Dilma, resgata uma dívida histórica com a grande maioria da população brasileira. Tal política não seria possível sem o novo modelo de desenvolvimento que, ao associar crescimento econômico com distribuição de renda, cria um vigoroso mercado interno de massas. Por isso é tão importante a defesa do pré-sal e do seu Fundo Social - merecidamente considerado como o nosso passaporte para o futuro. Essa enorme riqueza, cobiçada internacionalmente, foi descoberta e está sendo explorada no fundo do oceano



por tecnologia nacional desenvolvida pela nossa querida PETROBRAS, orgulho da Nação brasileira. A questão social, baseada na distribuição de renda e inclusão social, se constitui, portanto, num dos eixos fundamentais do desenvolvimento econômico. Entre 2004 e 2009 os recursos investidos na assistência social cresceram 132,6%. Enquanto em 2003 23% da população sobreviviam com $\frac{1}{4}$ do salário mínimo atual, em 2009, a rede de proteção social já tirava da pobreza 28 milhões de pessoas. A desnutrição infantil diminuiu 62%, caindo de 12,5% em 2003 para 4,8% em 2008, ficando próxima de ser extinta em 2010. Segundo um estudo do IPEA, cada real investido pelo Governo no Programa Bolsa Família se reverte em R\$1,44 no PIB e em R\$1,82 na renda das famílias beneficiadas. Portanto, gasto social é investimento e não desperdício. Isso sim representa a ampliação real da democracia, com os seus direitos e conquistas alcançando as camadas mais profundas da pirâmide social.

Sra. Presidenta, hoje o Brasil é um país respeitado no mundo. A sua política externa reflete as transformações internas e estabelece novas pontes que buscam estabelecer relações comerciais e econômicas mais justas entre os países. Somos parte do chamado BRIC, bloco formado, além de nós, pela Rússia, Índia e China. Estreitamos nossas relações com a África e aprofundamos a integração da América do Sul, fortalecendo em primeiro lugar o MERCOSUL. Seguindo a tradição de nossa política externa de defesa da paz, dos direitos humanos e das relações multilaterais, estaremos sempre onde lá estiverem nossos interesses estratégicos. Sem abandonarmos nossas relações com os países desenvolvidos, ampliamos e aprofundamos as relações com os países emergentes e subdesenvolvidos. O caminho do Brasil potência passa por uma América Latina integrada, uma África sem fome e em crescimento e um ambiente internacional pacífico. Esta Casa, Sra. Presidenta, tem muito com o que contribuir para o fortalecimento de nossa política externa independente e multilateral.

Sra. Presidenta, a eleição da primeira mulher como Presidente da República colocou em destaque a questão da igualdade de gênero. Sempre estivemos entre aqueles que defendem o enfrentamento à violência contra as mulheres. Quero aqui prestar uma homenagem a todas e a todos que lutaram pela aprovação da Lei Maria da Penha. É também notório o meu compromisso com a luta pela igualdade de gênero em todos os níveis da sociedade. A mulher vem conquistando cada vez mais seus direitos e ocupando novos espaços na sociedade e até nas Forças Armadas. Existe, no entanto, alguns espaços onde a presença da mulher é ainda muito pequena. Estamos nos referindo aos espaços de poder e de decisão. Por isso é tão importante ampliarmos esse debate neste momento em que uma mulher é eleita presidente. Isso mostra que não existe mais limite para a participação feminina o que temos de fazer é combater o preconceito que continua existindo e conquistar mais direitos para as mulheres. O nosso trabalho tem sido o de procurar desenvolver nas mulheres, especialmente aquelas dos setores excluídos, a consciência de seus direitos e de sua força.

Outra questão em que tenho compromisso público é o da igualdade racial. Nesse campo muito avançamos no Governo Lula, e aqui destaco o Estatuto da Igualdade Racial e a vitoriosa política de cotas nas universidades públicas. Ainda temos, porém, muito a navegar. As desigualdades com relação à população



negra são históricas e não serão eliminadas em um governo, mas em todo um período de políticas afirmativas continuadas. Estaremos, nesta Casa, contribuindo de forma permanente para a diminuição das desigualdades da população negra, e, ao mesmo tempo, procurando elevar a sua consciência e a sua autoestima e fortalecer a sua cultura e organização.

O tema direitos humanos é também uma área em que sempre atuei, especialmente contra a violência policial nas comunidades. Na frente da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos pude realizar políticas públicas para a Pessoa Portadora de Deficiência, para o Idoso e a população LGBT. A defesa dos direitos humanos é um tema especialmente valorizado pelos Governos Lula e Dilma, além de representar uma marca de nossa política externa.

Sra. Presidenta, é com muita honra e motivação que volto a esta Casa representando o Estado do Rio de Janeiro. Abandonado por muitos anos, quando praticamente ficou a reboque do desenvolvimento nacional, o nosso Estado se transforma, a partir do Governo Lula e da eleição de Sérgio Cabral para Governador, num dos Estados com mais investimentos e oportunidades do País. Segundo o jornal *O Globo*, de 31 de dezembro de 2010, entre os anos de 2011 e 2016 o Estado movimentou 155 bilhões de reais entre investimentos públicos e privados. Quero destacar aqui a recuperação da indústria naval pelo Governo Lula, tradicional no Estado mas que estava sucateada. Revigorada e agora geradora de empregos qualificados, a indústria naval retoma o seu lugar na economia do Rio de Janeiro e coloca novos desafios e demandas para o seu contínuo crescimento.

Contudo, em meio a tantas realizações e esperanças, se abateu na Região Serrana, pólo turístico do Estado, a tragédia provocada pelas chuvas. A sociedade brasileira não aceita mais desculpas nem justificativas para a falta de prevenção contra inundações e deslizamentos provocados pela força das águas. O Governo da Presidenta Dilma tomou a decisão de investir no sistema nacional de prevenção e no fortalecimento da Defesa Civil dos Estados e Municípios. O Governo do Rio de Janeiro também foi rápido em socorrer Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, os principais Municípios atingidos. Já estive lá por duas vezes e posso dizer que é indescritível o sofrimento dos moradores e a destruição naquelas cidades. Sabemos todos que é necessário frear e controlar o crescimento desordenado nas cidades; construir moradias para as populações das áreas de risco; fazer a recuperação ambiental dos morros e margens dos rios; organizar a população para se defender preventivamente. Esta Casa, Sra. Presidenta, tem a obrigação, como um dos Poderes da República, de cobrar, fiscalizar e contribuir para a construção de um sistema de prevenção de tragédias eficiente em nosso País.

Sra. Presidenta, como grande produtor de petróleo, o Estado do Rio de Janeiro não pode ser prejudicado na distribuição de *royalties*. Tenho a certeza de que a bancada do Estado lutará junto com o povo e o Governo do Rio de Janeiro em defesa dos *royalties* e por uma solução mais justa. Os investimentos do PAC, como o do Complexo Petroquímico de Itaboraí - COMPERJ e o Arco



Metropolitano, ligando Itaboraí ao Porto de Sepetiba, atravessando grande parte da Baixada Fluminense, são obras de grande impacto para o desenvolvimento do Estado e da Região Metropolitana. Vemos também nessas grandes obras o respeito que se tem com a questão ambiental. O desenvolvimento sustentável é um compromisso explícito do Governo Federal, e o Parlamento e a sociedade precisam estar cada vez mais conscientes de sua inevitabilidade - pois não há alternativa para a destruição do Planeta. O Brasil tem que fazer a sua parte e continuar lutando na arena internacional pela defesa do clima e do controle ambiental.

Outra questão que quero levantar aqui, de interesse vital para a sociedade brasileira, é a da segurança pública. O Governo do meu Estado vem mostrando, com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que é possível libertar a população do domínio do tráfico armado e implantar os serviços públicos nessas áreas. A ocupação policial planejada, seguida da ocupação social e da melhoria urbana, é medida indispensável para se promover a integração das comunidades. Além disso, temos as obras PAC em grandes favelas do Rio, mostrando a vontade política dos Governos Federal e Estadual em investir finalmente na inclusão dos setores carentes da sociedade. A UPP pode ser um modelo para a segurança pública daqueles Estados que enfrentam problemas semelhantes. O Rio de Janeiro avançou também em outros aspectos da inclusão social. No período em que fui Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, estendemos a rede de Proteção Social Básica, feita pelos CRAS, a todos os Municípios do Estado e elevamos o número de beneficiários do Programa Bolsa-Família de 447.630 para 641.680 famílias, o que representa um crescimento de 43%. Em relação aos jovens, outra grande preocupação tanto do Governo Federal quanto do Governo do meu Estado, houve igualmente grandes avanços nas Políticas Públicas para a Juventude. Além dos programas federais, como o PROJOVEM e outros, criamos ainda os Centros de Referência da Juventude, que promovem qualificação profissional, esporte, cultura e lazer. Nas áreas fundamentais da saúde e da educação, que representam sempre grandes desafios, estaremos dando todo o nosso apoio e contribuição no sentido de melhorar cada vez mais o acesso e o atendimento às populações carentes.

O País, mas principalmente o Estado do Rio de Janeiro, está tendo a enorme oportunidade proporcionada pelas realizações da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016. Grandes investimentos esportivos e urbanísticos já começaram a ser feitos. Esta Casa tem a responsabilidade de acompanhar e de fiscalizar, assim como a sociedade, o cumprimento dos prazos e a preparação geral para esses eventos mundiais. Estarei particularmente empenhada na promoção da inclusão esportiva para nossos jovens carentes.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, é com satisfação que vejo o nosso País passar por tantas transformações que beneficiam precisamente aqueles que sempre foram colocados à margem de tudo: o nosso povo. E minha satisfação é ainda maior quando vejo que o meu Estado está totalmente integrado e identificado com essa política nacional. A redução da concentração de renda, a inclusão social e a ampliação da cidadania são fatores essenciais do fortalecimento da Nação brasileira e de sua projeção no mundo. Isso tudo



engrandece não apenas o Executivo, mas os demais Poderes da República, elevando a nossa responsabilidade pública. O fortalecimento do regime democrático e a sua contínua ampliação com a crescente participação da sociedade nas Conferências Nacionais e no diálogo com os movimentos sociais representam conquistas da cidadania.

A minha vida pública é fruto dessa luta e é pela ampliação e aprofundamento da democracia social que continuo desempenhando a função pública.

Muito obrigada.

Documento 5/102

011.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	15/02/2011-19:32
Publ.: DCD - 16/02/2011 - 6888	NILDA GONDIM-PMDB -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Participação da mulher na política. Relevância da Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra as mulheres. Atuação da oradora em defesa dos direitos da mulher.

A SRA. NILDA GONDIM (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna pronunciar-me sobre a inserção das mulheres na política brasileira e a promulgação da Lei nº 11.340, de 2006, a já conhecida Lei Maria da Penha, que visa à segurança e integridade da mulher frente às constantes ameaças em seu núcleo familiar ou até mesmo laboral.

Essa importante ferramenta de combate à violência contra a mulher, apesar de trazer maior confiança na eficácia da justiça em caso de violência, fazendo com que o agressor cumpra realmente a pena que lhe foi imposta, acabando com as penas acessórias consideradas muito brandas, será alvo de discussão no seminário promovido no evento Mulheres na Política e em parte das comemorações relacionadas ao Dia Internacional da Mulher (8 de março). Na oportunidade nós vamos debater as conquistas já alcançadas e as que ainda temos de alcançar, como forma de fortalecer a luta da mulher brasileira por maiores espaços e por maior reconhecimento no conjunto da nossa sociedade.

Caros pares, nós que integramos a bancada feminina do Congresso Nacional temos de comemorar as conquistas recentes das mulheres: além da eleição da



Presidenta Dilma Rousseff, as duas Vice-Presidentas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são mulheres. Podemos comemorar isso e já discutir como aumentar a participação feminina, a partir da reforma política.

Sr. Presidente, gostaria de ressaltar os principais pontos da Lei Maria da Penha e seus avanços, quais sejam:

"O Brasil triplicou a pena para agressões domésticas contra mulheres e aumentou os mecanismos de proteção das vítimas. A Lei Maria da Penha aumentou de um para três anos o tempo máximo de prisão - o mínimo foi reduzido de seis meses para três meses.

A nova lei altera o Código Penal e permite que agressores sejam presos em flagrante ou tenham a prisão preventiva decretada. Também acaba com as penas pecuniárias, aquelas em que o réu é condenado a pagar cestas básicas ou multas. Altera ainda a Lei de Execuções Penais para permitir que o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.

A lei também traz uma série de medidas para proteger a mulher agredida, que está em situação de agressão ou cuja vida corra riscos. Entre elas, a saída do agressor de casa, a proteção dos filhos e o direito de a mulher reaver seus bens e cancelar procurações feitas em nome do agressor. A violência psicológica passa a ser caracterizada também como violência doméstica.

A mulher poderá também ficar seis meses afastada do trabalho sem perder o emprego se for constatada a necessidade de manutenção de sua integridade física ou psicológica(...)."

A Lei Maria da Penha define como violência doméstica contra a mulher *"qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial"*.

As formas de violência podem ser física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Gostaria também de salientar que o Brasil é o 18º país da América Latina a contar com uma lei específica para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Para concluir, Sr. Presidente, proponho antecipadamente um amplo debate sobre esse assunto de fundamental importância para a sociedade e que interessa a milhões de brasileiras que sofrem diariamente com a violência.

Finalmente, quero que as brasileiras de todos os rincões, especialmente as paraibanas, saibam que podem contar a qualquer momento com esta Parlamentar, incansável e intransigente perseguidora dos direitos femininos, especialmente em se tratando da integridade física.



Era o que eu tinha a dizer.

Documento 6/102

017.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	21/02/2011-14:15
Publ.: DCD - 22/02/2011 - 8621	NILDA GONDIM-PMDB -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Escalada da violência contra as mulheres no País. Imediata adoção, pelo poder público em parceria com a sociedade, de medidas austeras de proteção da mulher.

A SRA. NILDA GONDIM (PMDB-PB. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fico estarecida diante do índice de violência impetrada contra as mulheres, assunto que, inclusive, foi objeto de matéria do *Fantástico*. São crimes com requintes de crueldades, e, em geral, os agressores são o próprio companheiro ou marido das vítimas.

Fazem-se necessárias providências urgentes numa parceria entre os poderes públicos e a sociedade, no sentido da adoção de medidas mais austeras, e que a Lei Maria da Penha seja mais severa, com a colaboração decisiva do Ministério Público.

Não podemos assistir passivamente a tanta discriminação e violência contra as mulheres. É preciso dar um basta a essa prática.

Enquanto lutamos e mostramos que somos capazes de assumir desafios, conquistar mais espaços, superar desigualdades que ainda persistem, estamos a presenciar mulheres terem a vida ceifada tragicamente, por motivo torpe e banal.

Fica, Sr. Presidente, este registro, na esperança de que haja uma mudança radical, social, política e jurídica, direcionada à erradicação da violência e da



discriminação contra as mulheres.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputada Nilda Gondim, pelo pronunciamento. Temos mesmo de fazer o combate permanente a todo tipo de violência, principalmente o praticado contra a mulher.

Documento 7/102

021.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	23/02/2011-14:20
Publ.: DCD - 24/02/2011 - 9075	JOÃO PAULO LIMA-PT -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Escalada da violência contra a mulher no País.

O SR. JOÃO PAULO LIMA (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo hoje a esta tribuna para fazer ecoar nesta Casa matéria veiculada ontem, em diversos jornais, divulgando o resultado de pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o SESC, que expõe uma triste e vergonhosa realidade brasileira: a cada 2 minutos, cinco mulheres são espancadas no País.

Há 10 anos, eram oito mulheres espancadas a cada 2 minutos. Houve, sim, uma redução, mas não é suficiente. É necessário que não haja nenhum tipo de violência.

A pesquisa *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado* entrevistou 2.365 mulheres e 1.181 homens, com idade acima dos 15 anos, em 25 Estados brasileiros.

Segundo os resultados, que projetam uma estimativa, no período dos últimos 12 meses, 2,7 milhões de mulheres foram agredidas; 2,4 milhões sofreram ameaça de surra; 1 milhão e 300 mil foram espancadas e tiveram seus corpos marcados por cortes ou fraturas; 1 milhão e 200 mil tiveram suas roupas rasgadas ou seus pertences quebrados e 800 mil foram vítimas de ameaça sob a mira de arma de fogo ou faca.

Assim, nobres colegas, essa pesquisa deve servir como mais um alerta. Toda a sociedade deve envolver-se para mudar a realidade de violência contra as



mulheres. Como afirma o pesquisador da USP Prof. Gustavo Venturi, os dados indicam que o problema não é uma questão privada, mas um problema social.

Conhecer a realidade é o primeiro passo para transformá-la. Nesse sentido, é fundamental divulgar a citada pesquisa e outros trabalhos que denunciam a prática dessa barbárie.

Apesar de parecer um problema do passado, os dados apresentados mostram que a questão da violência de gênero é atual e preocupante. O Parlamento precisa continuar atuando junto à sociedade, apoiando iniciativas que denunciem e combatam a violência. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha representa uma vitória nessa luta. Assim devemos continuar, até que violência contra a mulher seja uma amarga lembrança na história de nossa sociedade.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, aproxima-se a data comemorativa do Dia da Mulher. A violência praticada contra as mulheres no Brasil é extremamente assustadora e é prova de que o machismo, cada vez mais, está impregnado na cultura masculina.

Finalizo dizendo que há um compositor conservador em Pernambuco que diz que o homem tem que dar todo dia na mulher para ela ficar do jeitinho que ele quer. Ele pode até nem saber por que está dando, mas ela sabe por que está apanhando.

Mas fico com Capiba:

"Sempre ouvi dizer

Que numa mulher

Não se bate

Nem com uma flor

Loura ou morena

Não importa a cor

Não se bate

Nem com uma flor

Já se acabou o tempo

Que a mulher

Só dizia então



Xô, galinha

Cala a boca, menino

Ai, Ai. Não me dê mais, não"

Estamos firmes com a luta de todas as companheiras no Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Esta Presidência parabeniza V.Exa. pelas inspiradas considerações.

Documento 8/102

024.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/02/2011-15:27
Publ.: DCD - 25/02/2011 - 9435	FÁTIMA PELAES-PMDB -AP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Números sobre a violência doméstica contra a mulher no País.

A SRA. FÁTIMA PELAES (PMDB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última semana, uma notícia chocou a sociedade amapaense: um militar, numa crise de ciúmes, ceifou a vida de sua ex-companheira e, em seguida, acabou com sua própria vida.

Infelizmente, caros colegas, notícias como essa ainda são rotina. Pesquisa recente da Fundação Perseu Abramo, que recebeu destaque nos jornais nessa semana, constatou que a cada dois minutos cinco mulheres são espancadas.

A pesquisa *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado* ouviu, em agosto do ano passado, 2.365 mulheres e 1.181 homens com mais de 15 anos de idade. Segundo os jornais, para chegarem à estimativa de mais de duas mulheres agredidas por minuto, os pesquisadores partiram de várias referências no País. E a conclusão mostra a proporção do problema, nobres colegas: cerca de 7,2 milhões de mulheres com mais de 15 anos já sofreram agressões; e, dessas, em torno de um 1,3 milhão foram agredidas nos 12 meses que antecederam à pesquisa.

As razões para as agressões, conforme relatadas pelas mulheres, são inúmeras: vão desde crises de ciúmes, apontadas por 32% das mulheres pesquisadas, ao



alcoolismo do parceiro, o que acontece em 12% das denúncias.

A Lei Maria da Penha, aprovada nesta Casa, tem feito a diferença: há 10 anos a realidade ainda era pior; cerca de 8 mulheres eram agredidas a cada 2 minutos. Entre os pesquisados, 85% conhecem a lei e 80% aprovam a nova legislação. A principal crítica dos 11% que não aprovam a lei é que consideram a legislação ainda insuficiente.

Nobres colegas, temos muito a fazer para mudar a mentalidade machista no nosso País. Quando olhamos a pesquisa feita com os homens, ainda 8% dos entrevistados admitem que agredem mulheres. Outros 48% tem amigos ou conhecidos agressores, e 25% revelam que parentes agredem as companheiras.

Dos homens que admitiram ser agressores, 43% bateram várias vezes; 14% não acreditam que suas ações foram erradas; e 15% afirmaram que bateriam de novo.

Isso é uma coisa inaceitável! Não podemos permitir que mais e mais mulheres sofram agressões, percam suas vidas por conta de uma omissão do Estado.

Avançamos com a Lei Maria da Penha. Mesmo assim, faz-se necessário mudar o que vem acontecendo nos lares deste País. Queremos uma sociedade mais igualitária, com homens e mulheres vivendo em harmonia.

Mulheres, denunciem e se afastem! Procurem a proteção do Estado e não se tornem mais um número nessa triste estatística!

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

Documento 9/102

028.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	01/03/2011-15:42
Publ.: DCD - 02/03/2011 - 10033	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apoio às ações do Governo Dilma Rousseff a favor da erradicação da miséria no País. Compromisso de atuação parlamentar em defesa do Estado do Rio de Janeiro e das mulheres brasileiras. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Congratulações ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à Presidenta Dilma Rousseff pelo avanço de programas de inclusão social, em especial pela implantação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -



SISAN. Apoio à criação do Fundo Social formado com recursos da exploração de petróleo na camada pré-sal. Apoio à política externa brasileira. Dificuldades enfrentadas pela mulher brasileira. Empenho na criação de políticas públicas de assistência integral à criança e de combate à discriminação nas relações de gênero. Ampliação dos investimentos públicos e privados no Estado do Rio de Janeiro. Transcurso do 446º aniversário de fundação do Rio de Janeiro. Importância da realização de obras de infraestrutura no Estado. Necessidade de realização das reformas política e tributária. Ampliação do Sistema Único de Saúde - SUS. Apelo aos Deputados de apoio à Frente Parlamentar em Defesa do Fundo Social do Pré-Sal. Agradecimento ao eleitorado do Estado do Rio de Janeiro pela eleição da oradora.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, é com muito orgulho que novamente retorno a esta tribuna, representando o Partido dos Trabalhadores e a base de apoio da Presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita para o principal cargo da República do nosso País. E, nessa posição, o meu primeiro compromisso é o de contribuir e dar apoio à política de erradicação da miséria extrema, missão básica do Governo Dilma.

É um orgulho representar o povo do Rio de Janeiro. Esperava eu esta oportunidade para homenagear o meu Estado no Grande Expediente. Tenho para com o povo fluminense, sobretudo para com sua parcela feminina, compromisso que honrarei até o último dia de meu mandato.

Mas não é apenas à mulher carioca e fluminense que me dirijo agora, quando se aproxima o Dia Internacional da Mulher, a ser comemorado no próximo 8 de março, dirijo-me também a todas as mulheres do Brasil.

Na condição de mulher antes de Parlamentar e com uma história de vida semelhante à de tantas brasileiras, solidarizo-me com todas aquelas que lutam por uma existência digna, por melhores condições de subsistência e para proporcionar aos filhos melhores expectativas do que aquelas que elas mesmas puderam ter; mulheres que almejam um futuro justo, que querem ser úteis à sociedade graças a seu trabalho e a seu envolvimento com a família, com a comunidade, com o País, com o mundo ao seu redor.

Estamos passando por profunda transformação social, um processo iniciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, grande brasileiro a quem, neste momento, também quero prestar uma homenagem, assim como à nossa Presidenta, Dilma Rousseff, que dará continuidade ao seu trabalho e em bases mais avançadas. Essa transformação pode ser medida também pela elevação da autoestima do povo brasileiro. Passamos a ter orgulho de sermos brasileiros, de sermos negros e de termos oportunidades e futuro. No entanto, ainda falta muito, e, por isso, o povo elegeu a Presidenta Dilma, na certeza de que ela fará avançar e consolidar as conquistas democráticas e os programas de inclusão social.

Sra. Presidenta, o compromisso fundamental não apenas do Governo Dilma Rousseff, mas igualmente do meu partido e da base governista nesta Casa é com



a erradicação da miséria extrema no País. Nesse sentido, quero destacar o aperfeiçoamento dos programas sociais e a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.

A inclusão social, marcas dos Governos Lula e Dilma, resgata uma dívida histórica com a grande maioria da população brasileira. Tal política não seria possível sem o novo modelo de desenvolvimento que, ao associar crescimento econômico com distribuição de renda, cria um vigoroso mercado interno de massas. Por isso é tão importante a defesa do pré-sal e do seu Fundo Social, merecidamente considerado como o nosso passaporte para o futuro. Essa enorme riqueza, cobiçada internacionalmente, foi descoberta e está sendo explorada no fundo do oceano, por meio de tecnologia nacional, desenvolvida pela nossa querida PETROBRAS - orgulho da Nação brasileira.

A questão social, baseada na distribuição de renda e inclusão social, constitui um dos eixos fundamentais do desenvolvimento econômico. Entre 2004 e 2009, os recursos investidos na Assistência Social cresceram 132,6%. Enquanto em 2003, 23% da população sobreviviam com um quarto do salário mínimo atual, em 2009, a rede de proteção social já tirava da pobreza 28 milhões de pessoas.

O Sr. Artur Bruno - Deputada Benedita da Silva, quando possível, V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Concedo o aparte a V.Exa. neste momento.

O Sr. Artur Bruno - Deputada Benedita da Silva, quero me congratular com V.Exa. pelo seu pronunciamento. Poucas pessoas neste País têm tanta sensibilidade, tanta história, tanto compromisso com a assistência social como V.Exa., que foi Ministra do Desenvolvimento Social. V.Exa. foi também Secretária de Estado e minha colega - fui Secretário Estadual do Ceará ao mesmo tempo em que V.Exa. era Secretária do Estado do Rio de Janeiro -, e o que V.Exa. está expressando é o pensamento da maioria do povo brasileiro. O povo brasileiro reconhece que, no Governo Lula e agora no Governo Dilma, temos uma política de distribuição de renda, temos programas sociais que efetivamente estão diminuindo drasticamente o número de pobres e de miseráveis deste País. Portanto, tenho certeza de que V.Exa., com a experiência, com o conhecimento e com a vivência que tem no trabalho social, dará grande contribuição ao Brasil. E V.Exa. já está, junto com a Frente Parlamentar do Pré-Sal, na luta para que essa riqueza seja de fato utilizada na área social, que é prioridade do Governo Dilma. Quero somar-me a V.Exa. na luta em prol de políticas de assistência social no nosso País.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço a V.Exa. o aparte. Tenho certeza de que contarei com V.Exa. na Frente Parlamentar em Defesa do Fundo Social do Pré-Sal e na luta em defesa de políticas sociais neste País.

O Sr. Sibá Machado - Deputada Benedita da Silva, também quero parabenizar V.Exa. por tudo o que já foi dito pelo companheiro que vem lá do Ceará e



acrescentar que V.Exa. foi uma brilhante Senadora da República, já governou o Estado do Rio de Janeiro e foi dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores, sendo uma liderança das mais consolidadas do Estado do Rio de Janeiro. Neste momento, ao fazer o balanço das conquistas dos dois mandatos do Presidente Lula e dos 60 dias de Governo da Presidenta Dilma Rousseff, V.Exa. demonstra, de forma profunda, que realmente temos de fazer repercutir essas conquistas e esses indicadores a que se reporta. Verificando agora o número de postos de trabalho, de empregos com carteira assinada no Brasil, constatamos que, neste bimestre, já são 152 mil os empregos gerados. Fala-se em corte orçamentário, mas estamos promovendo equilíbrio fiscal. O País não vai parar, o País precisa andar. Como disseram alguns, o Brasil é como aquele navio transatlântico que, uma vez que adquire velocidade, mesmo que puxem todos os freios, ainda assim, continuará andando. Então, parabênizo V.Exa. pelo brilhante pronunciamento e espero, naquilo que for possível, poder associar-me às bandeiras que V.Exa. tem defendido nesta Casa. Como todos dizem, o Rio de Janeiro é abençoado por Deus, e o pré-sal é mais uma riqueza que poderá colaborar para a superação definitiva do analfabetismo no País, das desigualdades tão profundas que vivemos por tantos anos. Que nesta década, esta Casa possa brindar o crescimento do Brasil, porque esse é um dos países que mais crescerá na economia mundial. Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço a V.Exa. o aparte.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, a desnutrição infantil diminuiu 62%, caindo de 12,5% em 2003 para 4,8% em 2008, ficando próxima de ser extinta em 2010.

Segundo estudo do IPEA, cada real investido pelo Governo no Programa Bolsa Família se reverte em 1 real e 44 centavos no PIB e em 1 real e 82 centavos na renda das famílias beneficiadas. Portanto, gasto social é investimento, não desperdício. Isso, sim, representa a ampliação real da democracia, com os seus direitos e conquistas alcançando as camadas mais profundas da pirâmide social.

Sras. e Srs. Deputados, hoje o Brasil é um país respeitado no mundo. A sua política externa reflete as transformações internas e estabelece novas pontes que buscam estabelecer relações comerciais e econômicas mais justas entre os países. Somos parte do chamado BRIC, bloco formado, além de nós, pela Rússia, Índia e China, estreitamos nossas relações com a África e aprofundamos a integração da América do Sul, fortalecendo em primeiro lugar o MERCOSUL. Seguindo a tradição de nossa política externa de defesa da paz, dos direitos humanos e das relações multilaterais, estaremos sempre onde lá estiverem nossos interesses estratégicos. Sem abandonarmos nossas relações com os países desenvolvidos, ampliamos e aprofundamos as relações com os países emergentes e subdesenvolvidos.

O caminho do Brasil potência passa por uma América Latina integrada, uma África sem fome e em crescimento e um ambiente internacional pacífico. E esta Casa, Sra. Presidenta, tem muito com o que contribuir para o fortalecimento de



nossa política externa independente e multilateral.

A eleição da primeira mulher Presidenta da República Federativa do Brasil colocou em destaque a questão da igualdade de gênero - e sempre estive entre aqueles que defendem o enfrentamento à violência contra as mulheres.

De fato, hábitos sedimentares de nossa cultura predominantemente masculina ainda passam ao largo de muitas das dificuldades que enfrenta a mulher brasileira, mal compreendida em sua essência feminina.

Para ficar no âmbito do mercado de trabalho, lembro que desde o momento em que busca um emprego, a mulher sofre restrições, inclusive no tocante a salários, e, se admitida, continua cerceada em suas aspirações de desenvolvimento e ascensão. À falta de políticas públicas de integral assistência à criança, essa mulher, ao tentar conciliar a já difícil realização profissional com o desejo sagrado da maternidade, vê-se entre dois mundos quase inconciliáveis na prática cotidiana.

O Sr. Antonio Brito - Peço a V.Exa. um aparte, Deputada.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Concedo o aparte a V.Exa.

O Sr. Antonio Brito - Exma. Deputada, registro o trabalho feito por V.Exa. quando Ministra da Secretaria de Assistência e Promoção Social do Brasil. Na implementação da Lei Orgânica do SUAS, por ocasião da IV Conferência, estivemos juntos, V.Exa., Ministra, e eu, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Hoje, a Presidenta Dilma Rousseff, primeira Presidenta do Brasil, está na Bahia, anunciando o aumento do Bolsa Família, que foi unificado no período em que V.Exa. era Ministra. Esse registro histórico é importante para constataremos o trabalho desenvolvido por V.Exa. em prol da assistência social deste País.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço a V.Exa. o aparte. Honra-me saber que V.Exa. acompanhou o meu trabalho no Ministério na época em que estava na Presidência do Conselho.

Sras. e Srs. Deputados, não bastante tudo isso, a violência, assim como a exploração infanto-juvenil, continua presente em muitos lares e no submundo urbano Brasil afora, realimentando a permanente submissão da mulher a ditames e valores predominantemente masculinos. As estatísticas continuam assustadoras. Não falo apenas, nobres colegas, do que sei pela evidência dos números, falo do que vejo, falo do que me chega ao conhecimento, falo principalmente do que sempre assisti nas comunidades carentes onde morei, embora não ignore que o fenômeno não é "privilégio" - entre aspas - de mulheres pobres. Também aquelas pertencentes às classes mais abastadas são vítimas da perversidade de pais, maridos, irmãos e até estranhos, que se julgam no direito de lhes decretar vida ou morte.

Mais comuns do que se imagina são situações em que a mulher é maltratada,



espancada e violentada, ou em que testemunha filhas, não raro muito pequenas e absolutamente indefesas, serem seviciadas dentro da própria casa e, mesmo assim, por medo, subalterna diante das piores ameaças, não apenas se cala, mas, muitas vezes, se imola, oferece-se em holocausto, num círculo que jamais se interrompe.

Poucas têm condições de repetir o que fez, por exemplo, Maria da Penha Maia, cujo gesto de bravura e determinação levou à criação da Lei Contra a Violência Doméstica e Familiar. A chamada Lei Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2007 pelo Presidente Lula, que, na ocasião, disse: *"Essa mulher renasceu das cinzas para se transformar em um símbolo da luta contra a violência doméstica em nossos País"*.

Outra questão com que tenho compromisso público, Sra. Presidenta, é a da igualdade racial, campo em que também muito avançamos no Governo Lula - e destaco o Estatuto da Igualdade Racial e a vitoriosa política de cotas nas universidades públicas. Ainda temos, porém, muito a navegar. As desigualdades em relação à população negra são históricas e não serão eliminadas em um só governo, é necessário todo um período de políticas afirmativas continuadas. Dessa forma, nesta Casa, quero contribuir de forma permanente para a diminuição das desigualdades enfrentadas pela população negra e para o fortalecimento de nossa cultura e organização.

O tema dos direitos humanos é também uma área em que sempre atuei. Não abro mão dele e da parceria com o Governo Federal.

O meu querido Rio de Janeiro, que foi abandonado por muitos anos e praticamente ficou a reboque do desenvolvimento nacional, a partir dos Governo Lula e Sérgio Cabral, transformou-se num dos Estados com mais investimentos e oportunidades do País - foi registrado um movimento de 155 bilhões de reais de investimentos públicos e privados.

Merece destaque a recuperação da indústria naval, que, embora tradicional no Estado, estava sucateada. Hoje, revigorada e geradora de empregos qualificados, a indústria naval retoma o seu lugar na economia do Rio de Janeiro e se coloca diante de novos desafios e demandas para o seu contínuo crescimento.

Contudo, em meio a tantas realizações e esperanças, na Região Serrana, polo turístico do Estado, fomos atingidos por uma tragédia provocada pelas chuvas. Felizmente, o Governo da Presidenta Dilma já tomou a decisão de investir no sistema nacional de prevenção e no fortalecimento da Defesa Civil dos Estados e Municípios. O Governo do Rio de Janeiro também foi rápido em socorrer Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, os principais Municípios atingidos.

Posso dizer que foi indescritível o sofrimento dos moradores e a destruição naquelas cidades. E sabemos todos que é necessário frear e controlar o crescimento desordenado nas cidades; construir moradias para as populações das áreas de risco; fazer a recuperação ambiental dos morros e margens dos



rios; organizar a população para se defender preventivamente.

Esta Casa, Sra. Presidenta, tem o dever, como integrante de um dos Poderes da República, de cobrar, fiscalizar e contribuir para a construção de um sistema de prevenção de tragédias eficiente em nosso País, mas também apoiar iniciativas emergenciais que fujam ao controle de qualquer vontade política.

Os investimentos do PAC, como o do Complexo Petroquímico de Itaboraí - COMPERJ e o Arco Metropolitano, que liga Itaboraí ao Porto de Sepetiba, atravessando grande parte da Baixada Fluminense, são obras de grande impacto para o desenvolvimento do Estado e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Vemos também nessas grandes obras o respeito que se tem com a questão ambiental. Aliás, o desenvolvimento sustentável é um compromisso explícito do Governo Federal, e o Parlamento e a sociedade precisam estar cada vez mais conscientes de sua inevitabilidade, pois não há outra alternativa para o Planeta. O Brasil tem de fazer a sua parte e continuar lutando na arena internacional pela defesa do clima, do controle ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Outra questão de interesse vital para a sociedade brasileira que quero levantar aqui é a da segurança pública. O Governo do meu Estado vem mostrando, com as UPPs - Unidades de Polícia Pacificadora, que é possível libertar a população do domínio do tráfico armado e implantar serviços públicos nessas áreas. A ocupação policial planejada, seguida da ocupação social e da melhoria urbana, é uma medida indispensável para se promover a integração das comunidades.

Além disso, temos as obras PAC em grandes favelas do Rio mostrando a vontade política dos Governos Federal e Estadual de investir na inclusão dos setores carentes da sociedade. As UPPs podem ser um modelo para a segurança pública dos Estados que enfrentam problemas semelhantes.

O Rio de Janeiro avançou também em outros aspectos da inclusão social. Estendemos a Rede de Proteção Social Básica, feita pelos Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, a todos os Municípios do Estado e elevamos o número de beneficiários do Programa Bolsa Família de 447.630 para 641.680 famílias, um crescimento de 43%.

Em relação aos jovens, outra grande preocupação tanto do Governo Federal quanto do Governo do Estado, merecem destaque as políticas públicas para a juventude. Além dos programas federais, como o PROJOVEM, há os Centros de Referência da Juventude, que promovem qualificação profissional, esporte, cultura e lazer.

Nas áreas fundamentais da saúde e da educação, que representam sempre grandes desafios, estaremos dando todo o nosso apoio e contribuição no sentido de melhorar cada vez mais o acesso e o atendimento às populações carentes.

Sra. Presidenta, quero ainda lembrar a esta Casa que a minha cidade do Rio de Janeiro comemora hoje 446 anos de fundação. O grau de investimento que a cidade do Rio de Janeiro recebeu de agências de classificação de risco, no final



do ano passado, foi um presente de aniversário antecipado. O Rio está hoje no mapa global como importante centro financeiro e de negócios, abrindo suas portas para a chegada de novos investidores estrangeiros.

O Rio vive importante momento na articulação política e na união dos Governos. As três esferas administrativas - municipal, estadual e federal - estão juntas pela primeira vez na história, e isso tem gerado resultados eficientes na redução da pobreza, na habitação popular, na saúde e na segurança pública.

Além disso, o Rio vai sediar a final da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A propósito, ressalto a importância dos investimentos em infraestrutura, lembrando que o Rio tem e sempre terá grande responsabilidade na imagem que o País projeta para o exterior. Por isso, nobres colegas, este não é apenas mais um aniversário de uma cidade. É o aniversário de um dos símbolos da nossa brasilidade.

Sra. Presidenta, é com satisfação que vejo o nosso País passar por tantas transformações que beneficiam os que sempre foram colocados à margem de tudo. E minha satisfação é ainda maior quando vejo que o meu Estado está totalmente integrado e identificado com essa política nacional. A redução da concentração de renda, a inclusão social e a ampliação da cidadania são fatores essenciais do fortalecimento da Nação brasileira e de sua projeção no mundo.

Isso tudo engrandece não apenas o Executivo, mas também os demais Poderes da República, elevando a nossa responsabilidade pública. O fortalecimento do regime democrático e a sua contínua ampliação, com a crescente participação da sociedade nas conferências nacionais e no diálogo com os movimentos sociais, representam conquistas da cidadania.

A minha vida pública é fruto dessa luta, e é pela ampliação e aprofundamento da democracia social que continuo desempenhando a função pública.

Por tudo isso, dou parabéns ao Governador Sérgio Cabral, ao ex-Presidente Lula e, agora, à Presidenta Dilma, que está abraçando o meu Estado e a minha cidade. Parabenizo também a Capital do Estado e o Prefeito Eduardo Paes, que está realizando um excelente trabalho.

De igual forma, ressalto que precisamos cada vez mais olhar para a discriminação e o preconceito de gênero que ainda predominam nas nossas relações.

Aproxima-se o Dia Internacional da Mulher, data em que não apenas comemoraremos avanços significativos, mas vamos também apresentar novas proposições a esta Casa, para reconquistarmos direitos que foram tirados de nós, mulheres, e conquistarmos outros.

A reforma política é importante para as mulheres, assim como é importante para o País. O mesmo ocorre em relação à reforma tributária - e dela não abrimos mão - e ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de



Assistência Social, com o qual e estarmos de braços dados na promoção de políticas públicas de inclusão de gênero.

Precisamos olhar com mais atenção a saúde da mulher neste País, porque muitas de nós ainda morrem de câncer de útero e de câncer de mama. Não é mais possível convivermos com essa situação.

Ainda temos, principalmente entre nós, mulheres negras, incontáveis casos de elevado grau hipertensivo. Quanto à chamada obesidade mórbida, há poucos hospitais que nos oferecem tratamento, e queremos que o SUS faça esse atendimento.

Teria ainda muitas outras questões a abordar nesta tarde, infelizmente, o tempo não me permitirá fazê-lo, mas espero, nestes quatro anos de mandato, ocupar esta tribuna reiteradas vezes.

Para concluir, então, peço aos companheiros e companheiras que assinem o pedido de criação da Frente Parlamentar do Fundo Social do Pré-Sal, que estou promovendo nesta Casa juntamente com outros pares.

A Presidenta Dilma estabeleceu como prioridade para a utilização desses recursos a saúde, a educação e o combate à miséria em nosso País, e conto com a assinatura dos nobres colegas para que possamos nos somar nesta Casa e garantir a seguridade social ao povo brasileiro. Esse é o meu desejo.

Mais uma vez, obrigada, meu Estado do Rio de Janeiro, pelos 71.036 votos que recebi. Depois de alguns anos distante desta Casa, retorno para cumprir o meu papel e o meu dever com o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, e com o povo fluminense.

Agradeço a Deus, sabendo que, sem a obra, a fé é morta. E tenho a minha fé, minha esperança e a minha expectativa de que esta Casa marchará cada vez mais, independentemente das siglas partidárias, para que este País continue crescendo.

Feliz é a nação cujo deus é o Senhor!

Espero que Deus abençoe cada vez mais a querida Nação brasileira.

Muito obrigada.



Publ.: DCN -JANETE ROCHA PIETÁ- COORDENADORA DA BANCADA
02/03/2011 - 562 FEMININA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS-PT -SP
CONGRESSO HOMENAGEM HOMENAGEM
NACIONAL DISCURSO

Sumário

Homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP.) - Sra. Presidente, hoje é um dia de luta, de luto e de celebração.

Gostaria que todas olhassem para essas mulheres, Deputadas e Senadoras, que compõem a Câmara e o Senado. Vocês estão vendo cada fotografia no painel, mas quero pedir a elas que se levantem porque, afinal de contas, este é o nosso dia e porque travamos uma luta permanente para sairmos da invisibilidade.

Um abraço especial a Eliane Rolim, que disse que não viria hoje porque está com um problema em família, mas aqui está.

Gostaria que todas as Deputadas se levantassem neste momento. (*Palmas.*) Recebam uma salva de palmas. Todas são batalhadoras.

Aqui eu represento vocês. Aí estão suas fotos, mulheres de luta, mulheres que se empenham e por isso foram eleitas.

Eu quero fazer uma homenagem especial à Senadora Marta Suplicy, que neste momento preside a sessão. Marta, você foi a primeira mulher eleita no Estado de São Paulo para o Senado Federal. Isso para nós é uma honra, assim como o fato de termos agora a primeira mulher Presidenta. Parabéns, Marta, eu sei o quanto foi difícil a sua eleição e o quanto você nos representou, há muitos anos, no programa cuja música-tema dizia "*Por isso não provoque. É cor de rosa choque*".

Quero dar um abraço especial às nossas Ministras.

Ana Buarque, como foi bonito ouvir você falar da nossa Pagu e dos 100 anos de Lélia Abramo. Aproveito a oportunidade para dizer que, este ano, também faz 100 anos de Maria Bonita. E, ainda, quero saudar Dandara.

Agradeço à minha amiga que integra a Mesa, Vanessa Grazziotin, com quem convivemos carinhosamente. Vanessa, sempre muito amiga, é agora Senadora.

Um beijo especial na nossa Rosana Ramos, representando aqui a Ministra Iriny Lopes, que, juntamente com Alice Portugal e a Senadora Lídice da Mata, está na Bahia, com a Presidenta Dilma Rousseff.

Portanto, finalizo os agradecimentos e os abraços em todas as agraciadas, da Liége, que está na ponta, à representante da Carmen, da Secretaria de Mulheres



Trabalhadores Rurais.

Nós da Bancada Feminina estabelecemos como prioridade a mulher no poder, o empoderamento da mulher, pelo fim de toda e qualquer violência e pelo fim da extrema pobreza e da miséria. Este é o *slogan: Mulher no poder, sem violência, sem pobreza.*

Quero registrar que lugar de mulher é na política. Devemos terminar com esse dito de que lugar de mulher é na cozinha. Não, lugar de mulher é na política! Lugar de mulher é em todos os lugares!

Ainda temos muito a fazer. Quero brincar com os ditos populares e dizer: em briga de marido e mulher, o Estado mete a colher - é a Lei Maria da Penha.

Nós queremos defender essa lei (*palmas*); queremos mais casas-abrigo; queremos juizados especiais de mulheres em todos os Estados; queremos que, na próxima Legislatura, tenhamos representantes em todos os Estados. Nesta Legislatura, não temos representantes em Sergipe, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Repito que a Bancada Feminina na Câmara é atuante. E as novas Deputadas merecem o nosso respeito porque elas estão fazendo a diferença.

Nós mulheres queremos e devemos lutar como Legisladoras para que tenhamos o direito de decidir e para que o nosso Estado seja laico.

Este ano celebramos o Dia Internacional da Mulher de uma forma que nos enche de alegria: temos na Presidência da República Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar esse cargo em nosso País. Por isso, estamos ainda mais empenhadas com a mensagem *Mulher no poder, sem violência, sem pobreza.* A sociedade brasileira saiu fortalecida do recente processo eleitoral. Mais uma vez o País inteiro foi às urnas em um clima de perfeita normalidade, pleno funcionamento das instituições e irrestrita manifestação política.

E desse processo resultou um fato histórico: após a eleição de um operário metalúrgico para a Presidência da República, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva será sucedido por Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita Presidenta do Brasil.

Essa vitória é um importante passo na luta das mulheres brasileiras por igualdade e maior participação na política. Como temos sempre repetido nas celebrações do 8 de Março, *"lugar de mulher é na política"*. Além de mães, esposas, companheiras, trabalhadoras, também podemos - e devemos - ser gestoras, Parlamentares. O mundo da política precisa refletir a diversidade da nossa população e contar com a participação de representantes de todos os segmentos da sociedade.

Em 2010 foram eleitas 46 Deputadas, estando em exercício 44 Deputadas Federais. Infelizmente três Estados - Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Sergipe



- não elegeram nenhuma Deputada Federal.

Dilma Rousseff chega à Presidência da República trilhando o caminho aberto por outras pioneiras em cargos executivos.

Em 1928, antes mesmo de as mulheres obterem o direito de votar, Alzira Soriano foi eleita Prefeita de Lajes, Rio de Grande do Norte, sendo considerada a primeira mulher da América Latina a assumir o governo de uma cidade. Em 1986, Maria Luiza Fontenele foi eleita a primeira Prefeita de uma capital: Fortaleza, Ceará. Em 1989, Luiza Erundina foi eleita prefeita da maior cidade do País, São Paulo.

Destaco as eleições dessas primeiras mulheres, às quais poderíamos acrescentar muitos outros feitos pioneiros das mulheres, para ressaltar o longo processo de amadurecimento da sociedade brasileira na luta pela igualdade. É lógico que apenas a eleição de uma mulher para Presidenta do Brasil, minha reeleição, a revitalização da Bancada Feminina na Câmara - que tenho a honra de coordenar atualmente - não são um passe de mágica com o poder de resolver de imediato todos os problemas. Ainda temos muito a conquistar na promoção da igualdade entre mulheres e homens, no combate a toda e qualquer forma de violência contra as mulheres.

Acima de tudo, o resultado das últimas eleições prova que a sociedade brasileira está engajada no projeto de inclusão, de desenvolvimento sustentável que alcance todas as mulheres e homens deste País, sem deixar ninguém para trás, sem discriminar entre grupos e pessoas. Esse projeto que começou com o Governo do Presidente Lula terá continuidade e se aprofundará com o Governo da Presidenta Dilma. Nós da Bancada Feminina estaremos trabalhando para que conquistemos mais e melhores resultados o mais rapidamente possível.

Também temos que registrar que a Lei Maria da Penha completa 5 anos. É uma conquista da sociedade brasileira na luta para combater a violência contra as mulheres.

Não deveria ser preciso haver uma lei como essa; não deveria haver mulheres sendo agredidas e sofrendo violência, principalmente no ambiente doméstico. Mas a violência contra as mulheres é um mal que aflige nossa sociedade. Por isso é fundamental termos a Lei nº 11.340, de 2006 - Lei Maria da Penha -, que tramitou no Congresso Nacional (PL 4.559/2004) de 3 de dezembro de 2004 a 22 de março de 2006, tendo sido sancionada pelo Presidente Lula em 7 de agosto de 2006.

Faço esse brevíssimo histórico para ressaltar a relevância dessa legislação e a importante conquista que representa. De fato, foi uma enorme vitória a tramitação e aprovação de uma lei que combate a violência contra as mulheres. Através do nosso trabalho nos movimentos sociais, nos espaços de poder, na sociedade em geral, na visibilização do tema nos meios de comunicação, avançamos no sentido de a violência doméstica ser percebida como ela é, ou seja, como um ato de violação aos direitos humanos.



Proclamemos sempre: "*Sem direitos das mulheres, os direitos não são humanos*".

Obviamente é uma situação dramática com enormes repercussões na vida da família. Conviver com uma situação de violência doméstica é terrível para a esposa, a companheira, os filhos do casal. Ainda mais complicado é a vítima ter condições de romper o ciclo de violência e fazer a denúncia.

Sabemos dos constrangimentos e diversos mecanismos que servem de desestímulo para a denúncia das vítimas. Também sabemos que, em muitos casos, a agressão física se dá em uma escalada, iniciando com o que se considera "leve".

Ora, não há agressão banal. Não há violência leve. Toda violência é um ato que agride a pessoa na sua mais profunda condição e as políticas públicas devem fazer valer o princípio da mais absoluta integridade física e moral de cada indivíduo. Por isso, é fundamental o fortalecimento de uma lei que combate toda uma cultura patriarcal que tem colocado as mulheres em uma situação de vulnerabilidade.

Por isso é importante registrar os avanços da Lei Maria da Penha. Primeiro, essa lei deixa muito claro: em briga de marido e mulher, o Estado mete a colher. Segundo, com essa legislação, conseguimos caracterizar a violência contra a mulher, não apenas como física, mas também como psicológica e moral, patrimonial e institucional. Igualmente destaca-se o art. 17, que veda penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária em caso de violência contra as mulheres. Com isso, impede-se a banalização da violência.

Entendendo o caráter permanente desse enfrentamento para promover condições de igualdade e combate à violência contra as mulheres, acho importante apontar as novas metas a serem conquistadas:

- Incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas, aprovação do PL 7.627, de 2010;
- Criação de mais juizados especiais de violência contra a mulher;
- Apoio para casas abrigo e centros de referência;
- Capacitação de profissionais;
- Ampliação e fortalecimento de Conselhos Municipais de Direitos da Mulher.

Creio que esses avanços serão conquistados através da intervenção do Estado e seus mecanismos como políticas públicas. Entretanto, acho que é um componente fundamental desse processo o papel da sociedade civil organizada divulgando a lei e educando toda a sociedade, como forma de empoderar as mulheres e eliminar toda forma de violência.

Nessa linha de ação, a Bancada Feminina está empenhada na defesa de uma



reforma política que contemple a ampliação da participação das mulheres no processo político-eleitoral. As mulheres já exercem um papel de liderança nas atividades políticas em âmbito local, mas cabe transformar os partidos políticos em um ambiente que acolha e incentive a efetiva participação das mulheres em todos os níveis: municipal, estadual, nacional.

Quero dizer, para finalizar, que a bancada tem algumas prioridades, dentre elas o PL 6.653, que trata da equidade no mundo do trabalho, e a PEC da Licença-Maternidade.

Nós da Bancada Feminina vamos estar atuantes na reforma política. Nós queremos lista, sim, mas queremos uma lista que tenha uma mulher e um homem. Somos 52% da população, portanto, devemos lutar por meio a meio, uma mulher nessa lista e um homem.

Queremos que o financiamento seja público e que os partidos cumpram a decisão da minirreforma, que estabelece que 5% do Fundo Partidário tem de ser para a formação de novas lideranças femininas.

Queremos políticas públicas e que haja mais restaurantes populares, mais lavanderias comunitárias, mais creches para mulheres e homens. Lavanderias comunitárias e cozinhas comunitárias também são lugar de homem, assim como lugar de mulher é em todo lugar. Queremos direitos iguais. Queremos ser representadas em todos os espaços: na política, na economia, na cultura, na educação.

Muito obrigada a todas e a todos.

Documento 11/102

030.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	02/03/2011-16:58
Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10541	ROSE DE FREITAS (PRESIDENTE)-PMDB -ES	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Agradecimento à Deputada Cida Borghetti pelo encaminhamento à Presidência do trabalho intitulado A Força da Mulher no Parlamento Paranaense e de cartilha informativa sobre a prevenção do câncer de mama. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Reconhecimento do valor da mulher brasileira. Conquistas e desafios da classe feminina.



Transcurso dos aniversários natalícios dos Deputados André Vargas e Pedro Fernandes.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Antes de encerrar esta sessão, quero parabenizar e agradecer à Deputada Cida Borghetti pelo trabalho que entregou a esta Mesa: *A Força da Mulher no Parlamento Paranaense*, e também pela cartilha informativa sobre prevenção e redução da mortalidade por câncer de mama.

Gostaria de distribuir este trabalho a todos os gabinetes desta Casa, a toda esta Casa, para que todos pudessem ler.

Para todas nós, mulheres, é uma honra tê-la nesta Casa como Parlamentar, somando-se ao esforço da bancada feminina.

Posso hoje falar, desta Mesa, em nome das mulheres do Parlamento brasileiro, da importância que foi o dia de hoje, pela semana que virá, pelo passado de tantas conquistas e lutas.

Reconhecemos em cada mulher brasileira - a que está na Taquigrafia, a que trabalha na cantina, as que trabalham nas nossas redações, as que trabalham na Secretaria-Geral da Mesa, as que estão assistindo à sessão -, nas Parlamentares e nas trabalhadoras em geral o seu valor.

Comemoramos o Dia Internacional da Mulher olhando para trás, mas sempre olhando para a frente. Muito foi feito, há muita história a ser contada de conquistas recentes. Em 1932, a mulher conquistou o direito ao voto.

Portanto, as mulheres brasileiras podem comemorar com palavras, com festas, com atos solidários, mas nunca podemos nos esquecer de que a maior comemoração que temos a fazer é a da nossa unidade em favor das lutas que ainda temos a travar.

Para todas as mães do Brasil quero dizer que esta não é a luta apenas da mulher trabalhadora, mas de uma mãe.

Hoje conquistamos aqui o direito de permanecer unindo a família em torno de um sentimento fraterno, conciliando avôs e avós com os seus netos.

Falamos, ainda nesta sessão, sobre a necessidade de propiciar mais dignidade às mulheres quando qualquer episódio ensejar uma revista íntima, para que ela se faça adequadamente, no foro policial ou fora dele, por outra mulher, evitando que haja abuso de qualquer natureza, agressão física ou moral às mulheres brasileiras.

Enquanto falamos sobre isso, Deputada Cida Borghetti, sabemos que estamos ainda convivendo com índices altíssimos de violência contra a mulher. Tal como V.Exa. cita em sua cartilha, ainda estamos lutando para tratar do câncer de



mama. Não tivemos, no Orçamento da União - e não foi por falta de emenda, de iniciativa -, recursos destinados a tratar o conhecido câncer de mama, doença que, se diagnosticada precocemente, não levaria a óbito inúmeras mulheres.

No entanto, nós mulheres temos muito a comemorar. Eu, especialmente, quero falar de várias mulheres que conheci nesta Casa: da Cristina e da Moema Santiago, que passaram por aqui; da Benedita da Silva, que aqui está; da Abigail Feitosa e de várias mulheres que frequentaram o nosso Parlamento e deixaram aqui a sua história de vida.

Mas quero falar também sobre aquelas que nos deram a vida - e nós aqui demos vida a elas -: minha mãe, D. Lourdes, que hoje faz aniversário; a minha filha Júlia, que é uma grande mulher, lutadora e que, com certeza, dará à luz um dia a uma outra mulher.

E nós vamos continuar o nosso ciclo de vida celebrando nossas conquistas, avançando em nossos direitos e com a certeza de que, se formarmos uma consciência própria da mulher, com seu sentimento fraterno, de justiça, de igualdade, vamos ajudar a conceber, a formatar uma sociedade mais justa e mais igual.

Mulheres ainda ganham pela mesma atividade profissional salários diferenciados, muitas em cima de suas máquinas de costura, muitas dentro de fábricas, muitas dando aulas, muitas dirigindo ônibus, muitas economistas, advogadas. E as diferenças estão sempre presentes no nosso dia a dia.

Portanto, quero saudar todas as mulheres. Deixo em especial um beijo carinhoso a D. Lourdes e a Júlia Maria. Meu beijo de saudação a todas as mulheres do Brasil que acompanham a nossa sessão.

Ali estão duas mulheres valiosas: a nossa Jeidy, repórter da *Rádio Câmara*, e a eterna amiga Madalena, que sempre está conosco nos abraçando no dia a dia. O nosso abraço, também, às componentes da nossa equipe: Gleice, Catarina, Suzi, Solange.

Registro que hoje fazem aniversário André Vargas e Pedro Fernandes, nossos companheiros de Casa.

Cida, nós duas ficamos para terminar esta sessão.



Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Persistência da prática de violência contra a mulher no País, não obstante a implementação da Lei nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra a mulher. Defesa da aplicação de penas severas aos praticantes de atos de selvageria contra as mulheres. Implantação de medidas em prol da igualdade de gênero no Brasil. Conquistas alcançadas pela mulher na esfera política. Não implementação por Estados brasileiros de políticas de enfrentamento da violência contra a mulher. Confiança do povo brasileiro na plena execução da Lei Maria da Penha pela Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. DR. JORGE SILVA (PDT-ES. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.)
- Sra. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, cidadãos brasileiros que nos assistem pela *TV Câmara*, venho mais uma vez a esta tribuna com o intuito de prestar uma singela homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Sra. Presidente, é relevante trazer à baila que em 2006 foi sancionada a Lei nº 11.340, conhecida como "Lei Maria da Penha", instrumento legal que reconhece a violência doméstica em todos os graus, seja física, seja sexual, seja patrimonial, seja moral, incluindo ainda a agressão psicológica, a humilhação, a rejeição e a discriminação.

A sociedade brasileira aplaudiu a "Lei Maria da Penha", repudiando todo tipo de violência contra as mulheres, por serem tais atos considerados como principais formas de violação dos direitos humanos, por ferirem os direitos à vida, à saúde, à cultura e à integridade física, psicológica e moral.

Acontece que, apesar do avanço que a Lei nº 11.340 representa, ainda persistem atos que merecem ser repudiados: mulheres são espancadas e agredidas por maridos e/ou companheiros, havendo casos de cárcere privado e até de assassinatos, ocorrendo tais crimes às vezes na presença dos filhos.

É lamentável que tais atos de selvageria contra a mulher não levem os agressores a penas severas (cadeia), uma vez que, na maioria dos casos, os mesmos são beneficiados com penas alternativas, tais como doação de cestas básicas e prestação de serviços comunitários.

O Brasil caminha para mudanças, buscando novos rumos nas relações humanas, políticas e sociais. A eleição da primeira mulher para a Presidência da República é um sinal positivo de que caminhamos para o total respeito à condição humana e à igualdade de gênero.

Os votos conferidos à Presidenta eleita e à candidata Marina Silva foram uma



demonstração inquestionável de que o Brasil de hoje é outro. A demonstração de confiança na mulher também se reflete na composição do Congresso Nacional, inclusive na formação das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, razão pela qual a sociedade exige um posicionamento mais firme das integrantes das Casas legislativas no sentido do cumprimento da Lei nº 11.340 em sua plenitude.

Não é possível conviver com os atos de violência contra as mulheres em pleno século XXI, coisas de um passado de barbárie praticados em um país que se proclama civilizado.

Não dá para acreditar que alguns Estados deixam de receber verbas federais destinadas à implementação de políticas de enfrentamento da violência contra a mulher por não assinarem o Pacto Contra a Violência. Displícência ou negligência?

O povo brasileiro espera e acredita que a Presidenta Dilma Rousseff contribuirá para a plena implementação da Lei Maria da Penha, resgatando a dignidade da mulher no cenário nacional, no processo de cidadania a ser conquistado com o respeito ao que ela representa na formação de um novo Brasil, mais justo e igualitário.

Meu muito obrigado.

Documento 13/102

029.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	02/03/2011-14:36
Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10413	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Deputado Delegado Protógenes pela defesa dos direitos dos auditores fiscais em reunião da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Casa. Anúncio, pela Presidenta Dilma Rousseff, por ocasião de sua visita ao Estado da Bahia, de reajuste dos valores do Programa Bolsa Família e de outros programas sociais e de redimensionamento do abastecimento de gás natural no País. Importância da Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra a mulher.



A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Agradeço ao Deputado Delegado Protógenes, porque a emenda era minha, por garantir esse direito dos auditores fiscais.

Sr. Presidente, a Presidenta Dilma Rousseff e a Ministra Irlaynny Lopes estiveram ontem no Município de Irecê, na Bahia, para anunciar o reajuste dos benefícios do Programa Bolsa Família e de uma série de outros programas sociais. Ao entardecer, em Salvador, a Presidenta garantiu a assinatura de convênio de grande porte com a PETROBRAS, para redimensionar o abastecimento de gás natural em nosso País. Foi um dia muito importante, em que a Lei Maria da Penha também foi tema central. Esse instrumento é de grande valia para as mulheres brasileiras, e nós edificaremos cada vez mais a luta para manter intacta essa lei. Na ambiência política com a primeira mulher a ocupar a Presidência do Brasil, vamos conseguir equalizar direitos.

Não é a guerra dos sexos, mas a garantia de direitos iguais.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Delgado) - Parabéns, Deputada Alice Portugal!

Documento 14/102

029.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	02/03/2011-15:30
Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10426	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Realização da exposição 5 anos da Lei Maria da Penha - os avanços legislativos em defesa da mulher, por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação da oradora em reunião do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS - UNAIDS, destinada ao debate da incidência da doença na população feminina. Transcurso do 446º aniversário de fundação do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, agradeço a V.Exa. e confesso que, às vezes, fico um pouco angustiada, porque quem chega bem cedo para se inscrever fala geralmente por último na Casa. Isso já acontece há muitos anos, o que é muito ruim. A cada hora se concede a palavra para discursos de 1 minuto, discursos por escrito, etc., e vamos ficando no final da fila.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, preocupo-me em fazer este registro porque já se iniciou o mês de março e, ontem, a cidade do Rio de Janeiro completou 446



anos. A minha preocupação hoje é agregar a esta comemoração uma outra, que também quero deixar registrada: a abertura nesta Casa da exposição *5 anos da Lei Maria da Penha*, que marca o mês de março, assim como o Dia Internacional da Mulher, que cairá numa terça-feira de carnaval, portanto não teremos sessão desta Casa antes desse dia.

Eu gostaria de recuperar, a partir da discussão da Lei Maria da Penha, duas questões que considero muito importantes. A primeira é que a Lei Maria da Penha - para quem não sabe, digo que fui Relatora da lei, portanto tenho a minha assinatura em seu texto - é um dos orgulhos da minha vida parlamentar, porque não foi feita a partir de uma discussão em um gabinete, mas a partir de um circuito nacional que realizamos. Coletamos da população deste País inteiro as especificidades culturais, as desigualdades de resposta institucional e informações sobre as dificuldades das mulheres e dos seus filhos, filhos de lares violentos, na realidade brasileira.

Além disso, inovamos numa série de direitos e benefícios, e posso garantir aos senhores que a Lei Maria da Penha, depois de tanto estudo e trabalho, é absolutamente constitucional. Assim é vista pela grande maioria do Poder Judiciário e pelo Congresso Nacional, tendo sido aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado da República. Lamento o fato de alguns juízes, por visão ideológica cultural diferenciada, tentarem desqualificar a Lei Maria da Penha.

Proponho a esta Casa que fique atenta, pois a violência contra a mulher não é apenas agressão física. Estamos discutindo vários tipos de violência, que muitas vezes não são percebidas conceitualmente: sequestro de bens, perseguição, assédio moral. A própria violência sexual é hoje um dos fatores de crescimento dos casos de AIDS entre mulheres e meninas, não apenas no Brasil, mas também no contexto internacional.

Acabo de chegar de uma missão oficial, por esta Casa. Participei de reunião da UNAIDS, que tratou da temática da feminização da AIDS, pois crescem os casos da incidência da doença em mulheres e meninas. É impressionante o estigma que se cria em torno dessas mulheres, não apenas pela falta de informação, pela falta de acesso, pela falta de tratamento. Em muitos países, elas são obrigadas a abortar e a submeterem-se à esterilização, sob a alegação de serem, em tese, potencialmente transmissoras do vírus HIV. Não menos que 56 países no mundo tentam elaborar leis que criminalizam mulheres com HIV/AIDS, pelo potencial de transmissão vertical, para os filhos, em caso de gestação.

Essa é, enfim, a realidade que a ONU tenta enfrentar. A Presidenta Dilma confirmou presença na Assembleia Geral da ONU que tratará do tema, em junho, porque o Brasil é referência no enfrentamento da questão da AIDS em mulheres.

Espero que todos possamos contribuir para uma agenda estratégica, uma agenda que enfrente essa epidemia, que enfrente esse grau de discriminação e marginalização. Espero que possamos, de fato, ser a Nação que dará ao mundo o exemplo de como tratar todas as mulheres sem preconceito e sem estigmas,



não apenas em casos amplos de violência, mas também nos casos em que elas são contaminadas de AIDS por seus próprios companheiros ou por outra via, devido à desinformação.

É importante que esta Casa tenha a iniciativa de tratar deste tema. É importante também comemorarmos. No mês de março, haverá várias comemorações pelo transcurso de cinco anos de implantação da Lei Maria da Penha, uma lei que pegou, apesar de necessitar de cumprimento mais efetivo no Brasil. E é importante que, ao mesmo tempo, enfrentemos todos os problemas que envolvem as mulheres e as meninas brasileiras.

Passo agora a tratar de outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A beleza internacionalmente conhecida da Zona Sul do Rio se expressa nas reservas naturais e na arquitetura das Zonas Norte e Oeste, como também no forte cheiro da história política e civilizatória que sentimos no centro da cidade, onde revivemos parte importante da história do Brasil. Nenhuma dessas características e prazeres podem esconder o que não é belo em razão do abandono provocado pelos seguidos dirigentes.

Podemos hoje, no entanto, comemorar, porque o carioca resgatou seu sentimento de autoestima. Projetos são desenvolvidos na perspectiva da cultura de paz e na permanente lembrança de que a cidade é corpo único e o seu povo é detentor dos mesmos direitos.

Sediar os jogos olímpicos, a Copa do Mundo e outros eventos importantes vêm reforçar o sentimento de que o amor pela cidade e a expectativa sobre seu potencial são universais. E nós, que vivemos nela, sabemos que o seu potencial será medido pela qualidade de vida do seu povo, pelo acesso dele aos bens fundamentais, ao conhecimento e à convivência no espaço público: a verdadeira vocação carioca.

O aniversário de 446 anos da cidade nos remete à colônia, ao Império, à Proclamação da República, ao avanço democrático conquistado com coragem e união, às mudanças urbanas, às discriminações, às iniquidades e suas superações com lutas árduas e permanentes, à música, à diversidade cultural, religiosa, ao desenvolvimento.

E todos somos responsáveis pelo Rio, por suas relações com o restante do Brasil, pela alegria que, apesar de tudo, marca o estado de espírito do povo carioca.

Parabéns, Rio de Janeiro!

Muito obrigada, Sr. Presidente. Um grande abraço.



Documento 15/102

029.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	02/03/2011-15:40
Publ.: DCD - 03/03/2011 - 10432	EDUARDO DA FONTE-PP -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Participação das mulheres em importantes cargos públicos no País. Combate às discriminações e à violência contra a mulher no Brasil. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres brasileiras, em especial à mãe do orador.

O SR. EDUARDO DA FONTE (PP-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos num momento especial. Pela primeira vez, temos uma mulher na Mesa Diretora da Câmara. Pela primeira vez, o Brasil tem no comando uma mulher, na Presidência da República. Que elas sirvam de exemplo para todas as outras de que é possível vencer como profissional, talvez o maior desafio hoje para as mulheres. Mas há outros: a dupla jornada, no emprego e em casa, a submissão e a violência, que ainda atinge muitas delas. Mas há avanços. No Brasil temos a Lei Maria da Penha, que ainda precisa se consolidar, a fim de proteger todas as mulheres. A independência feminina não pode ser uma concessão dos homens, mas uma conquista das próprias mulheres. O dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é um marco, uma lembrança de que todos dependem da sensibilidade e da força feminina. A sociedade melhorou e muito a partir do instante em que a mulher passou a ter uma posição ativa em sua comunidade.

A sociedade avança quando a mulher assume seu lugar de direito e se torna autora de sua própria história. Essa mudança pode ser ainda mais importante em localidades do Nordeste, onde a participação das mulheres na política, no mercado de trabalho, tem um vasto campo para crescer. Minha homenagem a todas as mães e em especial a minha mãe, D. Celina, que consegue reunir a intensidade dos que não fraquejam com a ternura feminina. Um exemplo a ser seguido por outras mulheres. Destaco ainda a força da mulher pernambucana, guerreira, lutadora, que não abaixa a cabeça diante das dificuldades do cotidiano e luta para garantir uma vida melhor para sua família, para seus filhos.

Uma frase da escritora Clarice Lispector pode servir de inspiração às mulheres: "(...) o futuro mais brilhante é baseado num passado intensamente vivido". Parabéns a todas as mulheres.

Obrigado, Sr. Presidente.



Documento 16/102

031.1.54.O

Publ.: DCD - 04/03/2011 - 10693

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

PEQUENO EXPEDIENTE

03/03/2011-14:00

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 5º aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra a mulher. Protesto contra o descumprimento do disposto no diploma legal por magistrados brasileiros. Defesa da criação de grande movimento em defesa da Lei Maria da Penha. Preservação de conquistas da mulher brasileira. Necessidade de ampliação da representatividade social e política das mulheres no País. Defesa da equanimidade salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Escalada da violência contra a mulher no Brasil, não obstante o advento da Lei Maria da Penha. Ampliação do acesso da mulher à rede pública de saúde.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, muito obrigada.

O bom de anteciparmos as comemorações do Dia Internacional das Mulheres, 8 de março, é que os homens começam a fazer suas deferências e galanteios um pouco mais cedo. Com certeza, as mulheres do Brasil devem estar gostando.

Devido a essa deferência, vou mudar o tema do meu pronunciamento. Eu ia tecer algumas considerações a respeito de projeto de lei que estou apresentando à Casa sobre tarifa de energia elétrica, mas vou me referir aos 5 anos de vigência da Lei Maria da Penha, uma das conquistas mais extraordinárias que as mulheres do Brasil já tiveram, mas cuja aplicabilidade, infelizmente, ainda deixa a desejar. Muitos juízes, no Brasil inteiro, estão reduzindo penas, sob a alegação de que os crimes tipificados na Lei Maria da Penha não têm grande significância para a sociedade.

Sras. e Srs. Deputados, ao falar das ações adotadas no Brasil para cuidar e melhorar a qualidade de vida das mulheres é indubitavelmente obrigatório abordar a histórica Lei Maria da Penha, considerada por especialistas de todo o mundo uma das melhores normas já criadas para enfrentar o problema da violência contra a mulher.

Por isso, hoje venho refletir com todas as brasileiras e brasileiros acerca da importância dessa lei, alguns de seus resultados e algumas ameaças.

Antes, porém, é bom lembrar que sempre que falamos em violência contra a mulher e na Lei Maria da Penha, ouvimos de alguns desavisados que a norma é



muito dura e que as "briguinhas" de casal não poderiam ser tratadas com o rigor dessa lei. Muitos, inclusive, ainda usam a máxima *"em briga de marido e mulher ninguém mete a colher"*.

Aos, quero crer, ingênuos que defendem algum tipo de abrandamento, de suavização da lei, digo: não podemos ser suaves ao saber que, diariamente, morrem no Brasil 10 mulheres vítimas de violência, que mais de 6 milhões de mulheres já foram espancadas no Brasil, que a Central de Atendimento à Mulher, órgão do Governo Federal, recebeu mais de 80 mil ligações válidas somente em 2009 e que a maior preocupação atual da mulher, segundo o IBOPE, é a violência doméstica.

Não dá para esconder nem para suavizar, não. O problema é grave e merece tratamento especial por parte das autoridades.

Como disse, Sr. Presidente, uma das ameaças que a Lei Maria da Penha está sofrendo no momento é exatamente a redução de seus efeitos. Juízes estão aceitando a ideia de que a violência doméstica é crime de baixo potencial ofensivo, desrespeitando a Lei Maria da Penha e dando algum tipo de pena alternativa a agressores. No STJ, campeia a ideia de que a vítima tem de autorizar o processo contra o agressor.

A Lei Maria da Penha, no entanto, permite a instalação de inquérito mesmo sem a anuência da vítima, muitas vezes pressionada pelo próprio agressor, filhos e amigos.

Há juízes alegando o direito de igualdade entre homens e mulheres e, assim, não estão cumprindo a Lei Maria da Penha. Dizem que a lei é desigual, pois trata homens e mulheres de forma diferenciada em caso de agressão. Igualdade para permitir a agressão?! Igualdade para apanhar?! Que igualdade é essa?!

Mesmo nesta Casa, ouvimos, preocupadas, que a proposta de reforma do Código Penal em discussão no Senado anulará vários dispositivos da Lei Maria da Penha.

Ora, a Lei Maria da Penha é um marco na luta da mulher por uma vida melhor, por respeito, por amor e igualdade no Brasil, e é uma norma admirada no mundo todo. Atacá-la é um retrocesso inadmissível, contra o qual somos chamadas à luta. Na condição de Deputada Federal, defendo a criação de um grande movimento em defesa da Lei Maria da Penha.

Ao contrário de criticar a lei, é preciso criar condições para a sua boa aplicação. É preciso capacitar as polícias, os juízes, etc. Hoje, temos somente 45 juizados especializados no tema em todo o Brasil. É pouco. As delegacias, as casas de abrigo, o serviço de acompanhamento psicológico devem ser expandidos. Precisamos de mais recursos públicos para colocar a Lei Maria da Penha em plena execução.

A aplicação plena dessa lei, o fazer acontecer na totalidade da lei é urgentíssimo.



E, para conseguirmos isso, precisamos de vontade política, de mais dotações orçamentárias e da expansão das políticas públicas.

Alterações devem ser objeto de debates aprofundados, com todas e todos juntos em defesa da Lei Maria da Penha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo dia 8 de março, quando o mundo reflete sobre a participação das mulheres na sociedade, avaliando as causas e consequências do avanço e até mesmo da limitação delas nos espaços públicos e privados, percebemos que é preciso evoluir nas conquistas e garantir a manutenção das vitórias.

No Brasil, pela primeira vez, temos uma mulher Presidenta. E a companheira Dilma Rousseff comanda uma das economias mais emergentes do planeta e se coloca com altivez e respeito no cenário mundial.

Essa conquista é fruto de árdua jornada histórica, uma jornada em que mártires deram a vida e muitos sacrifícios foram feitos.

Ao percebermos o crescimento da participação feminina na sociedade, ainda que em ritmo lento diante das nossas expectativas, vemos que esses espaços devem ser conquistados e preservados.

A participação de mulheres no processo decisório é histórica e exemplar - a mãe que cuida do seu filho, a dona de casa que administra o lar, a artesã, a agricultora, a empresária, a industrial, a ativista política, todas, enfim, tomam decisões com sabedoria e competência. Em todas as profissões as mulheres são exemplos de dignidade e dedicação.

Na representatividade social e política, bem sabemos, temos muito o que avançar na ocupação dos espaços. Na Câmara dos Deputados somos 44; no Senado Federal, 12; nas eleições de 2008, somamos 503 Prefeitas e 6.501 Vereadoras.

Nós da bancada feminina no Congresso Nacional achamos esses números ainda muito pequenos. Temos como bandeira de luta garantir a ampliação deste espaço, vencendo as barreiras impostas pela cultura machista que ainda permeia as decisões eleitorais.

Senhoras e Senhores, nossas ações irão além. Infelizmente, detecta-se que os salários pagos às mulheres são inferiores aos que recebem os homens, que a direção e a gerência em algumas empresas são caracterizados pela ausência feminina - e ainda somos permeadas por um grande mal, que é a violência. E, nesse caso, não falo somente da covarde violência física. Falo também da violência sexual, do preconceito e da intimidação.

O número de mulheres violentadas cresce assustadoramente no Brasil. Mesmo com o avanço da Lei Maria da Penha, que garante avanços na coerção e punição aos que atacam as mulheres, o volume de atendimento a vítimas tem aumentado



muito em hospitais e delegacias.

Senhoras e Senhores, o acesso à rede pública de saúde, no que diz respeito tanto à Medicina preventiva quanto à emergencial, ainda está distante de atender realmente às mulheres. Avançamos muito e comemoramos essa vitória; entretanto, é perfeitamente possível garantirmos, das adolescentes às nobres mulheres da melhor idade, um atendimento especial, competente e abrangente que promova qualidade de vida digna.

Buscamos nas instituições de educação, da básica à superior, um espaço em que as mulheres se sintam incorporadas e incentivadas à produção científica. Dizemos aqui o quanto é prazeroso ver mulheres se destacando, mas quando percebemos que isso é uma exceção somos encorajadas a transformar esse desafio em regra.

Nas frentes de atuação em que precisamos e queremos consolidar nossa presença, destaco ainda a participação na Mesa Diretora desta Casa Legislativa. Ao garantirmos, neste início de século, um posto de comando no Congresso Nacional demonstramos que essa conquista é permanente.

Por fim, Sr. Presidente, que o 8 de março - que teve como origem uma tragédia com operárias - possa ser cada vez mais símbolo de conquistas e vitórias de todas as mulheres, independentemente de raça, condição social, credo, localidade de moradia, opção sexual.

Muito obrigada.

Documento 17/102

031.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	03/03/2011-16:18
Publ.: DCD - 04/03/2011 - 10720	AUREO-PRTB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Avanços da Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra as mulheres. Matéria publicada pelo jornal Folha de S.Paulo a respeito de maus-tratos contra parturientes em hospitais públicos. Homenagem às mulheres brasileiras, em nome da progenitora do orador.

O SR. AUREO (Bloco/PRTB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito tempo já se passou desde 1857, quando, em uma



fábrica na cidade norte-americana de Nova Iorque, mulheres trabalhadoras fizeram uma grande greve para reivindicar melhores condições de trabalho. Violentemente reprimidas, elas foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. O final todos conhecemos: 130 tecelãs mortas.

A grande frasista Margareth Thatcher dizia que *"qualquer mulher que compreenda as dificuldades de dirigir um lar estará próxima de entender os problemas de governar uma nação"*. E o Brasil ganhou sua primeira Presidenta. Não tenho dúvidas de que o País avançará em justiça social.

A Lei Maria da Penha foi uma conquista para as mulheres vítimas de violência doméstica. Mas, Sr. Presidente, ainda convivemos com atitudes que parecem nos arremessar para uma época medieval.

Segundo a *Folha de S.Paulo*, uma em quatro mulheres relata maus-tratos durante o parto, principalmente nos hospitais públicos.

Como podemos acreditar que tamanha desumanidade é praticada em uma hora tão especial na vida das mulheres, daquelas que planejaram uma gravidez, sonharam com a hora de receber o filho em seus braços? E aquelas que passaram por tanto sofrimento, tantos questionamentos e dificuldades e que, com coragem, levaram adiante uma gravidez, para serem agredidas com atitudes grosseiras?

Não, Sr. Presidente, esta Casa não pode ficar omissa diante da atitude de alguns profissionais que denigrem a imagem do funcionalismo público e desrespeitam aqueles que cumprem o juramento de salvar vidas.

É política do Ministério da Saúde a humanização do parto e temos de coibir esses abusos. Tenho certeza de que encontraremos apoio entre as Sras. e Srs. Deputadas para dizer sim em defesa da vida.

Mas, Sr. Presidente, também é hora de homenagens. Devemos, inclusive em nome dessas mulheres, cumprir o preceito constitucional da dignidade humana.

Assim, quero aproveitar a oportunidade para mencionar o nome de uma mulher que marcou minha vida, ensinou-me que a família é o bem mais precioso que devemos preservar e que a vida é dom de Deus. Por intermédio de minha avó Arilda, presto homenagem a todas as mulheres.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



032.1.54.O

Publ.: DCD - 05/03/2011 - 10822

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

DALVA FIGUEIREDO-PT -AP

PEQUENO EXPEDIENTE

04/03/2011-10:27

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Realização da reforma política. Aprovação, pela Casa, dos projetos de lei sobre a proibição de revista íntima de mulheres em empresas e órgãos públicos e sobre a extensão aos avós do direito de visita aos netos, no caso de separação judicial dos pais. Apresentação dos Projetos de Lei de nºs 5.297, de 2009, sobre a alteração do art. 16 da Lei Maria da Penha, com vistas à continuidade de ações judiciais instauradas em face de agressões contra a mulher, e 582, de 2011, a respeito dos crimes praticados em razão da orientação sexual do ofendido. Anúncio de votação pela Casa da Medida Provisória nº 508, de 2010, acerca da liberação de recursos para o transporte e alimentação escolares. Saudações às mulheres brasileiras e amazônicas.

A SRA. DALVA FIGUEIREDO (PT-AP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna falar às mulheres do meu País e, em especial, às mulheres do meu querido Estado do Amapá, que fica lá na fronteira com a Guiana Francesa.

Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Jutahy Junior e quero dizer que nós, mulheres, aguardamos ansiosamente, devido a sua importância para a nossa militância, a reforma política. Uma reforma que preveja financiamento público de campanha, que dê esclarecimentos e segurança à população sobre o pleito eleitoral e fortaleça a nossa democracia, uma reforma que garanta às mulheres condições iguais de disputa no partido e na sociedade.

Sou favorável à lista fechada, embora saiba das disputas políticas. É preciso discutir a importância dos partidos e criar um instrumento que os fortaleça cada vez mais. Portanto, sem dúvida nenhuma, é grande a importância que nós mulheres damos à reforma política, uma reforma que de fato consolide a democracia.

Mas, Sr. Presidente, quero dizer da importância de um projeto de lei da Deputada Alice Portugal, aprovado na última sessão, sobre a revista íntima. É de suma importância as mulheres serem respeitadas e terem garantias de que não passarão por constrangimentos, de que poderão ser, sim, revistadas, quando necessário, mas sob a supervisão de uma mulher, em locais públicos e privados, onde estiverem atuando ou em seu local de trabalho.

Quero também dizer da importância do projeto que dá aos avós o direito de visitar seus netos. Fui criada por uma avó que hoje já está com idade bastante avançada. Sei, portanto, o que representa garantir aos avós o convívio com os netos, principalmente quando a família passa por problemas de separação ou,



enfim, por conflitos. É fundamental que se tenha em mente que o principal é a criança. E, para garantir o bem-estar da criança, há necessidade da avaliação de um profissional.

Aproveito ainda, Sr. Presidente, para falar sobre projeto de lei que apresentei a esta Casa para alterar o art. 16 da Lei Maria da Penha: o Projeto de Lei nº 5.297. Já conversei com a Deputada Erika Kokay e expus a minha angustia de saber que 90% das ocorrências policiais são arquivadas por falta de representação, por falta de continuidade.

A alteração que proponho visa fazer com que a ação penal nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher seja pública e incondicional, ou seja, não dependente da representação da vítima. Muitas vezes a mulher é obrigada a ir até à delegacia retirar a ocorrência, embora tenha sofrido um crime, sido espancada, levado uma facada ou até um tiro.

Considero absolutamente desnecessária a falta de representação para o prosseguimento da ação. E, por isso, quero discutir essa proposta com a bancada feminina, com os movimentos sociais e com a Ministra Iriny Lopes, para que tenhamos a segurança de que essa é uma boa medida para a Lei Maria da Penha. Não fiz isso até este momento porque é preciso aprofundar ainda mais o debate sobre essa alteração.

Também apresentei o Projeto de Lei nº 582, que altera o Código Penal e é relativo à homofobia - e já adianto que é diferente do apresentado pela Senadora Marta Suplicy. Esse PL, que aumenta em um terço a pena de crime de homicídio, visa instituir como circunstância agravante e qualificadora do crime o fato de o agente tê-lo cometido em razão da orientação sexual do ofendido, além de fazer constituir abuso de autoridade qualquer atentado à livre orientação sexual da pessoa.

Esse projeto, como disse, é diferente do projeto de lei da Senadora Marta Suplicy, que altera a lei que define os crimes resultantes do preconceito em razão de cor ou crime de injúria.

Informo ainda que, na semana após o carnaval, votaremos a Medida Provisória nº 508, que trata do transporte e da merenda escolar para a educação básica. O transporte escolar atende em torno de 5 milhões de alunos, e a merenda escolar, 47 milhões de alunos da educação básica.

Venho da escola pública, Sr. Presidente. Milito há 30 anos na educação. Fui professora de escola da zona rural. Por isso, quero falar da importância da votação dessa medida provisória para as mulheres, para as mães. Imagine uma mãe que vê seus filhos saírem para a escola numa canoinha ou em uma kombi velha, em condições precárias, pelo interior do Brasil - e isso ocorre do Oiapoque, a terra onde nasci, ao Chuí.

Portanto, será uma homenagem às mulheres votarmos, ainda no mês de março, logo após o Carnaval, a Medida Provisória nº 508, que abre crédito para garantir



o transporte e a alimentação escolares.

Mais uma vez, saúdo os integrantes desta Casa pela aprovação da Lei da Revista Íntima. Nós, mulheres, queremos ser respeitadas em nossa honra, em nossa dignidade, e fazer valer nossa condição de mulher, de mãe, de cidadã. Portanto, proporcionamos à sociedade brasileira um grande salto ao aprovarmos, lei na Câmara dos Deputados, essa proposta que garante às mulheres o direito de não serem constrangidas. Afinal, nada pior do que tentarem aniquilar nossa autoestima, a nossa alma.

A mulher brasileira tem condições de ocupar - e ocupa hoje - um lugar de destaque na sociedade.

Por fim, desta tribuna mando um abraço especial às mulheres da Amazônia, às mulheres do Amapá, às mulheres do Oiapoque, às índias, às negras, às caboclas, àquelas que navegam nos rios da Amazônia e tiram o sustento dos seus filhos dos rios, das árvores e dos igarapés, meu querido Deputado Silas Câmara, que também é da Região Amazônica.

Vivam as mulheres do Brasil! E um grande governo para a nossa Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Trad) - Muito obrigado, Deputada Dalva Figueiredo, que trouxe a voz da mulher nesta semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Documento 19/102

033.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	10/03/2011-15:03
Publ.: DCD - 11/03/2011 - 10876	POLICARPO-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Maior participação das mulheres na política e na iniciativa privada. Concessão de igualdade remuneratória entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Avanço de políticas públicas destinadas à mulher brasileira. Importância da Lei Maria da Penha, destinada ao combate à violência doméstica contra as mulheres.

O SR. POLICARPO (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher vem entoando, há mais de



100 anos, o mesmo canto por dignidade, justiça e igualdade. Em um cenário de crescente emancipação feminina, no qual a mulher conquista, cada vez mais, autonomia e independência financeira, afirmando-se como sujeito de direito e ocupando espaços políticos importantes, embora ainda insuficientes, tal celebração vem acompanhada de debates e reflexões associados a uma necessária agenda de lutas e reivindicações pela reversão de uma realidade ainda atravessada por desigualdades nos mais diversos campos.

No Brasil, um feito histórico. Orgulhamo-nos de ter, pela primeira vez, na Presidência da República uma mulher. Uma admirável mulher que, além de portar, em seu percurso, o admirável signo da redemocratização do País, certamente contribuirá para alterar o imaginário de uma nação em que os homens ainda predominam na maioria dos espaços decisórios e de poder.

Mesmo dispondo do direito a voto há 75 anos, ainda é muito desproporcional a representação política: as mulheres são apenas 8,7% da Câmara dos Deputados, 45 em um universo de 513 Parlamentares, o que atesta que o sistema eleitoral precisa ser democratizado, ampliando o acesso das mulheres aos espaços eletivos. No âmbito das Assembleias Legislativas e Câmara Distrital, a presença política feminina se mantém aquém do esperado, com apenas 12,9% dos postos parlamentares.

Na iniciativa privada, a situação é similar. Levantamento feito pelo jornal *Folha de S.Paulo*, a partir do *ranking* Melhores e Maiores da revista *Exame*, aponta que apenas 5 das 100 maiores empresas nacionais têm mulheres na presidência. Com as de médio porte, a presença fica em 3%, sendo que poucas oferecem opção de jornada flexível para conciliar a dupla jornada.

Segundo o IBGE, a proporção de lares brasileiros capitaneados por mulheres saltou de 27% para 35% entre 2001 e 2009. Embora essas estatísticas indiquem uma mudança cultural em vários pontos do planeta, já que os homens estão perdendo seu tradicional *status* de provedores, ainda falta muito para que as mulheres sejam, de fato, reconhecidas como chefes de família. E isso se atesta no cotidiano das instituições, em sua maioria carentes de políticas que protejam os direitos de suas trabalhadoras, de suas famílias, bem como o necessário amparo e suporte aos filhos.

A remuneração da mulher equivale a cerca de 80% da remuneração do seu companheiro, mesmo que o grau de escolaridade dela seja superior. Na instância do lar, a dupla jornada de trabalho é uma dura e inegável realidade, pois quando têm filhos as mulheres consomem, em média, 21,2 horas semanais em trabalhos domésticos, enquanto seus companheiros dedicam apenas 5,63 horas semanais com serviços de casa.

Outra pesquisa divulgada pelo IBGE demonstra o quanto a diferença ainda impera entre as mulheres e os homens brasileiros: mais escolaridade não garante melhores salários às mulheres. Mesmo com indicadores superiores aos apresentados pelo sexo masculino, as mulheres recebem salários 27,7%



inferiores aos dos homens.

O levantamento mostra, ainda, que a diferença entre os rendimentos é ainda maior entre trabalhadores que acumularam mais estudos. Os dados, retirados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) de 2009, ilustram outra desigualdade, indicando que a média salarial das mulheres representa 72,3% da média dos homens. No caso de trabalhadores com nível superior, a discrepância ainda é maior. No comércio, mulheres com diplomas universitários recebem 55,6% da remuneração dos homens que têm a mesma escolaridade. Tal injustiça se mantém para profissionais de outros setores, como indústria (60,9%), administração pública (62,6%) e construção (59,8% da média salarial dos homens).

Mas, felizmente, inúmeras conquistas podem ser elencadas, principalmente no que diz respeito às políticas públicas associadas ao combate à violência doméstica e à exploração sexual, melhores condições de trabalho, além de ações afirmativas no campo da educação e da saúde pública. Avanços que, porém, trazem contradições, pois enquanto as mulheres ampliam sua participação no mercado de trabalho - 52,6% estão empregadas, representando 44% da mão de obra formal e 57% da informal do País, conforme estudo do IPEA de 2008 -, as dificuldades persistem, já que as políticas públicas não acompanham a realidade, como a perversa dupla jornada a que se submetem cotidianamente milhões de brasileiras.

De fato, a igualdade entre gêneros no ordenamento jurídico brasileiro foi inscrita com a promulgação da Constituição de 1988, em seu art. 5º, inciso I - "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição" -, a partir do qual a mulher sai da condição de subordinada do homem na família, passando a gozar de direitos semelhantes.

Mas apesar dos significativos avanços na construção dos direitos civis e políticos das mulheres brasileiras, destacando-se a incisiva atuação dos movimentos feministas nesse percurso e a decorrente elaboração de leis e políticas públicas voltadas à eliminação das desigualdades entre homens e mulheres, no espaço público e privado, ainda assistimos a uma grande resistência cultural, que deriva de uma sociedade assentada nos valores da dominação masculina e do patriarcado. Lamentavelmente, ainda assistimos a diversas e cotidianas formas de violência que acometem milhares de lares brasileiros.

Sublinho aqui a importância da Lei Maria da Penha, hoje um marco de cumprimento dos mandamentos constitucionais de garantia à vida, à segurança e à proteção da família a partir de mecanismos punitivos mais rigorosos e medidas protetivas mais efetivas, além do encorajamento da denúncia dos agressores contra mulheres.

Cabe a nós, homens - maridos, filhos, colegas, chefes ou subordinados -, fazer a devida deferência à figura feminina, reverenciando a mulher com nossos gestos e atitudes de valorização e respeito. Assim contribuímos para abreviar o hiato cultural e econômico que ainda persiste entre homens e mulheres. É fundamental



um equilíbrio de forças que liberte a mulher das tradicionais amarras de dominação, restando-lhe a prerrogativa de trilhar seus caminhos segundo seus passos e escolhas.

Aproveito para marcar minha homenagem a todas as mulheres que agregam delicadeza e sabedoria a nosso dia-a-dia com suas renováveis fontes de aprendizagem e comprometimento com um mundo melhor e mais fraterno.

Muito obrigado.

Documento 20/102

038.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	16/03/2011-14:32
Publ.: DCD - 17/03/2011 - 11804	LUCI CHOINACKI-PT -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Nascimento de neta da Presidenta Rose de Freitas. Encaminhamento à Mesa Diretora de requerimento para criação de Comissão Externa destinada ao exame da aplicação, nos Estados, da chamada Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, fico muito feliz por poder cumprimentar V.Exa. Toda mãe tem um amor muito grande pelos filhos. Eu sou avó e sei disso. Tenho uma netinha de 8 anos. A mulher se sente mais mulher, mais forte e mais corajosa, mais alegre e com mais vontade de trabalhar. Parabéns.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Muito obrigada.

A SRA. LUCI CHOINACKI - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, com o objetivo de acompanhar e diagnosticar a implementação da Lei Maria da Penha no País, estou propondo a criação de Comissão Externa da Câmara dos Deputados. Para a Comissão iniciar seu funcionamento precisa da autorização do Presidente da Câmara, Marco Maia. *Essa Comissão vai funcionar nos mesmos moldes da Comissão Externa sobre a feminização da pobreza, criada em 2003, também por indicação da Deputada, que gerou uma série de sugestões e pautas políticas públicas de gênero no Brasil.*

Uma das propostas para essa nova Comissão é acompanhar as dificuldades dos Municípios, Estados e União na aplicação da lei e reconhecer as boas práticas na



aplicação de lei para que também sirvam de exemplo em outros Estados.

A Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, cria juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. Além da aplicação de medidas penais, a Lei Maria da Penha estabelece para o Estado a adoção de políticas públicas de prevenção, assistência e repressão à violência, capazes de promover mudanças culturais para a superação da desigualdade entre homens e mulheres.

Precisamos entender a realidade da aplicação dessa lei na vida das mulheres brasileiras. A lei determina ao poder público desenvolver políticas que defendam os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares. A Lei prevê também a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

Queremos verificar a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas delegacias de atendimento à mulher, e a promoção e realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral. Para garantir esses direitos básicos e uma vida sem violência, cabe ao Estado efetivar as políticas públicas necessárias, como: equipar cada comunidade com sistemas de saúde, transporte, habitação, esporte, lazer, educação e cultura, entre outros, de modo que toda a população, sem distinção, usufrua desse conjunto de benefícios e serviços.

*Desde 2006 a lei estabelece uma série de proteções às mulheres vítimas de violência doméstica. A lei prevê para os agressores penas de prisão no lugar das multas com que eram castigados anteriormente, o que nem sempre é cumprido. Relatório publicado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres afirma que no primeiro semestre de 2010 houve 343.063 ligações para o número habilitado para receber denúncias de violência doméstica contra a mulher, o que representa aumento de 112% **em comparação com o mesmo período de 2009.** Em metade dos casos a vítima afirma correr risco de morte e 57% sofrem violência diariamente.*

Para Luci, o crescimento das denúncias não reflete aumento da violência contra a mulher, mas maior conscientização da utilização dos mecanismos de proteção da Lei Maria da Penha. De acordo com dados da ONU, em todo o mundo uma em cada três mulheres será vítima de violência ao longo de sua vida. Nos países da América Latina, 40% das mulheres são agredidas. Uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil, deixando o País em 12º lugar no ranking mundial de homicídios de mulheres. A maioria das vítimas é morta por parentes, maridos, namorados, ex-companheiros ou homens que foram rejeitados por elas.

Muito obrigada. Um grande abraço e parabéns a V.Exa., Sra. Presidenta.



A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Muito obrigada, Deputada Luci Choinacki.

Documento 21/102

045.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	22/03/2011-14:06
Publ.: DCD - 23/03/2011 - 12873	CELIA ROCHA-PTB -AL	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Realização da 5ª Jornada da Lei Maria da Penha pelo Conselho Nacional de Justiça.

A SRA. CELIA ROCHA (Bloco/PTB-AL. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar que hoje pela manhã aconteceu, no Conselho Nacional de Justiça, a 5ª Jornada Lei Maria da Penha, que tem como objetivo e proposta principal um acordo de cooperação técnica entre o Conselho Nacional de Justiça e a Presidência da República, que lá estava representada pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e pela Secretária Especial de Política para as Mulheres, Iriny Lopes. Foi muito bom e, com certeza, a tarde será de bonitos debates.

Neste momento em que se quer implementar a Lei Maria da Penha é importante ressaltar essa união do Poder Judiciário com o Poder Executivo e com todas as entidades que se envolvem na luta em defesa das mulheres brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

Documento 22/102

049.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/03/2011-14:09
Publ.: DCD - 25/03/2011 - 13861	JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO



Sumário

Apoio à Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica e familiar contra a mulher. Transcurso do 131º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Guarulhos, Estado de São Paulo. Declaração de 2011 como o Ano Internacional das Florestas, pela Organização das Nações Unidas - ONU. Promoção da 9ª Semana da Água com o tema Água e Floresta: equilíbrio perfeito para a vida. Participação no ato simbólico denominado Hora do Planeta.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP.) - Sr. Presidente Júlio Delgado, Sras. e Srs. Deputados, Deputada Celia Rocha, que aqui se encontra, estou na defesa da Lei Maria da Penha. Quero lhe passar às mãos, Sr. Presidente, lei aprovada por esta Casa que tem de ser garantida. Em seguida, irei ao Superior Tribunal de Justiça, que vai debater lacunas na Lei Maria da Penha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria também de parabenizar minha cidade, Guarulhos, fundada há 450 anos, que hoje comemora 131 anos de emancipação política. Para comemorar a data, a cidade vai realizar o Seminário *Significados da Emancipação Política*, que vai tratar da gestão de documentos, administração pública e compromissos com a democracia participativa. Parabéns Guarulhos!

Também quero ressaltar que a Organização das Nações Unidas declarou que **2011 é, oficialmente, o Ano Internacional das Florestas. O objetivo da ONU é sensibilizar a sociedade para a importância de se preservar as florestas e garantir a vida no planeta.**

As florestas cobrem 31% de toda a área terrestre do planeta e têm responsabilidade direta na garantia da sobrevivência de 1,6 bilhões de pessoas e de 80% da biodiversidade terrestre.

Para isso, serão promovidas durante todo o ano ações que incentivem a conservação e a gestão sustentável de todos os tipos de floresta do planeta, mostrando a todos que a exploração das matas sem um manejo sustentável pode causar uma série de prejuízos ao planeta. Entre eles a perda da biodiversidade; o agravamento das mudanças climáticas; o incentivo a atividades econômicas ilegais, como a caça de animais; o estímulo a assentamentos clandestinos e a ameaça à própria vida humana.

Portanto, quero saudar todas as entidades ambientalistas que estão engajadas nessa luta, entre elas a cidade de Guarulhos, que está distribuindo mudas de árvores, e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu, que até o dia 25 de março promoverá a 9ª Semana da Água, com o tema Água e Floresta: equilíbrio perfeito para a vida.

Para finalizar, quero dizer que, como cidadã, ecologista e Deputada Federal, vou aderir, no sábado, dia 26, das 20h30min às 21h30min, ao ato simbólico Hora do Planeta, promovido pela Rede WWF, que tem como objetivo demonstrar a



preocupação com o aquecimento global, apagando as luzes durante 60 minutos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 23/102

049.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/03/2011-14:39
Publ.: DCD - 25/03/2011 - 13867	JOÃO PAULO LIMA-PT -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Eficácia da Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra a mulher, confirmada pelo Conselho Nacional de Justiça.

O SR. JOÃO PAULO LIMA (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Conselho Nacional de Justiça divulga dados que demonstram a eficácia da Lei Maria da Penha, registrados até julho do ano passado. São dados que mostram que a lei a pode ajudar no combate à violência praticada contra a mulher.

Temos 330 mil procedimentos com amparo naquela lei, mais de 331.796 que tramitam nas varas e juizados especializados no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Dos processos judiciais, 111 mil já foram concluídos com sentença.

A Lei Maria da Penha é, portanto, muito importante no combate à violência contra a mulher.

Esse tipo de crime contra a mulher independe da condição social, de classe ou de cor. Por isso, a lei responde a uma prática vivida no Brasil contra a mulher.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui registrar um dado divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJJ e postado hoje no *blog* do jornalista



Ricardo Noblat, da matéria de Solange Spigliatti, do jornal o *Estado de S. Paulo*.

De 2006, ano de promulgação da Lei Maria da Penha, até julho do ano passado foram protocolados mais de 330 mil procedimentos com amparo naquela lei. Segundo o levantamento realizado no âmbito da justiça, 331.796 tramitam nas varas e juizados especializados na Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Dos processos judiciais, 111 mil já concluídos com sentença. Foram feitas 9.715 prisões em flagrante, e 1.577 agressores tiveram sua prisão preventiva decretada. Ainda segundo o CNJ, os dados são parciais, faltando-lhes informações mais detalhadas de todas as varas e juizados especializados.

A Lei Maria da Penha representa, sem qualquer dúvida, um avanço na luta das mulheres contra a violência doméstica. Esses dados mostram que a prática desse tipo de crime não fica impune; mas os dados também mostram que o índice de violência praticado é assustadoramente alto - e não deveria.

A violência praticada contra a mulher é um crime sem distinção de classe social, etnia ou nível de escolaridade. É triste que um homem se imponha pela violência física e/ou psíquica sobre uma mulher, acreditando-se no direito de fazê-lo por se considerar superior. Não o é. Agir com violência é agir com covardia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 24/102

049.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/03/2011-16:48
Publ.: DCD - 25/03/2011 - 13894	JÔ MORAES-PCDOB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, da constitucionalidade do art. 41 da Lei Maria da Penha.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar a grande vitória que as mulheres brasileiras obtiveram nesta tarde com a aprovação pelo Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, da constitucionalidade do art. 41 da Lei Maria da



Penha.

Estava em julgamento um pedido de *habeas corpus* de um agressor que queria que a pena a ele aplicada fosse feita de acordo com a Lei nº 9.099

Por unanimidade, repito, os Ministros da Suprema Corte decidiram pela constitucionalidade do art. 41 da Lei Maria da Penha.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Parabéns, Deputada Jô Moraes.

Parabéns também ao STF, por decidir pela constitucionalidade da Lei Maria da Penha, ao contrário do que alguns queriam.

Documento 25/102

050.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	25/03/2011-10:24
Publ.: DCD - 26/03/2011 - 14107	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Regozijo com o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da constitucionalidade do artigo 41 da Lei Maria da Penha, destinada ao combate da violência doméstica contra as mulheres. Defesa de aprovação, por ocasião da reforma política, de garantia da equidade de gênero na representação política.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje, as mulheres brasileiras acordaram mais felizes. Ontem, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, decidiu pela constitucionalidade do



art. 41 da Lei Maria da Penha.

Sr, Presidente, a Lei Maria da Penha, vigente desde 2006, representa ganho absolutamente significativo para as mulheres e para a sociedade brasileira, na perspectiva de fazer valer o art. 226, § 8º, da Constituição Federal, segundo o qual o Estado assegurará assistência à família e criará mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. A Lei Maria da Penha, portanto, concretiza um princípio constitucional. Assim, a decisão do STF, ao declarar constitucional o seu art. 41, assegura às mulheres e à sociedade como um todo a aplicação de uma lei considerada a terceira melhor do mundo no que se refere ao combate à violência contra a mulher.

A violência contra a mulher, Sr. Presidente, representa um gasto por volta de 10% do Produto Interno Bruto do País, seja com a atenção à saúde, seja com a manutenção do arcabouço do Poder Judiciário, seja com a própria retirada da mulher das suas atividades laborais, independentemente da sua classe social.

Ontem, nós, mulheres, acompanhamos com muita atenção a votação na Suprema Corte, porque, em nome do princípio da igualdade, se pretendia estabelecer e perenizar relações desiguais. Relações desiguais, sim, porque já tivemos no País, em 1830, legislação que permitia aos maridos que aplicassem castigo físico às mulheres e aos filhos, e até mesmo que assassinassem as respectivas esposas.

A Lei Maria da Penha é muito cara para cada um e cada uma de nós, porque foi tecida com os fios da dor de mulheres que tinham como algoz o objeto do seu afeto, o objeto do seu carinho, o objeto do seu amor. Foi tecida com muita dor, é verdade, mas também com muita determinação para a conquista da dignidade humana. E dignidade humana que não seja fulanizada, dignidade humana que não seja exercida apenas por segmentos da população, dignidade humana tantas vezes negada às mulheres, que não suportavam mais, como força ativa deste País altivo, que a violência contra elas fosse considerada crime de pequeno potencial ofensivo, punível com o pagamento de cestas básicas.

O País acordou hoje mais cidadão. As mulheres acordaram mais seguras de que vão, enfim, ter a Lei Maria da Penha aplicada sem maiores questionamentos.

A Lei Maria da Penha traz muitos progressos, entre outros, a tipificação da violência - e não apenas da violência física, mas também da violência patrimonial, da violência moral, da violência psicológica, da violência sexual. Há violências que não deixam marca no corpo, mas são absolutamente desestruturantes da autoestima. São violências que deixam marcas na alma e cerceiam a condição natural de sermos sujeitos da nossa própria vida. Às mulheres tem sido negado o direito de ser sujeito do seu corpo, do seu desejo, de aspirarem a uma vida sem violência. E foi negado tantas vezes, de forma tão repetida, que hoje temos um instrumento legal tecida com toda essa história de luta pela dignidade humana, direito que não pode ser retaliado.

Igualdade pressupõe a existência de igualdade de direitos; igualdade de direitos



pressupõe que não haja desiguais, e há desiguais. Já dizia Rui Barbosa - e aqui repito - que há de se tratar de forma desigual os desiguais. Ao tratar de forma igual aqueles que têm desigualdade de direitos, estamos cometendo profunda injustiça.

Por isso, estamos aqui aplaudindo a decisão do Supremo que reafirma a lei como instrumento de busca de direitos. Nenhuma lei, por si só, assegura os direitos, mas possibilita que tenhamos os instrumentos necessários para fazer com os direitos sejam assegurados.

Na minha avaliação, as conquistas da sociedade só são perenes quando a população delas se apropria. E, para além da decisão do Supremo, as mulheres deste País, que sofrem, em média, cinco anos caladas, precisam se apropriar dessa lei - e não só mulheres, mas o conjunto da sociedade. A violência doméstica contra a mulher não fica ensimesmada, não fica nos limites do próprio lar. Ela sai pelas frestas, sai por baixo da porta e invade a sociedade. E estabelece formas de resolução de conflitos através da violência para os meninos e as meninas.

A violência doméstica significa a destruição não apenas da mulher em sua condição ser humano, mas também o estabelecimento de parâmetros comportamentais que desembocam na lógica da desigualdade e da fulanização da dignidade humana.

Por isso, Sr. Presidente, essa lei, que já levou quase 10 mil pessoas para a cadeia, que faz com que a violência doméstica deixe de ser considerada crime de menor potencial ofensivo, que ontem teve a constitucionalidade do seu art. 41 confirmada pelo Supremo, tem de ser divulgada, tem de entrar em todos os lares, tem de entrar no cotidiano da população brasileira.

Na verdade, precisamos ainda de outras ações afirmativas. Atualmente, esta Casa discute a reforma política. Mas a reforma política só propiciará uma verdadeira democracia para o País, em particular para o Poder Legislativo, se facilitar a entrada de mulheres na política e a equidade de gênero no exercício do poder.

O Brasil não pode mais carregar a condição de ser o antepenúltimo país das Américas em participação feminina no Parlamento. Não podemos achar que vivemos plenamente numa democracia se mais de 50% da população do País é composta por mulheres e apenas 8% de mulheres, ou pouco mais do que isso, têm representação na Câmara dos Deputados. A continuar vigendo essa situação, não podemos dizer que o Poder Legislativo representa a sociedade na sua globalidade, na sua inteireza.

Em consequência, defendemos o voto em lista predeterminada, mas com a alternância de gêneros. Queremos que, para cada homem eleito, a legislação assegure a eleição de uma mulher. Queremos ampliar a participação das mulheres em todas as instâncias.



Nossa sociedade só poderá ser considerada verdadeiramente democrática se não houver violência doméstica nem violência institucional, que, pelos meandros muitas vezes sutis de uma sociedade machista, impede a participação de mulheres no Parlamento na mesma proporção que ela ocorre na sociedade brasileira.

Para sermos realmente democráticos, queremos que, para cada homem eleito, uma mulher seja eleita, a fim de que possamos ter mais rapidamente uma democracia de fato, na sua mais profunda e plena acepção.

Queremos, como disse Simone de Beauvoir, o poder de ser nós mesmas e de exercer plenamente essa condição humana.

Façamos da discussão da reforma política uma discussão com a finalidade de ampliar a participação de mulheres em todos os Poderes da República, particularmente no Legislativo, para que possamos dizer, enfim, que a Constituição Federal, que tem como princípio fundante a dignidade humana e o combate à discriminação, está sendo efetivamente cumprida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Lopes) - Quero parabenizar a ilustre Deputada Erika Kokay pelo brilhante pronunciamento, inclusive no que diz respeito a esse patrimônio que é a Lei Maria da Penha.

Documento 26/102

054.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	29/03/2011-15:06
Publ.: DCD - 30/03/2011 - 14471	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário



Declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, da constitucionalidade do art. 41 da Lei Maria da Penha, contrário à transferência para os juizados criminais especiais da competência de julgamento de crimes praticados contra mulher.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última quinta-feira as brasileiras ganharam mais uma luta contra as tentativas de inviabilizar a violência doméstica deste País. Um *habeas corpus* ajuizado no Supremo Tribunal Federal tentou invalidar o art. 41 da Lei Maria da Penha. Este artigo determina que, independentemente da pena, a Lei dos Juizados Especiais não pode ser aplicada em relação aos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O *habeas corpus* alegava que o homem acusado de dar tapas e empurrões em sua companheira havia cometido uma infração de "menor potencial ofensivo" e que, portanto, a competência para seu julgamento caberia a um juizado criminal especial, conforme previsto no art. 98 da Constituição Federal, e não às Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar, conforme estabelece a Lei Maria da Penha.

Quer dizer, se o artigo fosse declarado inconstitucional, em casos de violência contra a mulher as condenações poderiam ser suspensas ou substituídas por penas alternativas, como prestação de serviços à sociedade ou doação de cestas básicas.

Sr. Presidente, estabelecer a violência doméstica como crime de "menor potencial ofensivo" é desconhecer a história de violência e opressão que muitas mulheres ainda vivem neste País. A violência contra a mulher é grave e não se limita apenas ao aspecto físico, ela afeta o estado psíquico e emocional. Ela deixa marcas para toda uma vida. A mulher vítima de violência, na maioria das vezes, sofre as consequências desses abusos o resto de sua vida. Portanto, não podemos nos calar. A violência de gênero ainda causa efeitos nefastos em nossa sociedade, sobretudo no âmbito familiar. Alegar inconstitucionalidade em aspectos de Lei Maria da Penha é retrocesso.

Felizmente, o Plenário do STF, por unanimidade, entendeu inconsistente a alegação daquele *habeas corpus*. Todos eles endossaram o princípio do tratamento desigual às mulheres, em face de sua histórica desigualdade perante os homens dentro do lar. O que nos deixa claro que devemos lutar diariamente pelos direitos humanos das mulheres deste País e do mundo.

Muito obrigado.



Documento 27/102

057.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	05/04/2011-14:34
Publ.: DCD - 06/04/2011 - 15537	JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidência de apreciação do Requerimento nº 1.057, de 2011, sobre a dispensação da Proposta de Emenda à Constituição nº 166, de 2007. Acerto da criação do Programa Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, pelo Ministério da Educação. Lançamento, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, da Campanha da Fraternidade de 2011 sob o tema Fraternidade e a Vida no Planeta.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP) - Sra. Presidenta, é um prazer vê-la presidindo os trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, gostaria de parabenizar o Ministério da Educação pela ampla divulgação do Programa Mulheres Mil, que visa criar educação, cidadania e desenvolvimento sustentável.

Voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade, o programa está dando certo. Até 2014, mais de 100 mil mulheres, em todas as regiões brasileiras, serão atendidas. O Programa foi divulgado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e tem um retrospecto emocionante sobre o benefício que trouxe à vida das mulheres. Criado em 2007, o objetivo era propiciar a formação profissional e tecnológica de mil mulheres desfavorecidas das regiões Norte e Nordeste.

A informação está disponível na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), gestora do programa em parceria com órgãos e empresas nacionais e internacionais.

O Programa Mulheres Mil tem como base a educação, a cidadania e o desenvolvimento sustentável que dá apoio ao foco principal do governo: a erradicação da miséria.

Com essa ação, a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica integra-se ao projeto governamental de erradicação da miséria absoluta, além de contribuir para o rompimento de um ciclo de violência, do qual muitas mulheres são vítimas no país.

O projeto ainda contribui para o alcance das Metas do Milênio, como a erradicação da pobreza extrema e da fome, a promoção da igualdade entre os



sexos e autonomia da mulher e a garantia da sustentabilidade ambiental. Tais metas foram promulgadas pela ONU em 2000 e ainda aprovadas em 191 países.

O Mulheres Mil conseguiu sair do papel graças à parceria entre universidades brasileiras e canadenses, o que permite o acesso dessas mulheres à educação profissional e à elevação da escolaridade.

Para atingir os objetivos do projeto são oferecidas variadas formas de capacitação para autonomia e geração de renda das participantes, como os cursos de Alimento da Inclusão Social, que ensina técnicas de conservação, congelamento e preparo de alimentos para a geração de renda própria; Vestindo a cidadania, que capacita mulheres na área da moda e confecção; Cidadania pela Arte, que utiliza matérias primas das regiões para o artesanato como no caso de sementes e do capim dourado; entre outros.

A partir deste ano, o programa contará com um centro de referência nacional, a ser implantado no campus avançado de Taguatinga, do Instituto Federal de Brasília (DF), onde serão treinados os gestores que implementarão novas unidades a serem criadas pelo Brasil. Além disso, já estão em negociação parcerias para a ampliação do alcance do programa para países de língua portuguesa, como Moçambique.

Sra. Presidenta, passo a abordar outro assunto. Solicito a V.Exa. que olhe para o Requerimento nº 1.057, de minha autoria, que requer a desapensação da PEC 166, de 2007.

A PEC trata das cidades mananciais, estando apensada à reforma tributária - que certamente não entrará na pauta este ano -, e, portanto, liga-se ao eixo da Campanha da Fraternidade deste ano: a questão da terra e da defesa do meio ambiente.

Todos os anos a CNBB escolhe um tema para Campanha da Fraternidade, o tema escolhido para esse ano "Fraternidade e a vida no planeta" dialoga com a sociedade, estabelece princípios e valores tais como solidariedade, dignidade da pessoa, desigualdade sociais, combate a toda forma de intolerância e preconceito.

Chamo a atenção para a importância do tema escolhido para esse ano 2011. Defende uma terra viva, que pede socorro.

O nosso planeta, senhoras senhores, pede que tomemos uma atitude, um novo comportamento, frente ao consumo exagerado e a falta de compromisso com a escassez dos recursos e bens naturais, tais como água potável, alimentos, etc.

É recorrente casos de desastre provocados por furacões, tsunamis, terremotos, mudanças climáticas (secas, enchentes, nevascas). A vida no planeta está ameaçada.



Precisamos urgente tomar uma atitude. O desenvolvimento sustentável precisa fazer parte do nosso cotidiano, deixar de ser um conceito distante, para se tornar uma prática nos nossos lares, nas escolas e no ambiente de trabalho.

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - sobre a Campanha "A Campanha da Fraternidade de 2011, reflete a questão ecológica, com foco, sobretudo, no problema das mudanças climáticas. Ela se coloca em sintonia com uma cultura que está se expandindo cada vez mais, em todo o mundo, de respeito pelo meio ambiente e do lugar em que Deus nos coloca, não só para vivermos e convivermos, mas também para fazer deste o paraíso com o qual tanto sonhamos", disse dom Dimas.

A Campanha da Fraternidade teve início na quarta-feira de Cinzas, 9 de março de 2011, e se estende por toda a Quaresma.

Objetivo da Campanha. "O objetivo da campanha é de contribuir para a conscientização das comunidades cristãs e pessoas de boa vontade sobre a gravidade do aquecimento global e das mudanças climáticas, e motivá-las a participarem dos debates e ações que visam enfrentar o problema e preservar as condições de vida no planeta".

Documento 28/102

057.1.54.O

Publ.: DCD - 06/04/2011 - 15574

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

MANDETTA-DEM -MS

GRANDE EXPEDIENTE

05/04/2011-15:58

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário



Atuação do orador na área da saúde. Implantação de políticas sociais destinadas a faixas etárias da população brasileira.

O SR. MANDETTA (DEM-MS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Meus caros Deputados, caros amigos das galerias, população que nos assiste, neste momento, passo pelo meu batismo no plenário da Casa. É a primeira vez que ocupo esta tribuna. Minha carreira política é muito recente - este é meu primeiro mandato. O povo de Mato Grosso do Sul me permitiu participar desta 54ª Legislatura. Este batismo vem do ventre das urnas, pelo voto de 78.733 eleitores dos 79 Municípios de Mato Grosso do Sul.

Venho de 10 anos de luta no setor de saúde, como Secretário Municipal de Saúde em Campo Grande, nos últimos 6 anos, e ex-Presidente da UNIMED de Campo Grande, no início da década.

Seria muito natural que, neste meu batismo, eu focasse um tema regional, como o agronegócio, quando todo o Mato Grosso do Sul discute a questão do Código Florestal, ou as enchentes, que castigam o nosso Estado, prejudicam a colheita da soja e trazem prejuízos aos nossos pecuaristas, ao tempo em que o Pantanal assiste à maior cheia dos últimos 25 anos. Seria natural que eu focasse meu pronunciamento apenas no setor de saúde, que teve expostas em rede nacional, na última sexta-feira, no *Globo Repórter*, as suas mazelas e a sua fragilidade.

Mas, como esta é a Casa do povo, a Casa do pensamento nacional, a Casa do debate dos grandes temas nacionais, eu vou usar um pouco da capacidade de observador das condições humanas que a função de gestor do sistema de saúde me concedeu para tentar ampliar meu discurso para os temas nacionais que deverão ser objeto de discussão, de análise e, com boa vontade política, de avanços que se fazem necessários às políticas sociais, porque foram essas políticas a inspiração dos 78.733 eleitores que me conduziram a esta Casa. Esta Casa retrata a pátria, e a pátria é minha língua. Ouso dizer que a pátria é o nosso povo, o povo brasileiro. Então vou falar de forma didática.

Para não me perder na imensidão da nossa Pátria, vou me permitir fazer uma análise para que todos possam entender um pouco os temas que são caros a cada uma das gerações.

O grande desafio das políticas sociais neste País reside no fato de ter havido uma inversão na pirâmide social brasileira em relação à faixa etária.

Nos anos 60, o Brasil era um país predominantemente jovem. Sou o quinto filho da minha mãe, Dona Maria Olga, e do meu pai, Hélio Mandetta. Naquela época, era comum os casais terem 5, 6, 7, 8 filhos, mas hoje em dia esse número caiu para abaixo de 2.

Então todos que nasceram nas décadas de 50 e 60 estão chegando agora à



terceira idade. Daqui a 12 anos, o País terá mais pessoas acima de 60 anos do que abaixo dessa faixa etária. E essa geração tem reivindicado políticas sociais para o País.

O Brasil tem grande carência de centros de convivência para idosos. Aumenta a quantidade de vida, e eu me pergunto: a qualidade de vida caminha junto? As casas asilares neste País são verdadeiros depósitos de idosos, com pouca oferta de serviços em prol da qualidade de vida para a melhor idade.

O reajuste das aposentadorias é um sonho cada vez mais distante. Os czares da política econômica dizem que os aposentados não podem ou não devem receber reajustes que lhes propiciariam alguma qualidade de vida. É nessa faixa etária que se concentram os maiores gastos com medicamentos.

Assistimos recentemente ao lançamento do Programa Saúde Não Tem Preço, mais uma iniciativa do Ministério da Saúde. Só faltou acrescentar: não tem preço, mas tem custo. Saúde não é simplesmente oferecer medicamentos de hipertensão e diabetes. Aliás, essa política pode dificultar em muito os programas de hipertensão e diabetes, uma vez que o vínculo desses usuários do SUS, que se fazia muitas vezes em função da distribuição de medicamentos, agora se rompe, e eles são remetidos à automedicação nas farmácias.

Os idosos apelam para a compreensão da sociedade, já que as leis que os protegem, como o Estatuto do Idoso, que foram elaboradas, votadas e aprovadas nesta Casa, muitas vezes não passam de um manual de boas intenções.

Mas é exatamente essa geração acima de 60 anos que guarda os valores, os princípios. A memória precisa ser preservada para que a cultura adquirida no decorrer dos anos possa ser transmitida às outras gerações.

A geração de 40 a 60 anos, na qual eu me incluo - tenho 46 anos -, é a geração problema. Essa geração nasceu e foi criada assistindo a um novo meio de comunicação chamado televisão.

O que nos mostrava a televisão? Que os cigarros Hollywood eram um sucesso, que 51 era uma boa ideia, que Danoninho valia por um bifinho.

Essa é hoje a geração mais propensa a distúrbios cardíacos e cardiovasculares. O infarto do miocárdio, que atingia as pessoas acima de 60 anos, agora migra o seu eixo e atinge aos 47, 48 anos ambos os sexos. Atinge homens e mulheres, porque as mulheres também acreditaram que Hollywood era um sucesso.

Mesmo com a proibição da propaganda do cigarro, uma conquista do Sistema Único de Saúde - SUS, não se consegue hoje cumprir o objetivo de minimizar os efeitos deletérios da propaganda da bebida alcoólica. Nossos ídolos, nossos jogadores de futebol têm sempre sua imagem vitoriosa associada às propagandas de cigarros e bebidas.

Essa geração, na faixa etária de 40 a 60 anos, é marcada pela Lei do Divórcio. A



família se fragmentou. A mulher conquistou o mercado de trabalho e, como a regra básica do capitalismo é a Lei da Oferta e da Procura, passou a disputar postos antes ocupados somente pelos homens, sendo remuneradas a menor do que eles, sem se preocupar com a vocação daquela eventual atividade laboral.

O *stress*, a ameaça do desemprego, a falta de capacitação, a falta de reciclagem, a falta de inclusão na era digital atingem em cheio essa geração e faz com que apareçam altos e preocupantes índices de depressão. Surge a Síndrome do Pânico, que começa a aparecer sistematicamente em nossa sociedade, fruto da fragmentação da família e da busca por uma sobrevivência minimamente digna.

Essa geração que hoje se apropria do crescimento econômico foi induzida, num passado muito recente, ao consumo - ao consumo pelo consumo. E nós vimos este País apresentar índices de crescimento baseados no consumo de todos os tipos de bens materiais, com taxas de juros que só servem para enforçar o endividado. E a essa geração endividada vai ser apresentada a conta este ano, aquela que foi inicialmente apresentada com o valor mínimo do salário mínimo votado por esta Casa.

Essa geração ameaçada, que tem idade entre 20 e 40 anos, precisa ser capacitada e incluída na era digital. A geração de 20 a 40 temos chamado de geração da violência, em que há uma incidência enorme de homicídios, uma incidência enorme de violência contra os idosos, violência que se traduz no abandono, na perda de vínculo, porque os valores não foram passados, não foram transmitidos, por conta da fragmentação da família.

Ao não se transmitir valores, passa o homem a se pautar muito mais pelos valores materiais. É a era do ter e não do ser. Ninguém quer saber de onde se veio, quer saber o que a pessoa tem. A crise que este País atravessa é de valores. A corrupção nasce da crise de valores. A falta de respeito às minorias - deficientes, homossexuais, idosos - nasce da falta de transmissão clara de valores. São necessárias políticas que reproximem os detentores dos valores, que é a geração dos que estão acima de 60 anos, a essa geração de 20 a 40 anos. E aí reside o papel da imprensa livre, da mídia, que deveria trabalhar e expor mais os bons exemplos e os bons valores.

Eu vejo hoje em Brasília uma grande manifestação, uma grande solicitação a esta Casa pela aprovação do Código Florestal. (*Palmas nas galerias.*) Mas o que eles estão pedindo aqui nas galerias não é simplesmente a aprovação do Código Florestal. Eles estão pedindo valores sagrados, como segurança, para que não sejam chamados de criminosos e possam ter condições de fazer a terra produzir em paz e criar seus filhos. Nada mais é do que uma manifestação da sociedade exigindo desta Casa que se resgatem valores que nós recebemos das gerações que nos antecederam, dos nossos avós, grandes desbravadores do nosso País.

Essa geração de 20 a 40 anos, que inicia sua vida profissional, ainda está muito carente da capacitação das escolas técnicas. Há um avanço muito tímido e muito lento. Se este País tem pressa, a pressa deste País tem que ser traduzida em um aumento expressivo das verbas para a educação, porque aqueles que acham que



a educação já recebe muito que experimentem a ignorância e verão o tamanho da conta. É preciso avançar nas políticas sociais para essa geração marcada pela violência, a geração dos 20 aos 40 anos.

Quando nós olhamos os números, já que a violência hoje em dia é doença de notificação compulsória - a minha cidade, Campo Grande, capacitou todas as unidades de saúde para serem notificadoras -, observa-se um pico enorme da violência contra a mulher. Enorme!

O que este País oferece à mulher vítima de violência? Nós oferecemos uma delegacia para que ela preste queixa, um Instituto Médico Legal - IML sujo, constrangedor, para que ela faça o exame de corpo de delito e, depois, nós exigimos dela que volte para casa, encontre o agressor e diga a ele: *"Olha, eu fiz uma queixa contra você e, nos próximos cinco dias, alguém vai vir aqui intimá-lo"*. Ela é imediatamente agredida de novo, porque não foi construída a rede de proteção social aos grupos vulneráveis: às mulheres, aos indígenas, aos idosos, aos homossexuais, àqueles que precisam e exigem a presença do Estado. E, quando nós nos deparamos com o Estado, aí nós nos tornamos brasileiros.

E este Estado falho, omissor, de poucas políticas sociais nos batiza, nos estigmatiza e nos diz: *"Calma, vai melhorar. Estamos indo"*. A que ritmo? A que passo? A que olhar?

O Sr. Efraim Filho - Um aparte, Deputado.

O SR. MANDETTA - Pois não, Deputado Efraim.

O Sr. Efraim Filho - De forma bem rápida, parabênizo V.Exa. pelo brilhante pronunciamento. Sou seu companheiro, inclusive de bancada, do Partido Democratas, e vejo que V.Exa. chega a esta Casa com muito conhecimento para compartilhar, com uma experiência muito profunda, principalmente na área da saúde. V.Exa. demonstra também neste pronunciamento que está pronto para enfrentar os mais diversos temas. Este Parlamento só tem a evoluir e a crescer com a sua participação. O Deputado Mandetta representa à altura o Estado do Mato Grosso do Sul e, com certeza, se prepara para daqui alçar voos ainda mais altos na sua promissora carreira política.

O SR. MANDETTA - Obrigado, Deputado Efraim.

Continuando meu discurso, quanto à geração que antecede a de 20 aos 40 - vou dividi-la em duas -, estão os adolescentes de 12 a 20 anos. O Brasil tem um dos menores tempos de permanência na escola do mundo. Este País vai fazer a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. A chance de um menino daqui de Brasília, de São Paulo, de Campo Grande, de Cuiabá, do Maranhão, do Piauí participar dessas Olimpíadas é quase nula, porque não foi construída uma política de esportes. Nós abrimos mão da política de esportes e, depois, reclamamos, ficamos escandalizados com os números do *crack*, da droga.

Não dá mais para a escola ser de meio período. Pai e mãe saem para



trabalhar, e não há ninguém olhando seus filhos. Os números da gravidez na adolescência explodiram. A droga está ganhando espaço e terreno, porque a educação brasileira precisa se ocupar desses adolescentes. O ritmo com que as escolas técnicas estão sendo implantadas é muito lento. Aguardo com ansiedade o PROUNI para o ensino técnico, para que possamos formar mão de obra qualificada e não sermos importadores de mão de obra ou ficarmos com os salários mais baixos desse nosso "show do crescimento" que vem por aí.

As crianças de zero a 12 anos, talvez - e hoje eu estava ansioso para falar por elas, porque elas estavam nas galerias -, sejam o nosso elo com o amanhã e sejam aquelas a quem nós temos que dedicar todos os nossos esforços, tanto na educação básica como na atenção básica à saúde. É possível criar leis mais rigorosas contra a pedofilia, é possível criar algum tipo de responsabilização pelos materiais de Internet, é possível que com o diálogo consigamos avançar nas políticas sociais.

Como eu disse, do meu Mato Grosso do Sul, trago a experiência e a cultura. Cultura de um Estado que se batizou Mato Grosso do Sul forjado por uma comida típica, pela chipa, pelo tereré, pelo churrasco com mandioca. E mandioqueiro é o que nós somos, porque comer churrasco com mandioca é melhor do que comer churrasco com cuca ou com farinha, como no resto do País.

Deixo aqui a posição intransigente deste Parlamentar pela defesa da soberania nacional e das políticas sociais de qualidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 29/102

087.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	28/04/2011-15:30
Publ.: DCD - 29/04/2011 - 20340	IRACEMA PORTELLA-PP -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Encontro da bancada feminina na Casa com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, destinado à discussão de assuntos de interesse das mulheres. Encaminhamento ao Poder Executivo da Indicação nº 128, de 2001, para instituição do Sistema Nacional de Pessoas Desaparecidas. Defesa da implantação de ações destinadas à promoção da saúde da população carcerária feminina. Adequação da Lei Maria da Penha à Constituição Federal. Expansão das políticas públicas de apoio às mulheres.



A SRA. IRACEMA PORTELLA (PP-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, grandes preocupações movem o trabalho da bancada feminina neste Parlamento. Quero hoje, desta tribuna, falar de algumas delas e assegurar que estamos em busca de soluções para questões que afligem a sociedade brasileira.

Nesse sentido, é importante registrar uma das inúmeras iniciativas da bancada feminina desta Casa, que foi a recente realização de um encontro com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para discutir assuntos relevantes para o País, especialmente para as mulheres.

Quero destacar, dentre os temas levados à discussão durante esse encontro, o grave problema de ocorrências de desaparecimento de pessoas no Brasil e as dificuldades encontradas para localizá-las. A propósito, por meio da Indicação nº 128, de 2011, de minha autoria, encaminhada ao Executivo, sugiro a instituição do Sistema Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Certamente, essa iniciativa será um eficaz instrumento de apoio às famílias que passam pelo drama de perder um ente querido. Milhares de pessoas desaparecem de suas residências, provocando imenso abalo e dor naqueles que ficam sem notícias ou sequer recebem apoio para suas buscas.

O Ministro José Eduardo Cardozo nos deu mostras de estar bastante sensível a essa situação. Esperamos que, em breve, sejam desenvolvidos os estudos necessários pelos órgãos competentes, para que a sociedade possa contar, no âmbito do Executivo, com o Sistema Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Outra preocupação que a bancada feminina desta Casa discutiu com o Ministro da Justiça diz respeito à atenção à saúde da população carcerária feminina. Sobre isso, defendemos que as unidades prisionais contem com um sistema de assistência integral ao puerpério.

Os problemas de saúde decorrentes das condições de confinamento precisam ser objeto de ações de saúde que possibilitem o acesso das mulheres presas à saúde de forma integral e efetiva.

Há que se destacar também o produtivo debate que mantivemos sobre a Lei Maria da Penha. Apesar de ser considerada pela ONU Mulheres como uma das três melhores legislações do mundo no que se refere ao combate à violência contra mulher, a Lei ainda enfrenta resistências em alguns setores conservadores da nossa sociedade e não está sendo aplicada corretamente.

Sobre isso, devo lembrar que, no dia 24 de março passado, tivemos uma importante vitória nessa caminhada, quando o Supremo Tribunal Federal considerou que a Lei Maria da Penha está de acordo com a Constituição ao impedir benefícios para agressores, como a suspensão do processo. Durante o julgamento, os Ministros afirmaram que os crimes praticados no ambiente doméstico contra a mulher são gravíssimos, têm repercussão em toda a família e,



por esse motivo, precisam ser combatidos.

Também vale mencionar um levantamento recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, que mostra que a Lei Maria da Penha já produziu mais de 330 mil processos nas varas e juizados especializados da Justiça brasileira, de agosto de 2006 a julho de 2010.

Desse total de ações, 111 mil sentenças foram proferidas e mais de 70 mil medidas de proteção à mulher foram tomadas pela Justiça. Os dados foram coletados nos 51 juizados ou varas especializadas na aplicação da Lei.

Resultados animadores, mas não suficientes, visto que os especialistas são unânimes em dizer que é fundamental melhorar a aplicação da Lei no Brasil. Ou seja, há um longo trabalho a ser feito para fortalecer a Lei Maria da Penha, por meio de campanhas educativas e informativas sobre seu conteúdo.

A esse respeito, o Ministro José Eduardo Cardozo, um aliado das lutas femininas, sugeriu algumas ações, como a organização de um grupo de estudos que envolva representantes da bancada feminina no Congresso, do Poder Judiciário e de órgãos do Governo Federal, de modo a sistematizar propostas para tornar a Lei Maria da Penha totalmente efetiva em nosso País.

Para encerrar, quero ressaltar que, como acabo de informar, temos um grande leque de preocupações relacionadas aos direitos das mulheres e à expansão de políticas públicas voltadas para a população feminina.

Mas, nós da bancada feminina da Câmara dos Deputados não vamos medir esforços para tornar realidade as propostas que façam a real diferença na vida de todas as brasileiras.

Haverá um dia em que estarei aqui, nesta mesma tribuna, apenas para relatar as diversas conquistas femininas pelas quais hoje lutamos. É nisso que acredito. Conto com o apoio de todos para que isso se concretize.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Documento 30/102

086.1.54.O

Publ.: DCD - 29/04/2011 - 20284

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD

ANDRÉ MOURA-PSC -SE

BREVES COMUNICAÇÕES

28/04/2011-10:04

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário



Combate à violência contra a mulher no Estado de Sergipe e no País.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Conferência das Nações Unidas, em 1993, reconheceu formalmente a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos. A Organização Mundial de Saúde disse que as consequências desse abuso são profundas, indo além da saúde e da felicidade individual e afetando o bem-estar de comunidades inteiras.

Não se sabe com precisão o número de mulheres agredidas, sobretudo por parceiros, companheiros, maridos ou ex-maridos. Portanto, lidamos com estimativas que indicam que, a cada ano, 2 milhões e 100 mil mulheres são espancadas no Brasil.

Os dados não são exatos porque, segundo os especialistas, mais da metade não denuncia, e os senhores sabem por quê - medo, vergonha, por dependerem financeiramente dos agressores, por acharem que não vai se repetir e até por não quererem prejudicar o parceiro e temerem que ele seja preso.

Lentamente, no entanto, esta realidade está mudando graças a vários fatores: campanhas de conscientização, ajuda de grupos de apoio e, desde 2006, com a aplicação da Lei Maria da Penha. Mas, para processar e julgar os crimes previstos nesta lei, da forma que foi proposta e aprovada, os Estados devem dispor de varas especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher. O Brasil já mostra alguns avanços.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, o assunto passou a ser tratado como política nacional do Judiciário, com o objetivo de que todos os Estados e o Distrito Federal tivessem pelo menos uma vara especializada.

O número já foi superado. Temos 53 varas instaladas e mais duas, em Rondônia e na Paraíba, previstas para os próximos dias. Apenas um Estado permanece sem a vara especializada e nem mesmo tem previsão.

Lamentavelmente, trata-se do nosso Estado de Sergipe, onde a violência contra a mulher cresce ano após ano. Lembrem-se de que se trata apenas de casos denunciados. Em 2009, tivemos 2.782 registros; em 2010, foram 2.918; agora, nos 110 primeiros dias deste ano, já foram 884 ocorrências no Estado do Sergipe. Uma dessas agressões, com ameaça de morte, o Brasil inteiro acompanhou este mês, em Aracaju, nossa capital. Um homem manteve sua ex-mulher, baleada por ele, em cárcere privado durante 30 horas. A vítima havia feito a denúncia da ameaça de morte na Delegacia da Mulher e aguardava uma medida protetiva. Como não dispomos de uma vara especialmente para tratar de violência doméstica, a medida cautelar saiu sem a celeridade necessária. A demora foi de uma semana, e a mulher já era refém.

A boa notícia é que nós estamos lutando para mudar esse quadro, com a implantação dessa Vara criminal especializada. A iniciativa partiu de um



movimento de luta por justiça social, denominado Ellas. O grupo é coordenado pela jornalista e ativista Anna Ruth Rodrigues e pela publicitária Manu Santhiago.

Em 2 meses de campanhas junto a vítimas, as pessoas comuns da sociedade, autoridades estaduais e municipais se mobilizaram, e a campanha é crescente. No Parlamento Estadual, temos o apoio do Deputado Zezinho Guimarães; aqui, na Câmara dos Deputados, estamos encabeçando esse movimento; e no Senado Federal contamos com o apoio do Senador Eduardo Amorim.

Juntos, nós, Parlamentares, as lideranças desse movimento, associações, e, sobretudo, mulheres e homens de Sergipe, iremos às ruas para conscientizar a população dos direitos que possuem. Marcharemos lado a lado e temos certeza de que o Tribunal de Justiça de Sergipe se sensibilizará com essa causa tão justa.

Portanto, para finalizar, reiteramos aqui a nossa mais absoluta disponibilidade para ajudar as mulheres que sofrem de agressão, estendendo a nossa mão, mas insistimos: não calem, procurem a Delegacia da Mulher, não coloquem em risco suas vidas e a de suas famílias. Em breve, temos certeza de que todas as que forem vítimas, seguramente, vão contar com tratamento mais célere na vara criminal especializada em violência doméstica e familiar do Estado de Sergipe, um tratamento baseado em respeito à justiça.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 31/102

088.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	29/04/2011-09:15
Publ.: DCD - 30/04/2011 - 20516	LUIZ COUTO-PT -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Lançamento, pela Presidenta Dilma Rousseff, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico - PRONATEC. Combate à violência contra a mulher no País.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, participamos ontem do lançamento do PRONATEC, programa que vai priorizar a formação de trabalhadores para maior geração de emprego, já que há muitos



postos de trabalho, mas não há pessoal capacitado para assumir as vagas.

Ontem, a Presidenta Dilma, a partir de uma proposta do Ministério da Educação, lançou esse programa, que, além de criar bolsas para estudantes, que deverão ser capacitados para atender as demandas do mercado, cria uma relação com os Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Um aspecto importante é que dois terços das bolsas serão do Governo Federal, e a outra parte será da iniciativa privada, sinal de que podemos, sim, com esse programa, tirar muitos jovens que hoje estão sendo recrutados pelo narcotráfico e seduzidos para praticar atividades criminosas e dar a eles agora a oportunidade de realizar um trabalho digno por meio de sua capacitação. Isso é importante porque, muitas vezes, ao buscar emprego, é solicitada ao jovem a experiência. Mas agora, com a capacitação, com a formação técnico-profissional, ele terá a oportunidade de conseguir trabalho, emprego, e viver de forma digna, ajudando inclusive a tirar a juventude desse processo de marginalização que ainda existe em nosso País.

Quero parabenizar a Presidente Dilma e o Ministro Fernando Haddad por mais essa iniciativa. Esse é um sinal de que teremos bons frutos de parte desse importante programa.

Sr. Presidente, outro assunto me preocupa bastante e significa para nós um momento de extrema dificuldade. Apesar da Lei Maria da Penha, apesar de uma ação do movimento das mulheres, da sociedade civil, das entidades de direitos humanos, verificamos que ainda há muita violência praticada contra as mulheres, violência essa que devemos, sim, combater de forma incisiva, de forma permanente, de forma sistemática, porque infelizmente parece que as pessoas não compreenderam a situação. Como diz o poeta Capiba: *"Na mulher não se bate nem com uma flor"*. Nem com uma flor!

Qualquer que seja sua condição, é momento de carinho, de amor, de consideração, de respeito. Todos nós somos frutos dessas mulheres maravilhosas, que nos colocaram no mundo. Portanto, elas merecem o nosso respeito, a nossa consideração e o nosso trabalho. As pessoas que cometem atividades criminosas contra a mulher, como, por exemplo, batendo nelas, devem ser condenadas, julgadas, para que aprendam a não cometer mais esse tipo de violência.

Sr. Presidente, há necessidade de uma ação articulada, entre os Governos Federal, Estaduais e Municipais e a sociedade civil como um todo. Precisamos cuidar para que essa violência seja abolida da sociedade, dos Estados e do País.

Algo que me preocupa também, Sr. Presidente: são os grupos que atuam na área do extermínio. Agora, as mulheres também estão sendo assassinadas, porque não aceitam mais ser aviões do narcotráfico. E vem a sentença: devem morrer, ser eliminadas.

Precisamos cuidar para que, efetivamente, o respeito, o amor, a consideração,



sejam dados às mulheres. Elas merecem de nossa parte o reconhecimento, todos os dias. Temos de acabar com essa violência que ainda hoje é praticada contra as mulheres.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de expressar neste Pequeno Expediente.

Documento 32/102

105.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	11/05/2011-09:36
Publ.: DCD - 12/05/2011 - 23192	JÔ MORAES-PCDOB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização, pelo Senado Federal, do seminário Mulheres e Reforma Política. Indignação da oradora com a violência praticada por segurança de estabelecimento comercial contra grávida de 9 meses, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Importância do estímulo à cultura da paz.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar um importante seminário realizado ontem no Senado Federal, *Mulheres e Reforma Política*, que teve o patrocínio e a promoção de fundações de partidos políticos e das Secretarias Nacionais de Mulheres de vários partidos políticos.

Lembro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que celebramos no último domingo o Dia das Mães. Eu estava em Belo Horizonte, onde comemorei a data com meus dois filhos e demais parentes, num almoço na casa de minha sogra. Nas conversas, um assunto ainda causava comoção: a violência do ataque de um segurança contra uma grávida, ocorrido dias antes. O motivo foi torpe: a jovem, de apenas 18 anos, no nono mês de gravidez, segundo noticiou a imprensa, teria consumido 3 uvas no sacolão, um comércio amplo, diariamente repleto de pessoas comprando avidamente hortaliças, legumes e frutas nacionais e importadas, no centro da cidade.

Irritado com a ousadia da grávida, o segurança teria investido contra ela aos gritos e chutado várias vezes sua barriga, depois de ela já estar rendida, no chão. Isso por causa de 3 bagos de uva que ela ousou comer. A mãe da jovem, que tentou socorrê-la, também teria sido agredida pelo segurança, de acordo com o repórter Pedro Rotterdam, que assinou a reportagem sobre o fato veiculada pelo jornal *Hoje em Dia*.

Tudo isso aconteceu numa semana preparatória para a referida data. O ato foi



contra uma jovem às vésperas da concepção. Ela perdeu líquido e foi hospitalizada. Pessoas que estavam no empreendimento reagiram e salvaram a mãe e seu bebê. Também se voltaram contra o agressor, que foi levado à delegacia.

Senhores, vejam a que ponto chegamos. Por causa de três bago de uva, uma grávida é chutada e xingada num estabelecimento comercial. O que esperar dessa criatura que dá chutes em uma mulher que carrega um bebê no ventre por causa de três bago de uva? Só por ser homem e segurança, já se pressupõe que tenha maior força física e preparo do que uma mulher aos 9 meses de gravidez.

Que sociedade, que tipo de gente é essa que não respeita, não tem compaixão por uma mulher no topo da gravidez, por um igual? Imaginem o que pode fazer contra cães, gatos, passarinhos...

Como comemorar o Dia das Mães, sabendo-se que, num comércio frequentado por dezenas, centenas de pessoas, em sua maioria mulheres - são elas que geralmente cumprem com carinho a tarefa semanal de abastecer a fruteira e a geladeira -, um segurança pode estar à espreita para atacar?

Quero, desta tribuna, pedir aos comerciantes, industriais, banqueiros que fiquem atentos às tendências de seus seguranças, aos cuidadores de seus patrimônios. O bem maior de um país são seus cidadãos, e eles devem ser respeitados, tratados com lisura, responsabilidade, compaixão. Não será colocando verdadeiros "*pitbulls*" para vigiar e punir que seus lucros serão maiores, que vamos fazer um Brasil melhor. Não mesmo!

É justamente neste momento que devemos estimular a cultura de paz.

Era o que tinha a dizer.

Documento 33/102

112.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	16/05/2011-16:21
Publ.: DCD - 17/05/2011 - 23924	LAURIETE-PSC -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Compromisso de atuação parlamentar em defesa da mulher, da criança e da família brasileiras. Combate à violência doméstica contra a mulher no País. Apresentação do Projeto de Lei nº 797, de 2011, sobre a inclusão de programa específico nas políticas



sociais e financeiras do Governo Federal para o apoio à mulher e à adolescente, nos casos de gravidez decorrente de estupro e nos casos de comprovada má-formação do feto. Transcurso do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Urgente adoção de medidas para o resgate do valor da infância, sobretudo dos valores morais. Apresentação do Projeto de Lei nº 533, de 2011, referente à divulgação de informações sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes nos meios de comunicação, como medida coibitiva do crime. Banalização do aborto no Brasil. Matéria Meninas Usam Pílula do Dia Seguinte, publicado pelo jornal Tribuna Online, do Estado do Espírito Santo. Apresentação dos Projetos de Lei de nºs 733 e 734, de 2001, respectivamente sobre a vedação ao poder público da criação de distinções e preferências entre brasileiros e a proteção do Estado à família e sobre a autorização ao poder público para a criação do Programa Viver de Bem. Apresentação dos Projetos de Lei de nºs 639, de 2011, e 1.142, de 2011, respectivamente sobre a obrigatoriedade da inserção em propaganda nos meios de comunicação de informação alusiva à prática de crime por condutor de veículo sob efeito de álcool e sobre o estabelecimento de procedimentos relativos a veículos objeto de convocação para realização de recall. Defesa de manutenção do veto presidencial à proposta de distribuição igualitária entre Estados e Municípios de royalties de petróleo da camada pré-sal. Desempenho positivo da economia do Estado do Espírito Santo. Necessidade de realização das reformas tributária e política.

A SRA. LAURIETE (PSC-ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores presentes nesta tarde, todos que nos acompanham pela *TV Câmara* e pela mídia interativa, início a minha fala externando a satisfação de, desta tribuna, poder dirigir-me a todos os cidadãos brasileiros, em especial à população capixaba, neste tempo em que me é reservado promover uma conversa direta.

Nesta oportunidade, quero delimitar a minha fala às bandeiras políticas e sociais que assumi defender neste Parlamento, onde tenho-me mantido firme e brava lutadora em defesa da mulher, da criança e das famílias brasileiras.

A família é o berço onde aprendemos a valorizar a vida. Dou graças a Deus pela minha família. Meu pai e minha mãe com certeza estão me assistindo, enquanto falo desta tribuna, defendendo aquilo que me ensinaram, ou seja, os valores da família, a dignidade do trabalho, o respeito e o amor ao próximo, que meu esposo e eu passamos para a nossa pequena Júlia.

De vendedora de bala à Câmara Federal. Essa é a minha história, conhecida por poucas pessoas. Mas o resultado é conhecido por muitos em todo o País. Como cantora *gospel*, levo palavras de fé e de esperança a todos aqueles que precisam.

Essas bandeiras que assumi eu as defendo com desenvoltura e liberdade. Primeiro, por ser mulher, por conhecer e sentir na pele as discriminações; segundo, por ser participante do mercado de trabalho. Mesmo em meio à evolução tecnológica e secular, ainda permanecem o preconceito e a diferenciação com que hoje ainda são tratadas as mulheres em relação aos



homens, em todos os aspectos.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite uma intervenção, nobre Deputada Lauriete?

A SRA. LAURIETE - Pois não.

O Sr. Mauro Benevides - Faço breve intervenção para saudar a presença de V.Exa. na tribuna, neste Grande Expediente, quando estão sendo delineados aqueles itens que nortearão a sua atividade como representante do Espírito Santo neste Parlamento. Faço votos de que, no cumprimento dessas metas que V.Exa. começa a mencionar e sobre as quais quer discorrer, V.Exa. siga esse roteiro de trabalho e daqui saia galardoada pelo reconhecimento dos seus pares, sobretudo pelo reconhecimento dos seus eleitores, que a mandaram para este plenário como legítima representante do povo capixaba. Cumprimento V.Exa.

A SRA. LAURIETE - Muito obrigada, Deputado.

Posteriormente, ainda falando da defesa dessas bandeiras que assumi, por ser mãe e entender a importância da vida gerada por outra vida, o valor da criança na sociedade e o quanto ela é desprovida de proteção aos seus direitos, sendo lançada à sorte, aos ataques de violência, suportados no silêncio do anonimato e na impunidade.

No que diz respeito ao assunto "mulher", eu abordo primeiramente o lamentável tema denominado "violência doméstica contra a mulher". É preciso que as pessoas envolvidas na relação violenta tenham o mesmo desejo de mudar. É por essa razão que não se acredita na mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima, enquanto a outra parte, que é o agressor, permanece como sempre foi, mantendo seus hábitos repugnantes.

Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos veem essa necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação na relação violenta.

No Brasil, pesquisa da Fundação Perseu Abramo revela que a cada 15 segundos uma mulher é agredida. Estima-se que mais de 2 milhões de mulheres são espancadas a cada ano por maridos ou namorados, atuais e antigos.

Os números sobre a incidência da violência contra a mulher no País contrastam com os dados recentes da pesquisa IBOPE/Instituto Patrícia Galvão, que revelam um alto grau de rejeição à violência contra as mulheres: 82% dos entrevistados respondem que *"não existe nenhuma situação que justifique a agressão do homem a sua mulher"*.

Observa-se que há uma atitude contrária à violência, mas não há um comportamento equivalente.

Ao lado de políticas públicas nas áreas da justiça, da saúde e da segurança, são



também necessárias estratégias de comunicação junto à sociedade para promover mais discussão e mudanças de comportamento.

É nesse contexto que se pode afirmar que onde há violência toda sociedade perde. As mudanças de comportamento e de atitude frente à violência contra a mulher dependem sobretudo de aspectos culturais, de medidas incisivas a promover a mudança da mentalidade, campo em que a mídia pode ser bastante eficaz.

Além de promover campanha de conscientização da mulher em promoção da denúncia, é preciso também inovar e promover campanha dirigida aos homens, autores ou não de violência.

O apelo que faço é para que os homens que praticam a violência cessem com as agressões às suas companheiras, sendo preciso mostrar a estes covardes as sanções que estão sujeitas a suportar, e assim gerando no consciente dos outros homens, para que deixem de ser indiferentes e omissos frente a essa violência.

Acredito na mudança de atitude e na solução de conflitos sem violência.

A sociedade brasileira aponta a violência contra a mulher como um dos problemas mais preocupantes da atualidade, na frente de uma série de outros problemas, como câncer e AIDS.

A percepção da gravidade dessa violência se verifica quando se considera que o agressor deveria ser processado judicialmente, sentenciado e encaminhado para reeducação. No entanto, o contraste deste anseio é gritante. São poucos os casos que chegam a processo, pouquíssimos os sentenciados e escassas as instituições que lidam com a reeducação do agressor.

É opinião geral, em todos os segmentos sociais, quando se verifica que os mais prejudicados nas situações de violência doméstica, com certeza, são os filhos do casal. O que essa realidade demonstra é que todos perdem quando há violência no lar. Trata-se de um flagelo e de uma epidemia que atinge todos.

É preciso trazer para o debate que, na violência doméstica, não é a mulher agredida o foco, mas, sim, o autor da violência. As mensagens da campanha também precisam abordar o convite a uma mudança de atitude e do comportamento masculino frente à violência doméstica.

Não se pode desprezar que é preciso sensibilizar os homens que agridem para uma mudança de comportamento; ganhar sua solidariedade para a não agressão; provocar no público em geral uma diminuição da tolerância cultural em relação à violência doméstica contra mulheres e crianças.

Pôr ainda mais em evidência a violência doméstica faz parte do esforço para romper o silêncio e o constrangimento em relação ao problema. A reprovação à violência doméstica contra as mulheres só será eficaz se toda a sociedade se envolver. Não é uma luta restrita às mulheres em situação de violência; não é



restrita às ativistas do movimento de mulheres. Trata-se de uma luta que diz respeito a todas as mulheres, a todos os homens e a toda a sociedade.

A violência contra as mulheres não se caracteriza por casos isolados ou eventuais que enchem as páginas policiais dos jornais do Brasil. Ao contrário, a sua escala é enorme e extremamente grave. Os números podem ser maiores do que os publicados, uma vez que a violência doméstica contra as mulheres, por sua natureza de "assunto íntimo", nem sempre é declarada ou notificada, sendo elevado o número de mulheres e de homens que não falam acerca do assunto, formando um poderoso muro de silêncio e de impunidade.

Para que essa violência cesse, é fundamental que os homens que não cometem violência contra as mulheres se posicionem reprovando tal ato.

A violência contra as mulheres ocorre em todo o mundo, perpassa as classes sociais, as diferentes etnias e independe do grau de escolaridade.

Segundo o *Informe Mundial sobre Violência e Saúde*, divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), quase metade dos assassinatos de mulheres, em 2002, foram cometidos por maridos ou namorados, antigos ou atuais.

Uma em cada grupo de cinco brasileiras já sofreu algum tipo de violência por parte de algum homem, sendo que o principal agressor é o marido ou companheiro, que se acha no direito de tratar a companheira como um objeto.

A violência doméstica contra as mulheres se manifesta em três grandes tipos: física, sexual e psicológica. Ela também pode ser mista.

Não cabe discutir neste instante qual tipo de violência é mais nociva ou dolorosa. Certamente todas são. E essa marca não apenas fica na pele, mas também crava para sempre a alma da pessoa agredida.

E há o extremo da violência: o assassinato das mulheres por seus parceiros ou ex-parceiros, mascarado pelos nomes de "crime passionai", o que atenua a pena, e de "crime contra a honra", o que chega a resultar em absolvição do réu.

Sugiro ao Governo um estudo para averiguar como morrem as mulheres assassinadas no Brasil. Há indícios de que 50% tenham sido assassinadas por companheiros ou ex-companheiros. Apenas os casos envolvendo pessoas "famosas" chegam ao conhecimento geral, por meio da mídia.

Mas não se deve esquecer da legião de mulheres assassinadas que permanecem anônimas, da legião de assassinos impunes e da legião de órfãos e órfãs vítimas dessa violência.

Até a promulgação da Lei Maria da Penha, que acarretou um acalorado debate sobre o tema, a violência contra a mulher sofria uma espécie de invisibilidade, difundida pela ideia nefasta de que a violência entre parceiros íntimos constituía um problema privado, o que acabava por não punir os agressores, fomentando a



propagação da violência.

Contudo, muitos operadores jurídicos ainda hoje insistem em não cumprir a Lei Maria da Penha e continuam deixando de proteger as mulheres, exigindo representação e confirmação da representação para dar sequência ao processo, induzindo as mulheres a desistirem de processar seu agressor.

A Organização Mundial da Saúde reconhece a violência doméstica contra as mulheres como uma questão de saúde pública. A violência afeta negativamente a integridade física e a saúde mental. Viver em uma situação de violência aumenta o risco de adoecimentos. Há ocorrências expressivas de problemas mentais, depressão e tentativas de suicídio. Mulheres em situação de violência doméstica declaram uma perda significativa da autoestima.

A nossa aposta é de que o serviço de saúde tenha mais consciência da violência doméstica e ajude a encaminhar as mulheres para outros serviços da rede de atenção. O serviço de saúde da mulher também pode ser um espaço de escuta e de acolhimento.

Quando agredidas, as mulheres faltam ao trabalho, gerando perda econômica na escala produtiva. Elas geralmente apresentam queda na motivação e na produtividade. Quem apanha no espaço privado carrega humilhação e dor para o espaço público. Em suma, toda a sociedade brasileira perde com a violência doméstica contra as mulheres.

As lutas nos campos da justiça, da saúde, da educação e da cultura podem interromper esse tipo de violência e riscar essa tragédia doméstica da vida de milhões de casais e de sua prole. A prevenção, ao lado da responsabilização, pode evitar a formação de "novos agressores" e de "novas agredidas".

No entanto, é evidente que a erradicação da violência doméstica contra as mulheres dependerá do comprometimento de toda a sociedade, incluindo a sensibilização dos meios de comunicação de massa para a questão. Dependerá também do esforço das mulheres em não se calarem frente a situações de violência. Dependerá essencialmente do compromisso dos homens de bem em reprovarem a violência contra as mulheres cometida por outros homens e, quando cientes do ocorrido, em não se calarem, mas denunciarem os agressores. Sendo parte do problema, os homens devem ser parte da solução.

Quanto à prevenção da violência doméstica contra as mulheres, um dos caminhos é o trabalho contínuo, integrado nas escolas e comunidades, de conscientização de crianças e homens jovens.

Nesse liame, temos adotado medidas para a promoção da defesa da mulher, protocolizando o Projeto de Lei nº 797, de 2011, que inclui nos programas sociais e financeiros do Governo programa específico de apoio à mulher e à adolescente, nos casos de gravidez oriunda de estupro e nos casos de comprovada má-formação do feto. A finalidade é a de diminuir o sofrimento dessas mulheres, ofertando-lhes um pouco de dignidade e condição econômica, mas sobretudo de



preservar a vida de inocentes que sequer possuem o direito de se manifestar.

Nesta oportunidade, ressalto que no próximo dia 18 de maio comemorar-se-á o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, mas não temos muito fatos com que nos alegrar. As manchetes dos jornais, onde se leem *"criança morta na saída da escola por bala perdida"*, *"tráfico recruta crianças para funcionarem como espiãs e aviõezinhos"* e *"criança é preparada para ser líder do tráfico na comunidade"*, causam-nos muita tristeza.

Falando em violência e em crianças usadas pelo tráfico, vem à nossa lembrança um triste episódio: um Prefeito, em visita a uma unidade escolar de sua localidade, conversando com as crianças sobre as suas escolhas profissionais quando estivessem maiores e sobre o futuro que almejavam, ouviu uma delas dizer alto e bom som que queria ser traficante para mandar em todos e ter dinheiro fácil, muito dinheiro!

Ouvir isso de uma criança nos faz repensar o que nos reserva o futuro, o que será do Brasil dos próximos anos. Portanto, é preciso adotar urgentemente medidas rápidas e precisas para resgatar o valor da infância e sobretudo o valor moral de que é importante ser uma pessoa de bem. Com um significado que vai muito além do que apenas o espaço entre o nascimento e o início da vida adulta, a infância está relacionada ao estado e à condição de vida de uma criança; envolve a qualidade **dos anos de vida da mesma**.

Uma criança que foi forçada a pegar em armas ou obrigada à escravidão sexual não pode ter infância; também não pode ter infância uma criança forçada a realizar trabalhos pesados. Crianças que vivem numa situação de pobreza desprezível, sem alimentação adequada, sem acesso à educação, à água limpa, a instalações de saneamento e a abrigo também são privadas da sua infância.

Essa violência contra crianças inclui a violência física e psicológica, a discriminação, a negligência e os maus-tratos. Vai desde abusos sexuais em casa até castigos corporais e humilhantes na escola; de restrições físicas em casa até a brutalidade cometida pelas forças da ordem; de abusos e negligência em instituições até as lutas de gangues nas ruas onde as crianças brincam e trabalham; do infanticídio até os chamados "crimes de honra".

Todas as pessoas têm um papel a desempenhar nessa causa, mas cabe ao Estado assumir a principal responsabilidade. Isso significa coibir todas as formas de violência contra crianças, onde quer que aconteça e independentemente de quem a pratique, e investir em programas de prevenção para enfrentar as causas que lhe estão subjacentes.

É preocupante observar que, em muitas regiões do nosso País, alguns dos avanços no cumprimento dos direitos das crianças registrados nas últimas décadas - por exemplo: a redução das taxas de mortalidade, o aumento nas



taxas líquidas de matrícula na escola primária e passos importantes em direção à criação de um ambiente protetor para elas - parecem correr o risco de regredir por causa de três ameaças principais: pobreza, conflitos armados e AIDS.

Apesar da proibição constitucional do trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos, sabe-se que cerca de 2,7 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 16 anos de idade trabalham no Brasil de forma irregular. Isso significa que uma em cada grupo de dez crianças nessa faixa etária perde parte da infância nas casas de farinha, nas lavouras de café e no corte de cana, dentre outras tarefas. Essas crianças quase sempre têm desempenho fraco na escola, porque já chegam cansadas para estudar e aprender, ou simplesmente deixam de estudar.

Pesquisas mostram que 500 mil crianças e adolescentes, na maioria meninas, são explorados no trabalho infantil doméstico em casas de terceiros. Para reduzir o trabalho infantil, é preciso fazer uma abordagem integrada que identifique as crianças que trabalham, que sensibilize a sociedade sobre os danos morais, físicos e intelectuais do trabalho infantil e que adapte as escolas para oferecer atividades culturais, desportivas, educativas e de lazer e compensar a redução da renda familiar.

A maior parte das crianças que trabalham mora na zona rural. As condições de trabalho no campo são muito difíceis e prejudicam ainda mais a saúde desses trabalhadores tão pequenos.

Nas cidades, a maioria das crianças trabalha fazendo biscates em supermercados e feiras livres, como carregadores e empacotadores; vendem frutas, balas, chocolates ou são guardadores de carros. Há ainda crianças que trabalham em fábricas de roupas e calçados, ou aquelas que trabalham como empregadas domésticas, ganhando salários irrisórios, sem poder frequentar a escola.

Há na cultura geral o mito de que o trabalho é bom. Sim, o trabalho é bom, desde que seja na medida certa e que não venha a roubar o direito da criança de ser realmente criança e de se portar como tal.

A Sra. Marinha Raupp - Deputada Lauriete, V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. LAURIETE - Pois não, Deputada Marinha Raupp.

A Sra. Marinha Raupp - Cumprimento V.Exa. pelo belo pronunciamento, em que mostra a sua preocupação como Deputada Federal do Espírito Santo que cumpre o primeiro mandato nesta Casa. Seja sempre bem-vinda! Como mulher, V.Exa. demonstra preocupação com a violência de que são vítimas as mulheres e as crianças brasileiras. Nós da bancada feminina temo-nos pautado pelo diálogo, pela parceria e pelo trabalho em conjunto. Acredito que V.Exa. terá condições de contribuir não só para o Espírito Santo, mas também para o Brasil, na certeza de que o objetivo da Lei Maria da Penha seja o de cuidar das mulheres do Brasil,



fazendo com que elas sejam respeitadas e não violentadas, tanto no que diz respeito à violência física quanto à violência moral e à violência que toca o coração, que é o sofrimento. Parabéns pelo seu pronunciamento.

A SRA. LAURIETE - Muito obrigada, Deputada Marinha Raupp.

Nessa realidade, em 23 de fevereiro de 2011 protocolamos o Projeto de Lei nº 533, de 2011, que determina a afixação de placas em rodovias e comércios, a divulgação em emissoras de rádio, televisão e Internet, com informações sobre o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes, para coibir a triste realidade que mancha a imagem do nosso País na nossa sociedade e no cenário internacional.

Estamos certos de que a pior violência é a de roubar os sonhos, a esperança e a vida dos menores, é a de destruir a certeza do amanhã e de dias melhores. Porém, o maior roubo de uma criança é o aborto, em que sua vida é arrancada de forma brutal, tanto que não se conseguem palavras para descrever tal ato.

Vê-se a popularização da defesa do aborto, a banalização da vida, a inversão total de valores: aquela que deveria lutar pelo direito do seu filho luta pelo direito de matá-lo.

Destaco que a banalização do aborto, retratada em novelas e filmes, tem ocasionado elevado número de curetagens decorrentes de abortos mal feitos, principalmente entre as adolescentes, aumentando na mesma proporção em que aumentam os casos de gravidez na adolescência. Neste tópico, não se deve desprezar a apologia da banalização do sexo.

No dia 11 de maio de 2011, o jornal *Tribuna Online*, de grande circulação no nosso Estado, o Espírito Santo, trouxe matéria intitulada *Meninas Usam Pílula do Dia Seguinte*. Meninas de 10 anos de idade estão ingerindo medicamentos como se fosse algo natural, sem medir as consequências.

Estima-se que ocorra no País entre 1 milhão e 1,5 milhão de abortos ao ano, que constituem a quinta causa de internação na rede do SUS e são responsáveis por 9% das mortes maternas e por 25% das esterilidades por causa tubária.

Os danos causados pelo homicídio popularmente denominado aborto são incalculáveis, a começar pela dizimação do semelhante indefeso no ventre. É a luta covarde do mais forte e consciente contra o menor e indefeso.

Visando à valorização da vida e à defesa da criança, uma das bandeiras que assumi defender nesta Casa de leis, reitero a protocolização do PL nº 797/11, que propõe ajuda financeira, nos programas sociais do Governo, à mulher e à adolescente, nos casos de gravidez oriunda de estupro e de comprovada má-formação do feto. Protocolamos também o Projeto de Lei nº 734, de 2011, dando autorização ao poder público para criar o Programa Viver de Bem, para dar visibilidade ao direito à vida e aos direitos humanos dos grupos populacionais marginalizados por toda e qualquer discriminação, por todo e qualquer



preconceito.

Não podemos esquecer que nos dias atuais o valor familiar tem sido ridicularizado. A família tem perdido o seu valor e a sua importância. Ela tem sido substituída por outros bens que se deterioram com o tempo e não agregam valores reais para a construção de um mundo melhor.

Nos dias atuais, a busca pela paz tem sido constante. Todavia, esquece-se de que dias melhores virão quando a sociedade resgatar a preservação da família e o seu real papel na sociedade, pois avanços científicos, armamento bélico e tecnológico são incapazes de transformar o ser humano e gerir nele valores morais, éticos e sociais.

É certo que é preciso deflagrar uma campanha aberta em prol da defesa da família, e esta disseminar os bons ventos da ética, da fraternidade e da esperança. Na oportunidade, externo a satisfação de ser membro integrante da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Família.

Nós temos muito a fazer pelo nosso País. Para tanto, no dia 16 de março de 2011, protocolamos também o Projeto de Lei nº 733, de 2011, que trata da vedação ao poder público de criar distinções e preferências entre brasileiros e da especial proteção do Estado à família.

Nesse mesmo entendimento, sabendo da nocividade causada no trânsito, onde motoristas alcoolizados ao volante têm ceifado a vida de adultos, jovens e crianças, de suas famílias, deixando apenas saudade, tristeza e sentimento de impotência e injustiça, demos entrada neste Parlamento ao PL nº 639/11, que obriga a inserção, em propaganda nos meios de comunicação, de informação alusiva à prática de crime em situação de direção de veículos quando o condutor estiver sob o efeito de álcool. Ou seja, promover a divulgação das seguintes frases: *"Beber e dirigir é crime"* e *"Mistura criminosa: bebida e direção"*, *para desta forma sermos mais incisivos e trazer para a reflexão de todos a ilegalidade cometida e evitarmos a perda de milhares de pais, mães e filhos nesta dolorosa realidade que permeia a nossa sociedade.*

A família estruturada é a base para uma sociedade sadia e pacífica. Quando esta se fragiliza ou é formada desestruturadamente, sofre toda a sociedade, e as consequências não se pode medir, mas apenas vivenciar amargamente, como tem sido o nosso cotidiano de intensa violência, instabilidade e incompreensão humana.

Como integrante da Comissão de Defesa do Consumidor, tenho lutado pela manutenção das garantias já alcançadas e aprimorado alguns direitos. O Projeto de Lei nº 1.142/11, que protocolamos, visa estabelecer procedimentos relativos a veículos objeto de convocação, o recall, para que sejam sanados defeitos de fabricação, visando gerar para o consumidor mais informação e clareza na relação de consumo e assim ofertando-lhe segurança.

Nesta ocasião, [destaco a importância da manutenção do veto à emenda sobre](#)



os *royalties* de petróleo do pré-sal, sobretudo por respeito à legalidade dos contratos já firmados. Em especial, quero mencionar a importância desse recurso para o meu Estado, o Espírito Santo, que o utiliza na realização de programas benéficos a toda a sociedade capixaba, promovendo o desenvolvimento em toda a região interiorana, o acesso e o desfrute do progresso.

A defesa da manutenção do veto à distribuição igualitária dos *royalties* do pré-sal, feita por mim, não se dá por questão bairrista. Há que se ressaltar que a partilha igualitária dos recursos originários dessa exploração, entre os Estados, trará prejuízos incalculáveis aos Estados produtores, que terão apenas o ônus do progresso. Não há para esses Estados outra forma compensatória.

Torna-se indispensável falar dos bons ventos que sopram no Espírito Santo, um Estado que cresce nas questões sociais, tecnológicas e econômicas, acima da média nacional, sendo portanto a bola da vez de elevado destaque nacional. Com posição geográfica privilegiada em relação a outros Estados da Federação, o Espírito Santo tem sido visto cada vez mais como um Estado promissor e crescente, como um grande contribuinte para o crescimento do PIB brasileiro.

O desempenho positivo da economia capixaba tem por base a reorganização administrativa e política, bem como a expansão e o fortalecimento de sua inserção nas relações comerciais com o mercado nacional e internacional, o que faz de sua logística um dos fatores estratégicos para o desenvolvimento social e econômico.

No Espírito Santo, a maior parte das exportações e das importações ocorre via complexo rodoviário, portuário e aeroportuário. Mas alguns gargalos ainda dificultam o crescimento abrangente do setor econômico capixaba, limitando a sua expansão.

Em face do esgotamento da capacidade operacional das atuais instalações do Aeroporto Eurico Salles, constata-se que o modelo aeroviário não possui as condições adequadas para atender à demanda de passageiros e mercadorias, demonstrando entrave prejudicial para o aproveitamento das condições favoráveis vivenciadas na economia capixaba.

A falta de infraestrutura (uma nova pista de pouso e decolagem e armazenamento de mercadorias) no Aeroporto de Vitória restringe a sua utilização e demonstra o limite de sua capacidade de embarque e desembarque de passageiros ou no transporte de cargas.

Chamamos a atenção para a implantação urgente de medidas para a retomada das obras de expansão do Aeroporto Eurico Salles, que se encontram paralisadas há um bom tempo, gerando sérios prejuízos para toda a escala produtiva espírito-santense. Realidade esta amarga vivenciada pelos capixabas e demais usuários desse importante meio de transporte, que vêm convivendo com uma estrutura precária e carente em toda a logística aeroportuária capixaba, esgotada e no limite do insuportável.



Destacamos também um dos maiores potenciais do Espírito Santo, que sem dúvida é o seu complexo portuário, formado por seis importantes portos, considerado um dos mais eficientes do País.

Tais condições credenciam o Espírito Santo a funcionar como um grande corredor logístico, servindo de porta de entrada na exportação e na importação de importantes produtos, tais como minério de ferro, café, celulose, alumínio, veículos, dentre outros.

O modelo portuário capixaba se mostra competitivo em relação aos demais portos, apresentando vantagens significativas, quer seja na estrutura, quer seja no custo, quer seja na integridade das cargas. Entretanto, apresenta também alguns gargalos que impedem a sua operação de maneira mais eficiente. Na oportunidade, citamos a lentidão para o início do projeto de dragagem do Porto de Vitória.

Igualmente, considerando a predominância do modelo rodoviário como o principal meio de escoamento das mercadorias brasileiras, a realidade modal rodoviária capixaba revela a existência de entraves considerados de alta prioridade, ou seja, que necessitam de ações urgentes para que o desempenho do setor seja melhorado, com destaque para a infraestrutura das rodovias como um dos fatores limitantes do segmento logístico rodoviário capixaba.

Essa situação se reflete na necessidade de maciço investimento para a ampliação do projeto de duplicação da BR-101 e da BR-262, que cortam o Espírito Santo, bem como para o recapeamento dessas malhas que ligam os principais pólos produtores brasileiros, essencialmente os pólos capixabas de produção industrial e agrícola. Lamentavelmente, a atual situação da malha rodoviária federal capixaba contribui para o aumento da crescente estática de morte nas estradas.

Enfatizo a minha luta junto à bancada capixaba. Destaco a minha satisfação por dela fazer parte, não medindo esforços na busca de medidas que resultem em alocação de recursos e implantação de ações em prol do Estado do Espírito Santo, a fim de promover e alavancar o crescimento desse importante ente federado para a economia e o desenvolvimento brasileiros.

Não podemos esquecer a necessidade da implantação de reformas essenciais para o desenvolvimento brasileiro e de grande anseio popular, dentre as quais destaco a reforma tributária, que terá como papel principal gerir uma nova forma de arrecadação, mais igualitária entre os Estados e menos onerosa ao trabalhador.

Outra importante reforma a ser implantada é a política. Todavia, esta deve ser feita de forma precisa e debatida à exaustão, para que venha a atender aos anseios da sociedade, bem como dos juristas.

A minha luta neste Parlamento representa a junção dos meus ideais à metodologia e à ética do meu partido, o PSC, que tem como bandeira o ser



humano em primeiro lugar. Nesta legislatura, o partido tem uma bancada maior, mais coesa e sólida.

O Sr. Manato - Nobre Deputada, V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. LAURIETE - Pois não.

O Sr. Manato - Muito obrigado, nobre Deputada Lauriete. É um prazer ser colega de V.Exa. na bancada do Estado do Espírito Santo e na luta que trava junto conosco pelas bandeiras do Estado e em defesa dos *royalties*, do FUNDAP, da modificação do ISS e das participações especiais. Quero parabenizá-la pelo excelente discurso e dizer que o povo capixaba se orgulha de V.Exa. no desempenho do seu mandato. Muito obrigado.

A SRA. LAURIETE - Agradeço ao Deputado Manato.

Por fim, estou certa de que há muito a fazer pelo nosso Estado do Espírito Santo e pelo Brasil. Mas que isso não sirva de conformismo, para não produzirmos dias melhores para a população brasileira. Muito pelo contrário. Que nos sirva de combustível para atingir os anseios sociais, a começar pela divulgação, por cada um de nós, do resgate da ética e da moralidade, como feixes de luz a propagar clareza e calor para atingir toda a sociedade e romper a sua escuridão de descrença, na valorização do nosso semelhante.

Senhoras e senhores, muito obrigada! E que Deus abençoe o Brasil!

Documento 34/102

136.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	01/06/2011-15:24
Publ.: DCD - 02/06/2011 - 27943	ROSINHA DA ADEFAL-PTDOB -AL	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Documento da instituição Rehabilitation International acerca da preparação de portadores de deficiência para a eventualidade de catástrofes naturais. Elogio ao Botafogo de Futebol e Regatas pela decisão de ingresso do clube no atletismo paraolímpico. Implantação do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, em Maceió, Estado de Alagoas. Realização de evento na Capital alagoana pela Procuradoria Especial da Mulher, da Câmara dos Deputados.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (Bloco/PTdoB-AL. Pronuncia o seguinte



discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço licença para abordar um importante tema, dentro dessa discussão de medidas preventivas diante de catástrofes, que é a necessidade de priorização da pessoa com deficiência.

Ontem recebi um importante documento, traduzido pelo respeitado consultor em inclusão, Romeu Sassaki, tratando sobre essa questão. Diz o referido documento:

"A Rehabilitation International (RI) e o Consórcio Daisy (que desenvolve, mantém e promove os padrões do sistema Daisy Internacional - Digital Accessible Information System) realizaram uma reunião conjunta no dia 21 de maio de 2011, na Coreia, a fim de discutirem sobre a questão da prontidão para desastres naturais e resgate como parte do desenvolvimento de prioridades e atendimento para pessoas com deficiência.

A reunião identificou que, se as pessoas com deficiência receberem preparação adequada para desastres, elas poderão tornar-se um importante recurso e exemplo para abandonarem efetivamente a zona de calamidade. A experiência japonesa face ao terremoto e ao tsunami, ocorridos no dia 11 de março de 2011, foi uma prova da importância desta atividade. Algumas das pessoas com deficiência que no passado tiveram dificuldades de acesso aos serviços de emergência, foram capazes de, após treinamento adequado, abandonar calmamente o local dos recentes desastres e ainda ajudar muitas pessoas sem deficiência a deixarem as áreas atingidas.

A Rehabilitation International e o Consórcio Daisy apelam aos Estados Partes e às Agências da ONU para apoiarem o desenvolvimento de uma série de projetos pilotos em zonas vulneráveis ao redor do mundo.

A Rehabilitation International e o Consórcio Daisy apelam aos Estados Partes para proverem os apoios necessários para as pessoas com deficiência reestabelecerem sua vida. Isto se mostra importante para a efetiva reconstrução nas áreas recentemente atingidas por desastres naturais.

Por fim, apelamos aos Estados Partes para que garantam, às pessoas atingidas por desastres, naturais ou não, os serviços de reabilitação que as capacitem para a plena participação social como membros contribuintes da sociedade.

Fundada em 1922, a Rehabilitation International é a única rede mundial de pessoas com deficiência, provedores de serviços, órgãos governamentais, comunidades acadêmicas, pesquisadores e defensores, que atuam para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Com organizações-membros em 100 países e em todas as regiões do mundo, a RI provê um forum para o intercâmbio de experiências e informações sobre pesquisas e práticas.

A RI, em 1969, desenvolveu o Símbolo Internacional de Acesso, considerado um dos cinco símbolos mais reconhecidos no mundo atualmente."

Transcrevemos relato feito pela Sra. Regina Atalla, Presidenta da Rede Latino Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e



suas Famílias no Seminário acerca da Convenção sobre os Direitos as Pessoas com Deficiência, realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília, no último dia 5 de abril, por ser bastante esclarecedor:

"Após o furacão Katrina, quando veio o resgate, as pessoas cegas que tinham cão-guia, eles levavam a pessoa cega e deixavam o cão-guia. Levavam a pessoa paraplégica e deixavam a cadeira de rodas. Isso significou um índice de morte e de sequela de pessoas com deficiência no furacão Katrina, que tiveram muito menos chance de sobreviver do que se houvesse a seu dispor a tecnologia apropriada. No caso de um tetraplégico, por exemplo, um dano em uma cadeira de rodas pode custar meses de confinamento em uma cama".

A questão, inclusive, é abordada pela Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que em seu artigo 11 dispõe sobre situações de risco e emergências humanitárias, dada sua importância. Vejamos:

"Em conformidade com suas obrigações decorrentes do direito internacional, inclusive do direito humanitário internacional e do direito internacional dos direitos humanos, os Estados Partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar a proteção e a segurança das pessoas com deficiência que se encontrarem em situações de risco, inclusive situações de conflito armado, emergências humanitárias e ocorrência de desastres naturais".

Assim, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, solicito dos senhores, então, que levem em consideração a situação de vulnerabilidade da pessoa com deficiência, quando da definição de medidas preventivas diante de catástrofes.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, quero prestar minha homenagem ao Botafogo de Futebol e Regatas, que, ao tempo em que recebia o Grande Prêmio Brasil de Atletismo, pela terceira vez, anunciou uma sensível e importante decisão: em parceria com o Instituto Superar, vai ingressar no universo do esporte paraolímpico brasileiro.

O clube vai fomentar uma equipe paraolímpica, apoiando atletas de alto rendimento em diversas modalidades, como natação, atletismo e judô. Vários dos atletas que irão vestir a camisa do time já são paraatletas medalhistas.

O esporte é uma das formas mais efetivas de reabilitação e inclusão social da pessoa com deficiência.

Passo a abordar ainda outro assunto, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, foi com grande alegria que recebi a notícia de que Maceió conheceria, nesta data, o seu Plano de Enfrentamento da Violência contra a Mulher.

Parabenizo o Exmo. Sr. Secretário Municipal de Direitos Humanos, Dr. Pedro



Montenegro, e a todos que se empenharam na construção desse projeto.

Para minha felicidade, no último dia 20 de maio realizei em Maceió o 1º evento da Procuradoria Especial da Mulher em Alagoas, órgão da Câmara dos Deputados, do qual sou Procuradora-Adjunta. Foi nesse evento que retornei às atividades, após o luto que vivenciei desde o início do mês, e que é de conhecimento de todos vocês.

Minha maior alegria foi constatar que o encontro que realizei veio como que um prefácio para a solenidade do dia 27, em que se apresenta para a sociedade maceioense um instrumento de defesa da dignidade feminina.

Quero salientar que a escolha do mês de maio para a realização do encontro da Procuradoria da Mulher se deu em razão de dois acontecimentos que lhe são marcantes: o Dia das Mães e o Dia do Trabalho. Assim, foram as mulheres trabalhadoras as maiores homenageadas do dia.

Convidei a todas e a todos para refletirem, ainda que brevemente, sobre as dificuldades que as mulheres encontram no mercado de trabalho, principalmente quando são mães ou chefes de família.

As leis brasileiras são muito sensíveis a esta realidade, o que demonstra que nós, Parlamentares do Congresso Nacional, estamos atentos e sabemos das dificuldades para conciliar a condição de mulher trabalhadora com os anseios de maternidade, o exercício do direito à escolha amorosa e a constituição de uma família, enfim, a vida. Temos diversos direitos garantidos, em razão de nossa especial condição. Mas muitos deles não chegam a se efetivar em nossa vida prática.

É comum, ao final de nossa jornada de trabalho, nos dirigirmos aos nossos lares para o que se conhece como dupla jornada.

Eu diria que muitas de nós enfrentam a tripla jornada, pois para oferecermos melhores condições de vida aos nossos familiares, muitas vezes temos de manter mais de um emprego, se transformando, o momento das tarefas domésticas, numa terceira jornada de trabalho, isso sim!

Culturalmente, as tarefas domésticas nos vêm como herança. Precisamos quebrar esse paradigma e, com a gentileza e a doçura que nos é peculiar, buscar a igualdade de gênero também em nossas casas. Nossas casas... É nesse ambiente, que deveria nos acolher após um exaustivo dia, que muitas de nós encontram o desrespeito, a dor, a tristeza, a violência física e moral.

Este foi o tema que esteve em debate no encontro da Procuradoria da Mulher: como nós podemos ser as protagonistas da aplicação da Lei Maria da Penha? como fazemos valer essa lei que nos protege da violência doméstica e familiar? - lugar em que qualquer ameaça e violência, antes de tudo, é uma covardia.

Nesse particular, trago um tema à reflexão, que espero esteja sempre presente



nas discussões sobre questão de gênero em Alagoas.

Tenho diversas missões no meu mandato. Mas uma delas é trazer para os debates a condição da mulher com deficiência. Lamentavelmente, por sua dupla vulnerabilidade, a mulher com deficiência sofre mais discriminação no mercado de trabalho. Também é mais invadida em sua vida pessoal, em suas escolhas amorosas, em sua decisão de constituir família e engravidar; além do que, ela é mais vulnerável à violência doméstica e familiar.

E tão mais delicada é sua situação, que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas, trata em destaque dessa dupla condição de desvantagem: ser mulher e ter deficiência.

Encerro minhas palavras, colocando-me à disposição dos senhores e das senhoras não somente como Deputada Federal, mas também como a primeira Procuradora Adjunta, da Procuradoria Especial da Mulher na Câmara dos Deputados.

Antes como militante, agora como representante do Legislativo Federal, penso que muito posso construir para a melhoria da condição feminina e para a igualdade no que se refere às questões de gênero em Alagoas.

A todos o meu carinhoso abraço, e contem comigo para a efetiva realização do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência contra a Mulher em Maceió.

Muito obrigada.

Documento 35/102

137.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	02/06/2011-09:42
Publ.: DCD - 03/06/2011 - 28238	JÔ MORAES-PCDOB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares da adolescente assassinada no Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais. Necessidade de ampliação das ações de combate à violência contra a mulher no País.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última semana, na cidade de Patos de Minas, Alto Paranaíba, Minas Gerais, foi barbaramente assassinada uma



adolescente, espancada por 12 horas, tendo sido internada com hemorragia intestinal, perdido o rim e, evidentemente, morrido, vítima da violência.

Estivemos ontem com a Ministra Cármen Lúcia para discutir qual é o possível esforço das instituições nacionais deste País para apressar a eficácia e a resolutividade das disposições da Lei Maria da Penha. Temos que incorporar esse tema à pauta da bancada feminina da Câmara Federal, à pauta do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, da Ministra Iriny Lopes, e fazer uma divulgação ampla dos direitos das mulheres, para que elas tenham consciência deles e os homens compreendam que o fim da violência é que permitirá a construção da felicidade dos seus lares, dos seus filhos.

Tivemos, no processo de debate em Minas Gerais a propósito do assassinato dessa adolescente em Patos de Minas, uma discussão absolutamente esdrúxula. Como o assassino era apenas namorado da jovem, alegava-se que a Lei Maria da Penha não poderia ser invocada. Pois nós queremos repetir que, em seu art. 5º, inciso III, a Lei Maria da Penha é explícita quando diz que se caracteriza violência *"em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação"*.

Insisto nesta compreensão, Deputados e Deputadas, porque não podemos contemporizar com a flexibilização dessa interpretação que às vezes até setores da Justiça buscam, mas sobretudo certas campanhas de determinadas áreas, que procuram minimizar os efeitos da Lei Maria da Penha.

Neste momento, temos que nos solidarizar com todas as mulheres mineiras, com os familiares da adolescente de Patos de Minas, e exigir que as instituições públicas deem mais efetividade ao cumprimento da lei, ampliando as delegacias, as equipes que combatem a violência e as varas de família.

Era isso, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi sepultado na última semana o corpo da adolescente mineira que durante 12 horas foi barbaramente espancada pelo namorado no último sábado, dia 28, na cidade de Patos de Minas, no Alto Paranaíba. A menina, que foi internada com hemorragia intestinal, hematomas e outros ferimentos por todo o corpo, não resistiu. Ela perdeu um rim e parte do intestino. A menor sofreu demais nas mãos do animal enciumado que a atacou com chutes, socos e um bastão de madeira, mantendo-a em cárcere privado. Eles viviam juntos havia um ano. Ele está foragido.

Minas Gerais tem sido palco desse tipo de violência cujo cerne não é amor demais, como se costuma dizer, mas a posse. E isso é o que precisamos informar às mulheres, às meninas que cada dia mais jovens se iniciam na vida sexual, em relacionamentos conturbados, onde prevalece o sentimento de posse,



geralmente da parte do rapaz.

E preciso explicar que posse de pessoas é coisificação, ou seja, não é amor, é redução de gente à coisa pertencente a alguém. E por esta razão se dá a destinação que se quiser.

Quem ama não espanca, não arranca partes, não estoura vísceras, não inflige sofrimento, não mata.

Senhoras e senhores, precisamos definir novos parâmetros informativos, educacionais, novas alternativas em socorro das meninas, das mulheres, dos meninos e homens deste País.

O recrudescimento da violência, a virulência das agressões; as estatísticas estão a exigir de nós, talvez, outro olhar, uma abordagem mais incisiva das autoridades psicossociais, jurídicas e policiais. Precisamos convocar os centros de saber, os especialistas e estudiosos do assunto para um pensar e decidir em conjunto. Não dá mais para conviver com esse tipo de brutalidade. Não mesmo!

Era o que tinha a dizer.

Documento 36/102

162.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	22/06/2011-14:15
Publ.: DCD - 23/06/2011 - 32292	LUIZ COUTO-PT -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de medidas efetivas de combate à violência no País, especialmente contra a mulher. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 370, de 2007, acerca do crime de extermínio.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Deputada Jô Moraes pela permuta.

Sr. Presidente, precisamos fazer o combate permanente às violências praticadas contra crianças, adolescentes e mulheres.

Hoje, o *Bom Dia Brasil* divulgou um dado alarmante: a cada dia, mulheres são assassinadas, mesmo com a Lei Maria da Penha. Isso revela que a violência está



enclausurada no coração, na mente, nas entranhas daqueles que não percebem que aquela pessoa, aquela mulher, imagem e semelhança de Deus, deve ser respeitada, amada e não ter sua vida ceifada por pessoas que não têm a dignidade de respeitar o ser humano.

Essa violência é fortalecida e alimentada por outro fator: a impunidade. As pessoas praticam crimes, violentam mulheres, estupram mulheres, matam crianças, executam jovens e adolescentes e não são punidas. Basta verificar que em quase todos os Estados há os chamados crimes misteriosos. Há vítima, mas não há autor. Por quê? Porque, muitas vezes, o próprio inquérito não é feito. As famílias têm medo de denunciar. Às vezes, quando denuncia, o delegado diz: *"É melhor não prestar o depoimento aqui, porque pode ter complicação, o seu marido é violento, então é melhor você ficar calma, porque depois ele pode agir com mais violência"*. Isso ocorre, infelizmente.

Mais do que isso, o próprio Estado, por meio das forças de alguns segmentos da polícia, que realiza a violência, precisa dar um basta a esse esquema de violência, que é grande em nosso País.

Sr. Presidente, até abril, em São Paulo, foram sete chacinas praticadas. Na maioria, jovens foram eliminados.

O pior, Deputada Jô Moraes, é que esses jovens, segundo a própria polícia, não tinham qualquer registro policial, não tinham qualquer entrada na polícia; nem uma denúncia ou termo havia contra essas pessoas. Isso mostra que é uma violência praticada por organizações criminosas que ganham dinheiro matando pelo prazer de matar, de executar. Às vezes, porque o jovem fez uma piada com alguém, deve ser morto; ou porque o jovem, numa festa, brigou com o fulano, deve ser morto. Que conversa é essa? Não se respeita o ser humano?

Nesse aspecto, precisamos dar um basta a essa violência. Ela só terá de fato um combate efetivo quando também enfrentarmos a corrupção, que é onde ela se fortalece; a propina, a extorsão e a impunidade.

A Deputada Jô Moraes, em seu pronunciamento, fala de um trabalhador que foi executado. Não podemos mais aceitar que pessoas sejam executadas sumariamente, o que traz sofrimento para a família e para todos aqueles que estão associados àquela pessoa. É preciso dar um basta. É isso que todos queremos.

Existe, Sr. Presidente, um projeto de minha iniciativa, o PL nº 370/2007, que está há muito tempo para ser aprovado, mas sempre encontra resistência. Trata-se do projeto que tipifica o crime de extermínio. Esse crime é uma violação aos direitos humanos. Caso esse projeto seja aprovado, a investigação, a denúncia e o julgamento desses crimes passarão para a esfera da União. Também esses crimes serão considerados contra o Estado Democrático de Direito. E a punição também. Se o crime é praticado por um gestor público ou por um servidor público, ele tem a sua pena aumentada.



O projeto já esteve em pauta para ser votado, mas soubemos que há pressão de segmentos para que não seja aprovado. Esperamos, sim, que seja colocado em pauta novamente e que possamos dar um basta nesta criminalidade praticada por grupos de extermínio, por esquadrões da morte e por pistolagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo acréscimo de tempo que V.Exa. me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Bala Rocha) - Deputado Luiz Couto, a Mesa apoia o pronunciamento de V.Exa. Ressalta que V.Exa. é um dos Deputados mais dedicados à causa dos direitos humanos aqui na Câmara dos Deputados, e por isso manifestamos também a nossa preocupação com relação a esse assunto trazido à tribuna por V.Exa., tanto no que diz respeito à violência urbana, quanto à violência rural. Infelizmente ainda temos que conviver com essas chagas no Brasil de hoje. V.Exa. ainda precisa complementar o discurso?

O SR. LUIZ COUTO - Muito obrigado. Só para agradecer a V.Exa. as referências.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Bala Rocha) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Documento 37/102

008.1.54.N	Sessão Extraordinária - CN	07/07/2011-12:18
Publ.: DCN - 08/07/2011 - 1857	JÔ MORAES-PCDOB -MG	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento pelo acordo que permitirá a leitura na presente sessão do Requerimento de criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e para apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumento instituído em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB - MG) - Srª Presidente, desde já, eu queria agradecer ao Deputado Marinho, ao Deputado Cajado, ao Deputado Mendes Ribeiro, pelo entendimento que se deu para que pudéssemos fazer a leitura, em sessão do Congresso, do requerimento em que se pede a criação da CPMI sobre a violência contra a mulher. Para ser objetiva, nessas questões, há entendimento com o Presidente Sarney, com o Presidente Marco Maia, com todo o colégio de



líderes e, particularmente, com os líderes que citei.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Documento 38/102

008.1.54.N	Sessão Extraordinária - CN	07/07/2011-12:18
Publ.: DCN - 08/07/2011 - 1857	ROSE DE FREITAS (PRESIDENTE)-PMDB -ES	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Regozijo pela aprovação do Projeto de Lei 2 de 2011-CN (Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências). Congratulações ao Relator da matéria, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Vital do Rêgo e ao Líder do Governo no Congresso, Deputado Mendes Ribeiro Filho.

A SR^a PRESIDENTE (Rose de Freitas) - Para que o Plenário entenda o que estamos falando, quero dizer que se trata do Requerimento nº 04, de 2011, do Congresso Nacional, que requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e para apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumento instituído em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Parabenizamos a iniciativa. Os índices são estarrecedores. Aumenta, a cada dia, a violência, e os mecanismos de defesa da mulher e de combate à violência não têm sido eficazes. O descumprimento da Lei Maria da Penha tem sido gritante no País.

O requerimento lido contém o número constitucional de subscritores e será publicado, para que produza seus efeitos legais. A Presidência fará as designações para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito a se constituir de acordo com as indicações das lideranças partidárias.

Foi atendido o pleito da bancada feminina e dos Srs. Líderes.

Eu gostaria, de parabenizar, o Presidente da Comissão, Senador Vital do Rêgo, e o Relator Márcio Reinaldo. Estou há 24 anos nesta Casa, e é a primeira vez que vejo a condução de um trabalho, tão democrático quanto os outros, mas perfeitamente afinado no sentido de produzir um Orçamento adequado ao País.

Quero parabenizar o Líder do Governo, Mendes Ribeiro. Esperávamos de V. Ex^a



exatamente isso, ou seja, que, com paciência e com um trabalho artesanal, ouvisse todos os líderes e respeitasse todas as posições. V. Ex^a é um homem de palavra, um homem de entendimento.

Estamos felizes com o fato de que, hoje, tenhamos chegado a esse resultado, para podermos ir ao recesso com a consciência mais tranquila.

Documento 39/102

008.1.54.N	Sessão Extraordinária - CN	07/07/2011-12:18
Publ.: DCN - 08/07/2011 - 1912	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio ao Requerimento de criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e para apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumento instituído em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Regozijo pela aprovação do Projeto de Lei 2 de 2011-CN (Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências).

A SR^a BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Congressistas, eu gostaria de me manifestar aqui, assim como já fez a nossa Senadora, em nome desta Casa, também sobre a leitura que foi feita do requerimento desta Comissão Parlamentar Mista que vai apurar a violência contra a mulher.

Nós sabemos que os índices, hoje, são altíssimos e que nós precisamos ter mais equipamentos e políticas para essas mulheres. Eu parablenzo também nossa Presidenta por estar presidindo esta sessão de hoje, na medida em que ela é uma liderança nesta Casa e nesta causa durante esses anos em que aqui temos convivido, juntamente com a nossa Presidenta Dilma, que tem demonstrado vontade para que...

(Interrupção do som.)

A SR^a BENEDITA DA SILVA - Para concluir, Sr^a Presidenta.

A Presidente Dilma tem demonstrado vontade para que a política em relação às



mulheres seja feita com justiça, tanto na ocupação dos espaços públicos, como na dedicação no seu tratamento específico, quanto na área da saúde educacional, de qualificação e formação, e tem aqui, na Câmara e no Senado, uma bancada para apoiá-la nessas iniciativas.

Também parablenizo as nossas lideranças por todo esse entendimento, que permitiu fazer hoje a votação da LDO. Sabemos que esta Casa é o local do debate, da discussão, dos argumentos, dos convencimentos, e isso foi possível pelo entendimento e compreensão de todos e todas. Por isso, quero agradecer muito às nossas lideranças.

Obrigada, Sr^a Presidenta.

Documento 40/102

190.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	03/08/2011-14:16
Publ.: DCD - 04/08/2011 - 39062	JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do 5º aniversário de promulgação da chamada Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Realização de seminário sobre a aplicação da Lei Maria da Penha pelo Ministério da Justiça em conjunto com a Secretária de Políticas para as Mulheres. Defesa de funcionamento de Delegacias da Mulher durante os fins de semana. Transcurso do Dia Mundial da Capoeira. Realização de homenagem ao mestre de capoeira Emílio da Conceição Nascimento, pela Comissão de Defesa da Igualdade Racial da Câmara Municipal de Guarulhos, Estado de São Paulo. Homenagem prestada pela Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional do Congresso Nacional ao Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, José Graziano da Silva.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 7 de agosto, vamos comemorar 5 anos da Lei Maria da Penha. A cada 2 minutos, 5 mulheres são agredidas no Brasil. A agressão não é apenas física, há 5 tipos de agressão: a física, a psicológica, a moral, a sexual e a patrimonial. Hoje, em parceria com o Ministério da Justiça e o Ministério de Mulheres, estamos realizando um seminário sobre a Lei Maria da Penha. E quero lhe dar, Sr. Presidente, este livrinho com a lei que é considerada uma das três melhores leis do mundo.

A questão não é só fazer leis, mas aplicá-las. Por isso, mulher, vá à delegacia! Denuncie! Vamos romper com o silêncio da sociedade que, em nome de uma falsa moral, encobre a violência no meio da família. A defesa da mulher é a



defesa da família. A Lei Maria da Penha vem exatamente aprimorar o art. 226 da Constituição.

Solicito a todos os Parlamentares que divulguem a Lei Maria da Penha e a façam cumprir. Solicito também que as Delegacias da Mulher funcionem nos finais de semana, porque a incidência da violência contra a mulher ocorre principalmente de quinta-feira à noite a segunda-feira de manhã. Solicito ainda o cumprimento do art. 14 da referida Lei, que trata da criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Em nome do Mestre Lapa, Presidente da Liga Guarulhense de Capoeira, quero saudar todos os capoeiristas do Brasil e do mundo pelo Dia da Capoeira. A capoeira é uma expressão cultural afro-brasileira que mistura luta, dança, cultura popular e música. Consta no Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em julho de 2010, que a capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, nos termos do art. 217 da Constituição Federal; a atividade de capoeirista será reconhecida em todas as modalidades em que a capoeira se manifesta, seja como esporte, luta, dança ou música, sendo livre o exercício em todo o território nacional; e o ensino da capoeira é facultado nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais. Que este dia represente o fortalecimento dessa arte que tão bem representa a cultura brasileira.

Parabenizo também a Comissão de Defesa da Igualdade Racial da Câmara Municipal de Guarulhos, que na próxima sexta-feira, dia 5 de agosto, fará uma homenagem a Emílio da Conceição Nascimento, Mestre Mirão, por ter sido um dos primeiros a levar a capoeira para a cidade.

Por último, que saudar também o ex-Ministro José Graziano da Silva, Diretor da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que na terça-feira foi homenageado durante o relançamento da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional, que tem como objetivo apoiar a tramitação de propostas que ajudem a implementar a alimentação adequada e saudável no Brasil, bem como colaborar com outros países que adotem a ideia.

Quero novamente parabenizar Graziano, que é o primeiro latino-americano a assumir esse cargo, desde a fundação da entidade, em 1945. Deixo registrado neste tribuna o meu total apoio ao seu trabalho, que tem entre seus objetivos combater a fome no mundo, que segundo dados da FAO afeta 925 milhões de pessoas.



Sumário

Realização de seminário sobre a constitucionalidade da Lei Maria da Penha, nas dependências do Ministério da Justiça. Transcurso do Dia da Capoeira.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o seminário sobre a Lei Maria da Penha ocorre hoje, durante todo o dia, e amanhã. E nós contaremos, na Mesa da tarde, com a presença da Subprocuradora-Geral da República. Pela manhã, contaremos com a presença da Ministra Cármen Lúcia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Em que plenário está sendo realizado o seminário?

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ - Esse evento ocorre hoje, durante todo o dia, e amanhã, no Ministério da Justiça, no segundo andar.

Vamos discutir a constitucionalidade da referida lei.

Sr. Presidente, hoje também é o Dia da Capoeira. Salve os negros! Salve a luta de Zumbi!

Documento 42/102

190.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	03/08/2011-15:18
Publ.: DCD - 04/08/2011 - 39102	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do 5º aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Elevação dos índices de violência contra as mulheres no Brasil. Luta da oradora pela efetiva implementação da Lei Maria da Penha.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Lei Maria da Penha, que tive a honra de relatar na Câmara dos Deputados e foi reconhecida pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher como uma das três melhores leis do mundo, completará 5 anos no próximo domingo, dia 7 de julho.



Sancionada em 2006, a lei também se tornou muito popular no Brasil. Em apenas 2 anos de existência, uma pesquisa coletiva encomendada pelos institutos IBOPE e Themis, em 2008, provou que 68% dos brasileiros demonstraram conhecer a existência da lei, parte de seu conteúdo e o impacto positivo para a realidade das mulheres vítimas da agressão doméstica no País.

Mesmo diante de tamanha popularidade, Sr. Presidente, pesquisas recentes realizadas pela Fundação Perseu Abramo e pelos institutos Avon e Ipsos, em 2011, revelam indicadores espantosos e descortinam uma realidade lastimável. Os números convergem e recrudescem uma estatística completamente inaceitável: a violência contra as mulheres no Brasil continua a crescer. Segundo as pesquisas, quatro em cada dez mulheres brasileiras foram agredidas por companheiros e cerca de 40% das mulheres admitem ter sofrido algum tipo de violência doméstica e familiar. Isso equivale a afirmar que cinco mulheres são agredidas a cada 2 minutos no País e que pelo menos 7,2 milhões de brasileiras com mais de 15 anos de idade já sofreram algum tipo de violência doméstica.

Outra pesquisa realizada em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que faltam centros de referências para as mulheres. Apenas 559 Municípios possuem espaços destinados para as mulheres em situação de violência. Isso representa apenas 10% do total de cidades brasileiras, que oferecem assistência psicológica e atendimento jurídico para vítimas de violência doméstica. Segundo a pesquisa, existem 388 delegacias especializadas no atendimento à mulher, 70 juizados de violência doméstica, 193 centros de referência de atendimento à mulher e 71 casas para abrigo temporário. Uma omissão do poder público que serve apenas para reforçar um comportamento historicamente machista por parte dos brasileiros.

Porque como se sabe, Sr. Presidente, a mulher sempre foi vítima da dominação masculina. Num passado ainda recente, sempre esteve impedida de estudar, votar ou participar ativamente das decisões mundiais, vivendo apagada por muitos séculos. Os tempos evoluíram, mas os resquícios do nosso passado ainda estão presentes na nossa sociedade.

E a violência contra a mulher desconhece as barreiras geográficas, étnicas, religiosas, de classe ou de instrução. A Lei Maria da Penha foi criada para coibir e punir, definitivamente, a violência doméstica contra a mulher. O nome é uma homenagem à biofarmacêutica cearense que sofreu duas tentativas de homicídio. Numa delas, o resultado foi a perda dos movimentos de seus membros inferiores.

Para que essa lei contemplasse nossas diferenças regionais, viajei por todos as regiões do Brasil e colhi dados de especialistas, militantes e vítimas da violência doméstica. Constatei que a agressão contra a mulher ultrapassa os limites das agressões físicas. Sequestro de bens e dominação psicológica podem gerar traumas insuperáveis, tanto à mulher quanto aos seus filhos. Lutei para que esse tipo de violência deixasse de ser considerado como crime de menor potencial ofensivo. O fruto desse trabalho minucioso foi a promulgação, em 7 de agosto de 2006, de uma lei inovadora e abrangente em defesa da integridade física,



material e psicológica das brasileiras.

Em 5 anos de existência, a Lei Maria da Penha já salvou muitas vidas. Por meio de medidas protetivas às mulheres em situação de risco, os agressores considerados mais violentos têm sido afastados do lar. Mas, infelizmente, nem mesmo a aprovação dos brasileiros, tampouco o reconhecimento mundial resultam suficientes para assegurar o efetivo cumprimento da lei. Como fruto da herança patriarcal em nosso País, muitas autoridades vêm se recusando a aplicá-la. São magistrados que interpretam incorretamente a lei; policiais que não cumprem as medidas protetivas adequadas, assistentes que deixam de prestar o apoio psicológico necessário, seja por falta de conhecimento ou de recursos financeiros.

Para que uma lei tão importante como essa seja realmente cumprida, o poder público deve atuar em harmonia. Não basta apenas existir, ela precisa ser plenamente e corretamente aplicada em todos os cantos do Brasil. Esse é um fator determinante na sobrevivência de milhares de mulheres brasileiras, em sua grande maioria mães e chefes de família.

Com o objetivo de sensibilizar as autoridades e mobilizar a sociedade em defesa das mulheres, decidimos iniciar uma campanha nacional para exigir o cumprimento da Lei Maria da Penha. Desde que assumi meu quinto mandato na Câmara dos Deputados, tenho trabalhado - com o indispensável apoio da bancada feminina no Congresso - para estabelecer parcerias e consolidar o apoio das mulheres que ocupam posição de comando ou liderança em todo o País, para fortalecer a luta e eliminar qualquer forma de desrespeito à lei.

O Roteiro Feminino do Poder, como vem sendo chamado esse trabalho, é uma ampla campanha de mobilização social que pretende agregar o apoio de personalidades femininas de todas as áreas, como magistradas, artistas, lideranças e autoridades políticas, como a própria Presidente Dilma Rousseff. A caravana foi iniciada no Rio de Janeiro por meio de um encontro realizado na OAB Mulher e depois de uma visita à Delegada Martha Rocha, primeira mulher a chefiar a Polícia Civil do Estado do Rio e ex-coordenadora das DEAMs. Em Brasília, a Bancada Feminina estreou seu cronograma de reuniões com uma visita à Ministra Iriny Lopes, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. No encontro, as Parlamentares solicitaram o apoio da Ministra no sentido de fortalecer e creditar unidade ao movimento, somando os esforços dos Poderes Executivo e Legislativo numa mesma corrente de luta. A Ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia, também recebeu a visita de representantes da Bancada Feminina no Congresso. Durante o encontro, Sr. Presidente, a Ministra se colocou como uma aliada das Parlamentares na busca pela efetividade social da lei e na adoção de novos instrumentos para assegurar que as mulheres sejam tratadas como um ser humano integral na sociedade.

Depois de Brasília, pretendemos prosseguir com visitas e reuniões por todas as regiões brasileiras, sensibilizando Prefeitos, Governadores, magistrados e representantes dos movimentos sociais, para vencermos a indiferença machista



que responde pelo descumprimento da lei.

Por um País menos violento e mais respeitoso com suas mulheres, fica aqui o nosso apelo: Lei Maria da Penha, cumpra-se!

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Documento 43/102

193.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	04/08/2011-14:18
Publ.: DCD - 05/08/2011 -	JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de moção de solidariedade ao povo norueguês diante de atentado terrorista ocorrido naquele país. Realização de seminário sobre os 5 anos da Lei Maria da Penha, nas dependências do Ministério da Justiça.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, principalmente nossas queridas Deputadas Janete Capiberibe e Rosane Ferreira, quero dizer que ontem, Presidente Luiz Couto, na Comissão de Direitos Humanos, aprovamos, por minha iniciativa, uma moção de solidariedade ao povo da Noruega pelos trágicos acontecimentos ocorridos naquele país, onde a democracia tem sido um exemplo. Esse fato faz com que recordemos os momentos terríveis do nazismo, do fascismo e da xenofobia.

O que é xenofobia? É não permitir que os estrangeiros sejam respeitados no país. O Brasil sempre aceitou pessoas de todos os países.

Portanto, nós, da Comissão de Direitos Humanos, expressamos a nossa solidariedade por aquele trágico fato ocorrido na Noruega, em que quase uma centena de jovens perderam a vida. Nós, da Comissão dos Direitos Humanos, lutamos não só pelos direitos humanos aqui no Brasil, mas em todo o mundo.

Quero convocar todos os que lutam pela solidariedade internacional para nos acompanhar nessa moção de solidariedade e repúdio na Embaixada da Noruega. A Presidente Manuela D'Ávila, como V.Exa., aprovaram essa moção. Nós, da Comissão dos Direitos Humanos, em solidariedade à Noruega, estamos lutando



por um mundo de paz.

À tarde, será concluído no Ministério da Justiça o seminário em comemoração aos 5 anos da Lei Maria da Penha. Espero que todos, inclusive o Deputado Amauri Teixeira, nosso amigo nas lutas das mulheres, estejam conosco em mais essa luta para que a Lei Maria da Penha seja, de fato, cumprida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 44/102

193.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	04/08/2011-15:09
Publ.: DCD - 05/08/2011 - 39540	ROSINHA DA ADEFAL-PTDOB -AL	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Deputados Mara Gabrilli e Otavio Leite pelo acolhimento de emenda oferecida à Medida Provisória nº 530, de 2011, acerca da recuperação física de escolas públicas atingidas por desastres naturais. Transcurso do 5º aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Transcurso do Dia Nacional da Saúde. Relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz. Tramitação na Casa do Projeto de Lei nº 1.488, de 2011, de autoria da oradora, sobre a inclusão da acessibilidade no bojo da Lei nº 8.080, de 1990.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (Bloco/PTdoB-AL. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero nesta tarde de hoje parabenizar a Deputada Mara Gabrilli e o Deputado Otavio Leite, ambos do PSDB, que ontem conseguiram emplacar uma emenda à Medida Provisória nº 530, que trata da recuperação física das escolas públicas atingidas pelos desastres naturais.

Esta emenda representa uma grande conquista para as pessoas com deficiência, porque trata da acessibilidade que será assegurada agora na reforma dessas escolas.

Parabéns, Deputada Mara! Parabéns, Deputado Otávio! Mais uma conquista para as pessoas que têm dificuldades de locomoção.

Quero também parabenizar, se assim posso dizer, ou homenagear, na verdade, a Sra. Maria da Penha. Essa senhora deu o nome a uma lei tão importante para o nosso País, que é a lei contra a violência contra a mulher. Neste mês, essa lei completa 5 anos de sua aprovação. Esta lei, de combate à violência contra a mulher, é considerada uma das melhores do mundo, graças, infelizmente, à história de Maria da Penha e de tantas outras mulheres anônimas do nosso País.



Leis de combate à violência contra a mulher têm sido uma constante, para que consigamos diminuir, minimizar os efeitos da violência.

Mas o que me traz a esta tribuna na tarde de hoje é também fazer uma breve comemoração, porque amanhã, 5 de agosto, celebraremos o Dia Nacional da Saúde.

Esta data foi instituída pela Lei nº 5.352, de 8 de novembro de 1967, e homenageia o nascimento do médico sanitarista Oswaldo Cruz, natural da cidade de São Luiz do Paraitinga, São Paulo.

De forma muito precoce, Oswaldo Cruz ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com apenas 15 anos de idade, e 4 anos depois alcançou a especialização em Bacteriologia pelo Instituto Pasteur de Paris.

De volta ao Brasil, viu-se engajado na batalha contra a peste bubônica, que se alastrava, sem controle, no Porto de Santos, bem como em outras cidades portuárias.

No ano de 1903 foi nomeado Diretor-Geral de Saúde Pública, cargo equivalente hoje ao de Ministro da Saúde.

Sua postura firme no combate às doenças, incluindo a obrigatoriedade da vacinação antivariólica no ano de 1904, provocou dura reação popular contrária à medida, que acabou revogada. Contudo, o recrudescimento de uma epidemia da enfermidade, 4 anos depois, fez com que a própria população acorresse aos postos de vacinação.

Paradoxalmente, a Revolta da Vacina - como ficou conhecido o movimento de oposição - desembocou no reconhecimento do saber médico de Oswaldo Cruz, que faleceu com 45 anos incompletos na cidade de Petrópolis, em 11 de fevereiro de 1917, em decorrência de insuficiência renal.

Pioneiro no estudo das moléstias tropicais e da medicina experimental no Brasil, em 1902 assumiu a direção do Instituto Soroterápico Nacional, que passa a se chamar Instituto de Patologia Experimental em 1907.

O grande epidemiologista dirigiu a campanha de erradicação da febre amarela na cidade de Belém do Pará, além de haver elaborado diagnóstico das condições sanitárias do Vale do Rio Amazonas e da região onde estava sendo construída a Estrada de Ferro Madeira-é, empreendimento tido como maldito porque consumia a vida de um trabalhador a cada dormente assentado, tudo em decorrência da malária.

Sras. e Srs. Parlamentares, quase 1 século depois de seu falecimento, Oswaldo Cruz segue lembrado como símbolo do médico e do cientista brasileiro.

E no Dia Nacional da Saúde não poderíamos deixar de rememorar sua personalidade e trajetória, uma vez que sua dedicação à saúde pública é exemplo



da inegociável busca de melhores condições de vida não apenas individuais, mas, sobretudo, em sociedade.

No dizer da Organização Mundial da Saúde (OMS), *"saúde não é apenas a ausência de doenças, mas o bem-estar físico, mental e social"*.

Encerro minhas palavras comunicando a V.Exas. e a todas as senhoras e senhores que me ouvem que nesta Casa tramita projeto de lei, de minha autoria, de número 1.488, que sugere alteração na Lei nº 8.080, de 1990, acrescentando a acessibilidade como fator condicionante e determinante da saúde, assim como hoje são considerados a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o lazer, entre outros.

Os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. E as pessoas com mobilidade reduzida só têm condições de alcançarem os demais fatores condicionantes da saúde tendo à sua disposição, primeiramente, a acessibilidade.

A alteração sugerida é relevante, pois conceitua e promove a associação da saúde atrelada às condições de acessibilidade, num vetor hoje inexistente, o que influenciaria positivamente os programas governamentais, projetos e políticas públicas em geral.

Deixo esses pontos para reflexão e solicito aos Srs. Deputados apoio para a aprovação deste projeto de lei, pela sua relevância.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 5 de agosto celebramos o Dia Nacional da Saúde. A data foi instituída pela Lei nº 5.352, de 8 de novembro de 1967, e homenageia o nascimento do médico sanitarista Oswaldo Cruz, natural da cidade de São Luiz do Paraitinga, em São Paulo.

De forma muito precoce, Oswaldo Cruz ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro com apenas 15 anos de idade e, 4 anos depois, alcançou a especialização em Bacteriologia pelo Instituto Pasteur de Paris.

De volta ao Brasil, viu-se engajado na batalha contra a peste bubônica, que se alastrava sem controle no Porto de Santos, bem como em outras cidades portuárias.

No ano de 1903, foi nomeado Diretor-Geral de Saúde Pública - cargo equivalente à atual pasta de Ministro da Saúde -, tendo permanecido na função até 1907, período em que travou combate vigoroso contra a febre amarela, peste bubônica



e varíola.

Sua postura firme no combate às doenças, incluindo a obrigatoriedade da vacinação antivariólica no ano de 1904, provocou dura reação popular contrária à medida, que acabou revogada.

Contudo, o recrudescimento de uma epidemia da enfermidade, 4 anos depois, fez com que a própria população acesse aos postos de vacinação.

Paradoxalmente, a Revolta da Vacina - como ficou conhecido o movimento de oposição - desembocou no reconhecimento do saber médico de Oswaldo Cruz, que faleceu com 45 anos incompletos na cidade carioca de Petrópolis, em 11 de fevereiro de 1917, em decorrência de insuficiência renal.

Pioneiro no estudo das moléstias tropicais e da medicina experimental no Brasil, em 1902 assumiu a direção do Instituto Soroterápico Nacional, que passa a se chamar Instituto de Patologia Experimental em 1907. No ano seguinte, o Instituto ganha oficialmente o nome de Oswaldo Cruz, que voltara da Alemanha saudado como herói nacional, uma vez que fora, em 1908, o grande vencedor de importante premiação na Exposição de Demografia e Higiene de Berlim.

O grande epidemiologista dirigiu a campanha de erradicação da febre amarela na cidade de Belém do Pará, além de haver elaborado diagnóstico das condições sanitárias do vale do Rio Amazonas e da região onde estava sendo construída a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, empreendimento tido como maldito porque consumia a vida de um trabalhador a cada dormente assentado, tudo em decorrência da malária.

Em 1913, Cruz foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL). No ano de 1916, auxilia a fundação da Academia Brasileira de Ciências e assume a Prefeitura de Petrópolis, mandato que não chegaria a terminar, pois faleceu apenas 1 ano depois.

Sras. e Srs. Parlamentares, quase 1 século depois de seu falecimento, Oswaldo Cruz segue lembrado como símbolo do médico e do cientista brasileiro.

E no Dia Nacional da Saúde não poderíamos deixar de rememorar sua personalidade e trajetória, uma vez que sua dedicação à saúde pública é exemplo da inegociável busca de melhores condições de vida não apenas individuais, mas, sobretudo, em sociedade.

Saneamento básico, coleta de lixo, preservação de áreas verdes, acessibilidade, revelam-se aspectos tão importantes quanto a alimentação saudável, a prática de atividade física, a higiene pessoal e o lazer indispensáveis ao equilíbrio físico, orgânico e mental do indivíduo. Afinal, no dizer da Organização Mundial de Saúde (OMS), *"saúde não é apenas a ausência de doenças, mas o bem-estar físico, mental e social"*.

Encerro minhas palavras comunicando aos senhores que nesta Casa tramita



projeto de lei, de minha autoria, de número 1.488, que sugere alteração na Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, acrescentando a acessibilidade como um fator condicionante e determinante da saúde, assim como hoje são considerados: a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o lazer, entre outros.

Os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. E as pessoas com mobilidade reduzida só têm condições de alcançarem os demais fatores condicionantes da saúde tendo à sua disposição, primeiramente, a acessibilidade.

A alteração sugerida é relevante, pois conceitua e promove a associação da saúde atrelada às condições de acessibilidade, num vetor hoje inexistente, o que influenciaria positivamente os programas governamentais, projetos e políticas públicas em geral.

Deixo esses pontos para reflexão e solicito o apoio dos senhores para a aprovação deste projeto de lei, pela sua relevância.

Documento 45/102

193.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	04/08/2011-16:12
Publ.: DCD - 05/08/2011 - 39553	TERESA SURITA-PMDB -RR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do 5º aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Escalada da violência contra a mulher no Estado de Roraima. Fortalecimento da rede de proteção à mulher no País.

A SRA. TERESA SURITA (PMDB-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a este plenário parabenizar os 5 anos de existência da Lei Maria da Penha, lei esta que combate a violência contra as mulheres. Apesar da conquista, temos um grande desafio pela frente: combater os altos índices de violência ainda existentes.

De acordo com pesquisa da Fundação Perseu Abramo, divulgada em matéria constante do *site* da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a cada 2 minutos, cinco mulheres são agredidas no Brasil, cinco mulheres entram para as estatísticas que devem indignar todos nós.



O caso de Maria da Penha é emblemático. A farmacêutica Maria da Penha, em 1983, foi atingida por um tiro disparado pelo próprio companheiro. Como consequência, ficou presa a uma cadeira de rodas para o resto da vida.

É por causa de casos tristes como o de Maria da Penha que a referida lei existe e se tornou um instrumento importante para punir os agressores. No próximo dia 7, a Lei Maria da Penha, que no meu entender ajuda a salvar vidas, comemora 5 anos, mas com números que ainda nos entristecem.

Em meu Estado, Roraima, apenas nos três primeiros meses deste ano, a Delegacia de Defesa da Mulher registrou mais de 700 casos de violência. Segundo o Setor de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Roraima, no ano passado, foram 7.532 boletins de ocorrência sobre violência doméstica. Estes números aos quais eu tive acesso mostram que a agressão às mulheres continua, e tem aumentado gradativamente ao longo dos anos, mesmo com uma legislação mais rigorosa.

Nossa realidade, apesar do avanço que essa lei representa, ainda assusta. Ainda há, em nosso País, muitas "Marias da Penha" sofrendo os mais diversos tipos de agressões físicas e psicológicas todos os dias nos lares brasileiros.

Em um país em que 97 milhões são mulheres e que tem 5.564 Municípios, o desafio é buscar a prevenção e o atendimento. Hoje contamos em todo o Brasil com apenas 388 delegacias especializadas no atendimento à mulher, 70 juizados de violência doméstica e 193 centros de referência de atendimento à mulher.

Acredito que para garantir uma vida digna e sem medo às mulheres vítimas de agressão é fundamental dar estrutura para que as mulheres agredidas possam denunciar com segurança, para que se apurem os fatos e punam-se os agressores. A denúncia ao número 180, da Central de Atendimento à Mulher, é um passo fundamental nessa nossa luta.

É nosso papel, como Parlamentares, lutarmos para que essas melhorias aconteçam.

Deixo aqui os meus parabéns às mulheres pela conquista que representa a Lei Maria da Penha e fica o meu pedido para fortalecermos, em conjunto, a rede de proteção à mulher existente no Brasil.

Obrigada.



Publ.: DCD - 05/08/2011 - 39468 DOMINGOS DUTRA-PT -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Realização de seminário sobre os 5 anos da Lei Maria da Penha, nas dependências do Ministério da Justiça.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar a Ministra Iriny Lopes e o Ministro José Eduardo Cardozo, que estão realizando um seminário desde ontem sobre os 5 anos da Lei Maria da Penha. Esta lei, que este Congresso aprovou, já contribuiu bastante para reduzir a violência contra a mulher, que infelizmente ainda é muito grande no País.

Portanto, comemorar os 5 anos da Lei Maria da Penha é um marco importante dessa luta para erradicar a violência contra qualquer tipo de pessoa, mas principalmente a violência doméstica contra a mulher, o que é um dever de todos os brasileiros.

Ontem eu estive na abertura do referido evento e ouvi a manifestação de vários Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Portanto, é um seminário importante.

Quero parabenizar a Ministra Iriny, o Ministro José Eduardo Cardozo e este Congresso, que teve a sensibilidade de aprovar uma lei importante em favor da paz.

Documento 47/102

192.1.54.O

Sessão Extraordinária - CD 04/08/2011-11:02

Publ.: DCD - 05/08/2011 - 39496

SOLANGE ALMEIDA-PMDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 5º aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha. Importância dos instrumentos legais de coibição e prevenção de violência doméstica e familiar contra a



mulher.

A SRA. SOLANGE ALMEIDA (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento do alto desta tribuna venho enaltecer as mulheres do meu País.

No dia 7 de agosto comemoraremos 5 anos de continuidade da luta à violência contra a mulher. A data marca a história de luta das mulheres por seus direitos, conhecida como Lei Maria da Penha.

A história de vida de Maria da Penha, comum a de tantas mulheres que levam no corpo e na alma as marcas visíveis e invisíveis da violência, tornou-a protagonista de um litígio internacional emblemático para o acesso à justiça, na luta contra a impunidade, com relação à violência doméstica contra as mulheres no Brasil. Ícone dessa causa, sua vida está simbolicamente subscrita e marcada sob o nome de uma lei.

Foram muitos anos lutando para que as mulheres pudessem dispor desse instrumento legal e para que o Estado brasileiro passasse a enxergar a violência doméstica e familiar contra a mulher.

"Quem ama não mata"; "em briga de marido e mulher, vamos meter a colher"; "homem que é homem não bate em mulher"; "toda mulher tem direito a uma vida livre de violência"; "sua vida recomeça quando a violência termina"; "onde tem violência todo mundo perde". Foram muitos os *slogans* utilizados nas campanhas que trouxeram para o espaço público aquilo que se teimava em dizer que deveria ser resolvido entre as quatro paredes do lar.

A Lei Maria da Penha representa inegável avanço na normativa jurídica nacional: modifica a resposta que o Estado dá à violência doméstica e familiar contra as mulheres; rompe com paradigmas tradicionais do Direito; dá maior ênfase à prevenção, assistência e proteção às mulheres e seus dependentes em situação de violência, ao mesmo tempo em que fortalece a ótica repressiva, na medida necessária; e trata a questão na perspectiva da integralidade, multidisciplinaridade, complexidade e especificidade, como se demanda que seja abordado o problema. A Lei reconhece a gravidade dos casos de violência doméstica e retira dos juizados especiais criminais (que julgam crimes de menor potencial ofensivo) a competência para julgá-los.

Quantas mulheres carregaram consigo a culpa por serem vítimas de violência por anos a fio? A quantos silêncios elas teriam se submetido? Quanta violência não foi justificada nos tribunais pela "defesa da honra" masculina?

Não são poucas as mudanças que a Lei Maria da Penha, vem trazendo para nos brasileiros, tanto na tipificação dos crimes de violência contra a mulher, quanto nos procedimentos judiciais e da autoridade policial. Ela tipifica a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos; altera o Código Penal e possibilita que agressores sejam presos em flagrante, ou tenham



sua prisão preventiva decretada, quando ameaçarem a integridade física da mulher.

Em 5 anos de vigência da lei, o processo de sua implementação ainda está só começando, com avanços, obstáculos e desafios. A mudança estrutural nas dinâmicas institucionais e em comportamentos culturais que a lei reflete e invoca não se opera em curto prazo. Mas urge atitudes de comprometimento com a lei, por parte de distintos atores, que fazem e farão a diferença.

Essa Lei, criada com mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, como se segue:

"Art. 2º. Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º. Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º. O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º. Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º. Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar."

A lei alterou o Código Penal Brasileiro e possibilitou que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Esses agressores também não poderão mais ser punidos com penas alternativas. A legislação também aumenta o tempo máximo de detenção previsto, 1 a 3 anos. A nova lei ainda prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio à proibição de sua aproximação da mulher agredida.



A violência contra a mulher envolve os atos de violência contra as mulheres que se manifestam por meio das relações assimétricas entre homens e mulheres, envolvendo por vezes discriminação e preconceito.

A violência contra mulher pode assumir diversas formas, que vão desde uma agressão sociopática de natureza sexual e perversa, no sentido psicanalítico do termo, até formas mais sutis como assédio sexual discriminação, desvalorização do trabalho doméstico e dos cuidados com a prole e a maternidade.

Saliento que as leis são instrumentos para concretizar princípios, garantir direitos, fazer realidade nossa cidadania. Uma lei que abarca a violência doméstica contra as mulheres em ampla dimensão - e não a trata de maneira isolada, senão conectada a políticas públicas intersetoriais - tem múltiplos desafios. O maior deles, talvez, é a mudança de olhar e atitude da família brasileira.

"Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência".

Este é o nosso desejo e este deve ser o nosso compromisso.

Era o que tinha a dizer.

Documento 48/102

192.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	04/08/2011-11:02
Publ.: DCD - 05/08/2011 - 39513	JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aplausos à Presidenta Rose de Freitas pela condução dos trabalhos da Casa. Importância da aprovação pela Casa de matéria em benefício das populações atingidas por enchentes. Realização de seminário sobre os 5 anos da Lei Maria da Penha, nas dependências do Ministério da Justiça. Convocação das Deputadas para reunião avaliatória dos trabalhos realizados pela bancada feminina no primeiro semestre de 2011.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Pela ordem.) - Sra. Presidenta, bom dia.

Primeiro, quero saudá-la e dizer da sua magnífica condução dos trabalhos ontem. Independentemente da forma como alguns Deputados tentam tratar, no grito, questões que podem ser resolvidas com diálogo, V.Exa. teve uma condução magnífica. Além disso, aprovamos matéria de grande importância, porque as



idades atingidas por enchentes não merecem obstrução nem a forma imatura com que foram tratadas ontem à noite.

Segundo, Sra. Presidenta, quero assinalar que no dia 7 de agosto completará 5 anos a Lei Maria da Penha. Nós, mulheres, temos que divulgar essa lei tão importante.

Neste momento, está transcorrendo, no Ministério da Justiça, seminário sobre a Lei Maria da Penha. Na parte da tarde, teremos como tema *Desafio e Conclusões do Seminário*. Ontem, a bancada feminina esteve presente no seminário com 15 Deputadas.

Para encerrar, eu gostaria de convocar as Sras. Deputadas para, quarta-feira, dia 10, fazermos uma avaliação semestral das atividades da bancada. Avaliaremos nossos encontros com os Ministros, nossos avanços e desafios. Também estabeleceremos quais as prioridades para este segundo semestre, tanto na esfera da Câmara, quanto na do Senado. Seguindo a orientação de V.Exa., Sra. Presidenta, o encontro será realizado ao meio-dia.

Parabéns a todas as mulheres que ousam vencer o medo e falar da violência doméstica: a cada dois segundos, cinco mulheres estão sendo atingidas.

Parabéns e obrigada, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Nós parabenizamos V.Exa., Deputada Janete Rocha Pietá, pela condução do trabalho na coordenadoria da bancada feminina, pela persistência de toda vez nos reunir, nos chamar, organizar debates e encontros, e assim vamos caminhando. Somos poucas, mas com uma liderança e coordenação como a sua, tenho certeza de que vamos avançar mais.

Parabenizo V.Exa. e espero que continue até o final do ano neste trabalho que tem feito até agora.

Documento 49/102

197.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	08/08/2011-14:09
Publ.: DCD - 09/08/2011 - 39863	AMAURI TEIXEIRA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do 5º aniversário de sanção da Lei Maria da Penha. Importância da apresentação de denúncias contra responsáveis por agressões às mulheres. Repúdio à



decisão do Superior Tribunal de Justiça concessiva da aplicação de penas alternativas a denunciados por prática de agressão contra a mulher. Artigo Lei Maria da Penha completa 5 anos, veiculado pelo site Bahia Todo Dia.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente Mauro Benevides, um dos mais assíduos desta Casa. Boa tarde a todos que estão nos assistindo.

Sr. Presidente, ontem, dia 7, completou 5 anos a promulgação da Lei Maria da Penha, essa lei tão importante. A sua conterrânea, como V.Exa. me lembrava, esperou 20 anos para que seu agressor fosse punido, e hoje ela se encontra com sequelas numa cadeira de rodas. Essa lei é uma homenagem a ela e, sem dúvida nenhuma, um instrumento para que nós possamos de vez punir, banir do Brasil uma das mais ignóbeis práticas de violência, que é a violência contra a mulher.

Quero aqui fazer uma homenagem a todas as mulheres. Mulheres, vocês só vão conseguir fazer com que a lei seja aplicada se denunciarem. Denunciem, não se omitam. Só teremos a efetividade da lei se as mulheres denunciarem. Se vocês se omitirem, vocês estimularão. Se vocês denunciarem o seu agressor, vocês certamente farão com que ele recue e farão com que os órgãos apliquem a lei.

Sr. Presidente, quero dizer que lamento a postura do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que recentemente deu uma abrandada na aplicação da lei, dando pena alternativa ao agressor. A lei não permitiu isso. Mas a nossa Ministra Irimy Lopes recentemente afirmou que há uma expectativa positiva em relação à manifestação da mais alta Corte brasileira, o Supremo Tribunal Federal, que poderá declarar a constitucionalidade dessa lei e assegurar a sua efetividade.

Sr. Presidente, quero pedir que seja inserido nos Anais desta Casa artigo publicado no site de notícias *Bahia Todo Dia*, que faz referência aos 5 anos da Lei Maria da Penha. Essa Lei representa um avanço significativo na luta em defesa dos direitos das mulheres.

Ao mesmo tempo, solicito que o meu pronunciamento seja amplamente divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência cumprimenta V.Exa. pelo pronunciamento e se regozija pelo transcurso desse acontecimento, o quinto aniversário de vigência da Lei Maria da Penha, que simboliza sobretudo a grande conscientização em relação à luta no que tange à violência contra a mulher.

Na condição de conterrâneo, portanto, de Maria da Penha, sinto-me realmente feliz neste momento de, ao presidir a sessão ordinária de hoje, assistir a V.Exa. fazer a proclamação de um diploma legal, que tem sido sempre saudado como



um passo agigantado nessa batalha relativa à violência contra a mulher.

Portanto, os cumprimentos da Mesa ao nobre Deputado Amauri Teixeira, da Bahia.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Documento 50/102

197.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	08/08/2011-14:36
Publ.: DCD - 09/08/2011 - 39870	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do 5º aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Estabelecimento de políticas públicas governamentais para as mulheres. Criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres pelo Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner. Contrariedade ao editorial do jornal Folha de S.Paulo acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Elevado número de famílias sem terra no País. Aumento do índice de assassinatos de trabalhadores rurais, especialmente da Região Norte. Imediata implantação da reforma agrária.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto à tribuna para me somar aos Deputados que registraram os 5 anos da Lei Maria da Penha, cuja aprovação foi um avanço.

Quero lembrar dois artigos importantes da Lei Maria da Penha: o art. 2º e o art. 3º.

O art. 2º diz:

"Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos



fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social."

O art. 3º diz:

"Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária."

Nesses 5 anos da Lei Maria da Penha houve um avanço, mas não podemos de forma nenhuma nos contentar ou simplesmente aceitar que essa lei é para enfrentar a violência doméstica, a violência contra a mulher. É para enfrentar a violência, mas também para construir dignidade, cidadania, porque 52% da população brasileira é feminina.

Quero chamar a atenção para o fato de que muitas vezes em uma lei pegamos um ponto simplesmente. A Presidenta Dilma, o ex-Presidente Lula, os Governadores têm somado esforços para viabilizar instrumentos nos seus Estados a fim de garantir os direitos das mulheres, mas é preciso mais política efetiva para as mulheres trabalhadoras rurais, marisqueiras, empregadas domésticas, que vivem em todo o Brasil. Ou seja, é preciso que o Estado brasileiro construa cada vez mais políticas públicas para as mulheres que vivem em situação de violência doméstica e muitas vezes de violência por falta de política do Estado para as mulheres brasileiras. Acredito ser fundamental fazer essa reflexão nesses 5 anos da Lei Maria da Penha.

Ao mesmo tempo, quero fazer o registro de editorial da *Folha de S.Paulo* - que peço seja inserido nos Anais da Casa -, intitulado *Marcha à ré do MST*, que diz que só existem 3.500 famílias de sem terra acampadas no Brasil. Sugiro à *Folha de S.Paulo* que envie jornalistas a todos os acampamentos do Brasil, porque irá identificar, só na Bahia, 25 mil famílias debaixo de lona preta. Em todo o Brasil há mais de 100 mil famílias reconhecidas pelo Governo Federal.

Ou seja, é urgente a necessidade da reforma agrária. Quando faz um editorial dizendo que só existem 3.500 famílias acampadas em todo o Brasil, a *Folha de S.Paulo* quer dizer que não há necessidade de reforma agrária. Agora, que não existe necessidade de reforma agrária para a quantidade de gente neste Brasil, isso eu reconheço. Mas, para 4 milhões de famílias de trabalhadores rurais que precisam de um pedaço de terra, de educação, de saúde, de assistência técnica, de crédito, isso é necessário.

É lógico que não estamos aqui dizendo que o Governo não tem feito esforço. O Governo tem feito esforço para resolver esse problema, mas é insuficiente ainda diante da necessidade e da concentração de terra neste Brasil. A revista *CartaCapital*, semana passada, fez uma matéria justamente trazendo os números da realidade brasileira, do ponto de vista da concentração de terra.



É lógico que os movimentos estarão cada vez mais imbuídos na luta para viabilizar a reforma agrária. O Governo fazendo a sua parte e a sociedade civil fazendo seu papel, certamente vamos ter cada vez mais alimentos na mesa do povo brasileiro. Os dados mostram que 70% dos alimentos vêm da agricultura familiar. Diante disso, temos que fortalecer cada vez mais a reforma agrária, o pequeno agricultor, com crédito, assistência e terra, porque só há reforma agrária, se há terra.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste domingo, foram comemorados os 5 anos de efetivação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, procurando assim, como determina o § 8º do art. 226 da Constituição Federal, eliminar todas as formas de violência contra a mulher, além de estabelecer medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

No Brasil, a despeito de mais da metade da população ser feminina e também de ser a mulher hoje responsável pelo sustento de pelo menos 52% das famílias, conforme os números do IBGE no último censo, a mulher ainda sofre discriminação por parte de uma sociedade onde o machismo ainda é operante diante do mercado de trabalho, da violência física e psicológica, do desrespeito aos direitos da mulher, que incluem educação e saúde.

A Lei Maria da Penha estabelece, em seu art. 2º, que *"toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social"*.

E no seu art. 3º diz que a elas *"serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária"*.

Por isso, ao promulgar, há 5 anos, a Lei Maria da Penha, o Estado brasileiro deu um passo fundamental em direção ao reconhecimento definitivo da violência contra as mulheres como uma questão de direito e de justiça. Essa lei marca a ação do Estado contra a impunidade perpetrada e o início de uma mudança profunda na forma como a violência contra as mulheres é abordada e tratada pelo poder público.

Hoje temos avanços significativos nessa área, como o aumento do número de denúncias nas delegacias para as mulheres, além do aparato do Estado, que hoje



conta com estruturas que pensam políticas para as mulheres. A sociedade também hoje reconhece o poder e a importância da mulher, ao escolher para governar o Brasil uma mulher, a nossa Presidenta Dilma Rousseff. É o reconhecimento dos Governos e da sociedade de que as mulheres têm os mesmos direitos e importância que os homens no desempenho de tarefas inerentes ao Estado. E, mais do que nunca, devem participar das decisões que definem as políticas públicas em todos os níveis da administração pública.

Nesse particular, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Governador Jaques Wagner pela decisão de criar a primeira Secretaria de Políticas para as Mulheres na Bahia. Não apenas uma Secretaria dentro da esfera administrativa do Estado, mas uma Secretaria dirigida por uma mulher, a companheira Vera Lúcia Barbosa, oriunda dos movimentos sociais, identificada com as bases da luta da mulher do campo, com os anseios e esperanças das mulheres dos movimentos agrários, entre os quais o MST, da qual é militante e uma das principais lideranças na luta pela reforma agrária.

Ao escolher uma militante do MST para dirigir a primeira Secretaria das Mulheres na Bahia, o Governador Jaques Wagner deu uma profunda demonstração de identidade com a luta das mulheres e dos movimentos sociais. Quebrou paradigmas e teve a coragem suficiente para mostrar à sociedade que, tal como diz o art. 2º da Lei Maria da Penha, *"toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, têm os mesmos direitos fundamentais do homem"*.

Viva à Lei Maria da Penha! Viva as mulheres! Viva o povo brasileiro!

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste domingo, o jornal *Folha de S.Paulo* trouxe em seu editorial um ataque contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Segundo o jornal, o movimento estaria em *"inquestionável declínio político"*, e apresenta números, sem fontes, de que o número de acampados teria diminuído durante o período de 2003 a 2010.

A tese do jornal é que, diante das políticas públicas instituídas no meio rural, o MST correria o risco de desaparecer, pois os seus militantes estariam se afastando do *"delírio autoritário"* de seus líderes, principalmente diante da *"utopia regressiva"* que os colocam como inimigos do agronegócio e da *"geração de riqueza no campo"*.

O que me surpreendeu neste editorial foi a total falta de informações sobre a realidade do campo, principalmente diante do avanço do agronegócio. Este modelo de desenvolvimento une o latifúndio atrasado com as grandes transnacionais, que nem de longe trouxeram riquezas para o campo, ao contrário: a monocultura, voltada para a exportação e sob o uso de venenos, associada com o desrespeito aos direitos trabalhistas, com o meio ambiente, com a função social da terra, traz consequências concretas cada dia mais graves.



Dados e estatísticas, como as sistematizadas pela Comissão Pastoral da Terra, mostram que, só no ano de 2010, 1.186 conflitos foram registrados, principalmente no Nordeste. Houve um aumento de 30% de assassinatos de trabalhadores rurais, principalmente no Norte, e não estamos contando com os assassinatos que ocorreram este ano, na mesma região, fruto da ação de madeireiros, grileiros e latifundiários da região.

O jornal também omite o triste dado do aumento da concentração fundiária, que remonta aos tempos da ditadura militar. Em números reais, os latifúndios com mais de mil hectares somam menos de 1% das propriedades e controlam 44,42% das terras, realidade que tem poucos similares no mundo.

É esse o real contexto do campo. Diante desta situação, cada vez mais as famílias se organizam em busca da reforma agrária, mesmo que a mídia brasileira tente esconder este que é um fato. Uma volta pelo interior brasileiro mostra a quantidade e a situação dos acampamentos e assentamentos no nosso País: dados do próprio MST dizem que há pelo menos 100 mil pessoas, organizadas pelo movimento, acampadas esperando a destinação de suas áreas. Conforme a revista *CartaCapital*, especialistas afirmam existir mais de 4 mil necessitados, sem falar dos 170 mil acampados que o INCRA afirma existir.

Por opção ideológica, o jornal prefere criminalizar e esconder esta realidade. Atacar o MST parece ser o mais fácil diante de seu simbolismo na luta pela terra, pela reforma agrária. No entanto, a sociedade é que precisa ficar em alerta para não ser ludibriada por informações distorcidas.

Sr. Presidente, aproveito para solicitar que este meu pronunciamento seja divulgado meios de comunicação desta Casa.

EDITORIAL A QUE SE REFERE O ORADOR

Documento 51/102

199.1.54.O

Publ.: DCD - 10/08/2011 - 40057

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

PEQUENO EXPEDIENTE

09/08/2011-14:54

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO



Sumário

Contestação de editorial publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a não concessão de prioridade à educação pelos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Transcurso do quinto aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Ampliação do número de juizados e delegacias especiais, de casas abrigos, de centros de referências e de núcleos de atendimento à mulher no País.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Recentemente, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou editorial sobre obras paradas nas universidades públicas brasileiras, destacando que o sistema de ensino superior não foi tratado com prioridade pelo Governo do Presidente Lula.

Discordo totalmente da avaliação do jornal. Muito pelo contrário, o Presidente Lula foi um dos que mais tratou com carinho e prioridade as universidades brasileiras.

Basta examinar, Sr. Presidente, com isenção e seriedade, os números do Orçamento. De 2003 a 2010, no Governo do Presidente Lula, o orçamento das universidades federais mais do que duplicou, saiu de 6,7 bilhões para 23,9 bilhões.

Quem não lembra, na época dos tucanos, que as universidades públicas não tinham dinheiro sequer para pagar a conta de energia? Dinheiro para investimento nas universidades públicas, na época do Governo dos tucanos, era uma palavra proibida.

Sr. Presidente, boa parte dos 23,9 bilhões investidos no Governo do Presidente Lula foi para o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Sr. Presidente, ainda segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o REUNI não estaria cumprindo com seus objetivos. Quero, mais uma vez, discordar. Quero dizer que isso é uma inverdade, pois graças a esse programa, o REUNI, as universidades federais passaram de 45, em 2003, para 59, em 2010. Já o número de *campus* e unidades avançadas, 148 no início do Governo Lula, hoje são 247 e serão 293, em 2012.

Segue ainda, Sr. Presidente, o jornal *O Estado de S. Paulo* com mentiras, com inverdade, quando diz que 53 obras estão paradas nas universidades federais.

Deputado Amauri, fala que são 53 obras paradas. Sabe quantas obras na expansão e fortalecimento das universidades do nosso Governo, o Presidente Lula e a Presidenta Dilma? Vou ser: 5.705. Sabe quantas estão paradas das 5.705? Apenas 53 obras. Dessas 5 mil, 1.697 já foram entregues. Sabe o quê?



Foram entregues laboratórios, 383 salas de aulas, bibliotecas, restaurantes, instalações de moradias estudantis. Esse é o retrato do Brasil, da Bahia, do Rio Grande do Norte.

No meu Estado, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte mudou a cara do *campus*, tanto foi e tanto tem sido o volume de investimentos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que vive um período especial do ponto de vista da expansão e fortalecimento, ampliando vagas.

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Sr. Presidente, é um sonho. Quantos Presidentes doutores passaram por este País, e foi um operário - pois foi no Governo Lula - que transformou a Escola Superior de Agricultura de Mossoró em Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Essa universidade hoje está no sertão de Angicos, Caraúbas e chegará ao Alto Oeste.

Sr. Presidente, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, antes os setores de aula eram isolados uns dos outros, agora não, está tudo praticamente interligado. Nos últimos 8 anos, foram criados o Instituto Internacional de Neurociência de Natal, o Instituto Internacional de Física, o Instituto de Línguas, Literaturas e Culturas Modernas. O Hospital Universitário Onofre Lopes de Natal foi totalmente reformado.

E, mais do que isso, os *campi* que Fernando Henrique fechou na década de 90, agora, no Governo do PT e de seus aliados, no Governo do Presidente Lula, nós simplesmente os reabrimos, garantindo cidadania para nossa juventude, para homens e mulheres. Estão lá, o *campus* Universitário Santa Cruz e vários outros da região.

Sr. Presidente, não vou nem falar dos CEFETs, porque, aí, será goleada. Em 100 anos, eles construíram cem escolas técnicas, mas, em 8 anos do Governo do Presidente Lula, nós passamos de cem para quase trezentos. No meu Estado, eram duas unidades, hoje temos 21.

Sr. Presidente, encaminho pronunciamento acerca da Lei Maria da Penha, que completou 5 anos de existência. Foi um passo importante, mas estamos apenas no meio de uma caminhada. É preciso lutar muito ainda para que seja cumprida integralmente.

Finalmente, com o Plano Nacional de Educação e com o Governo da Presidente Dilma, nós vamos fazer muito mais e avançar mais ainda na educação brasileira.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recentemente, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou editorial sobre obras paradas nas universidades públicas brasileiras, destacando que o sistema de ensino superior não foi tratado com prioridade pelo Governo Lula. Discordo totalmente da avaliação do jornal. Muito



pelo contrário, o Presidente Lula foi um dos que mais tratou com carinho e prioridade a universidade brasileira, basta examinar, com isenção e seriedade, os números do orçamento.

De 2003 para 2010, o orçamento das universidades federais mais do que duplicou, subindo de R\$6,7 bilhões para R\$23,9 bilhões. Parte desse dinheiro foi usado no REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, na construção, ampliação e reforma dos *campi* das universidades federais.

O REUNI, segundo matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, não estaria cumprindo seus objetivos. Isso é uma inverdade, pois graças a esse Programa, as universidades federais passaram de 45, em 2003, para 59, em 2010. Já o número de *campus* e unidades avançadas, que eram 148 no início do Governo Lula, hoje são 274 e serão 293, em 2012. Por outro lado, o número de Municípios beneficiados com universidades federais subiu de 114 para 230 até o ano passado. No próximo ano, serão 246. O número de alunos matriculados nas universidades federais subiu de 109,2 milhões, em 2003, para 222,4 milhões, em 2010. Em 2012, serão 243,5 milhões de jovens matriculados nas nossas universidades públicas federais.

A matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* destaca que 53 obras estão paradas nas universidades federais. Diante do volume de obras executadas pelo Ministério da Educação nessas instituições e dos problemas causados por empreiteiros, esse é um número aceitável. De acordo com o MEC, atualmente estão sendo coordenadas 3.608 obras nas universidades, sendo que apenas 53 estão com problemas e 1.697 foram concluídas. Em todos os casos, a paralisação das obras deve-se a problemas com as empresas vencedoras das licitações, que ou abandonaram o canteiro de obras ou demonstraram incapacidade operacional, levando à rescisão contratual. As obras em andamento contabilizam 3,5 milhões de m² de novas instalações nas instituições.

Entre as obras já entregues à comunidade acadêmica, estão 368 laboratórios, 383 salas de aula, 82 bibliotecas, 51 restaurantes universitários, 53 instalações de moradias estudantis, além de novas instalações administrativas, áreas de vivência, de circulação e infraestrutura viária e de urbanização.

No meu Estado, a UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a UFRSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido tiveram melhorias estruturais significativas. A UFRSA, criada há 6 anos como substituta da ESAM - Escola Superior de Agricultura de Mossoró, é um exemplo claro da política vitoriosa do Presidente Lula e do Ministro Fernando Haddad.

Em 2003, a UFRSA oferecia 210 vagas em dois cursos de graduação e um de mestrado. Este ano, foram oferecidas 2.030 vagas em 34 cursos de graduação, nove de mestrados e dois doutorados. Também foram criados *campi* nos Municípios de Angicos e Caraúbas.

Na UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Programa REUNI -



Reestruturação e Expansão das Universidades Federais permitiu a construção de novos prédios, que mudaram a cara do *campus* da universidade. Antes, os setores de aula eram isolados uns dos outros. Agora, está tudo praticamente interligado. Nos últimos 8 anos, foi criado o Instituto Internacional de Neurociências de Natal, o Instituto Internacional de Física e o Instituto de Línguas, Literaturas e Culturas Modernas, que ensina línguas para professores e estudantes estrangeiros. O hospital universitário Onofre Lopes foi totalmente reformado. A biblioteca Zila Mamede também foi outro prédio da UFRN que recebeu intervenções significativas.

É o Governo do PT investindo na educação superior, pois entendemos que só dessa forma fincaremos o País no Primeiro Mundo.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último domingo, dia 7, a Lei Maria da Penha completou 5 anos. Se, por um lado, comemoramos o fato de a sociedade brasileira ter amadurecido a ponto de construir uma lei que pune com rigor o homem agressor de mulheres, por outro lado, ainda temos muito a fazer para que ela seja cumprida na íntegra.

Nesses 5 anos, foi possível dar visibilidade à lei e hoje, segundo levantamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, 90% da população sabe da sua existência. Agora, um homem tem de pensar duas vezes antes de bater em sua companheira, pois sabe que poderá ser preso. Nesses 5 anos, foram abertos mais de 300 mil processos com base na Lei Maria da Penha, sendo que mais de 110 mil já foram sentenciados.

O serviço 180, que recebe denúncias de agressões contra mulheres, já fez mais de 2 milhões de atendimentos e já foram realizadas mais de 1.500 prisões em flagrante.

O diferencial do disque-denúncia 180 é que ele garante o anonimato. Infelizmente, 20% das mulheres brasileiras são agredidas em casa, muitas vezes na frente dos filhos, e geralmente nem a mulher nem os filhos têm coragem de ir a uma delegacia. Com o 180, o denunciante não precisa se identificar. O anonimato é uma forma de proteção.

Essa foi uma lei inovadora, sancionada graças à sensibilidade do Presidente Lula, do trabalho da ex-Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire, e do empenho de pessoas como a hoje Ministra Irlany Lopes, Relatora do projeto aqui na Câmara, que, com afinco, defendeu a aprovação do projeto de lei. Também temos de homenagear aqui a farmacêutica cearense Maria da Penha, que após sofrer duas tentativas de homicídio por parte do marido, uma delas que a deixou paraplégica, batalhou pela elaboração da lei.

Apesar dos avanços, muito ainda precisa ser feito para que haja a execução plena da lei. A caminhada ainda é longa e muita coisa precisa ser feita, pois, segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República,



a cada 2 minutos cinco mulheres são agredidas violentamente no Brasil. Há 10 anos, nesse mesmo intervalo de tempo, eram oito mulheres espancadas. Com a lei, o número de agressões diminuiu, mas precisamos reduzir, urgentemente, a quantidade de mulheres agredidas.

Precisamos aumentar o número de juzgados especiais, ampliar o número de delegacias especiais para mulheres, de casas abrigos, de centros de referência e de núcleos de atendimento. Também é preciso capacitar os servidores públicos que dão atendimento às mulheres vitimizadas e oferecer apoio psicológico para que elas possam recomeçar sua vida. Esses são desafios que devem ser enfrentados.

Enfim, estamos no meio da caminhada. Demos um passo importante com a criação da lei. Agora, temos de criar as condições para que a Maria da Penha seja cumprida integralmente.

Muito obrigada.

Documento 52/102

200.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	10/08/2011-14:06
Publ.: DCD - 11/08/2011 - 40376	LUCI CHOINACKI-PT -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do 5º aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra a mulher. Escalada da violência contra as mulheres no País.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro a importância da Lei Maria da Penha, que comemorou 5 anos. Aliás, gostaria que esta lei não precisasse existir, mas foi a partir dela que se começou a registrar a violência doméstica contra as mulheres no País.

Quando se pensa em democracia, é preciso começar a fazer democracia dentro de casa. Por isso penso que esta deva ser uma lei transitória, para que homens e mulheres consigam conviver com respeito humano e dignidade, e não quem tem



mais força. Que o homem não precise usar de sua força para reprimir e violentar a mulher, para agredir nem matar a mulher com a desculpa de legítima defesa da honra. E o que a mulher deve fazer pela sua honra no caso?

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faz 5 anos que a Lei Maria da Penha foi sancionada, e desde abril de 2006 até hoje o número de casos registrados na Central de Atendimento da Mulher é de 434.734. De acordo com dados da ONU, em todo o mundo uma em cada três mulheres será vítima de violência ao longo de sua vida. Nos países da América Latina 40% das mulheres são agredidas. Uma mulher é assassinada a cada 2 horas no Brasil, deixando o País em 12º lugar no *ranking* mundial de homicídios de mulheres. A maioria das vítimas é morta por parentes, maridos, namorados, ex-companheiros ou homens que foram rejeitados por elas.

Segundo dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres, 46% das mulheres que entraram em contato com o *Disque 180* são pardas, 64% têm entre 20 e 40 anos, 46% cursaram parte ou todo o ensino fundamental, e 40% das mulheres que foram agredidas vivem com o agressor há mais de 10 anos. Outro dado importante detectado pela Secretaria é que 87% das denúncias são feitas pelas próprias vítimas.

A Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, cria Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. Além da aplicação de medidas penais, a Lei Maria da Penha estabelece para o Estado a adoção de políticas públicas de prevenção, assistência e repressão à violência, capazes de promover mudanças culturais para a superação da desigualdade entre homens e mulheres.

A Lei estabelece uma série de proteções às mulheres vítimas de violência doméstica e prevê para os agressores penas de prisão, ao invés das multas com que eram castigados anteriormente, o que nem sempre é cumprido.

Documento 53/102

200.1.54.O

Publ.: DCD - 11/08/2011 - 40427

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

NILDA GONDIM-PMDB -PB

PEQUENO EXPEDIENTE

10/08/2011-15:34

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO



Sumário

Transcurso do 5º aniversário da promulgação da Lei nº 11.340, de 2006, a chamada Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Necessidade da implementação de instrumentos preconizados no diploma legal.

A SRA. NILDA GONDIM (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, participei, na última sexta-feira, dia 5 de agosto, na cidade do Rio de Janeiro, de *show* em homenagem aos 5 anos da promulgação da Lei 11.340, de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha. O evento contou com a presença da própria homenageada e de muitas outras mulheres que deflagram a bandeira da justiça contra agressões feitas as mulheres.

Saliento que com o advento dessa lei que protege as mulheres, os dispositivos a ela aplicados triplicam a pena para agressões domésticas, permitem que agressores sejam presos em flagrante, acabando com as penas pecuniárias ou alternativas, aquelas em que o réu é condenado a pagar cestas básicas ou multas, e preveem uma série de medidas para proteger a mulher agredida, entre elas a determinação da saída imediata do agressor de casa.

Todavia, embora da Lei Maria da Penha esteja em vigor há cinco anos, não foram implantados os juzizados, núcleos da Defensoria Pública e promotorias especializados na punição à violência contra as mulheres, estabelecido no seu art. 14.

Leis que acarretam grandes mudanças na sociedade são aceitas de forma vagarosa pela população. Mas o importante é acreditar na norma jurídica e na sua aplicabilidade e buscar sempre cumpri-la.

O evento que marcou os 5 anos da Lei Maria da Penha serviu para que nós identifiquemos os problemas e a necessidade de construção de parcerias para resolvê-los.

Nós temos um dado que nos preocupa na Paraíba: o Ministério da Saúde indica o crescimento do número de morte de mulheres. Então, esse é um dos pontos que queremos conversar com o Governo Federal, para identificar o problema e, obviamente, procuramos uma solução para diminuir esse triste índice que preocupa as mulheres paraibanas e brasileiras.

Parabéns a todas as mulheres, pela passagem do quinquênio da Lei Maria da Penha, que incentiva as mulheres vítimas de agressões, sejam elas domésticas ou sociais, a saírem da situação de conformismo.

Muito obrigada.



Documento 54/102

201.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	11/08/2011-09:32
Publ.: DCD - 12/08/2011 - 40797	ALINE CORRÊA-PP -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inconsistência da matéria *Um mensaleiro dá as cartas no PP*, publicada pela revista ISTOÉ. Balanço da atuação parlamentar da oradora. Escalada da violência contra as mulheres no País, segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo. Necessidade de cumprimento do disposto na Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher.

A SRA. ALINE CORRÊA (PP-SP. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para esclarecer a esta Casa algumas inverdades publicadas em reportagem da revista *ISTOÉ* desta semana.

Na matéria intitulada *Um mensaleiro dá as cartas no PP*, sou citada como uma espécie de braço parlamentar do meu pai, o ex-Deputado Federal Pedro Corrêa. O que não é verdade.

Ao longo desses meus dois mandatos de Deputada Federal, eleita pelo Estado de São Paulo, tive - e continuo tendo - pela imprensa o respeito que a atividade jornalística merece. Comungo da mesma opinião da Presidente Dilma de que é papel dos veículos de comunicação informar, apurar e denunciar todo tipo de irregularidade, sempre de forma rápida e ágil. Porém, como Parlamentar que sou, nunca neguei esse direito à imprensa. Sempre me coloquei à disposição para ser ouvida e falar sobre qualquer assunto. No caso da revista *ISTOÉ*, não houve oportunidade para que eu pudesse esclarecer o teor da reportagem.

Peço, portanto, Sra. Presidente, meus caros colegas, atenção para que eu mesma possa falar sobre alguns pontos abordados pela revista *ISTOÉ*, a começar pela relação com o meu pai, que sempre foi uma relação familiar. Como pai e filha, admiramos um ao outro, o que é natural em uma família como a nossa, que cultiva os laços familiares. Foi dessa forma que cresci e fui educada, sabendo o valor da família e do respeito às pessoas.

A mesma reportagem insinua que meu pai sempre quando vem a Brasília costuma ficar hospedado em minha casa, o que tem interferido no meu trabalho



parlamentar. Também não é verdade. Quando está em Brasília, ele desfruta de outras opções.

Quanto à suposta interferência relatada pela *ISTOÉ* em meu trabalho, essa nunca existiu. Tenho focado meu mandato em projetos e ações para os Municípios do interior de São Paulo, com aprovação de emendas que obedecem ao rigor parlamentar exigido pelas Comissões desta Casa.

A minha independência do meu pai teve início quando, aos 20 anos, deixei Pernambuco, Estado onde nasci e do qual tenho orgulho e lembranças maravilhosas. Passei a ter como endereço São Paulo. Lá, constituí com dignidade a minha carreira política e ganhei minha própria família.

Aproveito o instante para reafirmar a minha gratidão e o meu compromisso com esse Estado que me acolheu e me elegeu para representá-lo nesta Casa, pelo segundo mandato consecutivo. E digo que, desde o meu primeiro mandato, tenho me pautado pelos problemas das mulheres e por assuntos relacionados à saúde, ao bem-estar social e ao desenvolvimento dos Municípios, sempre focando numa agenda positiva para o desenvolvimento e a qualidade de vida do povo brasileiro.

Embora isso não tenha sido ponto de importância para a reportagem da revista *ISTOÉ*, quero deixar bem claro que a equipe que trabalha comigo tem um perfil técnico, mais do que político, com formação acadêmica para me subsidiar nos projetos que são desenvolvidos. Nos últimos 2 anos, apresentei mais de 20 propostas, diversas relatorias à Casa para votação. Defendo os Municípios paulistas, auxiliando na conquista dos recursos, trabalhando com muito empenho para levar projetos necessários para a qualidade de vida da minha região e de todo o Estado de São Paulo.

Encerro este pronunciamento reafirmando, mais uma vez, o meu respeito aos órgãos de imprensa. Estarei sempre à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Tenho compromisso com o meu partido e com a política de desenvolvimento social do Governo da Presidente Dilma.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA
Lei Maria da Penha

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho mais uma vez a esta tribuna para abordar um tema que, infelizmente, está muito longe de chegar ao seu esgotamento.

Estamos diante de nova estatística estarrecedora, revelada por recente estudo da Fundação Perseu Abramo: a cada 2 minutos, cinco mulheres são vítimas de



agressão no Brasil. Há 10 anos, essa situação era ainda pior, um caso de espancamento a cada 15 segundos.

Atribuo, Sra. Presidente e nobres pares, a diminuição do número de mulheres agredidas entre 2001 e 2010 à Lei Maria da Penha, que está completando 5 anos e que é considerada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, organismo da ONU, como uma das três melhores leis do mundo.

Mas antes de falar da importância da Lei Maria da Penha, quero me aprofundar mais no estudo da Fundação Perseu Abramo, uma instituição conceituada e respeitada por ter sua identidade firmada na democracia brasileira. A pesquisa por ela realizada ouviu 2.365 mulheres e 1.181 homens, com mais de 15 anos, em 25 Estados. Desse total, 85% disseram conhecer a lei e 80% asseguraram aprovar a legislação que pune com a prisão o homem acusado da agressão.

O estudo traz ainda dados sobre o que os homens pensam sobre a violência contra as mulheres. Enquanto 8% admitem já ter adotado a covarde postura de agressor, 48% dizem que conhecem um amigo que agride a esposa e 25% têm parentes que batem nas companheiras. Mas o mais surpreendente da pesquisa é que, entre os que assumem praticar a violência, 14% acreditam ter agido bem e 15% declaram que voltariam a agredir.

Apesar de todos esses dados, repito, estarrecedores, reconheço que o Brasil avançou muito desde o advento da Lei Maria da Penha. Afinal, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estamos falando de um instrumento de defesa das mulheres que triplicou a pena para agressões domésticas, permitiu que agressores fossem presos em flagrante, acabou com as penas pecuniárias (aquelas em que o réu é condenado a pagar cestas básicas ou multas) e trouxe uma série de medidas para proteger a mulher agredida, como a determinação da saída do agressor de casa.

Mesmo assim, apesar de todos os avanços, os dados da Fundação Perseu Abramo servem de alerta para a necessidade de nossa atuação, como Parlamentares, para que a Lei Maria da Penha seja efetivamente aplicada em nosso País. A violência contra a mulher é um problema social e, como tal, exige políticas públicas. É muito importante tornar mais severas as medidas contra os agressores. Mas é ainda mais importante garantir que essas leis sejam efetivamente cumpridas, oferecendo estrutura e mecanismos compatíveis e suficientes para sua aplicação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



201.1.54.O

Sessão Extraordinária - CD 11/08/2011-09:38

Publ.: DCD - 12/08/2011 - 40799 COSTA FERREIRA-PSC -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Criação da Frente Parlamentar pela Saúde da Mulher. Transcurso do 5º aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Defesa de promoção de campanhas educativas de valorização da pessoa humana. Vinculação entre o consumo de drogas e a violência doméstica.

O SR. COSTA FERREIRA (PSC-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido pronunciamento em que nós aplaudimos a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Saúde da Mulher, por ser de direito e respeito à justiça.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como incondicional defensor dos direitos da mulher, filiei-me esta semana à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Saúde da Mulher.

A Frente será um instrumento de busca de direitos e base de apoio aos reclamos das mulheres deste País no que tange aos direitos a assistência médica, odontológica, psicológica e social. Pois o conceito da ONU sobre saúde transcende os quadrantes dos consultórios e hospitais. Envolve a abrangência da vida, incluindo a qualidade social. Portanto, uma visão holística da vida.

Aproveitando o ensejo, lembro que a Lei 11.340/06, denominada Lei Maria da Penha, completou dia 7 deste mês de agosto 5 anos de vigência. A lei preceitua em seu art. 5º que configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Um aniversário discreto, pois, apesar dos avanços causados por esse instrumento legal e dos esclarecimentos referentes aos seus efeitos, o ideal de convivência ainda está longe de ser conquistado.

Nesse período, os tipos descritos de violência contra a mulher foram largamente praticados. As delegacias de Defesa e Direitos da Mulher registraram 434.794 denúncias de violência contra a mulher em todo o País. Algo em torno de 7.245 casos por mês e 241 por dia, como descritos abaixo:



Violência física, 141.838; violência psicológica, 62.326; violência moral, 23.456; lesão corporal leve, 18.320; violência sexual, 4.686; ameaças, 4.060, violência patrimonial, 3.780; cárcere privado, 1.021; tráfico de mulheres, 164.

Números que precisam ser severamente podados.

A Lei Maria da Penha, que normatiza o § 8º do art. 226 da Constituição Federal, representa de fato uma ação afirmativa em favor da mulher ao criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Cabe destacar que o combate à violência contra a mulher vem produzindo resultados impensáveis há alguns anos. Foram decretadas 1.577 prisões preventivas e feitas quase 10 mil prisões em flagrante.

O reconhecimento da constitucionalidade da lei, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), será de grande benefício na defesa da mulher. Redobrará o ânimo e a certeza de que o avanço legal no combate à violência contra a mulher não é uma fantasia jurídica, mas um diploma coerente e legal em todos os seus termos.

Não temos a ingenuidade de combater esse problema tomando como arma de ação somente os rigores da lei. Computo como uma das medidas mais importante a promoção de ampla campanha de educação em que os valores da pessoa humana, independentemente do sexo, sejam ressaltados.

Em outra frente, precisamos demonstrar que as drogas, lícitas e ilícitas, estão na base das principais ações de agressões domésticas, nas quais se inclui as mulheres. No entanto, as drogas lícitas, principalmente as alcoólicas, são apresentadas massivamente em todos os órgãos de comunicação, criando na mente de crianças e adolescentes a impressão que as bebidas com teor etílico têm como consequência apenas a diversão e a harmonia familiar. Esse engano se reflete nas estatísticas que indicam o aumento de menores se iniciando cada vez mais cedo no álcool e, posteriormente, em outras drogas.

Estudos demonstram que a mente, alterada pelo álcool, declina os cuidados em relação a drogas ilícitas. Considerando que o cérebro de uma menor ainda está em formação, o impacto sobre a percepção de causa e efeito diminui drasticamente.

Se quisermos de fato pensar positivamente a questão da violência doméstica de forma geral, e especificamente contra as mulheres, é mister adotarmos uma visão ampla, que englobe todas as questões construtivas do problema.

As mulheres deste País não podem continuar a sofrer abusos nos transportes coletivos, nas ruas, nos locais de trabalho e, o mais absurdo, em sua moradia. Essa conquista será um diploma de civilidade.



Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 56/102

201.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	11/08/2011-10:50
Publ.: DCD - 12/08/2011 - 40823	PASTOR MARCO FELICIANO-PSC -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso de aniversário da criação da Lei Maria da Penha, destinada ao combate à violência doméstica contra a mulher.

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso desta tribuna para registrar o aniversário da Lei Maria da Penha. Essa lei instituiu um marco nas relações conjugais, principalmente entre as pessoas mais humildes, que não dispõem de assistência jurídica específica.

Nós, na condição de pastores de Igreja, muitas vezes nos víamos sem opção, além da orientação espiritual, pois o cônjuge violento na maioria das vezes não compactua da mesma fé. Essa lei veio ser uma ferramenta útil para servir como exemplo e de intimidação para pessoas que, por índole, demonstram comportamento agressivo.

Convém salientar que temos conhecimento de casais que se reconciliaram após uma primeira aplicação das normas dessa lei, pois se sabe que às vezes o tratamento de choque, com a possibilidade de prisão do agressor, vem desestimular a continuidade desse comportamento.

Leis que servem para aprimorar as relações humanas são instrumentos que nos faz refletir sobre a presença de Deus nas nossas vidas.

Muito obrigado.

Documento 57/102



203.1.54.O

Publ.: DCD - 13/08/2011 - 41280

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

ELCIONE BARBALHO-PMDB -PA

GRANDE EXPEDIENTE

12/08/2011-10:45

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Saudações às crianças presentes nas galerias do plenário. Transcurso do 5º aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Congratulações ao Supremo Tribunal Federal pelo apoio à aplicação da referida lei. Importância de criação da Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados. Regozijo com a iniciativa da Presidenta Dilma Rousseff de nomeação de mulheres para importantes cargos da administração pública federal.

A SRA. ELCIONE BARBALHO (PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a toda essa turminha que está nas galerias. Parabéns a essa criança que tem a oportunidade de participar desta sessão.

Sr. Presidente, agradeço antecipadamente a V.Exa. a gentileza de ter liberado este espaço.

A questão é muito importante. Venho à tribuna hoje para dizer da alegria de nós mulheres pelos 5 anos da Lei Maria da Penha. É uma lei que veio para ficar. Talvez seja uma das melhores, mesmo internacionalmente, para defender, de fato, a mulher.

Os nossos avanços ainda são pequenos, infelizmente, mas nós temos a determinação, característica fundamental da mulher, de lutar pelos nossos direitos. Nós não queremos absolutamente nada além do que respeito. Temos o direito de acabar com a violência no lar e na sociedade como um todo.

Queremos também, neste momento, congratular-nos com o Supremo Tribunal Federal, que nos tem dado um apoio considerável. Infelizmente houve pouco avanço nos Estados. A compreensão, o entendimento dos juízes fica aquém da nossa expectativa, mas eu acho que a Procuradoria da Mulher nesta Casa, que faz parte desta instituição e defende todas as mulheres deste País, surgiu para que nós pudéssemos trabalhar, sair do Congresso Nacional e ir para as Assembleias Legislativas, quiçá para as Câmaras Municipais.

São, portanto, 5 anos de luta. Eu creio que houve um avanço muito importante. Nós temos, hoje, dados concretos de pesquisas que mostram considerável diminuição da violência contra a mulher.

Quero agradecer a todos e dizer da nossa alegria por esses 5 anos de luta, que, graças a Deus, não foram em vão, porque têm gerado frutos.

Com certeza, nós lutaremos juntos - o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, da qual faço parte com muito orgulho -, diuturnamente, para que a



mulher seja respeitada cada vez mais.

Nós nos sentimos muito felizes também porque a própria Presidenta da República, Dilma Rousseff, coloca hoje várias mulheres à frente de importantes cargos da administração pública federal. Isso é sinal de que só queremos respeito e oportunidade para que consigamos fazer uma sociedade digna e construtiva para o nosso povo, para a nossa Nação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Parabéns, Deputada Elcione Barbalho.

Documento 58/102

204.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	15/08/2011-16:00
Publ.: DCD - 16/08/2011 - 41407	DÉCIO LIMA-PT -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do 5º aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Necessidade de cumprimento do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Realização, pelo Governo Federal, de teleconferência para discussão do Plano Brasil Sem Miséria.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço também ao ilustre orador desta tarde.

Sr. Presidente, quero apenas somar-me às inúmeras vozes nesta Casa que destacaram os 5 anos de existência da Lei Maria da Penha. Rogo a V.Exa. que receba como lido este pronunciamento, bem como o pronunciamento sobre o nosso entusiasmo em relação ao Plano Brasil Sem Miséria, a que V.Exa. já se referiu inclusive desta tribuna.

Nossa pretensão é retirar 17 milhões de brasileiros da miséria absoluta, razão pela qual acho que nós - a nossa geração pelas lutas, pelos combates que temos feito pela inclusão social - somos merecedores desse prêmio para o nosso País no momento em que extinguirmos definitivamente a miséria.

Peço, portanto, a V.Exa., Sr. Presidente, que seja dada a devida divulgação aos



meus dois discursos nos meios de comunicação desta Casa.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Lei Maria da Penha completou 5 anos, no último domingo, dia 7 de agosto. Quero aqui tecer alguns comentários a respeito dessa importante lei que veio resguardar ainda mais as mulheres brasileiras, principalmente em relação à violência doméstica.

A implantação da Lei Maria da Penha é considerada um marco, servindo de instrumento para coibir e punir a violência contra a mulher, além de tipificar as agressões físicas e outras expressões de violência.

Um dispositivo importante foi triplicar a pena para agressões domésticas contra a mulher, além do aumento dos mecanismos de proteção, permitindo que agressores sejam presos em flagrante ou tenham a prisão preventiva decretada.

Até 2010, segundo o Ministério da Justiça, foram sentenciados 111 mil processos e distribuídos mais de 331 mil procedimentos. Foram 9.700 prisões em flagrante e 1.577 prisões preventivas decretadas.

O objetivo dessa lei é garantir à mulher em situação de violência e a seus filhos menores de 18 anos proteção e amparos jurídico, psicológico e social. Amparo que ela não tem dentro do próprio lar.

Em nosso Estado, Santa Catarina, ainda não foram criados os mecanismos necessários para implementar a Lei Maria da Penha. São necessárias mais casas-abrigo e Delegacias da Mulher nos Municípios, com profissionais capacitados para lidar com as vítimas. Do contrário, é mais uma violência que a mulher sofre ao buscar auxílio numa delegacia sem o aparato e o preparo necessários, onde, por muitas vezes, as mulheres continuam a ser maltratadas, em função do despreparo daqueles que as recebem.

A Lei Maria da Penha tem papel fundamental de transformação na sociedade, seja no campo da educação, seja no campo da implementação de políticas públicas que garantam o acesso das mulheres em situação de violência ao socorro jurídico.

Em Santa Catarina, torna-se urgente a construção de casas-abrigo, delegacias especializadas e centros de referência, além da criação da Defensoria Pública. O Estado precisa cumprir o Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, assinado em 25 de novembro de 2010. Só assim vai estar corroborando para que a violência contra a mulher seja erradicada, ou, pelo menos, minimizada; para que a mulher receba o tratamento adequado que merece no momento em que sofre esse tipo de agressão; que seja amparada com o carinho e respeito necessários.



É lamentável que tenhamos, em pleno século XXI, ainda que presenciar a violência contra a mulher. E a Lei Maria da Penha chega aos seus 5 anos com um papel fundamental na sociedade brasileira, o de coibir, de minimizar, de proteger, de amparar a mulher em situação de violência. Faz-se necessário agora dar respaldo à Lei Maria da Penha, com a verdadeira efetivação das casas-lares, das delegacias, dos centros de referência.

A mulher precisa estar protegida e amparada, principalmente porque a violência doméstica é crime e precisa ser combatida no sentido mais amplo possível. Todas as mulheres têm o direito a uma vida livre, sem violência, tranquila, para que possam criar seus filhos ou seguir sua vida sem medo de serem surpreendidas por agressores que, na maioria das vezes, dividem o mesmo teto com elas. Aqueles que deveriam amá-las, e que se tornam seus algozes, chegando a situações extremas como homicídios, ou deixando em suas companheiras marcas e sequelas que jamais serão apagadas, como o próprio caso de Maria da Penha, que hoje vive em uma cadeira de rodas por conta da violência que sofreu. Histórias como essa não precisam se repetir para que as ações contra a violência doméstica sejam efetivadas. A prevenção é o melhor caminho nas políticas de prevenção à violência contra a mulher.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. No último dia 8 de agosto, através de uma teleconferência, aconteceu uma verdadeira mobilização nacional do Plano Brasil Sem Miséria. Esse plano, lançado em junho deste ano pela Presidenta Dilma Rousseff, objetiva elevar a renda e as condições de bem-estar da população em situação de pobreza extrema.

O Brasil Sem Miséria é direcionado aos brasileiros que vivem em lares cuja renda familiar mensal é de até R\$70 por pessoa. De acordo com o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, estão nessa situação quase 17 milhões de brasileiros e brasileiras.

O Plano agrega transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, entre outras, e inclusão produtiva. Com um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com Estados, Municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil, o Governo Federal quer incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo forte crescimento econômico brasileiro.

Por essas razões, a participação de todos os interessados na teleconferência realizada na tarde de ontem foi crucial para conhecer um pouco mais desse importante Plano. Estiveram reunidas equipes ministeriais, estaduais e municipais de todo o País para discutir o Brasil sem Miséria.

A teleconferência foi transmitida ao vivo pelo canal NBR, do Governo Federal, e pela Internet, por meio dos *sites* da Empresa Brasil de Comunicação - EBC e do *site* Brasil sem Miséria, e, no meu Estado, Santa Catarina, a transmissão ocorreu por intermédio da TVAL, a TV da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.



O objetivo dessa teleconferência foi compartilhar informações, esclarecer dúvidas e acolher sugestões vindas dos Estados e dos Municípios para o Plano Brasil Sem Miséria, oportunizando a troca de informações e a abertura de espaços para que todos possam contribuir com o Plano. É uma forma de governar voltada ao povo, que tem voz para apresentar as suas ideias e assim contribuir para um futuro melhor para o nosso Brasil. Tratou-se também de uma oportunidade imperdível para a união de forças e para entender o papel de cada um dos entes da federação, nesta verdadeira cruzada para combater a extrema miséria.

Essa teleconferência, mais do que um evento, foi um "chamado" da nossa Presidenta Dilma Rousseff para a erradicação da extrema pobreza em nosso País, promovendo ações que vão de encontro às pessoas menos favorecidas.

Afinal, o sucesso do "Brasil sem Miséria" depende do engajamento dos Estados e Municípios, e, com o somatório dos esforços dos três níveis de governo, permitirá a inclusão social, produtiva e política de quase 17 milhões de brasileiros e brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

Documento 59/102

206.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	16/08/2011-14:40
Publ.: DCD - 17/08/2011 - 41561	SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do quinto aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Divulgação, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, de relatório sobre os índices de violência doméstica contra a mulher no Brasil.

O SR. SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Lei Maria da Penha acaba de completar 5 anos. Um relatório da Secretaria de Políticas para as Mulheres, divulgado na semana passada, mostra que nesses 5 anos foram mais de 237 mil relatos de violência, 130 por dia, em média, sendo que mais da metade corresponde a casos de violência física.

Desde 2006, quando foi criado o serviço, a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, registraram-se quase 2 milhões de atendimentos, dos quais mais de



434 mil são relatos de violência.

Se, de um lado, é positivo que, com a Lei Maria da Penha, as denúncias tenham efetivamente alcançado as delegacias e serviços de atendimento à mulher, de outro, é uma constatação da nossa triste realidade.

Era esse o registro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Exmo. Sr. Presidente, nobres Parlamentares, acaba de completar 5 anos a Lei Maria da Penha, criada em 2006 para punir, com maior rigor, aqueles que agredem mulheres. Somente em Feira de Santana, minha cidade natal, foram registradas 8.900 denúncias na Delegacia da Mulher. Os principais motivos de registro são lesões corporais, ameaça e crimes contra a honra, como difamação e injúria. Em 2010, foram 5.500 atendimentos e somente no primeiro semestre deste ano os casos já chegam a 4.300, o que nos leva a acreditar que, infelizmente, o número de denúncias pode chegar a ser muito maior do que o registrado no ano passado.

A falta de estrutura nas delegacias especializadas e a fragilidade nas unidades de apoio às vítimas ainda são barreiras a serem vencidas e que impedem o efetivo cumprimento da lei. A Bahia, por exemplo, tem três juizados especiais de atendimento: um em Feira de Santana, outro em Salvador e um terceiro em Vitória da Conquista, mas que ainda não está funcionando.

Em todo o Estado, são 15 delegacias especializadas, sendo duas na capital. Numa delas, a Delegacia de Atendimento à Mulher - DEAM de Brotas, entre janeiro e julho deste ano, foram registrados 4,3 mil ocorrências policiais, entre estupros, agressões morais, ameaças, lesões corporais e vias de fato. A unidade foi ainda responsável por 442 inquéritos instaurados, 546 inquéritos remetidos, 262 medidas protetivas e 945 prisões em flagrante.

Relatório da Secretaria de Políticas para as Mulheres divulgado na semana passada mostra que nos 5 anos da Lei Maria da Penha já foram mais de 237 mil relatos de violência, uma média de 130 por dia. Mais da metade corresponde a casos de violência física.

Ainda no âmbito federal, o serviço 180, uma central de atendimento sobre violência contra a mulher, registrou, desde 2006, quando foi implantado, até junho deste ano, quase 2 milhões de atendimentos, dos quais mais de 434 mil são relatos de violência. Somente no primeiro semestre deste ano, o Ligue 180 registrou 30 mil relatos de violência, quase a metade dos casos do ano passado (62 mil). Pouco mais de 60% das mulheres que ligam têm entre 20 e 40 anos e 46% é da cor parda. Em 40% dos casos de violência, as mulheres informaram



que vivem com o agressor há mais de 10 anos, e 87% das denúncias são feitas pela própria vítima.

Se, de um lado, é positivo que, com a Lei Maria da Penha, as denúncias tenham efetivamente alcançado as delegacias e serviços de atendimento à mulher, de outro, é uma constatação da nossa triste realidade.

Era o que tinha a registrar.

Muito obrigado.

Documento 60/102

206.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	16/08/2011-15:32
Publ.: DCD - 17/08/2011 - 41581	SANDES JÚNIOR-PP -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do 5º aniversário de promulgação da Lei nº 11.340, de 2006, a chamada Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher.

O SR. SANDES JÚNIOR (PP-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, utilizo esta tribuna no dia de hoje para saudar os 5 anos de sanção da chamada Lei Maria da Penha. A Lei nº 11.340, foi decretada por este Congresso Nacional e sancionada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 7 de agosto de 2006.

Dentre as mudanças promovidas, está o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. A Lei entrou em vigor no dia 22 de setembro do mesmo ano, e já no dia seguinte o primeiro agressor foi preso, no Estado do Rio de Janeiro, após tentar estrangular sua ex-esposa.

A Lei recebeu este nome em homenagem a uma das milhares de mulheres que ainda são agredidas e até mortas, diariamente, em nosso País. Maria da Penha Maia Fernandes foi espancada de forma brutal e violenta diariamente pelo marido durante 6 anos de casamento.

No ano de 1983, por duas vezes, ele tentou assassiná-la, tamanho o ciúme doentio que sentia: na primeira vez, com arma de fogo, deixando-a paraplégica, e na segunda, por eletrocussão e afogamento. Após essa tentativa de homicídio,



ela tomou coragem e o denunciou.

O marido de Maria da Penha só foi punido depois de 19 anos de julgamento e ficou apenas 2 anos em regime fechado, para revolta de Maria com o poder público. Em razão desse fato, o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher, juntamente com a vítima, formalizaram uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, a OEA, que é um órgão internacional responsável pelo arquivamento de comunicações decorrentes de violação desses acordos internacionais.

Essa Lei foi criada com objetivo de impedir que os homens assassinem ou batam nas suas esposas, e proteger os direitos da mulher. Ela não é uma lei que responde por crimes de menor potencial ofensivo. Não é uma lei que se restringe a uma agressão física. Ela é muito mais abrangente, e por isso, hoje, vemos que vários tipos de violência são denunciados e as respostas da Justiça têm sido mais ágeis.

A Lei Maria da Penha, é verdade, já colocou centenas de agressores atrás das grades. Outros milhares cumprem penas educativas por todo o País. A proteção dada pela nova Lei é evidente, no entanto ainda é grave a situação de violência contra a mulher em nosso País.

O ambiente doméstico é cerca de três vezes mais perigoso para as mulheres do que para os homens. Dentre as mulheres assassinadas no País, 28% morreram em casa. O número é quase três vezes maior do que a taxa entre os homens, de 9%. As informações são do Anuário das Mulheres Brasileiras 2011, compilação de dados sobre a situação da mulher no País divulgado em julho pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal.

Se obtivemos avanços evidentes com a nova Lei Maria da Penha, os dados da Secretaria de Políticas para Mulheres são um sinal de alerta para todos nós, homens e mulheres brasileiros. É um claro sinal de que precisamos ainda avançar muito na defesa dos direitos de todos os cidadãos brasileiros, independente de sexo, cor, religião ou orientação sexual.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



Sumário

Transcurso do 5º aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Elevado índice de homicídios de mulheres no País. Fortalecimento da família brasileira.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

A SRA. LAURIETE (PSC-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos completando 5 anos da sanção da Lei Maria da Penha, assim denominada pelo fato de que uma mulher, a exemplo de muitas outras, foi, durante muitos anos, subjugada, sofrendo toda sorte de maus-tratos e descaso de quem um dia se prontificou para amá-la, protegê-la e dela cuidar. Ao contrário, veio produzir uma mulher e cidadã, porém, tetraplégica.

Se tal experiência fosse desenvolvida por estudiosos, sociólogos ou pessoas ligadas à área da psicologia, não saberiam tão bem exemplificar o quão pernicioso e ingrato é não poder compartilhar de um mesmo ideal - o de bem construir e constituir uma família através de um relacionamento saudável.

Muitas, Sras. e Srs. Parlamentares, têm sido as manifestações de alegria pela sanção da Lei. Muitas têm sido as festividades e os debates que são desenvolvidos em todo o País. Muitos serão os seminários que discutirão a melhoria da execução da mesma. Porém, dados têm sido oferecidos à sociedade que nos deixam estarecidos e boquiabertos, pois ainda há um caminho grande a ser trilhado.

Segundo a publicação *Anuário das Mulheres Brasileiras*, lançado este ano, no universo de mulheres assassinadas em todo o País em 2009, 28,4% morreram em seu lar, local onde dividiam aconchego, carinho e exercício maternal ao cuidarem da prole a elas legada.

Segundo a mesma pesquisa, as mortes em via pública, das mais diversas formas, chegam a 30,7%, deixando para terceiro lugar as mortes em hospitais de igual modo, com 23,9%.

O que causa maior espanto é que o número de vítimas mulheres em relação aos homens é de quatro para dez, ou seja, 43,1% das mulheres que morreram em 2009 correspondem a mais de 40%.

Sras. e Srs. Deputados, a pergunta que fica: Onde vamos parar? Temos lei! Sim, temos lei! A sociedade tem sido alertada para denúncia aos órgãos competentes. Os operadores do Direito têm-se sentido prestigiados com mecanismos apropriados. A plena execução do que pode e é prescrito foi, durante muito



tempo, anseio perseguido para punição dos que aviltam o direito do outro.

Como então minorar esta fatídica notícia? Creio, sinceramente, que o fortalecimento da família, seus valores e sua importância rumo a uma sociedade equilibrada são, sem dúvida, indicadores para solução de vários dos problemas que estão por trás desta triste estatística.

Fica, portanto, o alerta: fortaleçamos a família e teremos uma sociedade equilibrada.

Muito obrigada.

Documento 62/102

225.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	30/08/2011-17:10
Publ.: DCD - 31/08/2011 - 45783	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Lançamento, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, em conjunto com outros órgãos, de campanha destinada à divulgação da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez venho a esta tribuna dizer que a Secretaria de Políticas para as Mulheres, em conjunto com outros Ministérios, instituições do GGGgGoverno Federal, Secretarias Estaduais e demais órgãos em Estados e Municípios, lançou, neste último final de semana, uma Rede de Atendimento às Mulheres que pretende ampliar o conhecimento da sociedade sobre a Lei Maria da Penha e o que ela traz de conquistas e garantia de direitos para as mulheres vítimas da violência doméstica.

Essa campanha visa divulgar as principais medidas de punição e prevenção para ampliar o combate à violência contra a mulher e marcar os 5 anos da Lei Maria da Penha. É uma atuação articulada entre organismos governamentais, não governamentais e a comunidade espalhados pelo País, que tem o propósito de melhorar essa qualidade do atendimento que o GGGgGoverno Federal já vem fazendo, bem como os Governos dos Estados e dos Municípios, para essa rede que busca alcançar diversas áreas que se inserem na questão, como saúde, educação, segurança pública, assistência social, justiça e cultura.



Segundo a Ministra Iriny Lopes, as mulheres que atualmente estão amparadas pela Lei estão mais confiantes em denunciar o agressor. Ela afirma que a Lei trouxe à luz o cotidiano de violência e opressão que as mulheres eram obrigadas a suportar dentro de casa. Antes da Lei, essa violência doméstica era naturalizada e invisibilizada, mas, hoje, bater em mulher não é mais briga de casal, nem aquela história de que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Em briga de marido e mulher e violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha está aí.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sra. Presidente, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em conjunto com outros Ministérios, instituições do Governo Federal, Secretarias Estaduais e demais órgãos em Estados e Municípios, lançou neste último final de semana uma Rede de Atendimento às Mulheres que pretende ampliar o conhecimento da sociedade sobre a Lei Maria da Penha e o que ela traz de conquistas e garantia de direitos para as mulheres vítimas da violência doméstica.

A campanha visa divulgar as principais medidas de punição e prevenção para ampliar o combate à violência contra a mulher e para marcar os 5 anos da Lei Maria da Penha.

A atuação articulada entre organismos governamentais, não governamentais e a comunidade espalhados pelo País faz parte do conceito do programa, que tem o propósito de melhorar a qualidade do atendimento às mulheres em situação de violência. A constituição dessa rede busca alcançar diversas áreas que se inserem na questão, como saúde, educação, segurança pública, assistência social, justiça e cultura.

Para a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, atualmente as mulheres estão amparadas pela Lei e mais confiantes em denunciar o agressor. Ela afirma que a lei trouxe à luz o cotidiano de violência e opressão que as mulheres eram obrigadas a suportar dentro de casa. Antes da Lei, a violência doméstica era naturalizada e invisibilizada. Bater em mulher era considerado "briga de casal", e as mulheres não tinham uma rede de proteção e acolhimento.

É muito importante destacar os serviços que a Lei Maria da Penha instituiu, como a criação de diversos serviços para o atendimento especializado à mulher vítima de violência doméstica e familiar. Desde sua vigência foram criadas, entre outros serviços, 469 Delegacias/Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher; 184 Centros de Referência; 72 Casas-abrigo, locais que oferecem abrigo e atendimento integral (psicossocial e jurídico) a mulheres (acompanhadas ou não de seus filhos) sob risco de morte iminente. Em geral, constituem serviços de



caráter sigiloso e temporário por período determinado, de 90 a 180 dias.

Reforçar ao público os principais pilares da Lei, que são erradicação, prevenção e punição à violência contra a mulher, e divulgar de forma mais precisa o trabalho da Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180 - é determinante. A Central recebe ligações gratuitas de qualquer parte do território nacional e funciona diariamente 24 horas. De acordo com pesquisa realizada por uma instituição privada, somente 13% têm conhecimento, de fato, de sua aplicabilidade. Até o final do ano, será veiculado na TV um filme de 30 segundos, protagonizado pela própria Maria da Penha. A campanha do Governo Federal conta ainda com *spot* de rádio, para ser veiculado nas principais redes e ações de *merchandising* em programas populares das principais emissoras de TV.

A procura pelo Ligue 180 é espontânea, e o volume de ligações não se relaciona diretamente com a incidência de crimes ou violência. A busca pelo serviço reflete um maior acesso da população por meios de comunicação. Muitas mulheres vítimas de violência doméstica sentem-se envergonhadas na hora de se manifestar, e o fortalecimento da rede de atendimento às mulheres ajudou a mudar tal postura. O serviço ofereceu poder à população feminina, que cansou de sofrer todo o tipo de tortura, abuso e violência calada. É mais do que hora de colocar a boca no trombone e fazer com que os seus algozes paguem pelos crimes.

As mulheres de todo o nosso Brasil e do mundo merecem respeito. Vamos continuar na luta pela causa!

Obrigada.

Documento 63/102

245.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	15/09/2011-16:51
Publ.: DCD - 16/09/2011 - 50943	ÍRIS DE ARAÚJO-PMDB -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Escalada de assassinatos de mulheres em Municípios do Estado de Goiás. Realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de diligências para investigação de casos de violência contra a mulher na região do Entorno do Distrito Federal. Defasagem do número de Delegacias da Mulher em Goiás. Escalada da violência contra a mulher no Brasil. Estabelecimento de políticas públicas governamentais destinadas à aplicação efetiva da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher.



A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reportagem publicada no dia 28 de agosto, no jornal goiano *O Popular*, revela novas e preocupantes estatísticas, Deputada Rosane, que se encontra em plenário, que mais uma vez expõem uma das faces mais brutais deste País: o inaceitável crescimento da violência contra a mulher, uma anomalia, uma selvageria e uma sequência de atos covardes que há muito, mas há muito tempo, já deveriam ter sido banidas deste País, mas não o foram.

O Mapa da Violência 2011, Sra. Deputada e Srs. Deputados, num estudo feito pelo Ministério da Justiça, em parceria com o Instituto Sangari, mostra que, em Goiás, a taxa de homicídios femininos cresceu quase 80% em uma década - entre 1998 e 2008. O Estado passou da 17ª para a 6ª posição no *ranking* dos que abrigam mais assassinatos de mulheres.

É o meu Estado, Goiás. Eu tenho que vir aqui reclamar, usar a tribuna, o poder que o povo me conferiu como sua representante, para dizer o que eu estou abordando neste momento.

Como se não bastasse, dados da Delegacia de Investigações de Homicídios revelam que, em 2011, já foram assassinadas mais mulheres na Capital, Goiânia, que em todo o ano passado: 41 contra 24, em 2010. Isso é preocupante! Se, em 2008, as mulheres correspondiam a 7,9% do total de vítimas de homicídios em Goiânia, este ano elas já representam 13,9%, quase o dobro.

O horror não para por aí, Sr. Presidente. Em recente reportagem, o jornal *Correio Braziliense* evidencia que duas cidades do Entorno do Distrito Federal - e eu estou sempre aqui falando a respeito dessa violência no Entorno - estão entre as dez onde mais mulheres são assassinadas. Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto figuram no topo de uma lista nacional que, como muito bem disse o jornal, em nada orgulha a população.

O descalabro e a imensa dor feminina estão logo aqui, pertinho, nas cercanias do Poder Central do País. Nos 8 primeiros meses de 2011, pelo menos 40 mulheres foram assassinadas em cidades ao redor da Capital Federal. Aqui perto, como acabei de dizer.

Trata-se de uma realidade que se agrava a cada ano porque não avançam as soluções para dilemas estruturais numa região onde a falta de segurança assume proporções de calamidade pública. E, a propósito disso, na próxima semana, vamos percorrendo a região do Entorno, numa diligência composta de Deputados da Comissão de Direitos Humanos, para ouvir a população a esse respeito. A primeira cidade que visitaremos é Águas Lindas de Goiás.

Como disse, trata-se de uma realidade que se agrava a cada ano. Se não avançam as soluções, é o que acontece. E é a isso que estamos assistindo.

Para se ter ideia, basta dizer que nos na área dos 17 Municípios do Entorno de Brasília existe apenas uma delegacia especializada em violência contra a mulher,



criada por decreto na cidade de Luziânia, Sr. Presidente, onde os índices de violência são os mais altos. Nas outras cidades, o atendimento é feito em instalações precárias, dentro da própria delegacia comum, retrata a reportagem do *Correio Braziliense*.

Em Goiás, o cenário precário torna-se alarmante. Existem apenas dez unidades especializadas para os 246 Municípios. Olhem que aqui eu tenho uma plateia - estou vendo aqui agora - praticamente de mulheres. A grande maioria que aqui está nos acompanhando agora - estou vendo alguns senhores e alguns jovens presentes -, a grande maioria aqui, no centro, é de mulheres. Vejam vocês que em todo o Estado só há um juizado especializado, que fica em Goiânia. O único abrigo - eu conheço bem esse abrigo, já destinei recursos inclusive para ele - que ampara mulheres em situação de violência também fica na Capital, o Centro de Valorização da Mulher (CEVAM). Trata-se de entidade não governamental que sobrevive a duras penas, graças à colaboração da sociedade.

Sras. e Srs. Deputados, citamos aqui casos extremos, mas eles não são exclusivos da Região Centro-Oeste. Na verdade, o Brasil vive uma epidemia de violência contra a mulher, e é necessária uma forte reação. É preciso um novo despertar de consciências para colocar um freio a esta tragédia que todos os dias faz novas vítimas inocentes e indefesas.

Um dos sinais mais estarrecedores deste cenário expõe, gente - infelizmente existe -, a predominância da cultura machista no País, o que faz crescer a violência doméstica. O dado mais preocupante é que esta violência que estou acabando de externar acontece, em sua grande maioria, dentro das próprias casas.

Cerca de 40%, em média, dos homicídios praticados contra a mulher nas cidades brasileiras ocorreram dentro de casa, o que sugere a participação do cônjuge nos crimes. Em cerca de metade, a arma de fogo foi o instrumento usado para a prática do homicídio.

É bem verdade que a Lei Maria da Penha cumpre o seu papel de proporcionar visibilidade para a violência doméstica, mas o País não conseguiu criar instrumentos de prevenção e de assistência capazes de proteger a sociedade e de impedir a ação criminosa de assassinos, que continuam a agir impunemente.

Assim, desde a sua criação, a Lei Maria da Penha ajudou milhares de mulheres a conhecerem e a brigarem por seus direitos, mas é preciso ir muito além e encontrar medidas que modifiquem o comportamento de um país subjugado pelo predomínio, pela força, e pela violência de gênero ainda, infelizmente.

Quatro em cada dez mulheres brasileiras já foram vítimas de agressão doméstica, constata o Anuário das Mulheres Brasileiras 2011, tendo por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios feita pelo IBGE. De todas as mulheres agredidas no País, dentro e fora de casa, quase 26% foram vítimas de seus cônjuges ou ex-cônjuges.



O número de ocorrências registrado pela Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, cresceu 16 vezes. Em 2006, foram feitos 46 mil atendimentos. No ano passado, pasmem, 734 mil atendimentos! Onde é que vamos parar?

Outro fato dramático foi revelado recentemente também em reportagem do *Correio Braziliense*: as ocorrências - prestem atenção - de estupro cresceram 45% nos 5 primeiros meses do ano no Distrito Federal. Foram 283 casos registrados nas delegacias, Sr. Presidente, o que soma uma média de duas vítimas por dia.

Gostaria de contar com a complacência de V.Exa., porque há alguns dados importantes aqui.

Dentro desses dados, é estarrecedor constatar em outro levantamento que meninas representam mais de 53% das vítimas de estupro. É a nossa infância. A pesquisa realizada pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, chamada Dossiê Mulher, traz estes dados espantosos e alarmantes: 23% das vítimas da violência sexual são crianças de zero a 9 anos. Eu digo isso e fico arrepiada. Tenho até vontade de parar de falar, porque eu fico mexida, emocionada, indignada. Outros 30% se encontram na faixa etária entre 10 e 14 anos!

No ano passado, mais de 2 mil meninas com menos de 14 anos, Sr. Deputado Abi-Ackel, foram vítimas de violência sexual no Rio de Janeiro. V.Exa. é de Minas. Não sei se se depara com um dado como esse.

Sr. Presidente, é preciso agir rápido!

Em boa hora, o Congresso Nacional constituiu a CPI Mista destinada a investigar a violência contra a mulher e apurar denúncias de omissão do poder público na punição desse crime.

É preciso investigar e definir as estratégias para combater esse terrível mal. Mas, enquanto isso, é urgente que a União, os Governos dos Estados e dos Municípios, bem como a sociedade civil organizada, se mobilizem para adotar medidas emergenciais de modo a proteger mulheres, crianças e adolescentes de um País onde cada vez mais se sentem ameaçadas e onde mais imperam os crimes de violência doméstica, sexual e assassinatos.

De imediato, é preciso multiplicar as delegacias especializadas no atendimento à mulher e os centros de apoio. Eles precisam ser implantados em todas as frentes, desde as Capitais até as pequenas cidades do interior, onde o desamparo é geral.

Esse suporte deve naturalmente incluir a formação de equipes de assistentes sociais e aconselhamento jurídico, para que as denúncias que se multiplicam tenham efeito prático e passem a punir com severidade o agressor e o que ameaça agredir.



A base das providências deve voltar-se para as ações preventivas, mas são fundamentais medidas para que as vítimas tenham apoio psicológico na rede de saúde. Estudos apontam que é comum as mulheres agredidas sofrerem de depressão. Muitas relatam que não conseguem dormir, que não têm iniciativa nem vontade para fazer suas atividades.

Ou seja, queremos com urgência políticas públicas e serviços que tornem a Lei Maria da Penha efetiva. Precisamos de um passo a mais, um passo decisivo contra a violência e a impunidade, a começar pela criação de mais juizados de violência doméstica e familiar, conforme previstos na lei, com equipe multidisciplinar.

Está claro que o aumento de denúncias de agressão contra mulheres deixa evidente este fator incontestável: os serviços públicos são falhos e não enfrentam de maneira ativa e decisiva a batalha contra a violência.

Temos a lei, mas ela de nada valerá se sua aplicação prática não for rigorosa e efetiva.

As mulheres brasileiras exigem do poder público uma tomada de posição firme e decisiva contra todas as formas de violência, pelo fim da impunidade, em defesa irrestrita da vida!

Faço esse relato, apesar de ter muito mais coisas a falar, Sr. Presidente, na tentativa de que aqueles que estão nos acompanhando - eu acredito que muita gente assiste à *TV Câmara* - tenham, a partir de momentos como este, em que nós colocamos dados estarrecedores, consciência disso. Que possa haver um despertar neste País de uma consciência nacional contra tudo o que está acontecendo de errado no País, contra a corrupção, contra a violência contra a mulher, fatos que nos desabonam todos os dias. E a questão é colocada para nós aqui como se não tomássemos providência.

Então, eu ofereço essa minha contribuição. Vou percorrer o Entorno do DF também, na semana que vem, para buscar subsídios para saber por que essa violência inconsequente está acontecendo no Entorno de Brasília.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - É importante essa atitude da senhora, que tem sempre se preocupado com o tema da mulher.

A Lei Maria da Penha completa 5 anos, mas, sem dúvida nenhuma, nós precisamos de mais mulheres nos espaços públicos, no Parlamento, para enfrentar esses temas. Parabéns!



Documento 64/102

249.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	19/09/2011-18:03
Publ.: DCD - 20/12/2011 - 68511	JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de regulamentação Emenda Constitucional nº 29, de 2000, sobre a alocação de recursos para a saúde pública. Expectativa quanto ao discurso da Presidenta Dilma Rousseff na abertura da 66ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, em Nova Iorque, Estados Unidos da América. Agenda da Presidenta da República por ocasião do evento. Transcurso do 5º aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, coibitiva à violência doméstica contra a mulher.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, estamos próximos da primavera e podemos dizer que esta Casa viverá uma semana de primavera.

Colocar a questão da Emenda 29 na pauta é de suma importância. Todos os brasileiros sabemos quanto temos que investir na saúde. Todos os Municípios investem mais do que 15% na saúde, e o Governo Federal também está fazendo a sua parte. Infelizmente, muitos Estados não aplicam corretamente na saúde.

Portanto, a questão do financiamento público de campanha, estabelecendo a porcentagem mínima de cada um dos entes federativos municipais - que já têm 15% -, estaduais e federal é de suma importância. Saúde é prioridade, porque a vida é o bem maior que o povo brasileiro tem. Por isso, todo o povo brasileiro, Deputado Amauri, está nos olhando atenciosamente.

Além da Comissão da Verdade, vamos ver no dia 22 a nossa Presidenta Dilma Rousseff fazer seu primeiro discurso na ONU - a primeira mulher brasileira. Ela vai falar sobre a crise econômica mundial e a situação das economias de países emergentes como o Brasil. Além disso, vai colocar uma questão fundamental: passou da hora de o mundo reconhecer a existência do Estado Palestino.

Ela também vai se reunir com a Presidenta da ONU Mulher, Michelle Bachelet, e o tema discutido será a participação da mulher na política, para revitalizar e reforçar a atenção internacional para a necessidade de incluir as mulheres na política. Isso é fundamental.

Por isso, digo que esta é uma semana de primavera, porque também no dia 22 fará 5 anos que a Lei Maria da Penha entrou em vigor. Assim, eu quero solicitar aos Líderes de todos os partidos que indiquem os seus ou as suas



representantes na CPMI que fará uma avaliação geral da violência contra a mulher no Brasil.

Nós assistimos a coisas tenebrosas, como o caso, no Rio de Janeiro, da mulher queimada, marcada como gado. É inadmissível, Sr. Presidente, que ainda ocorram episódios como este.

Encerro minhas palavras, lembrando que teremos uma semana que realmente abrirá a primavera nesta Casa. Espero que todos os Deputados e Deputadas não apenas participem da audiência, mas que votem a regulamentação da Emenda 29 - falta apenas uma emenda. Se vamos discutir se teremos ou não um imposto para a implementação da saúde, trata-se de outra questão. Agora, no entanto, precisamos normatizar e estabelecer a real responsabilidade de cada ente em relação à saúde do povo brasileiro.

Mulheres, não se esqueçam: denunciem a violência!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 65/102

256.1.54.O

Sessão Extraordinária - CD 22/09/2011-10:46

Publ.: DCD - 23/09/2011 - 53298

IRACEMA PORTELLA-PP -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do quinto aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha. Falta de serviços especializados para cumprimento à legislação sobre atenção à mulher vítima de violência doméstica no País.

A SRA. IRACEMA PORTELLA (PP-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao completar 5 anos de vigência, a Lei Maria da Penha já constitui um marco indiscutível no combate à violência contra as mulheres, mas ainda precisa alcançar as localidades mais distantes e contar com toda a infraestrutura necessária para seu inteiro cumprimento.

Por isso, no momento em que saudamos essa proposição que deu certo, queremos mais: queremos mudar a trágica realidade de um país que continua registrando cinco agressões a mulheres a cada dois minutos.

O processo de elaboração da Lei Maria da Penha merece referência, porque



demonstra como a colaboração estreita e respeitosa entre a sociedade, o Governo e o Congresso Nacional pode trazer inovações positivas.

A sugestão inicial partiu de um grupo de organizações não governamentais, foi discutida e reformulada por um grupo de trabalho interministerial, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e encaminhada a esta Casa no ano de 2004, como projeto de lei.

Ao longo de 2005, realizaram-se audiências públicas sobre a proposta em assembleias legislativas das 5 Regiões do País, resultando na redação de um substitutivo, aprovado por unanimidade aqui e no Senado, e sancionado em 2006 pelo Presidente da República.

Surgida dessa forma, como fruto do debate e do envolvimento de diversos segmentos sociais, a lei teve - talvez por isso mesmo - rápida aceitação.

Em 2008, uma pesquisa mostrou que 68% dos entrevistados já a conheciam e percebiam sua eficácia. Este ano, em novo levantamento, 93% das pessoas disseram ter ao menos ouvido falar dela.

Quanto à eficácia da Lei Maria da Penha, são os dados do Conselho Nacional de Justiça que respondem.

Nesses 5 anos, foram proferidas sentenças em quase 111 mil processos por violência doméstica, de um total de 331 mil ajuizados. Mais de 1.500 prisões preventivas foram decretadas, quase 10 mil autos de prisão em flagrante foram lavrados, mais de 120 mil audiências designadas, e mais de 93 mil medidas protetivas concedidas.

A impunidade dos agressores já não é uma certeza, portanto, e os condenados não se livram mais de suas responsabilidades com penas irrisórias, como o simples pagamento de algumas cestas básicas.

Nesse sentido, a Lei Maria da Penha é um sucesso que devemos comemorar. Aliás, recentemente ela foi considerada, pelas Nações Unidas, uma das 3 mais avançadas no conjunto de 90 países que possuem legislação específica a respeito.

Apesar disso, infelizmente, a violência não cede. Calcula-se que cerca de 7 milhões de brasileiras com mais de 15 anos de idade sofreram algum tipo de agressão doméstica, desde 2006.

A mesma pesquisa que recentemente mostrou o amplo conhecimento da lei pela população indicou que quase 60% das pessoas já tinham presenciado algum tipo de violência contra mulheres. Entre as entrevistadas, 27% já haviam sofrido agressões graves. E um dado muito importante: 43% dos consultados disseram considerar que as leis não são suficientes para garantir a proteção da mulher.

De fato, apenas leis podem não ser suficientes; é preciso que, cada vez mais, a



sociedade se conscientize para rejeitar e denunciar a violência, deixando clara sua indignação com a agressão e os agressores.

Mas, para tanto, é indispensável também levar às últimas consequências a legislação que temos, o que ainda não ocorre com a Lei Maria da Penha. Faltam delegacias especializadas no atendimento à mulher; e nas delegacias comuns esse trabalho quase sempre é precário.

Falta acompanhamento para as mulheres vítimas de agressão.

Faltam casas de abrigo, centros de atendimento psicossocial e jurídico, serviços de saúde, centros de perícias médico-legais, núcleos de defensoria pública, entre outros serviços previstos na própria lei.

Falta garantir recursos orçamentários para isso, e envolver efetivamente Estados e Municípios, inclusive os menores e mais distantes, onde a aplicação da Lei Maria da Penha ainda é incipiente.

O Brasil já se mostrou capaz de produzir uma legislação avançada contra a violência doméstica, de acolher milhares de vítimas e de levar um grande número de agressores à Justiça.

Ainda precisa provar, porém, que é capaz de ir mais longe, reduzindo drasticamente a ocorrência desse crime, e fazendo jus, assim, a um lugar de destaque no grupo dos países mais civilizados.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

Documento 66/102

263.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	28/09/2011-14:40
Publ.: DCD - 29/09/2011 - 53980	JÔ MORAES-PCDOB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Indignação com o teor conservador e desculpável dos comentários feitos em blog de notícias, na Internet, sobre abusos sexuais cometidos por 3 rapazes contra uma jovem de 14 anos, no Município de Nova Lima, Minas Gerais. Repúdio à violência sexual, doméstica e familiar contra a mulher.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr.



Presidente, quero mais uma vez registrar aqui acontecimento envolvendo a violência contra a mulher, neste caso, uma jovem adolescente de 14 anos, o que incomodou e indignou as pessoas de Minas Gerais. A notícia de uma jovem de 14 anos estuprada por 3 homens, com idades de 18, 19 e 22 anos, assustou-nos pelo teor dos comentários que os leitores fizeram e que foram agregados à notícia, sobretudo no *blog*, sobre a vestimenta da jovem adolescente, dizendo que esta seria uma das causas que teria provocado a violência.

Queremos deixar o nosso registro de indignação. E temos certeza de que o reforço das delegacias é efetivamente uma necessidade, para evitar, mesmo impedir esses fatos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde os anos 1950/60, as mulheres brasileiras se reúnem em entidades de defesa e vão às ruas denunciar a violência sexual, doméstica e familiar. Os meios de comunicação são nossos parceiros nessa empreitada. Já tivemos várias conquistas - as duras penas, é verdade. Mulheres foram assassinadas, fatiadas, incapacitadas moral, mental e fisicamente. Mas avançamos. Hoje temos um arcabouço legal, uma rede de amparo e apoio às mulheres vítimas dessa violência que, aos poucos, se fixa e alastra pelas cidades do País.

Mas se esta estrutura ainda é incipiente para atender à demanda, a reação de parte da sociedade não só de homens, mas mesmo de mulheres, revela o enorme fosso que ainda temos de superar. Trata-se do fosso do preconceito. Aquele que coisifica a mulher e a transforma em única responsável pela violência sexual e/ou doméstica e familiar da qual é vítima.

Pois em pleno século XXI, quando estamos expostos a fragmentos de lixo espacial que nós mesmos produzimos, ainda deparamos com posicionamentos deste tipo. Refiro-me aos comentários sobre uma violência sexual sofrida por uma menina de apenas 14 anos e cometida por 3 homens. O crime aconteceu neste início de semana, na cidade de Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Segundo a notícia, veiculada pela mídia de BH, a garota teria sido abusada na casa de um dos homens - estes com idades de 18, 19 e 22 anos. Ou seja, gente que tem acesso a todo tipo de informação, na faixa etária que participa ativamente de redes sociais. Mas não bastasse essa violência, que envolveu também consumo de drogas, nós, leitores dos jornais na Internet, que veicularam a notícia do estupro coletivo, ficamos sujeitos a uma outra violência. Num dos jornais um leitor questionou o que a menina fazia na casa com 3 homens, o que certamente seus pais não saberiam informar. E deu o golpe definitivo: atribuiu o ataque aos trajes, à forma vulgar como as mulheres andam se vestindo. "*Estão querendo o quê?*", perguntou. O comentário, feito na noite de segunda-feira, contou com a aprovação de 12 outros leitores, até o momento em que li a reportagem e sua repercussão.



Senhores, senhoras, esta é uma situação de extrema gravidade para a qual precisamos estar atentos. Estamos falando de pessoas que têm acesso à informação, à educação, com conhecimento e interesses que lhes permitam participar de fóruns na mídia, na *WEB*. Ou seja, há algo de muito errado na formação de nossas crianças, adolescentes, jovens, dos homens e mulheres de amanhã que ainda transferem para as vítimas de crimes sexuais a responsabilidade pela violência.

Elas foram estupradas, vilipendiadas, ameaçadas, porque assim o quiseram. Seus corpos, suas roupas, seus comportamentos foram um meio para este fim - é o que dizem os que assim comportam. Mas a violência sexual é um crime de poder, de dominação. Contra ele precisamos implementar políticas públicas transversais que alterem essa cultura de subordinação de gênero. Precisamos sobretudo da articulação dos diversos órgãos governamentais, das esferas de poder, dos centros de saber, das famílias, de cada um individualmente na busca frequente e incessante da equidade entre homens e mulheres.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada.

Documento 67/102

264.1.54.O

Sessão Extraordinária - CD 29/09/2011-10:40

Publ.: DCD - 30/09/2011 - 54377

SEBASTIÃO BALA ROCHA-PDT -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Manifestação de boas-vindas à Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Ediane Andrade, de Macapá, Estado do Amapá. Realização da Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, na Capital amapaense. Instalação da Universidade da Mulher pela Universidade Federal do Amapá. Expectativa de instalação dos serviços de radioterapia pelo Hospital Escola São Camilo e São Luiz, em Macapá.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em homenagem às mulheres do Amapá, quero registrar a presença na Casa da Presidenta do Conselho Municipal das Mulheres de Macapá, Ediane Andrade. Seja bem-vinda à Casa.

Nos dias 7 e 8 próximos de outubro, será realizada em Macapá a Conferência Municipal de Políticas das Mulheres, coordenada pela Secretária Ester de Paula e pelo Prefeito de Macapá, Roberto Góes. Será, sem dúvida, um grande evento, focalizando sobretudo o combate à violência contra a mulher e o direito da



mulher.

Será lançado em Macapá, na Universidade Federal do Amapá, em breve, um projeto pioneiro no Brasil, que recomendo aos Deputados e Deputadas de todos os Estados, a instituição da Universidade da Mulher. Trata-se de um curso de extensão de 1 ano e 6 meses para que a mulher se especialize em políticas públicas para as mulheres e combate à violência contra a mulher. Deveremos ter o primeiro vestibular agora no final do ano, e com emenda parlamentar de minha autoria, será, portanto, a implantação da Universidade da Mulher na nossa Universidade Federal.

O segundo ponto que quero tratar diz respeito a um projeto de implantação da radioterapia no Estado do Amapá. Tenho trabalhado nesse sentido, porque foi compromisso meu de campanha, para diminuir o mais rápido possível a dor e o sofrimento dos pacientes que têm que sair do Amapá para fazer tratamento em Belém e em outros centros.

Há uma proposta do Hospital São Camilo que precisa ser examinada pelo Governo do Estado e também pelo Ministério da Saúde. Daqui a pouco vou me reunir com os diretores, com o Padre Francisco, com o Dr. Alcedir e com o Dr. Ademir, Diretor do Hospital em Macapá. O São Camilo, hospital filantrópico, é ligado à Rede Camiliana. Há perspectiva, dentro de 2 anos, de o hospital implantar o serviço de radioterapia com toda a equipe de recursos humanos.

Entendo que essa proposta merece ser analisada com todo o carinho, com todo o cuidado, colocando em primeiro lugar, sobretudo, a saúde e a vida das pessoas.

Quando fui Secretário de Saúde, implantei no Hospital São Camilo a cirurgia cardíaca e, confesso, se tivesse implantado a cirurgia cardíaca no hospital público, haveria dificuldade para atender os pacientes, mesmo pelo SUS, porque a proposta do Hospital São Camilo era levar a radioterapia pelo SUS, como faz com a cirurgia cardíaca.

É claro que temos que investir também nos nossos hospitais públicos, na nossa saúde pública, mas, se surge um parceiro que se coloca à disposição para implantar um serviço como esse, acredito que deva merecer, portanto, a credibilidade, a confiabilidade e o apoio de todas as autoridades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



278.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

10/10/2011-14:08

Publ.: DCD - 11/10/2011 - 55993

AMAURI TEIXEIRA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Celebração do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. Transcurso do 5º aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra mulheres. Repúdio à violência contra comunidades indígenas. Assassinato do índio pataxó João Carlos Vieira França, no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia. Expectativa de demarcação e titulação de terras indígenas na localidade.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher.

Chico Xavier, com sua sensibilidade humana e espiritual, dizia que aquele que agride um animal desconhece o amor. Imaginem agredir outro ser humano, principalmente uma mulher. Quem agride uma mulher é totalmente destituído de amor, tem traço de psicopatia social. Não cabe mais no atual estágio civilizatório a violência contra nenhum ser.

Mas, especialmente hoje, queremos repudiar toda e qualquer violência contra a mulher. Neste ano inclusive, Sr. Presidente, em setembro, nós completamos 5 anos da vigência da Lei Maria da Penha, um instrumento que existe para combater a violência doméstica contra a mulher.

Nessa esteira, eu também quero repudiar hoje, aqui desta tribuna, a violência contra as comunidades indígenas. Em Porto Seguro, foi assassinado - e estou aqui entrando contra uma moção contra essa violência - o índio pataxó João Carlos Vieira França. O assassinato ocorreu no dia 7 de outubro, e o sepultamento, no dia 9.

Estivemos no Supremo Tribunal Federal, exigindo a demarcação e a titulação das terras das comunidades indígenas de Porto Seguro exatamente para evitar a violência contra essas comunidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia de hoje é simbolizado pela celebração contra a injustiça e a covardia: Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher.

Nossa maior conquista nesse sentido, no Brasil, virou realidade há pouco mais de



5 anos. No dia 22 de setembro de 2006 entrava em vigor a Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Já no dia seguinte à promulgação, o primeiro agressor foi preso, no Rio de Janeiro, após tentar estrangular a ex-esposa.

A lei alterou o Código Penal Brasileiro e possibilitou que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Esses agressores também não poderão mais ser punidos com penas alternativas; e a legislação também aumenta o tempo máximo de detenção previsto de 1 para 3 anos. A nova lei ainda prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio até a proibição de sua aproximação da mulher agredida.

Ainda temos um longo caminho para conseguirmos banir de vez essa covardia, mas contamos com uma Presidente atenta à questão e que trabalha na implementação de políticas públicas em defesa das mulheres brasileiras.

Quero ainda divulgar, sobre o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, que há 5 dias "blogueiras" e "blogueiros", "twitteiras" e "twitteiros" mudaram seus avatares e vêm postando temáticas relacionadas à campanha. Ela prossegue até o final do mês em diferentes ações.

Muito obrigado.

Documento 69/102

278.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	10/10/2011-15:18
Publ.: DCD - 11/10/2011 - 56011	LUIZ COUTO-PT -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Nota subscrita por militantes petistas a respeito da atuação do partido no Estado da Paraíba. Entrevista sob o título "Nenhuma Mulher Gosta de Apanhar", concedida à revista ISTOÉ pela Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes. Contrariedade à pretendida redução da maioria penal.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de registrar uma nota de diversos companheiros do Partido dos Trabalhadores sobre a situação do nosso Estado, no que diz respeito a acordos feitos. Consideramos que a atual direção não cumpre a palavra dada e chamamos a atenção para o que está



ocorrendo em nosso Estado: a direção de partido, em alguns Municípios, está sendo entregue a membros do PSDB e do Democratas, que, até a véspera, eram adversários que combatiam a ação do nosso Governo e também do nosso partido.

Mas, Sr. Presidente, quero falar hoje sobre a entrevista que a Ministra Irlândia Lopes deu à revista *ISTOÉ*, intitulada "*Nenhuma Mulher Gosta de Apanhar*". S.Exa., de forma incisiva, de forma transparente, aborda a violência contra a mulher, que se dá também através da publicidade, que coloca sempre a mulher numa postura desrespeitosa.

Então, neste dia em que nós celebramos o combate à violência contra a mulher, queremos lembrar o velho Capiba, que diz na sua canção:

"(...) numa mulher

Não se bate nem com uma flor

Loura ou morena, não importa a cor

Não se bate nem com uma flor."

Nesse sentido, Sr. Presidente, nós queremos dizer que, infelizmente, mesmo com a Lei Maria da Penha, as nossas mulheres estão sendo vítimas da violência, que cresce a cada momento, não apenas a doméstica, mas também a relacionada ao emprego, à diferença salarial.

Há necessidade, sim, de acabarmos com essa postura machista em nossa sociedade, em que efetivamente a mulher é usada como objeto, não sendo reconhecida como ser humano responsável pela vida de todos nós. As mulheres devem ser reconhecidas, amadas, valorizadas, respeitadas.

Nós não podemos aceitar, Sr. Presidente, que ainda hoje os meios de comunicação desrespeitem a posição da mulher. Alguns programas humorísticos também fazem referência à mulher como objeto sexual e não a respeitam como ser humano. Deus criou homem e mulher à sua imagem e semelhança; daí o respeito que devemos ter e o combate que devemos travar para eliminar a violência contra as mulheres em nosso País, bem como a violência praticada contra seus filhos, principalmente as crianças e adolescentes.

Verificamos, Sr. Presidente, que o maior índice de homicídios, entre 1999 e 2009, ocorreu entre crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos, mostrando que o jovem está sendo dizimado. A maioria daqueles que têm entre 18 e 29 anos se encontra nas cadeias. E ainda há gente neste Congresso que quer reduzir a maioridade penal para 16 anos; outros, para 13 anos ou 10 anos.

Repudiamos essa postura e homenageamos as mulheres. É preciso acabar de vez com a violência contra elas.



Muito obrigado.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

NOTA

Considerando as últimas declarações do Presidente do Partido dos Trabalhadores na cidade de Campina Grande que publicamente e por várias vezes vem expressando a subordinação política do projeto do PT local com o do PMDB para as eleições do próximo ano, inclusive antecipando claramente que o Partido dos Trabalhadores estará também subordinado a tal projeto nas eleições de 2014;

Considerando que tal posição política está em total desencontro com a proposta de acordo sugerida pela ampla maioria dos dirigentes do PT, acordo este que expressa a necessidade do resgate do protagonismo petista nas maiores cidades do Estado;

Considerando ainda a estranha e lamentável postura de omissão da atual Direção Estadual do PT, que diante da submissão de nosso partido ao PMDB de Campina Grande, reafirmada várias vezes pelo presidente daquele diretório municipal, silencia e não expressa qualquer opinião que desautorize tal procedimento;

Vimos a público esclarecer e expressar o seguinte:

1 - Estamos buscando um esforço para unificar o partido na construção de um projeto protagonista e estadualizado para as eleições de 2012, claramente expressado na última Resolução aprovada pela Direção Regional do PT/PB;

2 - No nosso entendimento a unidade partidária passa também pela desvinculação do PT a projetos conservadores e atrasados.

3 - Constatamos que a força que a Direção Estadual usa contra o PT de João Pessoa, cobrando sua desvinculação da aliança feita democraticamente na cidade, não tem a mesma intensidade em relação às posições assumidas publicamente pelo PT Campinense, o que demonstra também a sua submissão ao PMDB e aos projetos conservadores.

4 - Reafirmamos também o nosso esforço pela construção da unidade partidária. Esta sempre foi e continua sendo a nossa vontade. Mantemos nossa convicção que a unidade partidária em torno de um projeto estadualizado e unificado, que livre o PT das entranhas conservadoras da política Paraibana, é o melhor caminho para o nosso partido.



5 - Por fim, reafirmamos total apoio aos Governos do PSB do Estado da Paraíba e da cidade de João Pessoa, partido aliado histórico de nosso projeto Nacional, participante ativo das mudanças em curso em nosso país.

João Pessoa, 09 de Outubro de 2011.

Assinam:

Luiz Couto

Antônio Barbosa Filho

Benilton Lucena

Jorge Camilo

Jackson Macêdo

Julio Rafael

Walter Aguiar

Marenilson Batista

Carlos Alberto Dantas Bezerra

Francisco Linhares

Lucius Fabianni

Antonio Jácome

Cida Henriques

Marcelo Matias

Zezé Bechade

Francisco Nêno

Antonio Junior

Hermano Queiroz

Lindonjhonson Almeida

Maria Leide Cabral



Pedro Clementino

Documento 70/102

305.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	01/11/2011-16:06
Publ.: DCD - 02/11/2011 - 59717	SANDRA ROSADO-PSB -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional Contra a Exploração da Mulher. Combate à discriminação contra as mulheres no País. Feminização da pobreza no contexto mundial, especialmente nos países menos desenvolvidos e de predominância negra. Prática de agressão física e sexual contra a mulher no País e no mundo. Homenagem aos servidores públicos brasileiros. Implantação de políticas de valorização do funcionalismo.

A SRA. SANDRA ROSADO (Bloco/PSB-RN. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia 25 de outubro foi consagrado como Dia Internacional contra a Exploração da Mulher.

A luta pelo respeito aos direitos da mulher, em maioria concernentes aos próprios direitos da pessoa humana, manifesta-se ao redor do mundo de acordo com as variantes culturais, mas, em última análise, é a reação a um preconceito milenar que acomete as mulheres, produzindo violências físicas, sexuais, econômicas e sociais.

A força de tal preconceito é o que nos traz a esta tribuna, Sr. Presidente, quando já vivemos, desde o século passado, uma verdadeira revolução nos papéis desempenhados pela mulher, especialmente no Ocidente.

Não obstante a mulher já ter ingressado no mercado de trabalho, demonstrando sua capacidade profissional em todos os ramos do conhecimento, e desfrute de liberdade sexual e independência financeira, e seja, em número vertiginosamente crescente, a chefe da família, ela ainda sofre discriminação nos mais diversos ambientes e pelas mais variadas razões.

É impressionante observar como se reiteram comportamentos masculinos em relação à mulher, muito embora os discursos feministas de 50 ou 60 anos atrás



pareçam obsoletos. É chocante comprovar que, a despeito da independência conquistada a duras penas e imposta de modo irreversível à sociedade contemporânea, ainda assistimos a assassinatos cometidos por ciúme ou despeito, à discriminação salarial, à exposição gratuita e ofensiva da figura da mulher. Dito de outro modo, temos a sensação de que tudo mudou, mas não inteiramente; há ainda espaços a ocupar, caminhos a percorrer.

Vamos aos números: de acordo com a Organização das Nações Unidas, as mulheres representam 70% da população pobre do planeta, realizam 70% das horas de trabalho e recebem apenas 10% do total dos rendimentos. É o cruel e inaceitável processo de feminização da pobreza, que se manifesta em países de todo o globo, com ênfase, é claro, nos países menos desenvolvidos e nos países com predominância de população negra, em que a mulher ocupa a pior posição na pirâmide social.

No Brasil a situação é um pouco melhor, mas ainda se mostra renitente. Representando mais da metade da força de trabalho no País, as trabalhadoras recebem cerca de 70% dos salários pagos aos homens, em funções equivalentes, muito embora a população feminina seja maioria em termos de formação superior. Por outro lado, é de 60% o contingente que trabalha com carteira assinada, muito embora já ultrapasse os 30% o percentual de lares brasileiros chefiados por mulheres.

Já no que se refere à questão das agressões físicas e sexuais, o problema revela-se ainda muito grave. Em todo o mundo impera a violência como forma de sujeição da mulher, geralmente por alguém da família: o pai, o padrasto, o marido, o companheiro. Mesmo em países muito desenvolvidos, como os Estados Unidos ou o Canadá, por exemplo, pode-se estimar a frequência da prática por seu altíssimo custo: uma média de US\$ 5 bilhões por ano gastos em serviços policiais, judiciais, psicológicos e hospitalares, entre outros.

Também no Brasil os dados são assustadores. A Fundação Perseu Abramo apurou que a cada 2 minutos cinco mulheres são violentamente agredidas no País. E já foi pior: há 10 anos oito mulheres eram espancadas no mesmo intervalo de tempo.

Talvez já se encontre aí um reflexo da Lei Maria da Penha, que de algum modo alterou o cenário de impunidade que sempre cercou a violência contra a mulher. Em 5 anos de vigência, a lei ensejou um aumento de mais de 100% de denúncias em todo o País, o que demonstra sua eficácia e sua real incorporação pela sociedade.

O principal benefício é a rede que se forma para proteção da mulher vítima de violência doméstica. O Poder Judiciário, o Ministério Público, as Delegacias especializadas, as Polícias Militar e Civil, os Conselhos e Secretarias estão realmente sincronizados no combate à violência, incentivando as denúncias e a consequente punição dos agressores.

Mencionemos, por fim, a perpetuação da cultura que explora o corpo feminino, de



modo mais ou menos aviltante, na mídia e na publicidade. Somos todos testemunhas de um processo de desvalorização da mulher, com redução de todas as suas potencialidades como pessoa e como cidadã. É importante que se mantenha aberto o debate sobre essa questão, para que se acredite na mudança e nos benefícios que a discussão pode trazer para a vida das mulheres e das famílias em todo o Brasil.

Sr. Presidente, estamos assim a meio do caminho, reconhecendo e divulgando as conquistas e mantendo o espírito de luta para continuar desbravando o caminho da mulher no Brasil. Para tanto, a sociedade brasileira pode e deve contar com o trabalho incansável da Câmara dos Deputados, no sentido de aperfeiçoar a legislação e avançar em todos os sentidos na luta contra a exploração da mulher, em todos os aspectos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar passar em branco esta oportunidade para homenagear os funcionários públicos brasileiros, que tantos serviços têm prestado ao País.

Quando observamos a grandeza do Brasil, o imenso progresso material e cultural alcançado ao longo de nossa História, devemos sempre exaltar a contribuição inestimável dos servidores públicos, cuja dedicação é colocada à prova diariamente pelos desafios de um trabalho que exige grande aplicação e competência.

Agora que o impasse do modelo neoliberal colocou em xeque as ideologias que desmerecem a importância do Estado, agora que a ideia de privatização de serviços como solução para todos os problemas se revelou ingênua, precisamos voltar nosso olhar respeitoso para a dedicação daqueles responsáveis pela grandeza do Estado brasileiro.

Devemos não apenas homenagear o trabalho já feito, as conquistas acumuladas no passado, mas sobretudo compreender as transformações do presente e perceber a importância que têm para o futuro.

A percepção consagrada mundialmente, hoje, é a de que o progresso vem da parceria entre público e privado, da ação complementar entre a livre iniciativa e o planejamento estatal, e que, portanto, os dois vetores do desenvolvimento devem sempre interagir para alcançar o melhor resultado possível.

Nesse contexto, é inegável o esforço e o avanço alcançados pelos servidores públicos brasileiros, que têm procurado redefinir hábitos, procedimentos e estratégias para melhor servir a comunidade.

Muito do que foi testado e aprovado na iniciativa privada tem sido incorporado ao serviço público, que está mais ágil, mais racional e eficiente.

Não podemos esquecer o substancial aumento populacional verificado no Brasil, nem a incorporação ao mercado de consumo de milhões de pessoas, que passaram a demandar uma resposta cada vez mais complexa por parte dos



serviços públicos.

Assim como milhões de pessoas que antes não viajavam passaram a solicitar passaportes, outros milhões passaram a frequentar escolas e a demandar serviços de saúde e segurança, só para dar alguns exemplos.

A quantidade de carros aumentou exponencialmente, congestionando as vias urbanas, o comércio internacional intensificou-se, exigindo mais da infraestrutura de transportes, a expectativa de vida aumentou e cresceu o número de aposentadorias. A pressão sobre o Judiciário tem sido imensa.

Tudo isso tem produzido uma inevitável sobrecarga de trabalho para os servidores públicos, que estão sendo solicitados a encontrar respostas rápidas para os gargalos surgidos em função do crescimento econômico.

Nesse contexto, devemos, em primeiro lugar, orgulhar-nos do muito que tem sido realizado, mesmo com carência de recursos, pelos funcionários públicos brasileiros. Em segundo lugar, devemos aplaudir e estimular as políticas de valorização dos servidores, pois é deles que dependemos para tornar sustentável o desenvolvimento que desejamos.

No dia 28 de outubro devemos, todos juntos, homenagear esses homens e mulheres que têm dedicado suas vidas ao progresso da Nação brasileira.

Obrigada.

Documento 71/102

312.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	08/11/2011-17:24
Publ.: DCD - 09/11/2011 - 60412	ROBERTO DE LUCENA-PV -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Implementação de políticas públicas de apoio ao Estado na aplicação do diploma legal.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Lei nº 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, completou recentemente 5 anos de vigência. Ainda que os resultados de sua aplicação estejam aquém do esperado e do necessário, é



inegável sua importância como indutora de importantes avanços.

Fruto da indignação de uma mulher e do empenho conjunto de Estado e sociedade, a lei que classifica a violência doméstica e familiar contra a mulher como uma violação aos direitos humanos entrou em vigor em setembro de 2006, sendo rapidamente aceita pela população.

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo realizada este ano indica que os índices de aprovação chegam a 80%. Em levantamento recente, esta Casa constatou que 95,5% dos mais de 1,2 mil entrevistados conheciam e aprovavam a Lei Maria da Penha.

Considerada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher como uma das três legislações mais avançadas do mundo, nossa lei incluiu dispositivos que obrigam o Estado a punir com rigor os que praticarem violência contra a mulher, seja física, seja psicológica; a criar mecanismos de proteção às vítimas; e a acabar com a possibilidade de a pena ser substituída por multas ou cestas básicas. Além disso, a Lei Maria da Penha alterou o Código Penal, permitindo que agressores sejam presos em flagrante ou tenham a prisão preventiva decretada.

Para cumprir o estabelecido, o Estado criou um aparato que, até 2009, incluía 70 Juizados de Violência Doméstica, 388 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 193 centros de referência para tratamento das vítimas e 71 casas de abrigo temporário. Nesses locais, as mulheres podem fazer denúncia e receber o atendimento necessário, inclusive abrigo. Outra forma de registrar denúncias é por intermédio do telefone 180, da Central de Atendimento à Mulher, que, em 2010, registrou mais de 700 mil atendimentos, 55% deles referentes a casos de violência física.

Esse aparato, apesar de ainda insuficiente, muito tem contribuído para que resultados animadores se façam visíveis. Dados do Conselho Nacional de Justiça - CNJ mostram que, nesses 5 anos, 331 mil processos foram ajuizados, sendo que 111 mil deles já foram sentenciados; mais de 1,5 mil prisões preventivas foram decretadas; quase 10 mil agressores foram presos; mais de 120 mil audiências foram designadas; e mais de 93 mil medidas de proteção à vítima foram concedidas.

São avanços significativos, é verdade, mas a situação ainda é dramática. A cada dois minutos, cinco mulheres brasileiras sofrem algum tipo de violência, e metade dessas agressões acontece na própria residência. De cada 100 mulheres assassinadas, 70 são vítimas de ex-companheiros.

Esse quadro nos faz concluir que o Estado tem de agir ainda com mais veemência para fazer cumprir a Lei em toda a sua amplitude e para induzir uma mudança cultural, que faça cada brasileiro e cada brasileira rejeitarem e denunciarem a violência contra a mulher.

É necessário - e com urgência - intensificar a ação do Estado, no sentido de



implementar mais políticas públicas que envolvam as áreas de educação, cultura e saúde, e de instalar novos abrigos, centros de atendimento psicossocial e jurídico, serviços de saúde, centros de perícias médico-legais, núcleos de defensoria pública, delegacias e juizados especiais.

É preciso, também, aumentar o envolvimento de Prefeituras e Governos Estaduais na assistência à mulher vítima de agressão e igualmente na criação de programas regionais que promovam a autonomia financeira das mulheres, para que elas não permaneçam dependentes de seus agressores.

Todo esse trabalho demanda aporte de recursos orçamentários e envolvimento dos três Poderes da República, além das três esferas de poder, sem prejuízo do compromisso de toda a sociedade.

Feito isso, Sras. e Srs. Deputados, poderemos, em curto prazo, nos vangloriar não só de termos uma das melhores legislações do mundo para enfrentar a violência contra a mulher, mas, sobretudo, de possuímos uma lei efetiva e eficaz, capaz de prevenir as agressões e de punir os agressores. Mais que isso, poderemos dizer que, em decorrência da Lei Maria da Penha, nossa sociedade reelaborou sua cultura acerca da violência contra a mulher.

Aí, sim, estaremos todos e todas de parabéns!

Que Deus abençoe o Brasil!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 72/102

316.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	09/11/2011-15:20
Publ.: DCD - 10/11/2011 - 61104	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, de requerimento de autoria da oradora destinado à realização, nos Estados brasileiros, de diligências para acompanhamento do cumprimento da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher.



A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de comunicar a este Plenário e à bancada feminina que hoje a Comissão de Segurança Pública da Casa aprovou requerimento, de nossa autoria, em que pedimos a realização de diligências em todos os Estados da Federação brasileira para acompanharmos o cumprimento da Lei Maria da Penha.

Sabemos que, para garantir o cumprimento da Lei Maria da Penha, é preciso de uma ação conjunta do Executivo, em todas as suas esferas, e também do Judiciário.

Sr. Presidente, sabemos da necessidade de termos os juizados, as varas especiais, as delegacias especializadas da mulher, as casas de apoio e toda uma ação de proteção à mulher brasileira.

Os dados e os números de que dispomos hoje, a partir da Secretaria de Políticas para as Mulheres, indicam que a violência contra a mulher tem aumentado.

Portanto, há necessidade de a Comissão de Segurança Pública desta Casa garantir as diligências da bancada feminina e de membros daquela Comissão a todos os Estados brasileiros, para que possamos fiscalizar o cumprimento da Lei Maria da Penha. Só desta forma, com o Congresso acompanhando, a partir da Procuradoria feminina e da bancada feminina desta Casa, teremos sucesso no cumprimento da Lei Maria da Penha.

Decidimos também, Sr. Presidente, que faremos estas oitivas e diligências a partir do ano que vem, tão logo se retomem os trabalhos desta Casa. Usaremos a segunda quinzena de fevereiro e o mês de março, que é o mês das mulheres, para passarmos por todos os Estados da Federação e acompanharmos o cumprimento da Lei Maria da Penha.

Muito obrigada.

Documento 73/102

324.1.54.O

Publ.: DCD - 18/11/2011 - 62136

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP

PEQUENO EXPEDIENTE

17/11/2011-14:06

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário



Lançamento, pelo Governo Federal, do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite. Transcurso do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Distribuição de cartões aos beneficiários do Programa Bolsa-Família, no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo. Transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher. Pedido à Presidência de divulgação do Estatuto da Igualdade Racial.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente parabenizar a Ministra Maria do Rosário, que, juntamente com várias Ministras e 15 Ministérios, está tratando de algo fundamental: o Viver sem Limites, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que executará, até 2014, um montante de 7,5 milhões de reais em quatro eixos: acesso à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade.

Foi um momento de emoção para todos, inclusive para a Presidenta Dilma Rousseff, a quem quero igualmente parabenizar.

A propósito, no próximo dia 20, comemora-se o Dia da Consciência Negra. E, nós, afrodescendentes, queremos que o Brasil seja mais igual e ponha fim aos preconceitos. Por isso *"tire o seu racismo do caminho, que eu quero passar com a minha cor"*.

Finalizo, Sras. e Srs. Deputados, dizendo que amanhã, na minha cidade, Guarulhos, teremos a entrega de 5 mil cartões do Bolsa Família. Eu, que implantei ali esse programa, quero parabenizar todos os gestores, principalmente o Prefeito Sebastião Almeida. A partir de hoje, realizaremos discussões sobre a questão étnica e também sobre o dia 25 de novembro, o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher.

Aproveito para entregar à Presidência o Estatuto da Igualdade Racial para o qual peço ampla divulgação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Eu estava elogiando V.Exa. pelo capricho na apresentação do seu material, do seu trabalho. Peço-lhe inclusive licença para também reproduzir o Estatuto da Igualdade Racial, que está muito bem feito, bem como a Lei Maria da Penha.



Sumário

Defesa da investigação de denúncias contra o Governador do Distrito Federal. Natureza caluniosa de denúncia contra o Governador brasileiro. Lançamento, pela Presidenta Dilma Rousseff, do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite. Expectativa de sanção presidencial do projeto de lei sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade, destinada às investigações da violação de direitos humanos durante o regime militar. Transcurso do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e do Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, no que diz respeito às denúncias que envolvem o Governador do Distrito Federal, faço minhas as palavras do próprio Governador. O Governador afirma que quer que tudo seja devidamente investigado, inclusive solicitou à Polícia Federal que proceda à mais profunda investigação. Acho que é isso que se deve ao povo de Brasília. Defendo que seja feita a mais profunda investigação, para que não paire qualquer dúvida acerca da isenção, da postura e da conduta do Governador do Distrito Federal, que, como citei, solicitou à Polícia Federal que proceda a todas as investigações.

Agora, não podemos concordar com o que aconteceu com a política no Distrito Federal, porque houve, Sr. Presidente, a denúncia da existência de uma fita em que o Governador teria exigido propina. A mesma pessoa, o denunciante, disse ter feito a denúncia porque havia recebido dinheiro de uma Parlamentar da oposição ao Governo do Distrito Federal. O mesmo denunciante apresentou, em poucos dias, versões absolutamente diferentes. Atacou o Governador e, em seguida, disse que o fez porque recebeu recursos para fazê-lo. Portanto, disse e reconheceu que faltou com a verdade e fez uma denúncia absolutamente caluniosa. Portanto, os órgãos, cuja função é averiguar, devem proceder à mais profunda investigação, porque Brasília não suporta mais a lógica, que aqui imperou, de que os recursos públicos acabam sendo utilizados com finalidade privada. Inclusive, se o Distrito Federal está inadimplente hoje, é uma herança do Governo anterior.

O Deputado Izalci veio aqui demonstrar a sua preocupação com o fato de não poder conveniar com o Governo Federal, porque este está em uma situação de inadimplência, mas essa inadimplência foi herdada do Governo Arruda. Governo que teve, inclusive, o Governador preso, do qual o próprio Deputado fazia parte à época, como Secretário. Portanto, é uma herança e as informações que temos é de que resta apenas uma pendência, que está em vias de ser resolvida, para que o Governo possa sair da situação de inadimplência. Nós estamos absolutamente de acordo com o processo de investigação, doa a quem doer, do Governador do Distrito Federal. Mas não sou eu que digo isso apenas, o próprio Governador está



solicitando à Polícia Federal que proceda a essa investigação.

Mas eu venho aqui, Sr. Presidente, dizer da importância dos dias de ontem e de hoje, da generosidade da história e da vida que nos possibilitou, no dia de ontem, lançar um projeto de inclusão das pessoas com deficiência, o Viver sem Limite. Ali ficou absolutamente claro que o grande desafio que as pessoas com deficiência enfrentam não vem da sua limitação, mas da deficiência de compreensão, de solidariedade para com a deficiência, que carrega toda lógica de preconceito. Vem da atitude preconceituosa que leva a uma postura de discriminação para com as pessoas com deficiência.

Ontem a Presidenta Dilma Rousseff lançou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, envolvendo 15 órgãos estatais e quatro políticas básicas: saúde, educação, inclusão social e política de mobilidade e de acessibilidade. A Presidenta Dilma Rousseff emocionou-se ao dizer que era nesses momentos que sentia que valia a pena ser Presidente da República. E eu digo: neste momento, temos um sentido de vida muito pleno, de uma vida que encara que a humanidade é uma só.

Nós temos várias formas de ser. Há pessoas que não escutam com os ouvidos, mas escutam com o coração; há pessoas que não conseguem falar com a própria voz, mas que falam com sua atitude; há pessoas que andam de cadeira de rodas. A humanidade é uma só. Disse a Presidenta, lembrando um grande poeta deste País, que nós queremos construir um Brasil onde caibam todas e todos e que todas e todos caibam na sua inteireza, que é natural à condição humana. Por isso o dia de ontem foi absolutamente importante para este País, porque o Governo se mobiliza com todos os seus instrumentos, com políticas de crédito e com políticas públicas, que são a forma mais efetiva de construirmos um país onde todos e todas caibam na sua inteireza.

Hoje, Sr. Presidente, vamos acompanhar a sanção, pela Presidenta da República - que já viveu as salas escuras da tortura neste País -, da lei que cria a Comissão da Verdade. Vamos clarear todas as salas escuras, inclusive as salas escuras da memória do povo brasileiro. Sem verdade é impossível construir uma lógica de justiça neste País. O primeiro passo para a justiça é a verdade, é mergulhar nesse período de salas escuras, de vozes emudecidas, de olhares para baixo, de falar do lado do povo brasileiro, para podermos construir uma Nação que possa viver os seus lutos, encerrar os seus ciclos; que não tenhamos os restos da ditadura, muitas vezes de forma invisível, muitas vezes de forma absolutamente nítida, invadindo a nossa contemporaneidade.

Encerro, Sr. Presidente, lembrando que no próximo dia 20 teremos o Dia da Consciência Negra, ocasião em que lembraremos a imortalidade de Zumbi dos Palmares.

No próximo dia 25, teremos o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, quando será lançada em cerca de 190 países a campanha 16 Dias de Ativismo, para que possamos enfrentar a violência contra a mulher, assegurar que neste País caibam todas e todos, e que não tenhamos que conviver com a



desigualdade de direitos entre homens e mulheres. Inclusive, espero que esta Casa não continue convivendo com as "burcas invisíveis" que faz com que tenhamos uma participação feminina inferior a países como o Afeganistão, países árabes, onde as mulheres usam as burcas literais. Nós temos aqui as burcas metafóricas.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que para seguir o Viver sem Limite é preciso que esta Casa faça adaptações e torne acessível a mesa diretora. Tivemos, no Dia de Luta da Pessoa com Deficiência, uma sessão solene, Deputado Luiz Couto, quando contamos com a presença da Deputada Rosinha da Adefal, Presidenta da Frente Parlamentar dos Direitos da Pessoa com Deficiência, dirigindo-se a essa mesa diretora carregada, porque não há acessibilidade. Começemos por esta Casa o Viver sem Limite.

O SR. IZALCI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Não vamos abrir o pingue-pongue, Deputado Izalci. Foi citado, normal. No discurso não houve desagravo. V.Exa. se reinscreve e fala depois. Não houve, não. *(Pausa.)*

V.Exa. vai se reinscrever. Não houve desagravo. A Deputada apenas citou a circunstância cabível no discurso. *(Pausa.)*

Eu reinscrevo V.Exa.

Documento 75/102

333.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	23/11/2011-14:40
Publ.: DCD - 24/11/2011 - 63085	CELSO MALDANER-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Outorga do Troféu Nelson Galina ao engenheiro elétrico Nelson Eiji Akimoto, pela Associação Comercial e Industrial de Chapecó. Concessão a empresas do Prêmio ACIC de Excelência. Transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro mais uma iniciativa da Associação Comercial e Industrial de Chapecó, onde estive, pessoalmente, participando da entrega do Troféu Nelson Galina, concedido ao engenheiro elétrico Nelson Akimoto, empresário contemplado. Peço a V.Exa. que considere como lido este



pronunciamento.

E também pronunciamento sobre o dia 25 de novembro, data em que celebramos o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Quero parabenizar o colega Deputado Vicentinho, que propôs a realização de sessão solene, designada para amanhã, nesta Casa, em comemoração a esse dia. Hoje, graças a Deus, está aumentando muito a consciência de que é preciso proteger a mulher. A Lei Maria da Penha é um instrumento efetivo dessa política.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que considere como lidos esses dois pronunciamentos.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro mais uma iniciativa da ACIC - Associação Comercial e Industrial de Chapecó, que homenageou empreendedores do Município com mais uma edição do troféu Nelson Galina, entregue ao empresário do ano.

O troféu homenageia Nelson Antônio Galina, falecido tragicamente aos 47 anos de idade, vítima de acidente de trânsito, no dia 14 de abril de 1993, na cidade de Chapecó. Era um líder em ascensão, a quem estavam reservados importantes papéis nas áreas pública e empresarial.

O Troféu Nelson Galina foi instituído em 1993 pela ACIC para premiar lideranças de todos os setores da atividade humana que colaboraram de forma efetiva e decisiva para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Município e que, pelo seu exemplo, contribuíram e contribuem para estimular e elevar o desenvolvimento e a representatividade da classe empresarial de Chapecó. Os requisitos observados para a votação devem ser: espírito empreendedor, arrojo nas iniciativas, liderança, probidade, justiça, inovação tecnológica ou administrativa, participação comunitária e responsabilidade social.

O vencedor desta edição foi o engenheiro elétrico Nelson Eiji Akimoto, proprietário da Nord Electric. Além de Akimoto, integravam a lista tríplice os empresários José Antonio Tessari, da Rotesma Artefatos de Cimentos, e Nelson Giacomelli, da Inviolável Segurança Privada, a quem desejo igualmente parabenizar pelo espírito empreendedor.

A solenidade consistiu-se ainda de entrega do Prêmio ACIC de Excelência às empresas STZ Indústria e Comércio de Colchões Ltda., EMBRACOL - Empresa Brasileira de Construção Civil Ltda., JBW Construções Ltda., Fênix Administração de Imóveis Ltda. e Sperandio Motors Comércio de Veículos Ltda.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia 25 de novembro é data em que



celebramos o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Quero parabenizar o colega Deputado Vicentinho, que propôs a realização de sessão solene, marcada para amanhã, nesta Casa, em comemoração ao dia. Que seja um dia repleto de ações, como a sessão a ser promovida na Câmara, para prevenir, punir e erradicar qualquer ato de violência contra mulheres e meninas.

Dados atualizados sobre serviços de atendimento à mulher disponíveis no País dão conta de que entre os mais de 5.500 Municípios no País existem apenas 190 centros de referência - atenção social, psicológica e orientação jurídica -, 72 casas-abrigos, 466 delegacias especializadas de atendimento à mulher, 93 juizados especializadas e varas adaptadas, 57 defensorias especializadas, 21 promotorias especializadas, 12 serviços de responsabilização e educação do agressor e 21 promotorias/núcleos de gênero no Ministério Público.

Os números da violência, infelizmente, são maiores, já que seis em cada dez brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica. Uma em cada cinco mulheres consideram já ter sofrido alguma vez algum tipo de violência de parte de algum homem, conhecido ou desconhecido e o parceiro - marido ou namorado - é o responsável por mais 80% dos casos reportados.

Por outro lado, e felizmente, cresce no País a noção de que atos de violência contra a mulher são inadmissíveis, e o combate a essa prática não é uma articulação solitária. Poder público, entidades, organizações e a sociedade consolidam uma atuação em defesa das mulheres.

Que este dia 25 de novembro seja mais um ato de repúdio a qualquer ato violento contra as mulheres e multiplique a ação das pessoas que tratam as mulheres com o respeito que lhes é justo e devido.

Muito obrigado.

Documento 76/102

335.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/11/2011-14:09
Publ.: DCD - 25/11/2011 - 63482	LUIZ COUTO-PT -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Matéria O desastre se repete, sobre o vazamento de petróleo na Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro, de Juliana Dal Piva, publicada pela revista ISTOÉ. Realização de caminhada pelo fim da violência contra a mulher, em Picuí, Estado da Paraíba.



O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar nos Anais desta Casa matéria da revista *ISTOÉ* que fala sobre o vazamento de petróleo na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, que levanta dúvidas sobre a transparência da petroleira Chevron, que causa prejuízos ainda incalculáveis e vira caso de polícia. Tudo isso serve para mostrar que nós temos de trabalhar pelo pré-sal, mas sem nos esquecermos de não degradar o meio ambiente e ter segurança, para que não ocorra outro vazamento como o da Bacia de Campos.

Registro também que a primeira caminhada pelo fim da violência contra a mulher será realizada em Picuí, Estado da Paraíba. É uma promoção do Centro de Educação e Organização Popular. Parabenizo o companheiro Vereador Olivânio Dantas, por sua luta pelo fim da violência contra a mulher.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR

Documento 77/102

335.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/11/2011-14:42
Publ.: DCD - 25/11/2011 - 63495	SEVERINO NINHO-PSB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Concessão do Prêmio Esso de Jornalismo 2011 às profissionais Fabiana Moraes e Ciara Carvalho. Transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher. Indignação com declarações do Deputado Jair Bolsonaro ofensivas à Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. SEVERINO NINHO (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos anos, o *Jornal do Commercio*, de Pernambuco, vem se destacando no cenário nacional com a conquista de importantes prêmios na área do jornalismo.

Por conta desse feito, apresentei requerimento de voto de louvor a duas jornalistas: Fabiana Moraes e Ciara Carvalho. Nem as conheço pessoalmente, mas fiquei encantado com a série *O Nascimento de Joyce*, da jornalista Fabiana



Moraes, que conquistou o Prêmio Esso de Jornalismo 2011, e com a jornalista Ciara Carvalho, com o *Caderno Especial Paraíso às Avessas*, que trata da realidade vivida pela população de Fernando de Noronha.

Amanhã é o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Lamento o Deputado Jair Bolsonaro ter usado essas palavras contra a nossa Presidenta Dilma.

Obrigado.

REQUERIMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

REQUERIMENTO

(Do Sr. Severino Ninho)

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 117, inciso XIX e § 3º do Regimento Interno, vimos solicitar a V. Exª se digne registrar nos Anais desta Casa voto de louvor à jornalista Fabiana Moraes, pela conquista do Prêmio Esso de Reportagem, com a série o Nascimento de Joyce, concedido à melhor reportagem de veículo impresso no Brasil, que conta história de um agricultor pobre que mudou de sexo, extensivo à também jornalista Ciara Carvalho, vencedora na categoria Regional Norte/Nordeste, com o caderno especial O Paraíso às Avessas, que trata da dura realidade vivida pelos moradores da Ilha Fernando de Noronha.

Com as conquistas, mais uma vez, o Jornal do Commercio, importante veículo de comunicação pernambucano, destacou-se no cenário nacional, conquistando duas categorias do 56º Prêmio Esso de Jornalismo, considerado o mais importante do País.

Fabiana Moraes, que em 2009 já havia vencido o Prêmio Esso de Jornalismo com o especial Os Sertões, em 2010, juntamente com Jornal do Commercio, volta ao topo do jornalismo nacional, mostrando que fora do eixo Rio-São Paulo, também se faz jornalismo de qualidade.

Reconhecendo o empenho, a garra e a competência dessas duas bravas jornalistas, a exemplo de tantas outras mulheres, que a cada dia rompem barreiras e vencem preconceitos, resta-me, propor o presente voto de louvor como forma de destacar o trabalho daqueles que se dedicam ao seu mister,

dando exemplos aos companheiros de profissão e ao País como um todo, que precisa cada vez mais de pessoas competentes e comprometidas com o nosso



desenvolvimento, em todas as áreas.

Sala das Sessões, em novembro de 2011.

Deputado Severino Ninho

PSB/ PE

Documento 78/102

335.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/11/2011-14:45
Publ.: DCD - 25/11/2011 - 63496	VICENTINHO-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Realização, pela Casa, de sessão solene por ocasião do transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher. Manifestação de boas-vindas aos metalúrgicos Alberto Cândido e Francisco de Assis Oliveira presentes nas galerias do plenário.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, eu gostaria de lhes fazer um convite. Amanhã, às 15 horas, nós teremos no plenário desta Casa uma sessão solene pelo Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher. O Brasil e o mundo realizam esse evento porque nossas irmãs, parceiras e companheiras têm sido vítimas de violência, preconceito e machismo. E, por isso, esta Câmara cumprirá um papel importante quando gritará ao mundo, ao Brasil contra a violência. Haverá, inclusive, uma análise da Lei Maria da Penha. Será, portanto, uma grande manifestação, às 15 horas, amanhã, através da *Rádio Câmara*, da *TV Câmara*, do programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, estão entre nós dois companheiros da cidade de Taubaté. Como V.Exa. sabe, Sr. Presidente, o meu mandato tem um conselho, composto de trabalhadores, donas de casa, empresários, estudantes, enfim, pessoas que acompanham nosso trabalho. Um desses dois companheiros, mais conhecido por Betinho, tem nome de artista: Alberto Cândido; e o outro é o Francisco de Assis Oliveira, mais conhecido como Tico. O Betinho é metalúrgico aposentado, foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e hoje preside uma entidade que realiza todos os anos a Festa do Nordeste em Taubaté. O Betinho, inclusive, nunca foi ao Nordeste, mas realiza uma festa fantástica da cultura



nordestina. Eu tenho a honra de lá comparecer todos os anos. O Tico é de Alexandria, Rio Grande do Norte, morador em Taubaté há muito tempo. O bar do Tico, que parece muito mais um comitê de grande debate político, no Bairro do Bonfim, é onde acontece a festa.

Eu quero que vocês, quando voltarem, percebam que nós temos aqui pessoas sérias. Esta Casa é composta, na grande maioria, por homens e mulheres de bem, independentemente de partidos políticos. É claro que existem os problemas que vocês conhecem, mas é daqui que saem as soluções para os problemas do nosso Brasil, e, no meu caso, uma grande luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Taubaté é uma cidade muito querida. Vocês trouxeram o abraço do nosso companheiro Isaac, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Município, e quero que vocês levem para ele também o meu abraço e para toda a diretoria. Aliás, Isaac foi o nome aprovado pelo nosso partido para ser candidato a Prefeito da cidade de Taubaté. Estarei presente na campanha, com muito gosto e muito carinho.

Meus amigos, sejam bem-vindos! Vocês já visitaram vários lugares desta Casa e de Brasília. Levem aos trabalhadores, ao povo que vocês representam, esse espaço, que é retrato da democracia. Isto aqui só não funcionou na época da ditadura militar, mas um país democrático que se preza fortalece o Parlamento.

Eu me lembro de que vocês, admirados, me diziam que não imaginavam que os Deputados permaneciam na Casa até altas horas, votando e deliberando. O povo também não sabe que, além das sessões ordinárias, existem as Comissões, os debates, as visitas a locais. Assim como eu vou à Volkswagen, à LG e a várias outras empresas prestar contas, os Deputados aqui também fazem esse mesmo trabalho.

Que bom a sociedade perceber que esta é uma Casa transparente, um lugar em que todos nós somos, digamos, vulneráveis às informações! É claro que parte da mídia, muitas vezes, usa de má-fé, mas esta é a Casa da democracia, a Casa que permite que um trabalhador operário, negro, nordestino, seja Deputado Federal, no caso, pelo Estado de São Paulo. Esta é uma Casa que permite que mulheres, homens e pessoas com deficiência cumpram o seu papel.

No passado, caros colegas, no Parlamento só podia ser Deputado quem tinha muito dinheiro. Gente do povo não podia ser Deputado. Hoje, graças à consciência do nosso povo, tem sido possível a entrada de representantes da comunidade.

Por isso, eu quero que vocês levem para o Vale do Ribeira, para o Vale do Paraíba, São José, Taubaté, enfim, a toda a região, o nosso abraço e o nosso compromisso na luta em defesa daquela comunidade.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados. Muito obrigado, Betinho e Tico. Espero vocês amanhã nesta grande atividade, na sessão solene sobre a violência contra



as mulheres. A luta em defesa das mulheres, contra a violência, não é uma luta só das mulheres. É uma luta de todos nós, e nós estamos juntos.

Muito obrigado, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Quero saudar os dois metalúrgicos de Taubaté amigos do nosso grande Líder Deputado Vicentinho, com atuação destacada em defesa dos trabalhadores deste País.

É muito importante que assim seja, porque, para defender os ricos, há muitos, mas, em relação àqueles que realmente precisam, sobretudo a valorosa classe dos trabalhadores, poucos fazem com a precisão e determinação do Deputado Vicentinho. Minhas homenagens a V.Exa., Deputado Vicentinho.

Documento 79/102

335.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/11/2011-16:24
Publ.: DCD - 25/11/2011 - 63520	LUCIANA SANTOS-PCDOB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.

A SRA. LUCIANA SANTOS (Bloco/PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, venho à tribuna nesta tarde para registrar a importante data de amanhã, o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher.

Infelizmente, nossa realidade aponta que 11% das brasileiras com 15 anos ou mais já foram vítimas de espancamento. Em 56% desses casos, o marido ou o companheiro é o responsável. A cada cinco mulheres, uma já foi agredida pelo menos uma vez, e mais da metade das vítimas não procura ajuda.

Esses dados são originários de pesquisa da Fundação Perseu Abramo, divulgada pela Secretaria Especial de Política para as Mulheres. São desanimadores os índices, mas nossa esperança renova-se quando percebemos que a política de combate à violência contra a mulher tem apresentado recentes avanços por parte do Governo, por parte da sociedade organizada.



Por isso, registro o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo dia 25 de novembro, o Brasil inteiro se une em torno de uma mesma bandeira: o combate à violência contra a mulher. Esse é um tema que merece toda atenção e todo o esforço para que as cenas de violência se tornem apenas tristes memórias do nosso passado.

Infelizmente, Sr. Presidente, nossa realidade aponta que 11% das brasileiras com 15 anos ou mais já foram vítimas de espancamento. Em 56% desses casos, o marido ou companheiro é o responsável. A cada cinco mulheres, uma já foi agredida pelo menos uma vez e mais da metade das vítimas não procura ajuda.

Esses dados são de uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, divulgada pela Secretaria Especial de Política para as Mulheres. São desanimadores, mas nossa esperança se renova quando percebemos que a política de combate à violência contra a mulher tem apresentado recentes avanços.

Por parte do Governo, algumas importantes medidas já foram tomadas. É preciso saudar a Lei Maria da Penha, que cria instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher. Destaquemos também a abrangência, cada vez maior, de campanhas, como os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

A humanização dos serviços de atendimento à mulher vítima de violência, as delegacias especializadas e mais equipadas e a destinação de mais verbas, como é o caso do Pacto Nacional, são ações que fazem a diferença nessa luta e que precisam ser ampliadas e reforçadas.

Toda a sociedade deve encorajar as mulheres a romperem o silêncio e o ciclo de violência em que vivem, fortalecer sua autoestima, esclarecer e orientar para que exijam os seus direitos. Nós fazemos parte dessa luta, Sr. Presidente, no dia a dia e ainda mais no próximo dia 25. Nosso mandato estará irmanado às mulheres de todo o mundo, gritando por justiça e igualdade, pelo fim da exclusão e da violência.

Muito obrigada.



334.1.54.O

Sessão Extraordinária - CD 24/11/2011-10:24

Publ.: DCD - 25/11/2011 - 63452 JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher. Expectativa quanto ao julgamento de processo acerca do assassinato da jovem Suênia Sousa de Farias, ocorrido em Brasília, Distrito Federal.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, em primeiro lugar, registro que amanhã será comemorado o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher.

Por quê? Porque, em 1960, três irmãs, as irmãs Mirabel, foram mortas pelo ditador Trujillo.

Emblematicamente, amanhã, nesta cidade, no Palácio da Justiça, às 14h, haverá um julgamento. Trata-se do terrível assassinato de Suênia Sousa de Farias, uma jovem estudante de 24 anos.

Exigimos que se faça justiça. Não dá mais para assistirmos a mulheres serem mortas. Temos uma excelente lei, a Lei Maria da Penha - e dou um exemplar dela de presente aos Deputados do Distrito Federal para que acompanhem o caso com a Deputada Erika Kokay.

A Justiça tem que condenar o assassino. Hoje, o Estado tem de meter a colher, sim, porque a família é uma questão de Estado, e não podemos assistir à morte de outras mulheres.

Deputado Izalci, acompanhe o julgamento e exija justiça, junto com todos os Deputados e Deputadas.

Também acredito, Deputado Ivan Valente, que V.Exa. estará nessa luta.

Nós fizemos essa lei. Agora, que ela seja cumprida, que seja preso esse assassino, mesmo sendo um professor.



334.1.54.O

Sessão Extraordinária - CD 24/11/2011-10:58

Publ.: DCD - 25/11/2011 - 63463

GORETE PEREIRA-PR -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. Comprometimento do PR com a causa da classe feminina. Avanço da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher.

A SRA. GORETE PEREIRA (Bloco/PR-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao registrar o transcurso do Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres, amanhã, dia 25, venho à tribuna para, em nome da Liderança do PR, renovar o compromisso do partido com o combate à violência contra a mulher.

Embora se trate de questão marcada pelo recorte de gênero, esse combate transcende a agenda feminista e se insere no âmbito mais geral do respeito aos direitos humanos e da garantia do pleno exercício da cidadania, pressupostos fundamentais de qualquer sociedade democrática. Afinal, como falar em democracia, cidadania e direitos humanos em sociedades que não conseguem evitar constantes agressões à dignidade, à saúde e, às vezes, à própria vida, perpetradas contra mulheres?

Tal situação revela um lado especialmente perverso, quando se verifica que a maior parte das agressões ocorre no ambiente doméstico e envolve pessoas próximas da vítima. Em muitos casos, esse tipo de violência não prejudica apenas as mulheres, mas também afeta os filhos e pode resultar na desestruturação do núcleo familiar. Consequentemente, tem grave repercussão social, podendo gerar crianças e adolescentes desajustados e contribuir para a manutenção de comportamentos violentos.

Portanto, o combate à violência contra a mulher é missão de toda a sociedade, e, aqui no Brasil, já vem sendo tratado há algum tempo, tanto no plano cultural quanto no plano legal.

No plano cultural, deve-se louvar o trabalho de conscientização realizado por organizações dedicadas a acabar com os ranços de machismo ainda persistentes na mentalidade brasileira. Esse trabalho teve grande influência sobre o processo de criação de medidas no plano legal, especialmente a partir da Constituição de



1988, com vistas a coibir, de modo específico, as agressões praticadas contra mulheres.

Entre essas medidas, desponta a Lei nº 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem à luta de 20 anos que essa cidadã dotada de muita firmeza de caráter teve de enfrentar até conseguir a punição do marido agressor. Vinte anos!

Sem dúvida, a Lei Maria da Penha representa um grande avanço. De acordo com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, considerando-se legislações de escopo semelhante, a brasileira é uma das três melhores do mundo.

Entretanto, muitos de seus dispositivos ainda não têm condições de ser completamente efetivados. Talvez até mais importante que castigar os comportamentos violentos seja promover campanhas educativas voltadas a mudar tais comportamentos, treinar profissionais da área de saúde para procederem à notificação dos casos de agressão e criar mais abrigos para vítimas de ameaças de morte, além de mais delegacias da mulher e mais juizados especializados.

Pesquisa realizada pelo IBGE em 2009 mostrou que, em todo o País, naquele ano, existiam apenas 70 juizados de violência doméstica, 388 delegacias especializadas e 71 casas para abrigo temporário. Ainda é muito pouco, principalmente quando se leva em conta que, no mesmo ano, e, portanto já durante a vigência da Lei Maria da Penha, a Secretaria de Políticas para Mulheres registrou, mediante o serviço Ligue 180, quase 41 mil relatos de agressões - físicas em mais da metade dos casos.

Esses relatos mostram que tais agressões são cometidas sem distinção de idade, grau de instrução ou classe social. Também mostram que é cada vez menor a chance de passarem despercebidas, pois o número de denúncias vem aumentando à medida que as mulheres se sentem mais seguras para fazê-lo, amparadas pela lei e pelo funcionamento adequado das instituições destinadas a protegê-las.

Assim, ao mesmo tempo em que o transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher nos estimula a refletir sobre o quanto ainda precisamos fazer nesse sentido, permite-nos comemorar as vitórias já obtidas. E são vitórias não só das mulheres, mas de todos os que se empenham em aperfeiçoar os pressupostos do respeito aos direitos humanos e do pleno exercício da cidadania em nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



337.1.54.O

Sessão Solene - 25/11/2011-15:00
CD

Publ.: DCD - 26/11/2011 - ERIKA KOKAY (PRESIDENTE)-PT -DF
63704

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS HOMENAGEM

FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA
PRESIDÊNCIA
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Leitura de discurso do presidente Marco Maia em homenagem ao Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.

TRECHOS DA SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO DIA INTERNACIONAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A SRA. PRESIDENTA (Erika Kokay) - Quem ama cuida, quem ama abraça, quem ama dá valor. Dizemos isso para aqui falar em nome de todas as mulheres que combatem a violência no seu dia a dia e em nome de todas as mulheres que tombaram vítima da violência.

Acabamos de chegar, eu e a Deputada Rejane Pitanga, de um ato que foi realizado em frente ao Tribunal de Justiça, onde seria feito, começado, iniciado o julgamento de um professor universitário que brutalmente assassinou a sua namorada, que queria romper, ou teria rompido, o relacionamento, e ela, ao não aceitar, não está mais entre nós.

Então, nós vimos de um ato onde se tem muito claro isto: quem ama cuida, quem ama acolhe, quem ama abraça, quem ama não mata.

Agora passo a ler a mensagem do Presidente desta Casa, Deputado Marco Maia, que gostaria muito de estar aqui conosco, mas foi impedido em função de compromissos inadiáveis que teve que assumir.

O Sr. Presidente desta Casa pronuncia o seguinte discurso:

"Senhoras e Senhores, é com grande satisfação que participamos desta sessão de homenagem ao Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, reconhecido pela Organização das Nações Unidas como data especial na cruzada mundial contra a violência de gênero em todo o mundo.



A violência contra as mulheres tem raízes profundas na sociedade brasileira, o que torna mais urgente e necessária a luta contra essa patologia social.

Jamais poderemos olhar para nós mesmos com o orgulho de pertencermos a uma Nação livre e soberana enquanto mulheres brasileiras continuarem sendo espancadas em suas próprias casas, intimidadas em espaços públicos ou discriminadas no trabalho.

No conjunto das políticas públicas voltadas para a eliminação das desigualdades e da discriminação, aquelas destinadas a eliminar a violência contra as mulheres estão entre as mais importantes, pois focam na origem de nossos desequilíbrios socioeconômicos.

Crianças e adolescentes que crescem em contato com o desrespeito pelas mulheres terão muito mais dificuldade em se vincular aos valores que constituem a base da cidadania, como a solidariedade e o respeito pela dignidade das pessoas.

A agressão, física ou simbólica, contra mulheres é fruto, entre outras coisas, da ignorância, da falta de educação escolar e doméstica. A erradicação de uma coisa passa pela eliminação da outra.

Em outras palavras, a construção de um lugar digno para as mulheres envolve um processo de educação coletiva, que inclui a ação nas escolas e a participação ativa dos meios de comunicação social.

Os indicadores que traçam perfis econômicos e culturais do País confirmam que é nas regiões mais atrasadas e também nos extratos sociais mais carentes onde a violência contra as mulheres é mais forte e persistente.

Nesses casos, a impotência das mulheres é determinada, entre outros fatores, pelo medo de serem mortas pelos companheiros e, também, de não encontrarem apoio social para suas denúncias.

Quando isso ocorre, o primeiro passo para romper o círculo vicioso da opressão é instrumentalizar a polícia e a Justiça para proteger e amparar as mulheres que decidam exigir seus direitos.

A aplicação da Lei Maria da Penha é um exemplo dos bons resultados que se podem obter, quando o Estado toma uma atitude coerente com os princípios republicanos estabelecidos pela Constituição de 1988. Graças às punições exemplares amparadas por esse instrumento legal, conseguimos avançar na conscientização das pessoas e na proteção das mulheres vítimas de agressão e desrespeito.

Estamos falando aqui de um movimento irreversível.

O Brasil já escolheu o caminho da justiça social, e a proteção dos direitos das mulheres deverá se afirmar, cada vez mais, como princípio indispensável de



nossa arquitetura jurídica e de nossos parâmetros éticos.

Nesse sentido, o Congresso Nacional deve continuar vigilante para propor e discutir medidas capazes de responder, de forma rápida e eficiente, às demandas por novos instrumentos, na luta pela erradicação da violência contra as mulheres.

Ao agir dessa forma, em sintonia com os movimentos sociais organizados, o Parlamento brasileiro contribui para elevar o padrão de vida de todos os cidadãos e fortalece sua legitimidade.

Juntos, haveremos de construir uma Nação justa e solidária, que acolha seus filhos e filhas com a generosidade e o respeito que todos merecem.

Obrigado." (*Palmas.*)

Documento 83/102

337.1.54.O

Sessão Solene - 25/11/2011-15:00
CD

Publ.: DCD - 26/11/2011 - ERIKA KOKAY (PRESIDENTE)-PT -DF
63704

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS HOMENAGEM

FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA
PRESIDÊNCIA
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Concessão da palavra ao Deputado Vicentinho, autor do requerimento da sessão em homenagem ao Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.

A SRA. PRESIDENTA (Erika Kokay) - Neste momento, tenho um prazer imenso de chamar para fazer uso da palavra e, logo em seguida, assumir a Presidência desta sessão o nosso querido Deputado, autor da iniciativa desta sessão solene; nosso Deputado que, desde a época em que era Presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores, entendeu a importância de ver nas pessoas, pessoas; entendeu a importância de lutar e enfrentar o machismo, o sexismo e o racismo. Desde a época em que era Presidente da Central Única dos Trabalhadores, e talvez muito antes disso, nós temos um grande defensor da luta de enfrentamento à violência contra as mulheres. Eu falo e chamo para fazer uso da palavra o autor da iniciativa desta sessão solene, Deputado Vicentinho. (*Palmas.*)



337.1.54.O

Publ.: DCD - 26/11/2011 - 63704

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Solene - CD

VICENTINHO-PT -SP

HOMENAGEM

25/11/2011-15:00

HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Homenagem ao Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sra. Presidente, companheira, Deputada Erika Kokay, com quem temos uma convivência construtiva, solidária, humana, na bancada do meu Partido dos Trabalhadores aqui dentro do Parlamento. A saúdo, agradecendo pela sua presença, pelo seu apoio, pela sua iniciativa, porque esta iniciativa também é da nossa companheira Erika Kokay.

Quero saudar também a Exma. Sra. Aparecida Gonçalves, Secretária de Políticas para as Mulheres, neste ato representando a Ministra Irleny Lopes - bem-vinda; saúdo também a Sra. Conselheira da Embaixada da República Dominicana, Maria Eugenia Dargam, que representa todos os diplomatas presentes neste evento; saúdo a Exma. Deputada Distrital, outra grande guerreira, nossa querida companheira Rejane Pitanga; saúdo a também companheira Sra. Aparecida dos Santos, representando a FETRAF, que é Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, e saúdo a Sra. Maria de Fátima Veloso Cunha, Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT de Goiás, representante da Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT nacional. Também saúdo todos vocês, homens e mulheres; saúdo ainda os funcionários desta Câmara, que têm sempre dado o apoio necessário para os trabalhos Parlamentares.

Quero fazer um agradecimento especial às mulheres do conselho do meu mandato e às mulheres assessoras do meu mandato, porque foram elas, na verdade, que tiveram a iniciativa de estimular a realização desta sessão solene. Em nome de todas elas, saúdo a nossa querida Katiane que está aqui entre nós.

Quero, portanto, Sra. Presidenta, agradecer ao nosso Presidente Marco Maia por aprovar a realização desta sessão solene, demonstrando o compromisso desta Casa para com esta causa.

Caras amigas, caros amigos, solicitamos a realização desta sessão solene atendendo a orientação do meu conselho, composto por verdadeiras guerreiras da cidade e do campo. Elas me orientam, me mantêm atualizado quanto à luta diária por direitos iguais, por respeito, por mais dignidade.

De fato, desde o tempo em que presidi o Sindicato dos Metalúrgicos e a CUT, estávamos juntos na organização da luta da mulher trabalhadora. Foi lá que discutimos a questão das quotas para as mulheres, um avanço extraordinário.



Também desde o tempo em que presidi o Sindicato dos Metalúrgicos foi criada a Comissão de Mulheres, democratizando as nossas eleições, estabelecendo uma quota de participação nas direções da entidade, enfim, dando os primeiros passos que contribuíram para as grandes conquistas atingidas pelas mulheres, coroadas que foram com a eleição da primeira mulher Presidente da República do nosso País, a companheira Dilma Rousseff, que, por sua vez, alçou ao primeiro escalão do nosso Governo várias outras mulheres, que ocupam cargos e postos antes nunca pensados por uma pessoa do sexo feminino.

Aqui acrescento a presença da primeira mulher na história da Câmara dos Deputados, a nossa companheira Rose de Freitas, na condição de Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.

A trajetória de conquistas e direitos das mulheres vista nos séculos passados, onde o movimento feminista alterou principalmente as perspectivas predominantes em diversas áreas da sociedade ocidental, vai da cultura ao direito. As ativistas feministas fizeram campanhas pelos direitos legais das mulheres - direito de contrato, direito de propriedade, direito ao voto; pelo direito da mulher a sua autonomia e integridade de seu corpo e pelos direitos reprodutivos, incluindo acesso à concepção e a cuidados pré-natais de qualidade; pela proteção de mulheres e garotas contra a violência doméstica, o assédio sexual e o estupro; pelos direitos trabalhistas, incluindo a licença-maternidade, salários iguais e todas as outras formas de discriminação.

Em 25 de dezembro de 1960, Patria, Minerva e Antonia Mirabal, três irmãs que moravam na República Dominicana e formavam um grupo de oposição ao regime do ditador Rafael Trujillo, conhecidas como *Las Mariposas* ou irmãs Mirabal, foram brutalmente assassinadas. Vinte e um anos depois, o I Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, em Bogotá, definiu a data como o Dia Internacional da Luta pelo Fim da Violência contra a Mulher.

Trinta anos depois, os movimentos sociais continuam promovendo manifestações em todo o mundo. É por este motivo que estamos aqui hoje: para lembrar as lutas passadas; para homenagear as nossas guerreiras que fizeram história; para não deixarmos cair no esquecimento a maior das revoluções que o mundo já viu, a revolução feminista.

Entretanto, estamos aqui hoje também para lembrar que, apesar dos avanços feitos pelas mulheres no que diz respeito à igualdade no mundo, há um longo caminho a percorrer para se chegar à verdadeira igualdade, pois as mulheres detêm apenas 1% da riqueza mundial e ganham 10% das receitas mundiais, apesar de constituírem 49% da população. Quando se considera a criação dos filhos e o trabalho doméstico, as mulheres trabalham mais do que os homens, quer no mundo industrializado quer no mundo subdesenvolvido - 20% a mais no mundo industrializado, 30% no restante do mundo. As mulheres estão sub-representadas em todos os corpos legislativos mundiais, com raras exceções. Em média, mundialmente, as mulheres ganham 30% menos do que os homens, mesmo quando têm o mesmo emprego.



O Brasil, apesar de ser um dos últimos países da América do Sul a ter uma legislação específica para prevenir e combater a violência doméstica e familiar, possui uma das três melhores leis do mundo no enfrentamento à violência contra a mulher, conforme avaliou a Organização das Nações Unidas em 2008.

A Lei nº 11.340, de 2006, ou, como a chamamos carinhosamente, a Lei Maria da Penha, que completa em dezembro 5 anos de existência, é o resultado de um projeto formulado por um grupo interministerial, que contou com a participação do movimento social organizado, inclusive a CUT, virou projeto de lei e foi aprovado e sancionado em agosto de 2006, durante o Governo do companheiro Lula - para quem eu peço orações e pensamento positivo para que ele supere esse maior desafio de sua vida.

Essa legislação ampliou o mecanismo de proteção das vítimas e permitiu a prisão em flagrante do agressor que, quando muito, pagava apenas uma cesta básica por sua violência. De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça, até julho de 2010 foram sentenciados 111 mil processos e realizadas 9.700 prisões em flagrante, além de decretadas 1.577 prisões preventivas de agressores.

Uma pesquisa do Observatório da Lei Maria da Penha de 2010 aponta que ainda falta estrutura para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Além disso, o mesmo levantamento aponta que o Judiciário também não se adaptou à lei, e as vítimas ainda sofrem com a falta de celeridade dos julgamentos e de instâncias especializadas.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, com esses dados apenas reafirmo a importância da luta pelo direito à dignidade humana, pelo direito ao respeito, pelo combate à violência, consequência de um machismo incorporado em nossa sociedade.

É impressionante como os alunos incorporam o machismo com facilidade. É impressionante como nós, os homens, temos dificuldade de compreender que nós somos iguais, homens e mulheres; iguais em direitos, iguais em inteligência, iguais em deveres; somos iguais na responsabilidade de cuidar dos nossos filhos. Mas o que se vê? E digo isso porque venho do movimento operário, um movimento que aos poucos vem assumindo as suas responsabilidades. O que acontece, muitas vezes? Homens e mulheres trabalham. Os dois chegam em casa no mesmo horário, no final do dia. O homem, o que faz? Senta no sofá e liga a televisão; a mulher vai fazer a comida. O homem, o que faz? Pede uma cerveja; a mulher vai lavar a roupa da criança e a roupa dele. Até que ponto?

O nosso Presidente Lula dizia, com muita graça, mas com demonstração de muita consciência, que, quando a Marisa começou a participar das reuniões das mulheres do Partido dos Trabalhadores, ele foi sentindo a diferença. Um dia - ele sempre chegava em casa, cansado, e ela também - ele dizia: *"Marisa, es quente a comida para mim."* Quando chegou um belo dia, Marisa falou: *"A comida está na geladeira; você vai lá, pegue e você es quente"*. Ele falou: *"Olha, esse partido vai me dar muito trabalho."* Claro, de maneira graciosa e brincando, com carinho que



esse homem sempre teve para com a luta em defesa da questão das mulheres.

Mas, às vezes, companheiros homens, a gente não percebe a nossa postura nas piadas, nas brincadeiras, nos chavões. Quantas vezes! Até eu mesmo já disse, na porta da fábrica... Isso é claro, nos anos 80 ainda, mas eu me lembro que uma vez eu falei com a peãozada, para eles não enfraquecerem, durante uma greve: *"Companheirada, não vai mijar para trás!"*, ou no caso de um cara furando a greve, *"esse cara deveria vestir saia"*, ou coisas parecidas.

Evidentemente que, como é com o racismo, essa coisa está implantada no machismo. Por exemplo, histórias. Se analisarmos, vamos perceber que as histórias que marcaram a nossa infância, desde a Santa Bíblia, sempre têm ali a questão do machismo. Raramente um pai vai dar um carro de presente para a menina, mas dá para o filho, e a boneca e o fogãozinho para a menina, normalmente. O pai, muitas vezes, fala para o filho, quando está com 16, 18 anos: *"E aí, meu filho, estou curioso: já saiu, já pegou uma menina, já deu um malho nela?"* Será que esse pai faz a mesma pergunta para a filha - *"E aí, minha filha, já pegou um gatinho, já deu um malho nele?"* Por que não?

Um dia desses, a dona Volkswagen fez uma propaganda de um carro em que o pai ia com o filho para a escola e o filho falou *"Pai, pare antes da escola"*, e o pai dá uma bronca no filho: *"Ô meu filho, você está com vergonha? Você nunca pegou uma menininha, eu já peguei; você nunca pegou esse carrão, eu já peguei"*, ou algo parecido.

Quer dizer, as coisas são estimuladas a cada dia. O problema é que a gente cresce desta maneira, vira menino, vira rapaz, depois vira professor, vira policial, vira político, vira empresário, e reproduz esta postura, que vive e pratica.

Por essa razão é que eu queria, nesta sessão solene, agradecer às nossas assessoras e aos nossos assessores também, Pepê e Fernando, e a todos, por esta iniciativa. Alguém pode falar: *"Espere aí, mas por que é que um homem tem uma iniciativa como esta?"* A luta pelo combate ao racismo não pode ser a luta somente dos negros, é dos brancos e dos negros; a luta em defesa das pessoas com deficiência não é uma luta somente das pessoas que têm deficiência física, é a luta de todos, e a luta contra a violência sobre a mulher - e daqui eu lanço meu abraço ao movimento em Diadema chamado Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher - será vitoriosa quando todos nós, homens e mulheres, estivermos no mesmo barco, no mesmo sonho, porque assim nós sonhamos juntos, assim nós lutamos juntos, assim nós conquistamos juntos, e assim nós celebramos juntos.

Muito obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Vicentinho.



Documento 85/102

337.1.54.O

Sessão Solene - 25/11/2011-15:00
CDPubl.: DCD - 26/11/2011 -
63704

ERIKA KOKAY (PRESIDENTE)-PT -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS HOMENAGEM

FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA
PRESIDÊNCIA
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Homenagem ao Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.

A SRA. PRESIDENTA (Erika Kokay) - Eu apenas gostaria de anunciar que a Secretaria de Políticas para a Mulher está lançando este prospecto: *Sua Vida Recomeça Quando a Violência Termina - Ligue 180, Central de Atendimento à Mulher*, e também está com um serviço para as mulheres brasileiras em situação de violência no exterior. O mesmo serviço 180 hoje atinge as mulheres brasileiras no exterior, na Espanha, na Itália e em Portugal.

Documento 86/102

336.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

25/11/2011-09:54

Publ.: DCD - 26/11/2011 - 63664

LUIZ COUTO-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Outorga do Selo OAB, pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, às Faculdades de Direito da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Estadual da Paraíba e da Universidade Federal de Campina Grande. Solidariedade ao Subcomandante da Polícia Militar do Estado da Paraíba, Coronel Washington França da Silva, diante de acusações motivadas pela determinação de prisão de subalterno. Transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero parabenizar a Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Estadual da Paraíba e a Universidade Federal de Campina Grande, que receberam o *Selo OAB* por oferecerem Cursos de Direito de destacada qualidade. Dos 1.210 cursos atualmente existentes no Brasil,



apenas 90 - ou seja, 7,4% - foram recomendados para constar da lista do *Selo OAB*.

Quero parabenizar essas instituições de ensino pela luta. Que cada vez mais possamos ter qualidade no ensino e formação de bons profissionais, que possam exercer suas funções com muita competência. Isso é motivo de alegria.

Então, quero parabenizar a UFPB, a UEPB e a UFCG por terem seus Cursos de Direito sido reconhecidos com o *Selo OAB*, pela destacada qualidade.

Em segundo lugar, quero manifestar a minha solidariedade ao Subcomandante da Polícia Militar do Estado da Paraíba, Coronel Washington, que está sendo vítima de uma campanha de desqualificação. O Coronel Washington está à frente do trabalho que visa elaborar, para o Estado da Paraíba, um plano de segurança pública. Foi ele o coordenador do trabalho com as equipes para a formulação desse plano, que, com certeza, dará outra face à segurança pública do meu Estado da Paraíba.

O coronel encontrou um policial armado, sem porte de arma, que não era da corporação - portanto, ilegal. E, é claro, o Subcomandante determinou a prisão do policial. Mas agora está sendo acusado de humilhar os policiais, de desrespeitar os direitos dos policiais.

Quero manifestar a minha solidariedade ao Coronel Washington, Subcomandante da Polícia Militar da Paraíba, porque conheço a sua luta, a sua vertente de defesa dos direitos humanos. Tenho certeza de que, à frente do Subcomando da Polícia Militar, ele está realizando o seu trabalho com muita competência, com muita qualidade.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, aproveito este momento para dizer que o nosso País tem procurado cada vez mais colocar na pauta do debate o combate à violência contra a mulher. E, no Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, nós percebemos que, apesar de todo esse debate, apesar da Lei Maria da Penha, apesar de tantas ações que a Secretaria de Políticas para as Mulheres e outros organismos estão promovendo, ainda é grande a violência contra a mulher.

Isso prova que ainda existe a cultura de bater. E há algumas músicas cuja letra é *"quanto mais bato, mais eu gosto de você"*. Ou seja, a mulher é muitas vezes tratada como objeto. Lembro também desta frase, de uma música de Capiba: *"Numa mulher não se bate nem com uma flor"*.

Todos nós estamos aqui por causa da ação de amor de uma mulher, que merece o nosso reconhecimento, que merece a nossa devoção. Nesse sentido, quero associar-me hoje a todas as mulheres que não têm medo de ir à delegacia denunciar aquele que está usando de violência contra elas.

Na realidade, quando ocorre a maior violência contra as mulheres? Nos finais de semana. Mas as Delegacias da Mulher não funcionam nos finais de semana, o



que é uma contradição. É importante que, nos finais de semana, haja uma delegada de plantão. Quando a mulher é ameaçada, violentada ou sofre alguma violência, muitas vezes, o delegado lhe diz: *"É melhor você não denunciar, porque ele pode bater em você outra vez"*. Não! É preciso cuidar que as delegacias de defesa da mulher funcionem plenamente, durante toda a semana.

E aqueles que acham que podem agir de forma violenta contra as mulheres devem, sim, ser punidos. Como disse Capiba, na mulher não se bate nem com uma flor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 87/102

336.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	25/11/2011-10:24
Publ.: DCD - 26/11/2011 - 63668	IRACEMA PORTELLA-PP -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Valorização do magistério público brasileiro. Imediato cumprimento pelos Governos Estaduais da Lei nº 11.738, de 2008, sobre o piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica. Aumento do número de docentes acometidos por doenças de fundo psicossomático no Estado do Piauí. Necessidade de enfrentamento da violência em estabelecimentos escolares. Existência de estreita relação entre o nível educacional da população e o desenvolvimento econômico do País. Conquista de prêmios em competições de conhecimento por alunos do Município piauiense de Cocal dos Alves. Redução da violência por meio de investimentos na educação. Fortalecimento da escola pública brasileira. Prioridade do mandato parlamentar da oradora no combate às drogas. Relato das atividades desenvolvidas pela Comissão Especial destinada à elaboração de políticas públicas de combate às drogas. Anúncio da apresentação do relatório final do órgão. Transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher. Comemoração do 5º aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Fortalecimento de políticas públicas destinadas ao enfrentamento das drogas. Ampliação e fortalecimento de órgãos públicos de amparo à mulher. Necessidade de ações efetivas destinadas à redução da mortalidade materna no País. Relevância do Programa Rede Cegonha, destinado ao amparo de mães e seus bebês. Combate ao câncer de colo do útero e ao câncer de mama. Compromisso de luta pela redução das desigualdades regionais e pela implantação de modelo de desenvolvimento sustentável para a Região Nordeste, em especial para o Estado do Piauí.

A SRA. IRACEMA PORTELLA (PP-PI. Sem revisão da oradora.) - Sr.



Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, incontável número de Parlamentares já esteve aqui, nesta mesma tribuna, trazendo a este Plenário discussões ligadas à educação.

Vejo-me hoje no dever, na obrigação de também tecer algumas considerações a respeito do tema, de modo que possamos refletir juntos e assim motivarmos a busca de soluções.

A discussão que trago é pertinente, neste momento em que o País se volta para esta Casa, ora empenhada em oferecer um Plano Nacional de Educação que atenda plenamente à sociedade brasileira.

Os debates sobre a educação no Brasil e as mudanças sugeridas no Plano estão em ebulição no Congresso Nacional, de maneira que é mais do que oportuno provocarmos maiores reflexões a esse respeito.

Antes de tudo quero ressaltar, Sr. Presidente, que a importância dada à educação deve ser a mesma dada ao professor e à professora, pois é a partir da valorização do magistério que poderemos alcançar um ensino público de qualidade e, em consequência, viver em um Brasil mais justo e igualitário.

Sras. e Srs. Deputados, associo-me a todos os que defendem o imediato cumprimento da Lei nº 11.738/08, que trata do piso salarial nacional do magistério. Nesse contexto, quero lembrar que na semana passada o jornal *Folha de S.Paulo* publicou uma densa reportagem sobre o piso nacional dos professores.

A legislação, aprovada há mais de 3 anos, prevê um mínimo de R\$ 1.187,00 para os professores da educação básica pública, em jornada semanal de 40 horas. Esse piso exclui as gratificações, e assegura-se que os docentes passem ao menos 33% desse tempo fora das salas de aula.

Entretanto, segundo a reportagem, a lei que estabelece o piso do magistério não é cumprida em pelo menos 17 das 27 Unidades da Federação. O levantamento da *Folha* indica ainda que a jornada extraclasse é o ponto mais desrespeitado da lei: 15 Estados não a cumprem.

O Estado que represento, o Piauí, está entre as dez Unidades da Federação que pagam o piso, mas em diálogos com professores piauienses pude recolher outras preocupações da categoria, as quais gostaria de pontuar.

Antes, quero ressaltar que é ponto pacífico a necessidade de implementação total pelos Estados e Municípios do piso estabelecido pelo MEC, mas nove entre dez Municípios apresentam dificuldade para cumprir a legislação e necessitam de apoio do Governo Federal para fazê-lo.

Paralelamente a esse cenário em que professores não têm justa remuneração, os docentes do meu Estado manifestaram forte preocupação com a questão da saúde e do ambiente do trabalho. É crescente o número de professores



acometidos de doenças de fundo psicossomático, como a síndrome do pânico e a síndrome de Burnout, causadas pelo esgotamento físico e psicológico em decorrência do trabalho.

Sr. Presidente, eu digo que ser professor hoje em dia é ser um herói que resiste a toda sorte de problemas. Não bastasse a preocupação com a carga horária e com a baixa remuneração, educadores das grandes cidades têm enfrentado um assustador crescimento da violência dentro das escolas. Os profissionais têm suportado não somente agressão verbal como também atos de vandalismo e agressão física.

Nossos professores tornaram-se personagens comuns das páginas policiais dos jornais.

Estou convencida de que não podemos mais tratar essas ocorrências como caso de polícia. E o apelo que faço aos Governos é no sentido de que sejam adotadas políticas específicas para conter essa situação de violência nas salas de aula, que sem dúvida contribui para o agravamento do quadro de desvalorização do professor em nosso País.

Quero assinalar também outro fator destacado pelo jornal *Folha de S.Paulo*: ao contrário do que se verifica nos países que estão no topo na educação, os jovens brasileiros não desejam seguir a carreira de professor.

O que eu tenho a dizer sobre isso é que, se todos os que estamos aqui podemos ler e escrever, devemos isso ao trabalho de um dedicado professor, de uma dedicada professora.

Em respeito aos mestres que tivemos, quero propor que cada um de nós levemos para os nossos Estados a bandeira da luta em favor dos nossos professores e pelo fim da violência nas salas de aulas. A melhora da carreira com certeza vai incentivar a formação de novos professores.

Sras. e Srs. Deputados, há uma estreita relação entre o nível educacional de uma população e o crescimento do país, e essa é uma afirmação mais do que comprovada. Quanto mais escolarizado o trabalhador, mais facilmente ele absorve as novas tecnologias que são a base do crescimento econômico de toda nação.

No entanto, os benefícios de uma boa educação não se limitam à produção econômica. Por isso, o apoio do Congresso aos professores brasileiros é fundamental.

Nesta ocasião, quero ressaltar o fenômeno educacional de um Município do Piauí denominado Cocal dos Alves, que enche todos os piauienses de grande orgulho. Estudantes das escolas desse pequeno Município, que tem uma população de pouco mais de 5 mil habitantes e vive basicamente de agricultura, vêm conquistando dezenas de prêmios em competições de conhecimento, com centenas de concorrentes de todo o País. A cidade já acumula 120 medalhas



conquistadas nas 6 Olimpíadas de Matemática realizadas.

Destaco, Sr. Presidente, para ilustrar meu pronunciamento deste dia, que o sucesso desses estudantes não se deve largamente à qualidade geral do ensino naquele Município, e, lamentavelmente, nem a uma política sistemática de valorização do magistério. Na verdade, a origem do sucesso dos alunos de matemática de Cocal dos Alves são os Profs. Antônio Cardoso do Amaral e Raimundo Alves. Eles são professores tanto da Escola Augustinho Brandão quanto da Unidade Escolar Teotônio Ferreira Brandão, das quais vêm os medalhistas de ouro da cidade.

Os Profs. Antônio e Raimundo realmente fizeram e fazem a diferença em nosso País. E o esforço desses dedicados professores deve motivar também o nosso esforço pelo fortalecimento do magistério em todo o Brasil.

Considero importante mencionar esse caso de sucesso, e sei que existem pelo interior do País muitos outros casos em que a educação faz a diferença na vida de centenas de famílias.

Enfim, sobre esse assunto, devo ressaltar que acredito no papel estruturante da educação, no papel da escola como referência para nossas crianças, adolescentes e jovens.

Já se sabe que os investimentos em educação tendem a provocar fortes impactos, especialmente no campo da segurança pública. Não é exagero, portanto, afirmar que apenas com mais educação conseguiremos reduzir a violência e suas consequências.

Agora passo a tratar de outro tema, igualmente importante.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de integrante da Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas desta Casa, especialmente após meses de intensos estudos, tendo percorrido todo o País para conhecer as iniciativas de prevenção e combate às drogas, ousar dizer que estão na família e na educação as bases, os fatores determinantes para que adolescentes e jovens permaneçam longe desse grave problema.

O Sr. Chico Lopes - Permite-me um aparte, nobre Deputada?

A SRA. IRACEMA PORTELLA - Aparte concedido, nobre Deputado Chico Lopes.

O Sr. Chico Lopes - Nobre Deputada Iracema Portella, os assuntos que V.Exa. traz nesta manhã são de grande importância, principalmente quando nós estamos para aprovar - ou não - o relatório do Deputado Angelo Vanhoni sobre o Plano Nacional de Educação, de cuja elaboração eu acho que V.Exa. participa. Nós sabemos que no movimento educacional no Brasil há muitas variantes a serem analisadas. Por exemplo, nesse plano (que nós vamos aprovar ou não) está sendo incluída a creche, que não fazia parte do sistema educacional. Na questão



salarial dos professores, nós agora temos um piso, que antes também não estava previsto, inclusive para o terceiro pedagógico, mas não para a licenciatura plena. Quanto à qualidade do ensino, tudo que foi dito tem o meu apoio; agora, quando se olha o País de ponta a ponta, segundo os organismos internacionais nós não estamos bem. Nós temos ilhas. Há uma outra questão: achar que a educação privada é boa e a pública não também é fazer uma falsa análise. Basta ver a quantidade de faculdades de Direito que foram reprovadas no exame da OAB. De mil e tantas, apenas 90 são recomendadas pela Ordem. V.Exa. diz que o professor de matemática faz a diferença, e eu quero parabenizar o Piauí, mas ainda acho pouco para atender à necessidade do nosso País, até porque quase todos os professores de matemática deixam os alunos com medo ao dizerem que matemática é uma ciência difícil. Julgamos que essa é uma questão pedagógica. É bom V.Exa. trazer esse assunto ao debate, Deputada, porque o tema da educação é muito bom para campanha política, muito bom para plano de governo, mas a realidade nua e crua é a que V.Exa. está mostrando.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputada Iracema, como V.Exa. fala da educação, aproveito para registrar que estão nas galerias alunos do Colégio Antares, de Goiatuba, Goiás, e do curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá, de Vitória, Espírito Santo. Damos as boas-vindas a todos. *(Palmas.)*

V.Exa. tem a palavra, Deputada.

A SRA. IRACEMA PORTELLA - Muito obrigada, Deputado Chico Lopes, pela sua contribuição. Reforço que as questões que envolvem a educação passam obrigatoriamente pela valorização do magistério. Só assim teremos um ensino público de qualidade em nosso País. *(Palmas nas galerias.)* Assim, o fortalecimento da escola pública, por meio da valorização dos nossos educadores, é sem dúvida um componente importante, inclusive na luta contra o consumo de drogas, que tem feito milhares de vítimas em nosso País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a luta contra as drogas é prioridade total do meu mandato. Desde que cheguei aqui a esta Casa venho dedicando-me a essa temática, e felizmente, depois de quase 1 ano de intenso trabalho, posso dizer que avançamos.

Ao longo dos últimos meses, percorremos todo o Brasil para traçar uma radiografia precisa desse problema. Fizemos seminários em todas as Unidades da Federação. Realizamos também um seminário nacional, ocasião em que foi possível ouvir os mais diversos especialistas nesse tema, que forneceram subsídios para a Comissão avançar na elaboração do seu relatório final.

Visitamos os três principais produtores de cocaína no mundo: Colômbia, Bolívia e Peru. E, em parceria com a Subcomissão do Senado Federal que também se dedica a esse assunto, conhecemos as políticas públicas adotadas em países como Suécia, Portugal, Holanda e Inglaterra. Vimos de perto experiências de prevenção e combate às drogas que estão dando certo e que podem servir de modelo para o Brasil.



A Comissão realizou ainda diversas audiências públicas, em que foram ouvidos representantes do Governo Federal, da sociedade civil, de organismos internacionais, de entidades que trabalham nessa área e estudiosos do tema, entre outros. Estamos caminhando agora para a apresentação de um relatório final que proporá mudanças legislativas para o aprimoramento das políticas públicas nessa área.

Não seria exagero dizer que, com o trabalho da Comissão Especial, foi possível colher bons frutos. Conseguimos colocar o tema das drogas na agenda nacional. Conseguimos chamar a atenção do Governo e da sociedade para esse grave problema.

É necessário, Sras. e Srs. Deputados, aproveitar esta conjuntura favorável para reforçar as políticas públicas de enfrentamento das drogas, melhorar a rede de tratamento dos usuários, melhorar os instrumentos de reinserção social dos dependentes químicos, bem como de recolocação dessas pessoas no mercado de trabalho e no sistema educacional.

Um de nossos maiores desafios é justamente a fase do pós-tratamento. É essencial garantir que essas pessoas, depois de recuperadas do vício, possam realmente ter um cotidiano diferente, com novas perspectivas, com chances concretas de produzir e avançar nos estudos. Se não formos capazes de ajudar os ex-dependentes químicos nessa retomada, corremos o risco de vê-los cair novamente no mundo das drogas.

Além de fortalecer o trabalho das comunidades terapêuticas, é essencial avançar na expansão da rede de CAPS AD e de hospitais capazes de acolher os usuários de drogas. Tudo deve estar interligado: comunidades terapêuticas, CAPS AD, hospitais, políticas públicas de reinserção social dos usuários de drogas e combate ao tráfico.

É necessário oferecer aos nossos jovens um caminho luminoso e promissor, com um projeto pautado pela busca por conhecimento, saúde, paz e equilíbrio. Esses são os valores que precisam predominar na nossa sociedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ainda destacar um tema de extrema importância: a luta contra a violência sofrida pelas mulheres. Hoje, 25 de novembro, neste mesmo plenário, será realizada sessão solene em comemoração do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, que transcorre nesta mesma data.

O combate à violência contra a mulher continua sendo um grande desafio para o País.

É oportuno ressaltar que no dia 22 de setembro último a Lei Maria da Penha completou 5 anos de existência. E, segundo informações colhidas no *site* do Superior Tribunal de Justiça, a quantidade de processos penais que chegam sobre violência doméstica contra a mulher é crescente.



O Sr. Severino Ninho - Deputada, V.Exa. permite um aparte?

A SRA. IRACEMA PORTELLA - V.Exa. tem o aparte, Deputado.

O Sr. Severino Ninho - Quero cumprimentar V.Exa. pelo brilhante discurso e pela escolha dos temas trazidos a esta Casa, todos do maior interesse para a Nação brasileira, principalmente no que se refere às drogas e à violência contra a mulher. Apesar dos dispositivos legais e das ações das Secretarias com *status* de Ministério criadas para fazer esse combate, os efeitos esperados ainda não aconteceram. As drogas, principalmente o *crack*, em Pernambuco como em todo o Brasil, vêm infelicitando famílias e causando graves problemas, especialmente aos jovens, de modo que é preciso termos atenção redobrada nesta Casa, todos nós os governantes, como um todo, desde os Prefeitos aos Governadores e até o Governo Central, todos os Secretários Municipais, enfim, a Nação como um todo. Parabênizo V.Exa. Não vamos esmorecer. Vamos continuar nessa luta. Todos devemos abraçar esse combate diuturno às drogas e à violência contra a mulher. Muito obrigado.

A SRA. IRACEMA PORTELLA - Agradeço-lhe o aparte, Deputado, e insisto que precisamos aproveitar esta conjuntura favorável para reforçar políticas públicas de enfrentamento das drogas.

E embora ainda precisemos avançar muito rumo ao fim da violência contra as mulheres, o Brasil está na trilha certa. No Brasil do Século XXI, a mulher pode finalmente erguer a sua voz diante da violência e da discriminação sem temor, sem receio.

Nesta caminhada, é fundamental fortalecer as campanhas de conscientização da sociedade brasileira sobre esse grave quadro, e também as políticas públicas com foco na promoção da cidadania das mulheres. Precisamos ainda investir no fortalecimento e na ampliação da rede pública de atendimento às mulheres, formada por delegacias, defensorias, ouvidorias, conselhos de direitos e outras instâncias.

Também é crucial lançarmos um olhar atento para a saúde da mulher, uma das prioridades do meu mandato. Problemas como a mortalidade materna devem mobilizar os Governos nas três instâncias, bem como o Parlamento e a sociedade civil.

Nos últimos anos o Brasil conseguiu reduzir a mortalidade materna em 50%. No entanto, o próprio Governo reconhece que não será fácil cumprir a meta do milênio das Nações Unidas, que estabelece uma queda de 75% na razão de mortes maternas até 2015.

Infelizmente, Deputado Luiz Couto, o Piauí ostenta o dramático título de campeão de mortalidade materna no País. Isso é inaceitável.

As mortes maternas são um grave problema de saúde pública no Brasil. E chama



a atenção o fato de que em mais de 90% dos casos elas são evitáveis.

Iniciativas simples são capazes de inverter esse quadro.

É fundamental melhorar o atendimento das mulheres durante todo o pré-natal, o parto e o pós-parto, com uma atenção humanizada e especial na rede pública de saúde. Daí a importância de ações como o Programa Rede Cegonha, voltado para as mães e seus bebês.

Outra questão que deve ser enfrentada com vigor é o combate ao câncer de colo de útero e de mama. O câncer de mama é o tipo de tumor mais frequente no mundo e o mais comum entre as mulheres, tratando-se da maior causa de morte entre as mulheres brasileiras. Isso porque, na maioria dos casos, a doença é diagnosticada em estágios avançados.

Para transformar esse panorama, é importante investir mais em ações de controle e prevenção da doença, além de campanhas maciças de disseminação de informações sobre o problema.

Ao longo dos últimos meses, tenho concentrado esforços e atenção em torno de todas essas questões que envolvem as mulheres brasileiras, atuando em parceria com as Parlamentares da bancada feminina em várias frentes, seja apresentando projetos de lei capazes de melhorar a vida das mulheres, seja participando de reuniões com representantes do Poder Executivo para influenciar nas políticas públicas, seja lutando por mais recursos no Orçamento da União para os programas destinados ao público feminino. Essa é mais do que uma bandeira política. É uma missão de vida.

Por fim, gostaria de destacar que, na condição de Parlamentar nordestina, e do Piauí, tenho o firme compromisso de lutar pela redução das desigualdades regionais e por um modelo de desenvolvimento sustentável para o Nordeste de modo geral e para o meu Estado em particular.

O Piauí é uma terra de oportunidades. Fomos dotados de uma natureza exuberante que, aliada às manifestações artísticas e culturais do nosso povo, forma um belo patrimônio a ser admirado, visitado e preservado por turistas de todo o mundo.

Temos também uma enorme vocação para o desenvolvimento de atividades econômicas em áreas como serviços, indústria e agropecuária.

Estamos perto de completar o primeiro ano de mandato. Conseguimos algumas vitórias, e isso deixa-me feliz.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Obrigado, Deputada. Eu quero parabenizá-la pelo pronunciamento, em que trata da questão da educação e também do combate às drogas com políticas públicas. V.Exa., por ser membro da Comissão



Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas, tem dado sua contribuição. Tenho certeza de que a partir da aprovação do relatório da Comissão nós vamos apresentar ao Poder Público políticas que possam enfrentar de vez essa questão das drogas.

Documento 88/102

336.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	25/11/2011-11:24
Publ.: DCD - 26/11/2011 - 63682	ROBERTO DE LUCENA-PV -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Homenagem às mulheres brasileiras em nome da missionária Ruth de Mello, fundadora da Igreja O Brasil para Cristo. Necessidade de avanço no combate à violência contra a mulher no País. Repúdio às agressões verbais contra a Presidenta Dilma Rousseff desferidas por Parlamentar. Solidariedade à luta da Vereadora Leonice da Paz pela instalação de novas delegacias da mulher no Município de Campinas e região, Estado de São Paulo. Empenho do Governador Geraldo Alckmin na ampliação da rede de proteção à mulher.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje é o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Quero, aliás, Sr. Presidente, iniciar o meu pronunciamento rendendo homenagens à mulher brasileira, àquela que aqui nasceu e que escolheu este País para ser a sua Pátria.

Eu rendo essa homenagem, tomando a liberdade de mencionar, respeitosamente, a missionária Ruth de Mello, fundadora da Igreja O Brasil para Cristo - ao lado do seu esposo, o missionário Manoel de Mello. Essa mulher extraordinária tornou-se, de certa forma, a mãe de milhões de pessoas em todo o Brasil. Hoje, a sua saúde está fragilizada, debilitada, mas a seu exemplo segue forte, contundente e vigoroso.

É em seu nome, portanto, que presto homenagem e reverência a todas as mulheres do Brasil.

Sr. Presidente, a violência contra as mulheres não é apenas uma questão das mulheres, mas sim de toda a sociedade. É um fato que precisa ser enfrentado por



todos nós. A violência contra a mulher é atentado à vida; é vergonha humana.

Os dados são ainda alarmantes, chocantes: a cada 15 segundos, uma mulher sofre algum tipo de violência, seja física, moral, sexual, psicológica, ética ou patrimonial; no mundo, mais de 1 milhão de mulheres vivem ainda como na Idade Média; em nosso País 30% das brasileiras já sofreram algum tipo de violência; a cada 7 minutos, uma mulher apanha e, a cada 2 horas, uma mulher é assassinada no Brasil.

A violência física é a face mais visível do problema, mas muitas outras são tão presentes quanto esta, a exemplo da violência doméstica.

Acredito, Sr. Presidente, que ainda temos muito a avançar no combate à violência contra a mulher, mas os debates na sociedade sobre o assunto e a aprovação, nesta Casa de leis, de uma legislação moderna prevendo punições já permitem que mudanças surjam.

O entendimento de que a violência psicológica é uma violência doméstica que deve ser punida é um indicativo forte de que está havendo uma mudança cultural desde a aprovação da Lei Maria da Penha. Antes disso, havia uma falta de compreensão mais ampla e um entendimento bastante restrito do que seria violência doméstica, ou seja, somente agressão física. Nem mesmo a violência sexual era interpretada como violência doméstica, pois para muitas mulheres não havia estupro dentro de um casamento.

Meu desejo, Sras. e Srs. Deputados, era que todo dia fosse Dia do Combate à Violência contra a Mulher, de forma que este assunto não saísse da pauta das discussões e reflexões mais importantes da sociedade brasileira. Que o Brasil, da Presidenta Dilma Rousseff - ontem ela foi tão injustamente agredida desta tribuna -, continue a enfrentar com lucidez e responsabilidade toda forma de violência contra a mulher.

Finalizo cumprimentando a Vereadora Leonice da Paz por sua luta pela instalação de mais delegacias da mulher em Campinas e região e fazendo um reconhecimento ao Governo do Estado de São Paulo, na pessoa do Governador Geraldo Alckmin, pelo seu esforço para ampliação da rede de proteção à mulher e no fomento de políticas públicas estaduais de enfrentamento a este tipo de violência.

Peço apenas um segundo para concluir, Sr. Presidente.

Somo-me, portanto, a toda a bancada do Partido Verde, pela qual falo, em especial à ilustre Deputada Rosane Ferreira, na reafirmação do compromisso do partido, aqui na Câmara dos Deputados, de enfrentamento à violência que atinge a mulher.

Deputada Janete Capiberibe, a V.Exa. as minhas homenagens, a V.Exa. os meus aplausos.



Que Deus abençoe todas as mulheres do Brasil.

Que Deus abençoe o Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 89/102

336.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	25/11/2011-12:33
Publ.: DCD - 26/11/2011 - 63691	SEVERINO NINHO-PSB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Considerações sobre a democracia representativa: origem, história, virtudes e defeitos. Significado da representação popular. Resgate da imagem do Parlamento nacional. Transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher e do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Defesa da adoção de medidas efetivas de combate à violência contra as mulheres no País. Erradicação de preconceitos raciais existentes no Brasil. Trajetória política do orador.

O SR. SEVERINO NINHO (Bloco/PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, ocupo a tribuna desta Casa, no Grande Expediente, no dia de hoje, para tecer considerações sobre a democracia representativa, sua origem, história, virtudes e defeitos, buscando mostrar os compromissos decorrentes da representação parlamentar, seu mister e obrigações, sem, com isso, querer ministrar lições aos nobres pares, muitos mestres no assunto, veteranos no Parlamento, ciosos da função, mas nunca é demais falar sobre tema tão candente, atual e importante para a democracia brasileira, quiçá para o mundo, principalmente para os Deputados que, como eu, estão no Parlamento Federal pela primeira vez.

Antes, porém, Sr. Presidente, de falar sobre a democracia representativa, farei um breve relato sobre a democracia direta, experiência vivida pelas cidades-estado na Grécia Antiga e, atualmente, com alguma semelhança, também vivida na Suíça.

É comumente aceito que a democracia direta surgiu na Grécia, por inspiração de



Péricles, que, na ágora, ouvia o povo para decidir as ações que o governante deveria implementar em seu benefício. Com a ousadia de Péricles na Grécia Antiga, a semente estava lançada. A ideia de democracia sobreviveu ao tempo, mesmo que tenhamos vivido em seguida diversos períodos de obscurantismo.

A Constituição de 1988, chamada por Ulysses Guimarães de Constituição cidadã, em seu art. 14, consagra princípios inerentes à democracia direta, através do plebiscito e referendo, permitindo ao povo que exerça a sua soberania diretamente.

Na democracia direta, inaugurada por Péricles, como dito, na ágora, não havia representantes entre o povo e o Governo.

Com o crescimento das cidades, obviamente, a democracia vivida na Antiguidade pelas cidades-estado gregas tornou-se inviável, pois impossível ficou reunir milhões em uma praça para decidir junto com o Governo o que deveria ser feito.

Foi essa a razão que possibilitou o surgimento da democracia representativa.

A democracia direta, Sr. Presidente, até hoje apaixona pessoas. Há até quem pregue simplesmente a sua volta, sob a alegação de que, com a era digital, a democracia representativa perdeu o sentido. É o que pensa o jornalista Álvaro Maia, que, em maio deste ano, foi entrevistado pelo *Jornal do Senado*. Como entusiasta do sistema, ele até criou um *blog* com fórum para discutir a democracia direta.

Entretanto, apesar de concordar em muito com o jornalista, o nosso discurso não tem o condão de defender a democracia direta, mas de tratar da democracia representativa, a forma adotada no Brasil e no resto do mundo, praticamente.

Na democracia representativa, também chamada de democracia indireta, inversamente ao que se pratica na democracia direta, o povo expressa sua vontade através da eleição de representantes em intervalos regulares, que tomam decisões em nome daqueles que os elegeram. Esse é o espírito basilar da democracia representativa.

É essa a forma de democracia consagrada em nossa Constituição, que também assegura elementos da democracia direta, ao determinar no parágrafo único do seu art. 1º que *"todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição"*.

No art. 14, a Carta Magna afirma:

"Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;



II - referendo

III - iniciativa popular".

No art. 45, a Carta de Princípios volta a consagrar a democracia representativa, quando prescreve:

"Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal".

Como vimos, em escala federal, somos nós, membros desta Casa, os representantes do povo, enquanto em nível estadual são dos Deputados Estaduais, e, nos Municípios, são os Vereadores.

Não resta, pois, dúvida. Fomos eleitos para representar o povo.

Mas aqui cabe uma pergunta: essa representação é soberana, ilimitada, nós somos senhores dela, ou temos que prestar contas a alguém?

Sem adentrar muito nas críticas assacadas contra essa forma de democracia, registro o pensamento explicitado por Norberto Bobbio no livro *O Futuro da Democracia*. Norberto Bobbio nasceu em Turim, Itália, em 1909, e faleceu no começo de 2004. *O Dicionário de Política*, por ele coordenado, tornou-se obra obrigatória de referência. Bobbio parte da tese de que a característica básica da democracia é o direito da maioria de influir na adoção daquelas regras que serão obrigatórias para todos.

Cumpre ter presente, pondera, que os ideais humanos concebidos como nobres e elevados, no processo de sua realização, adquirem determinados contornos que precisam ser constantemente avaliados, a fim de estabelecer em que medida ainda têm algo a ver com o ideal originário.

No que se refere à democracia, Bobbio acha que deixou de atender a muitas expectativas, que denomina de *"promessas não cumpridas"*, aparecendo também obstáculos à sua efetivação. Ainda que a circunstância não elimine a diferença entre regimes autocráticos e regimes democráticos, a democracia real - diz Bobbio - está longe de ser "o governo de todo o povo", na medida em que é exercido por uma elite.

Há também - lembra ele - o chamado poder invisível (máfias, organizações secretas de particulares e mesmo serviços secretos oficiais, infensos a qualquer tipo de controle). Bobbio considera ainda a suposição de que, sendo a democracia um conjunto de procedimentos, não dispõe de apelos capazes de fomentar o aparecimento de cidadãos ativos.

A partir da leitura do livro *O Futuro da Democracia*, de Norberto Bobbio, pensador italiano, é possível verificar que o autor defende a democracia formada por um



conjunto de regras.

Na concepção de Bobbio, a regra da maioria é apenas um elemento utilizado para o cálculo dos votos em uma democracia real. Dada a impossibilidade de se instalar uma democracia direta nos Estados modernos por conta da complexidade da sociedade, a representatividade do poder, na opinião de Bobbio, torna-se necessária. Ou seja, ele defende a democracia representativa.

Nesse passo, Bobbio sustenta que os representantes eleitos não podem exercer mandatos imperativos, isto é, não podem estar vinculados a interesses particulares e constata que essa proibição é explicitamente violada, pois os representantes eleitos ficam vinculados aos interesses das agremiações partidárias às quais são filiados.

Norberto Bobbio ainda ressalta que a publicidade do poder é imprescindível, pois a visibilidade dos atos governamentais é o instrumento que os cidadãos têm para o controle e fiscalização dos atos de Governo. E, para que o poder estatal esteja em consonância com as vontades dos governados, é necessário que exista educação para a cidadania também. Para Bobbio, não existe democracia representativa se o poder é escamoteado dos mandatários e se há cidadãos mal educados para o entendimento das regras estabelecidas.

Em uma democracia representativa, em regra, a Constituição contempla a proibição do mandato vinculado a interesses particulares, mas o que se vê é a constante violação de tal regra, pois os representantes eleitos por determinado partido acabam por estar vinculados aos interesses particulares da agremiação partidária pela qual se elegeram ou a outros interesses ainda mais particulares.

Nesse passo, acerca do mandato imperativo, que é o mandato exercido pelos representantes eleitos vinculados a grupos representados, Norberto Bobbio questiona o seguinte:

Além do fato de que cada grupo tende a identificar o interesse nacional com o interesse do próprio grupo, será que existe algum critério geral capaz de permitir a distinção entre o interesse geral e o interesse particular deste ou daquele grupo, ou entre o interesse geral e a combinação de interesses particulares que acordam entre si em detrimento de outros?

Com essa indagação, o autor, o mestre Norberto Bobbio, sugere que aquele representante que no Parlamento faz articulações com vistas a atender a interesses particulares é porque tem um mandato imperativo, vinculado ao grupo representado.

Assim, Sr. Presidente, aquela pergunta que fiz ao meio do discurso - o que é democracia representativa? - foi respondida por Bobbio: nós apenas exercemos o mandato, mas o interesse a ser defendido é o do povo, isto é, o bem comum.

A nossa missão nesta Casa, uma das mais nobres e difíceis que existe, consiste em representar o povo brasileiro, defendendo e propondo ações que visem



melhorar a sua condição de vida, nos mais variados aspectos do seu cotidiano.

Aqui cabe outra pergunta: o que significa representar o povo?

A Carta Magna assim nos delega, e o povo nos coloca aqui para representá-lo. Mas, repito, o que significa representar o povo?

A nosso ver, essa é uma questão de difícil resposta. Considero representar o povo - eu, particularmente - uma missão quase impossível, pois quem representa defende interesses, e, em nosso caso, o interesse que devemos defender é o do povo, não o do Governo ou de quem quer que seja.

Numa relação entre representante e representado, entendo que o representante não pode ter mais direitos ou privilégios que o representado. Um advogado que representa um cliente numa causa não pode querer receber mais que do que o cliente que representa. O que temos aqui não é nada mais, nada menos que uma procuração, a mais sublime delas, a procuração de representar o povo.

Ora, Sr. Presidente, essa procuração que o povo nos conferiu não nos deu poderes para legislarmos em benefício próprio, criando privilégios que o mandatário - o povo - não aceita. Numa linguagem clara, o povo que nos paga não pode ter menos direitos do os que temos aqui. Quem paga não pode receber menos do que quem recebe.

Na relação estatal, o povo é a parte mais fraca, mais sensível. Cabe a nós a nobre de missão de defender os direitos do povo frente aos interesses do Governo, de grupos econômicos etc. Não nos cabe aqui defender nossos próprios privilégios, interesses, muito menos os de grupos econômicos, financeiros, corporativos ou de qualquer outro que não esteja legitimado na supremacia da vontade popular.

Nossa atuação só será legítima na medida em que haja o interesse público, ou seja, dos cidadãos, fim último e causa primeira do Estado Democrático de Direito.

Quero registrar que esta Casa, buscando uma sintonia com a vontade popular, já cortou privilégios que a Nação não aceitava. Cito como exemplo o fim da imunidade ilimitada, o fim do recesso de 60 dias etc. Esta Casa cortou esses privilégios, é verdade, mas precisa cortar outros, como o auxílio-paletó, o 14º salário, a jornada de 3 dias de trabalho, a verba de gabinete de valor excessivo, entre outros. Entendo que a verba de gabinete tem valor excessivo e não concordo, particularmente, com o recebimento do que ficou conhecido como 14º e 15º salários.

Sr. Presidente, não adianta trabalharmos aqui até altas horas da madrugada, como aconteceu dias atrás, se para o povo ficou consagrada a imagem de que só trabalhamos às terças-feiras e às quartas-feiras. Como explicar ao contribuinte que um representante do Distrito Federal nesta Casa receba auxílio-moradia, se ele reside no próprio Distrito Federal?



É por essa e outras razões, Sr. Presidente, que a nossa imagem é tão ruim perante a Nação.

Por esse motivo, e em busca do respeito popular por esta Casa, é que, ao assumir o mandato, enviei correspondência ao setor competente renunciando ao que ficou conhecido como 14º e 15º salários. Quero deixar claro que não quero fazer disso um cavalo de batalha ou um meio a de condenação de quem recebe. Cada um responde por suas ações, cabendo ao povo julgar, a cada eleição, o que entende certo ou errado.

Sr. Presidente, essa é a contribuição que eu gostaria de dar ao debate, como disse, sem querer dar lições, sem querer condenar qualquer atitude, preocupado unicamente com a imagem desta Casa, colaborando para aproximá-la do povo, origem do poder; aliás, fonte do poder e da soberania.

Antes de encerrar, desejo assinalar, rapidamente, o transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher e o Dia Nacional da Consciência Negra. São duas datas marcantes.

Foi registrada aqui por uma Parlamentar, se não me engano, a violência que ainda grassa nos lares brasileiros. A Lei Maria da Penha e outros instrumentos legais que o Congresso Nacional aprovou ainda não foram suficientes para pôr fim a essa praga que assola o nosso País. As mulheres, a cada dia, conquistam espaços; a cada dia, galgam posições; e temos, junto a elas, a obrigação de criar um ambiente familiar, um ambiente pátrio que eduque para a paz, não para a violência.

Da mesma forma, em relação à raça negra. A raça negra ainda sofre muito com a discriminação: salários mais baixos que os da raça branca; percentual de alfabetização também muito inferior ao da raça branca, além de outras situações que demonstram que ainda não há, no País, uma democracia real e efetiva.

Estamos aqui para isto: para lutar por um País mais justo, mais respeitado. E agora o nosso País lá fora, com o Governo do Presidente Lula, conseguiu superar a imagem negativa com que dantes era apresentado. O que se falava lá fora do País era de Pelé, de Ayrton Senna, do Carnaval, das mulatas. Hoje, porém, já se reconhece o Brasil como um país que está avançando para uma situação de justiça social mais efetiva, de justa distribuição de renda e que oferece melhores condições de vida a seu povo.

Sr. Presidente, estou nesta Casa há pouco mais de um mês, tendo assumido a vaga então ocupada pela hoje Ministra Ana Arraes. Venho de Igarassu, Município pernambucano de 100 mil habitantes, onde fui Prefeito por 4 anos e 9 meses - 9 meses em um mandato-tampão e 4 anos eleito pelo povo.

Fui Vereador por 6 anos, o primeiro do PSB de Pernambuco, partido a que sou filiado desde 1988.

Convivi muito com Miguel Arraes. Participei do seu segundo e do seu terceiro



Governos, sendo nomeado por ele para diversas funções.

Tive a honra de também conviver com Dom Helder Câmara, já falecido, que muito contribuiu para o combate às desigualdades sociais.

Também fui Vice-Prefeito da minha terra, Igarassu - canoa grande, na língua tupi-guarani -, que tem a igreja mais antiga do Brasil, a Igreja dos Santos Cosme e Damião, de 1.535, santos que também são seus padroeiros.

Localizado na Região Metropolitana do Recife, é limítrofe com Abreu e Lima, de 100 mil habitantes, e com Itapissuma, de 30 mil habitantes.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância. Um bom final de semana a todos.

Um grande abraço a todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado Severino Ninho, parabenizo-o pelo seu pronunciamento.

V.Exa. traz, a partir das teses defendidas por Bobbio, aquilo que é significativo para a classe política, o que representamos. Coloca com muita clareza essa situação toda. Precisamos fazer com que a população possa, cada vez mais, ter confiança no Parlamento.

Antes de fazer leis, o Parlamento é uma casa de debate dos grandes temas nacionais, dos temas regionais e também de proposições para o enfrentamento dessas questões. Mas a nossa função principal é a de fiscalizar para que cada centavo do dinheiro público seja bem utilizado, para que não haja desvio de recursos, para que não haja corrupção.

Temos também de combater a violência e a impunidade.

V.Exa. coloca muito bem, a partir da ótica de Bobbio, o que representam as nossas atribuições.

Parabéns pelo pronunciamento.

Documento 90/102

339.1.54.O

Sessão Ordinária - CD

28/11/2011-16:57

Publ.: DCD - 29/11/2011 -
63821

ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO
PARLAMENTAR



Sumário

Homenagem do PSD às mulheres no transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher. Combate à violência contra a mulher no País.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, solicitou-me o PSD que eu viesse aqui hoje falar pela Liderança e também no horário das Comunicações Parlamentares, o que faço com muito prazer.

Na condição de patriarca, esposo e filho, devo confessar publicamente que me sinto inteiramente à vontade para me colocar ao lado das mulheres neste momento tão especial da vida delas.

Antes de qualquer outra coisa, devo dizer que sou totalmente contrário a todo e qualquer tipo de violência contra as filhas de Deus.

No último dia 25, esta Casa realizou uma sessão solene comemorando o Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher - aliás, Deputado Luiz Couto, V.Exa. fez um belo pronunciamento sobre o assunto naquela oportunidade, e eu o cumprimentei por isso.

Não existe nada mais justo do que nos alinharmos com aqueles que, de uma forma ou de outra, desejam ver extirpada, de uma vez por todas, a ação do mais forte - ou seria do mais covarde? - contra o mais frágil, no caso, as mulheres.

Mas, afinal de contas, como podemos definir o que é a violência contra as mulheres, esse câncer que continua estendendo seus tentáculos mundo afora?

Na definição da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotada pela Organização dos Estados Americanos, em 1994, em Belém do Pará, a violência contra a mulher é:

"Qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto privada.

(...)

A violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que conduziram à dominação e à discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem o pleno avanço das mulheres..."

Já a Conferência das Nações Unidas sobre os direitos humanos, realizada em Viena, Capital da Áustria, em 1993, reconheceu formalmente a violência contra as



mulheres como violação aos direitos humanos. Desde então, os governos dos países-membros da ONU e as organizações da sociedade civil têm trabalhado para a eliminação desse tipo de violência, que já é reconhecido também como grave problema de saúde pública.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, abram-se aspas, *"as consequências do abuso são profundas, indo além da saúde e da felicidade individual e afetando o bem-estar de comunidades inteiras"*, fecham-se aspas.

De onde vem, então, a violência contra as mulheres? Ela acontece porque em nossa sociedade machista muitos ainda acham que o melhor jeito de resolver o conflito é usando a força, ou seja, o mais forte oprime o mais fraco.

Assim, nobres colegas, muitas vezes, os maridos, namorados, pais, irmãos, chefes e outros homens acham que têm o direito de impor a sua vontade às mulheres. Embora em muitos casos o álcool, as drogas ilegais e o ciúme sejam apontados como fatores que desencadeiam a violência contra a mulher, na raiz do problema está a maneira como a sociedade dá mais valor ao papel masculino, o que, por sua vez, se reflete na forma de educar os meninos e as meninas.

Enquanto os meninos são incentivados a valorizar a agressividade, a força física e a dominação e a satisfazer seus desejos, inclusive os sexuais, as meninas são valorizadas pela beleza, delicadeza, sedução, submissão, dependência, sentimentalismo passível e cuidado com os outros.

Estima-se que mais da metade das mulheres agredidas sofrem caladas e não pedem ajuda. Para elas, é difícil dar um basta àquela situação. Muitas sentem vergonha ou dependem emocional ou financeiramente do agressor; outras acham que foi só aquela vez e que, no fundo, são elas as culpadas pela violência; outras não falam nada por causa dos filhos, porque têm medo de apanhar mais ou porque não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente.

E ainda há a ideia do *"ruim com ele, pior sem ele"*.

Muitas se sentem sozinhas, com medo e vergonha. Quando pedem ajuda, em geral, é para outra mulher da família, como a mãe ou a irmã, ou, então, para alguma amiga próxima, vizinha ou colega de trabalho.

Já o número de mulheres que recorrem à Polícia é ainda menor. Isso acontece principalmente no caso de ameaça com arma de fogo, depois de espancamentos com fraturas ou cortes e ameaças aos filhos.

Com tudo isso, o que pode ser feito para estancar esse tipo de violência doméstica? As mulheres que sofrem esse tipo de violência podem procurar qualquer delegacia, mas é preferível que procurem as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, as chamadas Delegacias da Mulher. Mas existem também serviços que funcionam em hospitais e universidades e que oferecem



atendimento médico, assistência psicossocial e orientação jurídica.

Desejo reafirmar e, ao mesmo tempo, esclarecer que a violência contra a mulher é qualquer conduta - ação ou omissão - de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher, que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados.

A violência é, muitas vezes, considerada como manifestação tipicamente masculina, uma espécie de "instrumento para a resolução de conflitos".

Existem pesquisas que procuram explicar a relação entre a masculinidade e a violência por meio da biologia e da genética. Além de ter constituição física mais forte do que a das mulheres, atribui-se a uma mutação genética a capacidade de o homem manifestar extremos de brutalidade e até de sadismo.

Outros estudos mostraram que, para alguns homens, ser cruel é sinônimo de virilidade, força, poder e *status*.

A violência contra as mulheres é fenômeno antiquíssimo e considerado o crime encoberto mais praticado no mundo e tem sido legalizado, através dos tempos, por leis religiosas e seculares, e legitimado por diferentes culturas e por mitos da tradição oral ou escrita.

Segundo dados divulgados recentemente, uma a cada 5 faltas ao trabalho é causada pela violência sofrida pelas mulheres dentro de casa, e a cada 5 anos, a mulher perde 1 ano de vida saudável se sofre violência doméstica. O estupro e a violência doméstica são causas importantes de incapacidade e de morte de mulheres em idade produtiva.

Na América Latina e no Caribe, a violência doméstica atinge entre 25% e 50% das mulheres. Uma mulher que sofre de violência doméstica geralmente ganha menos do que aquela que não vive em situação de violência. No Canadá, um estudo estimou que os custos da violência contra as mulheres superam 1 bilhão de dólares canadenses por ano em serviços, incluindo polícia, sistema de justiça criminal, aconselhamento e capacitação. Nos Estados Unidos, levantamento estimou o custo com a violência contra a mulher entre 5 bilhões e 10 bilhões de dólares por ano. Nos países em desenvolvimento, estima-se que entre 5 e 16 anos de vida saudável são perdidos pelas mulheres em idade produtiva. No Brasil, a maioria das vítimas do tráfico de seres humanos é de mulheres para abastecer as redes internacionais de prostituição.

As mulheres negras e indígenas carregam uma pesada herança histórica de abuso e violência sexual. Por séculos, elas foram tratadas como máquinas de trabalho e sexo, sem direitos humanos básicos. Hoje, as negras e as indígenas sofrem dupla discriminação - a de gênero e a de raça -, acrescida de uma terceira: a de classe, por serem, em sua maioria, mulheres pobres.



Todos esses fatores aumentam a vulnerabilidade dessas mulheres, que, muitas vezes, enfrentam violência não apenas fora, mas também dentro de sua própria casa.

Apesar dos avanços nas políticas de proteção à mulher, os casos de violência ainda são frequentes. Uma em cada 5 brasileiras, nossas irmãs, declaram ter sofrido algum tipo de violência masculina.

Estatísticas mostram que, a cada 15 segundos, uma mulher é espancada no Brasil, o que representa cerca de 2 milhões por ano.

Até aqui, Sras. e Srs. Deputados, só fiz referência a fatos que vão de encontro à integridade física e moral das mulheres.

Então, para encerrar este discurso, que o PSD pediu-me que aqui viesse fazer - e que faço com muito prazer -, para homenagear quem realmente merece ser homenageado, caro Sr. Presidente, deixo uma frase que resume tudo o que V.Exa., inteligentemente, no dia 25 proferiu: *"Em mulher não se bate nem com uma flor"*.

Faço das suas palavras as minhas. E acrescento uma frase dita por um sacerdote da minha terra: *"A mulher é a pessoa mais importante da sociedade humana, porque ela é a continuidade da existência do Deus humano, porque só ela, humana, pode gerar a vida"*.

É a homenagem que prestamos à mulher brasileira, a todas as que me escutam neste momento, às mulheres da Câmara dos Deputados, às mulheres que nos acompanham, às mulheres Deputadas, às mães do Brasil, da minha terra, de Santa Catarina, do Brasil inteiro e do mundo. Recebam do PSD e deste modesto Deputado a nossa maior homenagem e o nosso reconhecimento da sua importância na nossa sociedade.

Antes de encerrar, permita-me, ilustre Deputado Luiz Couto, elevar por alguns instantes o meu pensamento ao Criador e à querida Padroeira do Brasil, Nossa Senhora da Imaculada Conceição Aparecida, para que abençoem todas as mulheres do mundo e coloquem na cabeça dos homens a frase que V.Exa. tão bem disse aqui: *"Em mulher não se bate nem com uma flor"*.

Às mulheres, o respeito e a admiração que elas merecem, do fundo do nosso coração.

Viva a mulher brasileira!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado Onofre Santo Agostini, parablenzo V.Exa. pelo pronunciamento, ao qual me associo, pois traz com muita profundidade e consistência a questão da violência contra a mulher, abordando-a na perspectiva de que precisamos trabalhar, cada vez mais, para construir a cultura do respeito, da valorização e do amor que devemos ter em relação às



mulheres.

Associo-me a V.Exa. também na invocação à Virgem Maria, a Nossa Senhora Aparecida, para que, de fato, coloque na mente, no coração e nas entranhas dos homens que as mulheres, como V.Exa. disse, dão continuidade à obra da criação de Deus. Elas são criadoras, e todos nós estamos aqui porque fruto do seu amor.

Documento 91/102

341.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	29/11/2011-14:28
Publ.: DCD - 30/11/2011 - 63940	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Aumento da violência doméstica contra a mulher no Brasil. Transcurso do Dia Nacional de Combate ao Câncer.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer dois registros sobre duas datas da semana passada. Primeiro, o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher.

Foi constatado que a violência contra a mulher, na maioria das vezes, acontece em domicílio. A violência doméstica tem crescido. A violação dos direitos humanos em relação a essas mulheres tem também acontecido. E é importante repactuar a efetivação das políticas públicas com o Governo Federal, com os Governos Estaduais e os Municipais. Que nós possamos, então, tratar dessa pactuação.

A Fundação Perseu Abramo diz que pelo menos 20% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência doméstica.

O outro registro que gostaria de fazer é referente ao do Dia Nacional de Combate ao Câncer. No Brasil, a segunda maior causa de morte é o câncer. O Ministério da Saúde tem a seguinte estimativa: até o final do ano, serão desvendados cerca de 305 mil novos casos de câncer, e 117 mil pessoas vão morrer vítimas pela doença.



O maior desafio é a prevenção, mas temos esperança, uma vez que aumentaram também as chances de cura da doença por meio de novos medicamentos.

Obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero destacar aqui duas datas importantes que marcaram a semana passada: o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, homenageado em sessão solene nesta Casa, e o Dia Nacional de Combate ao Câncer.

A violência contra a mulher ainda é um grave problema social, contribuindo para preservar desigualdades históricas nas relações entre mulheres e homens. O fenômeno da violência doméstica e sexual praticada contra mulheres constitui uma das principais formas de violação dos direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física.

O diálogo com movimentos sociais, Governadores e Prefeitos é fundamental para repactuar a efetivação das políticas públicas para as mulheres e garantir que essas ações cheguem até elas e mudem suas vidas. Defender a Lei Maria da Penha, instrumento fundamental no combate à violência contra a mulher, é emergencial.

Aprovada por unanimidade em 22 de setembro de 2006, a Lei nº 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, foi criada com a finalidade de coibir a violência doméstica contra a mulher, além de estabelecer medidas de prevenção, assistência e proteção às mulheres vítimas de violência.

Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo aponta que aproximadamente 20% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência doméstica. A violência configura um cenário mais complexo do que a agressão da qual a mulher é vítima. Existe o problema da recorrência, da dependência afetiva, dos vínculos familiares. Daí a importância de a matéria ser tratada não só por sentença, mas por psicólogos, assistentes técnicos de toda a rede que atua em prol da mulher vítima da agressão doméstica.

Não podemos deixar de comentar a importância do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado em agosto de 2007 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte da Agenda Social do Governo. É uma espécie de acordo federativo entre o Governo Federal, os Governos dos Estados e os dos Municípios brasileiros para o planejamento de ações que visem à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo o território nacional.



Entre as ações previstas pelo Pacto estão a construção, a reforma e o reaparelhamento de mais de 700 serviços especializados de atendimento à mulher (delegacias, defensorias, centros de referência, etc.), a capacitação de policiais e profissionais de educação e a realização de campanhas educativas e culturais de prevenção à violência de gênero.

O silêncio é cúmplice da violência. Por isso mesmo, é fundamental que nós mulheres levantemos nossas vozes para denunciar a violência contra a mulher que ainda ocorre em silêncio em tantos lares e no conjunto da sociedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia 27 de novembro, Dia Nacional de Combate ao Câncer, não é uma data para ser comemorada. Segundo estimativas do Ministério da Saúde, até o final deste ano, serão registrados no País cerca de 305 mil novos casos de câncer. Ao todo, 117 mil pessoas vão morrer vítimas da doença, que é a segunda maior causa de mortes no Brasil, só perdendo para os problemas cardiovasculares.

Os especialistas da Sociedade Brasileira de Oncologia afirmam que o maior desafio no combate ao câncer de mama é a prevenção. Os exames específicos conduzidos regularmente por profissionais de saúde são importantes aliados, já que podem resultar num diagnóstico precoce da doença.

Com a maioria dos tumores ainda sem cura e com os efeitos colaterais provenientes dos tratamentos que são empregados atualmente, o câncer ainda é um grande desafio para a ciência e para a medicina. Entretanto, a expectativa dos especialistas é de que o tratamento de câncer sofra uma mudança radical dentro dos próximos anos.

No tratamento convencional, a quimioterapia tem utilizado drogas menos tóxicas e menos agressivas ao organismo. Outra vantagem é que está sendo adotada a quimioterapia primária, principalmente nos casos de câncer de mama e de reto, fazendo com que o tumor diminua antes de uma cirurgia. Com esse procedimento a parte do corpo afetada fica preservada, não precisa ser mutilada.

Nos últimos anos também aumentaram as chances de cura de câncer de mama, linfomas, leucemias, câncer infantil e de ovário. Com os novos medicamentos, a sobrevida dos pacientes aumentou e também a qualidade de vida no tratamento. As drogas para dor são menos tóxicas e melhoram a vida do paciente.



Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. Necessidade de avanço na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Resultados do estudo *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, realizado pela Fundação Perseu Abramo e pelo Serviço Social do Comércio - SESC. Apoio a ações garantidoras do parto humanizado.

A SRA. ROSANE FERREIRA (Bloco/PV-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 25 de novembro comemorou-se o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, data estabelecida pela ONU em 1999. O dia homenageia três irmãs ativistas políticas latino-americanas que foram assassinadas em 1961 pela ditadura instaurada na República Dominicana.

Este ano, destaco a divulgação de duas pesquisas que retratam o quanto ainda o Brasil precisa avançar na garantia de direitos para as mulheres.

Pela primeira vez, o número de cesáreas supera o de partos normais no Brasil, chegando a incríveis 52% do total. Para a OMS, o recomendado é uma taxa em torno de 15%. O grande número de cesarianas é puxado pelo setor privado, em que 80% dos partos são cirúrgicos desde 2004.

Não é preciso perguntar por que muitas mulheres - e muitos médicos - preferem o método cirúrgico para dar à luz. Muitas vezes a comodidade para a mãe e para o profissional de saúde justifica a preferência. Porém, não justificam os riscos que corre o bebê, especialmente o de nascer prematuro, além de representar uma violência contra a natureza da mulher.

Outra pesquisa pode dar o caminho para o entendimento do que está acontecendo com as mulheres no momento do parto. Os dados integram o estudo *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, realizado em agosto de 2010 pela Fundação Perseu Abramo e pelo SESC, divulgados este ano. Uma em 4 mulheres relata maus-tratos durante o parto. São agressões que vão da recusa em oferecer algum alívio para a dor, xingamentos, realização de exames dolorosos e contraindicados até ironias, gritos e tratamentos grosseiros com viés discriminatório quanto a classe social ou cor da pele.

Mesmo antes do parto em si, muitas brasileiras sofrem uma série de violências, que vai desde o pré-natal (insatisfatório) até a peregrinação na busca de um leito. Se for uma gravidez de risco, o sofrimento só aumenta, tanto para a gestante e a família quanto para o bebê.

Como enfermeira, sou a favor do parto humanizado como um direito a ser garantido pelo Estado. Um local adequado para o parto, a presença de um acompanhante, marido ou familiar, a diminuição de algumas intervenções sabidamente desnecessárias e um atendimento médico de confiança são alguns



dos preceitos do parto humanizado.

Lembro aqui o trabalho do médico curitibano Moysés Paciornik, conhecido em todo o Brasil pela defesa da saúde da mulher, do parto de cócoras e também um dos pioneiros no trabalho de prevenção ao câncer no País. Segundo seus relatos, só foi possível avançar no tratamento da saúde das mulheres quando passaram a contar o que sentiam, sem medo.

Sendo assim, cabe aos serviços de saúde escutá-las e promover ações garantindo atendimento digno, corroborando para extinguir qualquer forma de violência contra a mulher.

Peço que o presente pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e que seja divulgado no Programa *A Voz do Brasil*.

Documento 93/102

341.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	29/11/2011-16:52
Publ.: DCD - 30/11/2011 - 63977	ROBERTO DE LUCENA-PV -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Homenagem às mulheres brasileiras em nome da missionária Ruth de Mello, fundadora da Igreja O Brasil para Cristo. Necessidade de avanço no combate à violência contra a mulher no País. Repúdio às agressões verbais contra a Presidenta Dilma Rousseff desferidas por Parlamentar. Solidariedade à luta da Vereadora Leonice da Paz pela instalação de novas delegacias da mulher no Município de Campinas e região, Estado de São Paulo. Empenho do Governador Geraldo Alckmin na ampliação da rede de proteção à mulher.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje é o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Quero, aliás, Sr. Presidente, iniciar o meu pronunciamento rendendo homenagens à mulher brasileira, àquela que aqui nasceu e que escolheu este País para ser a sua Pátria.

Eu rendo essa homenagem, tomando a liberdade de mencionar, respeitosamente, a missionária Ruth de Mello, fundadora da Igreja O Brasil para Cristo - ao lado do seu esposo, o missionário Manoel de Mello. Essa mulher extraordinária tornou-se, de certa forma, a mãe de milhões de pessoas em todo o



Brasil. Hoje, a sua saúde está fragilizada, debilitada, mas a seu exemplo segue forte, contundente e vigoroso.

É em seu nome, portanto, que presto homenagem e reverência a todas as mulheres do Brasil.

Sr. Presidente, a violência contra as mulheres não é apenas uma questão das mulheres, mas sim de toda a sociedade. É um fato que precisa ser enfrentado por todos nós. A violência contra a mulher é atentado à vida; é vergonha humana.

Os dados são ainda alarmantes, chocantes: a cada 15 segundos, uma mulher sofre algum tipo de violência, seja física, moral, sexual, psicológica, ética ou patrimonial; no mundo, mais de 1 milhão de mulheres vivem ainda como na Idade Média; em nosso País 30% das brasileiras já sofreram algum tipo de violência; a cada 7 minutos, uma mulher apanha e, a cada 2 horas, uma mulher é assassinada no Brasil.

A violência física é a face mais visível do problema, mas muitas outras são tão presentes quanto esta, a exemplo da violência doméstica.

Acredito, Sr. Presidente, que ainda temos muito a avançar no combate à violência contra a mulher, mas os debates na sociedade sobre o assunto e a aprovação, nesta Casa de leis, de uma legislação moderna prevendo punições já permitem que mudanças surjam.

O entendimento de que a violência psicológica é uma violência doméstica que deve ser punida é um indicativo forte de que está havendo uma mudança cultural desde a aprovação da Lei Maria da Penha. Antes disso, havia uma falta de compreensão mais ampla e um entendimento bastante restrito do que seria violência doméstica, ou seja, somente agressão física. Nem mesmo a violência sexual era interpretada como violência doméstica, pois para muitas mulheres não havia estupro dentro de um casamento.

Meu desejo, Sras. e Srs. Deputados, era que todo dia fosse Dia do Combate à Violência contra a Mulher, de forma que este assunto não saísse da pauta das discussões e reflexões mais importantes da sociedade brasileira. Que o Brasil, da Presidenta Dilma Rousseff - ontem ela foi tão injustamente agredida desta tribuna -, continue a enfrentar com lucidez e responsabilidade toda forma de violência contra a mulher.

Finalizo cumprimentando a Vereadora Leonice da Paz por sua luta pela instalação de mais delegacias da mulher em Campinas e região e fazendo um reconhecimento ao Governo do Estado de São Paulo, na pessoa do Governador Geraldo Alckmin, pelo seu esforço para ampliação da rede de proteção à mulher e no fomento de políticas públicas estaduais de enfrentamento a este tipo de violência.

Peço apenas um segundo para concluir, Sr. Presidente.



Somo-me, portanto, a toda a bancada do Partido Verde, pela qual falo, em especial à ilustre Deputada Rosane Ferreira, na reafirmação do compromisso do partido, aqui na Câmara dos Deputados, de enfrentamento à violência que atinge a mulher.

Deputada Janete Capiberibe, a V.Exa. as minhas homenagens, a V.Exa. os meus aplausos.

Que Deus abençoe todas as mulheres do Brasil.

Que Deus abençoe o Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 94/102

349.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	05/12/2011-15:03
Publ.: DCD - 06/12/2011 - 65271	NILDA GONDIM-PMDB -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Associação ao pronunciamento do Deputado Roberto de Lucena a respeito do assassinato da Sra. Juliana Lucas. Importância da aplicação e cumprimento da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher. Ocorrência de tragédia na BR-230 entre os Municípios de Patos e São Mamede, Estado da Paraíba.

A SRA. NILDA GONDIM (PMDB-PB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobres colegas, associo-me ao meu queridíssimo colega e amigo Roberto de Lucena, que aqui apresentou seus votos de solidariedade à família enlutada de Juliana, que foi vítima de seu ex-marido e assassinada bárbara e brutalmente.

Sr. Presidente, precisamos debelar isso. Não digo acabar, lamentavelmente, mas



temos de conscientizar, Roberto, temos de lutar, temos de nos empenhar para que a Lei Maria da Penha, tão importante, tão perfeita, seja aplicada de maneira justa e forte para que as mulheres não sejam tão condenadas, violentadas e ceifadas na sua preciosidade, que é a vida.

Então, associo-me a V.Exa., Roberto. Juliana, uma menina jovem, deixou órfãos três filhos por conta do egoísmo, da maldade e da brutalidade de seu marido.

Também quero registrar, Presidente Luiz Couto, paraibano também, o acidente que aconteceu na BR-230, entre Patos e São Mamede. Perderam a vida 13 pessoas, lamentavelmente. Foi um desastre fatal.

Registro minha solidariedade a todas as famílias. Só a fé pode superar esses momentos de dor e saudade.

Muito obrigada, Sr. Presidente e Deputado Onofre, por esta oportunidade que V.Exa. está me dando.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Quero me associar ao pronunciamento de V.Exa. e também estender nossas condolências aos familiares das pessoas vítimas daquele acidente.

De fato, a questão da violência contra a mulher tem que ser tratada como questão de segurança nacional. Temos uma lei, que é totalmente descumprida. Para os que assassinam, muitas vezes, a impunidade impera.

Quero parabenizar V.Exa., juntamente com o Deputado Roberto de Lucena. Essa é uma luta que tem que ser travada no sentido de fazer com que efetivamente a Lei Maria da Penha seja cumprida e os que cometerem violência sejam condenados e presos na forma da lei.

Documento 95/102

352.1.54.O

Publ.: DCD - 07/12/2011 - 65606

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD

JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP

ORDEM DO DIA

06/12/2011-16:54

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário



Transcurso do Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. Realização da Campanha Brasileira do Laço Branco. Solicitação à Casa de adoção de providências enérgicas a respeito do assassinato da ascensorista Juliana Lucas. Participação do Ministro da Educação, Fernando Haddad, em encontro com correligionários da oradora. Lançamento do livro *Palavra de Mulher - Oito Décadas do Direito de Voto*, no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo. Convite aos Deputados para participação em debates sobre os temas "A Questão Étnica no Ano Afrodescendente"; "A Contribuição do Judiciário na Promoção da Igualdade de Gênero" e "A Saúde da Mulher e a Obstetrícia", hoje, às 18 horas, no Plenário 3 da Câmara dos Deputados.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje se comemora o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres e também a Campanha Brasileira do Laço Branco. A Deputada Cida Borghetti e eu, em nome da bancada feminina, gostaríamos de solicitar a V.Exa. que esta Casa tome providência em relação ao assassinato da ascensorista Juliana, de 27 anos, assassinada pelo marido diante dos filhos de seus 3 filhos de 9, 10 e 11 anos e de sua mãe. Ela havia dado parte na Delegacia da Mulher. A bancada feminina repudia e pede que esta Casa tome providências enérgicas.

Aproveito a oportunidade para pedir a V.Exa. que considere lido pronunciamento em que destaco a presença do Ministro Fernando Haddad no encontro com apoiadores e militantes do meu mandato.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar eu quero saudar o Ministro da Educação Fernando Haddad, que no último sábado participou de um encontro com apoiadores e militantes do meu mandato, além do lançamento do livro *Palavra de Mulher - Oito Décadas do Direito de Voto*, que foi realizado em Guarulhos.

Também quero saudar o Deputado Roberto de Lucena, Vilma Pereira e Cássia Botelho, da Taquigrafia, que foram grandes colaboradoras no êxito do livro, que traz a trajetória da eleição da primeira Deputada Federal do Brasil, Carlota de Queirós, em 1934, até a bancada atual. O livro também mostra os desafios das primeiras Deputadas e descreve como era a atuação parlamentar em um ambiente totalmente masculino. Mais de 450 pessoas prestigiaram o lançamento.

Em segundo lugar, quero lembrar que hoje é o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres e o Dia também da Campanha Brasileira do Laço Branco, que tem como objetivo sensibilizar, envolver e mobilizar os homens no engajamento pelo fim da violência contra a mulher.

A Campanha surgiu a partir de um triste episódio. No dia 6 de dezembro de 1989,



um rapaz de 25 anos (Marc Lepine) invadiu uma sala de aula da Escola Politécnica, na cidade de Montreal, Canadá. Ele ordenou que os homens (aproximadamente 48) se retirassem da sala, permanecendo somente as mulheres. Gritando "*Vocês são todas feministas!?*", ele começou a atirar enfurecidamente e assassinou 14 mulheres, à queima roupa. Em seguida, suicidou-se. O rapaz deixou uma carta na qual afirmava que havia feito aquilo porque não suportava a ideia de ver mulheres estudando engenharia, um curso tradicionalmente dirigido ao público masculino.

O crime mobilizou a opinião pública de todo o país. Assim, um grupo de homens do Canadá decidiu se organizar para dizer que existem homens que cometem a violência contra a mulher, mas existem também aqueles que repudiam essa atitude. Eles elegeram o laço branco como símbolo e adotaram como lema: jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos frente a essa violência. Foi então lançada a primeira Campanha do Laço Branco (White Ribbon Campaign): homens pelo fim da violência contra a mulher.

Por último, convido a todas e todos para participar, às 18 horas, no Plenário 3, do debate promovido pela bancada feminina. O primeiro debate será sobre *A questão Étnica no Ano Afrodescendente*, com a Ministra Luiza Bairros, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; o segundo, com o tema *A Contribuição do Judiciário na Promoção da Igualdade de Gênero*, com a Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal; e o terceiro sobre *A Saúde da Mulher e a Obstetrícia*, com representantes da Faculdade de Obstetrícia da Universidade de São Paulo (USP).

Documento 96/102

352.1.54.O

Publ.: DCD - 07/12/2011 - 65613

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD

REBECCA GARCIA-PP -AM

ORDEM DO DIA

06/12/2011-16:54

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Assassinato da ascensorista do Anexo IV da Casa, Juliana Lucas, pelo marido. Realização da Campanha Brasileira do Laço Branco. Elevação dos índices de violência doméstica contra a mulher no País. Expectativa de aprovação, pelo Senado Federal, de dispositivos do novo Código Florestal brasileiro destinados à preservação do meio ambiente.

A SRA. REBECCA GARCIA (PP-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro de lamento e outro de esperança.



O de lamento vem em função da perda prematura da ascensorista do Anexo IV que teve uma morte brutal, foi assassinada por seu marido no último domingo. Ironicamente, no dia de hoje, o Dia do Laço Branco, em que há essa movimentação internacional para o combate à violência contra a mulher, ela foi enterrada. Foi vítima do marido. Aquele que deveria estar cuidando dela, zelando por ela, foi seu assassino.

Temos muito a lamentar neste País. Por isso, convido os homens de bem, que são contra a violência, para virem também defender essa causa, porque ela tem crescido muito no nosso País.

O registro de esperança vem em relação ao Código Florestal, que está sendo neste momento votado no Senado. Nós aqui entendemos que esse texto foi trabalhado. Temos a esperança de que algumas emendas virão a ser aprovadas pelo Plenário do Senado e voltarão para esta Casa com um texto um pouco mais produzido, no sentido de beneficiar a questão do meio ambiente.

São esses os dois registros que gostaria de fazer nesta noite.

Documento 97/102

363.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	13/12/2011-18:20
Publ.: DCD - 14/12/2011 - 66983	JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Liderança exercida pela Deputada Luiza Erundina na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Importância da criação da Comissão Nacional da Verdade, destinada à investigação da violação de direitos humanos durante o regime militar. Transcurso do aniversário do Município de Guarulhos, Estado de São Paulo. Inauguração de estação de tratamento de esgotos e da primeira Unidade de Pronto Atendimento - UPA em Guarulhos. Realização de ato em homenagem à memória da Deputada Ceci Cunha. Anúncio do julgamento dos responsáveis pelo assassinato da Parlamentar. Assassinato da funcionária da Casa Juliana Lucas. Repúdio à violência praticada contra a mulher no Brasil.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. também participa da Comissão de Direitos Humanos. Quero parabenizar a Deputada Luiza Erundina, cuja liderança se destaca. Nós sabemos que a existência da Comissão da Verdade representa passar a limpo a



história do Brasil.

Queria também registrar, Sr. Presidente, que dezembro é o mês de aniversário da minha cidade, Guarulhos. E no sábado, exatamente na data em que se comemorou o Dia dos Direitos Humanos, contamos com a presença da Ministra Miriam Belchior, quando inaugurou a segunda Estação de Tratamento de Esgoto - ETE da nossa cidade.

Quero parabenizar o Presidente Lula, que começou a incluir saneamento básico como política para as cidades, e também a nossa querida Presidenta Dilma Rousseff.

São mais de 750 milhões de reais. Com isso, nós faremos o tratamento de 35% do esgoto da nossa cidade, atingindo 500 mil habitantes. Não é qualquer coisa. Tratamento de esgoto é saúde.

No próximo fim de semana, no sábado, nós vamos inaugurar nossa primeira Unidade de Pronto Atendimento - UPA. Tudo em parceria do Governo Federal com o Governo Municipal.

Quero denunciar aqui que o ex-Governador José Serra foi à televisão dizer que em Guarulhos não havia tratamento de esgoto, mas não deu um tostão do Governo do Estado para a nossa cidade, diferentemente do Governo Lula e, agora, da Presidenta Dilma, que está fazendo algo fundamental para a saúde.

Gostaria de convidar o Dr. Sérgio e todos os funcionários para a inauguração do Paineira das Deputadas, que ocorrerá amanhã.

Às 17 horas, vamos fazer um ato, uma celebração, uma homenagem à Deputada Ceci Cunha, que há 13 anos foi barbaramente assassinada. Queremos justiça! No dia 16 de janeiro haverá o julgamento do mandante do assassino. Queremos contar com a presença de todos os Deputados, porque o assassinato de Ceci foi algo brutal. Nós não nos podemos calar diante de nenhum crime.

Finalizo fazendo uma homenagem à funcionária Juliana Lucas, que foi barbaramente assassinada pelo seu marido na frente dos seus filhos e da sua mãe. Nós realizamos hoje um ato de solidariedade organizado pela Procuradoria Especial da Mulher e também pela Bancada Feminina.

Não é possível mais continuar assim. A Lei Maria da Penha é perfeita. Nós temos que tomar medidas para que esses crimes bárbaros não continuem a ocorrer. A funcionária denunciou, ela foi à Delegacia da Mulher. Mesmo assim, não conseguimos impedir que ela fosse assassinada.

Todas as mulheres têm que se unir. E o Judiciário tem que tomar medidas. O juiz tem que tomar medidas para que as mulheres que vão denunciar na Delegacia da Mulher tenham proteção. Não dá mais para continuar assim!



Espero contar com ampla divulgação de todas essas denúncias e fatos.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 98/102

364.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	14/12/2011-09:18
Publ.: DCD - 15/12/2011 - 67189	AMAURI TEIXEIRA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, para atendimento às mulheres brasileiras vítimas de violência em Portugal, na Espanha e na Itália. Apresentação de emenda orçamentária destinada à instalação da Delegacia da Mulher no Município de Jacobina, Estado da Bahia. Efeitos positivos da aplicação da Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica contra a mulher.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar a Ministra Iriny Lopes e a Presidenta Dilma por terem aberto o serviço Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 para recepcionar ligações de mulheres brasileiras que estejam em situação de violência em Portugal, Espanha e Itália.

Sabemos dos artifícios que alguns gatos estrangeiros usam para atrair mulheres brasileiras, muitas vezes, forçando-as à prostituição e impedindo-as de retornar ao País. Esse serviço busca atender a essas mulheres, busca uma solução para que elas possam regressar ao Brasil, busca proteger as mulheres brasileiras que estão sob violência no exterior.

Portanto, quero parabenizar a Ministra e a Presidenta por essa ação, mais uma em favor das mulheres brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Manato) - Muito obrigado, Sr. Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para informar que a Ministra Iriny Lopes divulgou a ampliação da Central de Atendimento à Mulher -



Ligue 180 para brasileiras no exterior.

Parabéns, Presidenta Dilma, Parabéns Ministra Iriny!

Aproveito para informar que apresentei ao Orçamento emenda no valor de 250 mil reais para instalação da Delegacia da Mulher em Jacobina, mas em relação à violência contra a mulher, o Governo Federal ampliou a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 para brasileiras em situação de violência em Portugal, Espanha e Itália. Assim como no Brasil, o serviço vai funcionar 24 horas por dia, e a ligação é gratuita. A Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, explicou que o Ligue 180 vai atender as vítimas de violência doméstica, de cárcere privado e aquelas que foram ludibriadas por organizações criminosas com falsas promessas de emprego e acabam cedendo à prostituição. A ideia é ampliar o atendimento para outros países.

De acordo com a Ministra, receberemos a ligação da vítima na nossa central de atendimento aqui no Brasil. Portanto, serão feitos a separação e o encaminhamento, porque cada caso é um caso diferente. Dessa forma, haverá casos que serão diretamente direcionados à Polícia Federal, quando se tratar de tráfico ou de trabalho escravo. Outros casos serão encaminhados ao consulado brasileiro, se o serviço de que a pessoa precise a própria rede de serviço do país onde ela estiver for suficiente. Todos os casos serão tratados de acordo com os acordos bilaterais assinados com os países onde o serviço está instalado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mulheres brasileiras e ativistas dos direitos humanos, as mulheres em situação de violência na Espanha devem ligar para 900 990 055, fazer a opção 3 e, em seguida, informar à atendente (em português) o número 61-3799.0180. Em Portugal, devem ligar para 800 800 550, também fazer a opção 3 e informar o número 61-3799.0180. E, na Itália, as brasileiras podem ligar para o 800 172 211, fazer a opção 3 e, depois, informar o número 61-3799.0180.

Informo que no Brasil, entre janeiro e outubro de 2011, a Central de Atendimento à Mulher recebeu 530.542 ligações, sendo mais de 58 mil relatos de violência. Em 74% desses casos, a violência foi cometida por homens com quem as vítimas possuíam vínculos afetivos. Os números mostram ainda que 66% dos filhos presenciam a violência e 20% sofrem violência junto com a mãe.

Em 5 anos de vigência da Lei Maria da Penha, houve 100 mil julgamentos de crimes cometidos contra a mulher e 10 mil agressores foram presos em flagrante.

Os números são animadores. Mesmo que esse assunto seja sério e o nosso Governo tenha pressa em resolvê-lo, é necessário que a lei seja aplicada. Não é necessário inventar novas leis.

Portanto, é preciso que as autoridades assumam, efetivamente, as suas responsabilidades.



Muito obrigado.

Documento 99/102

367.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	14/12/2011-18:30
Publ.: DCD - 15/12/2011 - 67552	ROSE DE FREITAS-PMDB -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Exortação aos Deputados para engajamento na luta pela erradicação da violência contra a mulher. Defesa de julgamento e punição dos responsáveis pelo assassinato da Deputada Ceci Cunha.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB-ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu acho que nós não vamos tratar aqui de nenhum fato novo, haja vista que o que ocorreu com a Deputada Ceci Cunha aconteceu inúmeras, milhares de vezes neste País.

Mas o fato é que Ceci foi assassinada brutalmente, foi eliminada da face da terra por ter ganho uma eleição. Comemorando na varanda da sua casa, foi brutalmente assassinada. Treze anos depois, estamos no plenário desta Casa, nós, que convivemos com ela, que fomos suas companheiras, suas colegas; nós, que somos mulheres.

Os homens que aqui estão - Deputados Amauri Teixeira, Arnaldo Faria de Sá e tantos outros - compreendem o que é a violência contra um ser humano, quanto mais contra uma mulher, que parece ser algo cultural. Treze anos depois, está impune um crime dessa natureza!

Quero dizer que não trazemos na nossa face a revolta; sem sombra dúvida, é o espanto diante da impunidade. Treze anos depois, dia 16, Alagoas vai-se reunir para fazer um protesto. Mas gostaríamos que esse protesto fosse nacional.

Por isso, estamos chamando os colegas desta Casa, os Parlamentares, cada um que vem do seu Estado, cada um que representa seu partido, cada um que tem sua esposa em casa, sua filha, sua irmã, sua mãe, a se somarem a essa luta, porque a violência contra a mulher não acaba. Nós falamos sobre ela todos os dias, e ela só cresce. (*Palmas.*)

Não adianta mais dizermos que é preciso que haja mais justiça e mais delegacias da mulher; que a Lei Maria da Penha seja mais aplicada. É preciso que se



eduque a sociedade para entender que existe igualdade entre os seres humanos e que é preciso haver respeito à cidadania, à mulher, à companheira.

Por isso, nós estamos aqui - Ceci deve estar nos ouvindo - para pedir justiça para ela e para todas as mulheres contra as quais se cometeu, um dia, um pequeno ato de violência, como um tapa na cara, um corte no rosto, uma mutilação; e para dizer que não aceitamos mais que haja impunidade.

Por Ceci, pedimos justiça no dia 16 de janeiro, para que o criminoso, que anda pelas ruas e que todos sabem quem é, possa ir para a cadeia e pagar pelo crime que cometeu.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Documento 100/102

367.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	14/12/2011-18:38
Publ.: DCD - 15/12/2011 - 67554	ROSINHA DA ADEFAL-PTDOB -AL	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Mobilização de Deputados Federais a favor do julgamento dos acusados pelo assassinato da ex-Deputada Federal Ceci Cunha.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (Bloco/PTdoB-AL. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço licença para utilizar a tribuna a fim de chamar a atenção de todos os Parlamentares aqui presentes e da sociedade em geral para um grave e lamentável acontecimento que nos envergonha como cidadãos brasileiros e também ao Poder Judiciário.

No próximo dia 16 de dezembro, fará 13 anos que ocorreu o bárbaro assassinato da Deputada Federal Ceci Cunha, de Alagoas.

Reeleita para um segundo mandato no dia de sua diplomação, quando ia comemorar a vitória com seus familiares, perdeu a vida ao lado de seu marido e



de mais dois parentes, na varanda da casa da família, por ação de pistoleiros contratados para lhe ceifar a vida.

Até hoje o julgamento não aconteceu e nunca se discutiu o mérito da ação. Treze anos foram perdidos se discutindo um conflito de competências gerado pela defesa dos acusados. Até agora só se discutiu nos atos se é competente para o julgamento dos acusados a Justiça Federal ou a Justiça Comum Estadual.

Mais uma vez, há data marcada para o julgamento, que ocorrerá no mês de janeiro de 2012.

Os filhos da Deputada Ceci, o advogado Rodrigo e a médica Adriana Cunha, vieram até a Câmara dos Deputados no final do mês de novembro para conclamar cada um dos Deputados e Deputadas a aderirem ao clamor social por justiça. Acompanhei ambos, pessoalmente, durante um dia inteiro, em sua peregrinação por cada um dos setores desta Casa.

Não convivi com a Deputada Ceci Cunha. Ao tempo de sua morte, eu era bastante jovem e nem sequer imaginava enveredar pela carreira política.

Mas a notícia que se tem em meu Estado é de que era uma Parlamentar comprometida com as causas que abraçou e leal ao seu eleitorado.

Por duas razões me sensibilizei com este caso: pela aproximação que passei a ter com os filhos da Deputada Ceci, desde o ano passado. Mas também por ser alagoana, mulher e Parlamentar. Enfim, poderia ser eu a vítima dessa atrocidade que permanece impune.

Estarrecida com o sofrimento e angústia dos familiares, e em razão da impunidade, não pude permanecer inerte, principalmente diante do fato de que tudo leva a crer que o crime ocorreu em razão do seu mandato parlamentar, ou seja, um crime por razões políticas.

Sou a 1ª Procuradora Adjunta da Procuradoria Especial da Mulher desta Câmara dos Deputados. Em muito me interessam as questões de gênero. Acredito na força e na sensibilidade da mulher na carreira política e incentivo a paridade de gênero no Poder Legislativo de todo o Brasil.

No entanto, não podemos olvidar a fragilidade feminina. E nem podemos permitir que essa mesma fragilidade seja motivo para a prática de atos odiosos, e que acabem por afastar as mulheres da carreira política.

A bancada feminina da Câmara dos Deputados organizou ato público para esta tarde, dia 14, às 17 horas, aderindo ao clamor social por justiça para o caso da Deputada Ceci Cunha.

No dia 16 de dezembro próximo, uma comitiva de Deputados Federais segue em missão oficial para Alagoas, como forma de demonstrar o repúdio do Parlamento brasileiro ao brutal assassinato ocorrido em 1998, e para exigirem um julgamento



justo. Os Parlamentares participarão, às 8h30min, de um ato ecumênico na Catedral Metropolitana de Maceió, Alagoas, seguido de uma caminhada até a Praça Deodoro, onde serão cumpridas diversas atividades.

Esse julgamento tem uma dimensão que já ultrapassa as fronteiras de nosso País, e está inscrito, pelo Conselho Nacional de Justiça, como um dos dez casos de impunidade que mais afetam a credibilidade do Judiciário Brasileiro e mancham a imagem do Brasil no exterior, pela demora provocada pelas sucessivas protelações jurídicas da defesa dos acusados.

A luta de toda a sociedade brasileira é pela realização de um julgamento justo, e pela condenação dos responsáveis pelo brutal assassinato.

Era o que tinha a dizer.

Documento 101/102

367.1.54.O	Sessão Extraordinária - CD	14/12/2011-18:38
Publ.: DCD - 15/12/2011 - 67568	AMAURI TEIXEIRA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Conclamação às Deputadas para realização de ato de repúdio à violência contra as mulheres.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção das mulheres, Deputadas Fátima Bezerra, Dalva Figueiredo, Luiza Erundina, do Ministro da Justiça, que está aqui recebendo o dossiê. É importante que seja reorganizada uma manifestação em repúdio à violência contra as mulheres, um ato contra a violência.

Conclamo as Deputadas Luiza Erundina, militante dos direitos humanos, Dalva Figueiredo e Fátima Bezerra, e principalmente a bancada feminina - lembrando que o movimento também aceita a adesão dos homens que são contrários à violência praticada contra as mulheres.



Documento 102/102

365.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/12/2011-14:20
Publ.: DCD - 15/12/2011 - 67264	NEILTON MULIM-PR -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, em caráter terminativo, de projeto de lei sobre o direito de realização de cirurgia plástica reparadora das mulheres vítimas de violência doméstica.

O SR. NEILTON MULIM (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ocupo a tribuna para cumprimentar esta Casa e pelo Senado Federal, portanto, pelo Congresso Nacional, pela aprovação, em caráter terminativo, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, projeto da minha autoria, pendente apenas de sanção presidencial, que prevê que as mulheres vítimas de violência doméstica tenham direito a cirurgia plástica reparadora, uma vez portando o registro de ocorrência policial.

Na verdade, a lei, por si, vai inibir sobremaneira esse tipo de incidência. Nós sabemos que a cada 15 segundos uma mulher é vítima de violência no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
